

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social**

Alicianne Gonçalves de Oliveira

**Representação política e movimentos sociais negros no brasil:
um estudo sobre as experiências de comunicação online de ativistas e
entidades**

**Belo Horizonte
2017**

ALICIANNE GONÇALVES DE OLIVEIRA

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS
NEGROS NO BRASIL:
UM ESTUDO SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO
ONLINE DE ATIVISTAS E ENTIDADES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação Social.

Linha de Pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Rousiley Celi Moreira Maia
Coorientador: Prof. Dr. Jürg Steiner

Belo Horizonte
2017

301.16

O48r

2017

Oliveira, Alicianne Gonçalves de

Representação política e movimentos sociais negros no Brasil [manuscrito] : um estudo sobre as experiências de comunicação online de ativistas e entidades / Alicianne Gonçalves de Oliveira. - 2017.

198 f.

Orientadora: Rousiley Celi Moreira Maia.

Coorientador: Jürg Werner Steiner.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

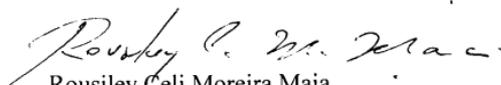
Inclui bibliografia.

1. Comunicação – Teses. 2. Movimentos sociais – Teses. 3. Negros - Teses. 4. Representações sociais - Teses. 5. Internet - Teses. I. Maia, Rousiley, 1965-. II. Steiner, Jürg Werner. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

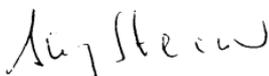
Representação Política e Movimentos Sociais Negros no Brasil: um estudo sobre as experiências de comunicação online de ativistas e entidades

Alicianne Gonçalves de Oliveira

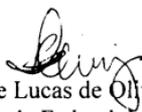
Tese de doutorado aprovada pela banca examinadora constituída por



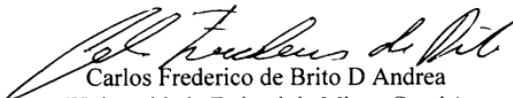
Rousiley Celi Moreira Maia
(orientadora – Universidade Federal de Minas Gerais),



Jürg Werner Steiner
(Co-orientador - Universität Bern)



Regiane Lucas de Oliveira Garcêz
(Universidade Federal de Minas Gerais)



Carlos Frederico de Brito D Andrea
(Universidade Federal de Minas Gerais)



Luiz Augusto de Souza Carneiro de Campos
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)



Denise Maria Cogo
(Escola Superior de Propaganda e Marketing)

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, 16 de maio de 2017.

Dedico esta tese aos meus pais, que me ensinaram que comprometimento e sacrifício são naturais quando dados àquelas pessoas que amamos e são fundamentais para trazer nossos sonhos à realidade.

AGRADECIMENTOS

Da mesma forma que escrever uma tese é um exercício profundo de reflexão e superação, agradecer é um exercício de reconhecimento das várias mãos e dos vários ombros que me apoiaram e me ampararam durante este percurso. Por isso, agradeço a meus pais, Conceição e Bezerra, irmãs, sobrinhos e cunhado por terem sido meu suporte afetivo e de oração nesses quatro anos longe de casa. Agradeço ao meu marido, Luiz Fernando, um presente de Minas Gerais, que me ensinou coisas que eu não aprenderia dentro dos muros da universidade e que me fez ter uma nova cidade como lar.

Agradeço à Universidade Federal do Ceará pela oportunidade de me afastar integralmente durante quatro anos para cursar o doutorado. O suporte do meu chefe, Prof. Nonato Lima, e a compreensão dos meus colegas do UFCTV, em especial Mayra Pontes, Celina Paiva, Lia Aderaldo e Rute de Alencar, deram a mim tranquilidade para enveredar por novos desafios. Sou grata também às amigas Larissa Lima, Katharine Magalhães, Jamile Mesquita e Cristiane Sampaio e ao amigo Marco Antonio Vasconcelos. Esses quatro anos seriam bem mais difíceis sem o apoio, os questionamentos, e a companhia mesmo à distância de vocês.

Obrigada aos integrantes do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG) pela acolhida e pelas trocas. Aprendi muito com vocês. Às emeanas Regiane Lucas, Patrícia Rossini, Vanessa Veiga e Janine Bargas obrigada pela companhia necessária. Vocês foram a parte mais bela da minha passagem pela UFMG. Coloco minha gratidão também a Júlia Ester pela paciência e pela ajuda nos testes de confiabilidade. Aprendemos muito juntas. Muito obrigada a Ana Carolina Vimieiro, que presenteou a tese com gráficos lindos e funcionais para o último capítulo. Agradeço também a Alice Lucas Garcêz, que gentilmente me ajudou com as entrevistas da tese e foi compreensiva com o prazo apertado para as transcrições. Muito obrigada aos colegas do PPGCOM/UFMG, aos professores com que tive o prazer de estudar, e às secretárias Elaine Martins e Tatiane Oliveira, sempre muito solícitas quando das infinitas questões burocráticas.

Nas pessoas de Gabriela Ramos, Lucas Assunção, Giselle Lucena, Priscila Paiva e Fernanda Moraes meus agradecimentos aos amigos de todas as partes do País que fiz em Belo Horizonte. Um obrigado amoroso à família que me acolheu na capital mineira e que deu mais cara de lar a essa cidade: Rosa Lúcia, Letícia, Verônica e Filipe. Minha gratidão aos amigos que fiz em Chapel Hill durante o estágio sanduíche, em especial à Cataia Ives, Mihaela Georgieva, Tiffany Pyen, Silvia Lorenso e Karina Yanagui. Um obrigado afetuoso a Giselle Soares e à sua tia Ana Menezes, que me acolheu e ajudou gentilmente em Chapel Hill. Meu obrigado também a Alice Carvalho, pela companhia e acolhida em uma das tantas viagens para congressos nesses anos.

Um agradecimento todo especial à minha orientadora. Profa. Rousiley Maia, você é um exemplo de seriedade e excelência na pesquisa. Obrigada por me apoiar e acreditar no meu

potencial como profissional e pesquisadora. Serei sempre grata. Obrigada ao Prof. Jürg Steiner, que gentilmente me coorientou e me recebeu para o estágio sanduíche na Universidade da Carolina do Norte. Sua leveza e sua preocupação foram fundamentais para o período mais desafiante do doutorado.

Sou grata também aos demais professores da banca – Carlos D’Andrea, Denise Cogo, Luiz Augusto Campos e Regiane Lucas – pela disponibilidade de participar da defesa e tornar esse rito final do doutorado um momento com certeza especial, e à Profa. Lilian Gomes, cujas contribuições durante a qualificação foram fundamentais para o amadurecimento da pesquisa.

Agradeço também à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), da qual fui bolsista por quase todo o período do doutorado. Isso me deu tranquilidade para desenvolver a pesquisa e oportunidade para participar de congressos.

E um obrigada cheio de gratidão a todos os pesquisadores, jornalistas e integrantes dos movimentos sociais negros que me ajudaram no amadurecimento do projeto de pesquisa e durante a escrita da tese: Prof. Amilcar Araujo Pereira, André Santa, Angélica Basthi, Antonio Costa Neto, Carlos KK Santos Filho, Carlos Medeiros, Dojival Vieira, Edson Lopes Cardoso, Flávio Carrança, Flávio Jorge, Humberto Adami, Juliana Santos Botelho, Marcos Cardoso, Prof. Marcus Vinícius P. Gomes, Nilza Iraci, Paulo Rogério Nunes, Prof. Petrônio Domingues, Victor Tamm e Zilda Martins.

Por fim, agradeço a Deus, que cuidou de mim nesses quatro anos e planejou para mim conquistas e vitórias que nem eu mesmo imaginava. Agradeço a Ele pelas inúmeras experiências que vivi nos últimos anos, por cada pessoa e cidade que conheci, por cada desafio vencido e por cada nova habilidade adquirida. Finalmente, agradeço a Ele pela vida, sempre leve, sempre desafiadora, sempre minha.

RESUMO

A presente pesquisa, baseada nas discussões atuais sobre o papel dos movimentos sociais para expandir processos democráticos, analisa a relação entre a comunicação online desenvolvida pelos movimentos sociais negros e representação política não eleitoral no Brasil. Para isso, é desenvolvido um estudo comparativo de quatro experiências de comunicação online produzidas por atores de dois tipos – entidades e empreendedores da causa negra. São analisados textos publicados nessas experiências entre 2011 e 2013 acerca do debate sobre a Lei de Cotas (nº 12.711/2012). O trabalho atenta, particularmente, para dois aspectos das ações desses atores: a pluralidade e a inclusão. A proposta teórica e metodológica da tese sugere um diálogo entre duas importantes correntes teóricas acerca da representação política – uma baseada no pragmatismo de Michael Saward e outra influenciada pela ética discursiva de Habermas. Parte-se do entendimento que a comunicação online dos movimentos sociais e a forma como eles exercem a representação nesse espaço estão ligadas a outros aspectos da ação política desses atores. Além disso, a tese busca inspiração na perspectiva sistêmica de deliberação, a fim de melhor compreender a pluralidade de atores, discurso e perspectivas envolvidos no processo representativo. A metodologia utiliza indicadores relacionados às culturas dos movimentos – de estratégia, organização, tomada de decisões, e comunicação online, como desenvolvidos por Anastasia Kavada. A metodologia também dialoga com duas propostas de análise – a Metodologia de Análise de Demandas, de Koopmans e Statham, diretamente ligada à teoria da representação discursiva, e outra de bagagem deliberacionista, o Discourse Quality Index (DQI), de Steiner e colaboradores. A análise comparativa dos quatro atores selecionados e das respectivas experiências de comunicação é organizada em torno de três questões centrais: demandas priorizadas, variedade de estratégias, e diferenças comunicacionais. Os achados da pesquisa mostram que diferentes tipos de atores, que desenvolvem culturas diferentes, tendem a usar as plataformas digitais também de maneira distinta. Essas diferenças nas experiências de comunicação incidem também no processo representativo. Em particular, os resultados mostram como o processo de representação é construído por entidades e empreendedores da causa negra, através de seus fluxos discursivos na comunicação online. Assim, faz avançar o conhecimento sobre as práticas comunicacionais, sempre ligadas às escolhas e práticas políticas, como imprescindíveis para constituir dinamicamente o processo representativo dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Movimentos sociais negros; Comunicação; Internet; Representação Política; Deliberação; Cotas.

ABSTRACT

This research, based on current discussions on the role of social movements to expand democratic processes, analyzes the relationship between online communication developed by black social movements and non-electoral political representation in Brazil. It investigates, through comparative analysis, four experiences of online communication of two types of actors – entities and entrepreneurs of the black cause. Drawing on texts published by these agents, from 2011 to 2013, regarding the debate on the Quotas Law (nº 12.711/2012), the analysis focuses on central aspects of these actors' action: provision of plurality and claims for inclusion. Our theoretical and methodological proposal recommends a dialogue between two important theoretical currents about political representation – one based on the pragmatism of Michael Saward and the other influenced by the discursive ethics of Habermas. We assume that the social movements' online communication as well as the way they exercise representation are linked to other aspects of political action, encompassing forms of strategy, organization and decision-making. In addition, this dissertation is inspired on the systemic perspective of deliberation to better understand the plurality of actors involved in the representative process. This perspective helps paying closer attention to the diversity discourses and perspectives put forth by a social movement. The methodology is based on indicators of the cultures of movements – strategy, organization, decision-making, and online communication, as developed by Anastasia Kavada. Our methodology is based also on the Method of Claims Analysis, as proposed by Koopmans and Statham, as well as on the Discourse Quality Index (DQI), as developed by Steiner and his colleagues. While the former approach is directly linked to the theory of discursive representation, the latter is connected to deliberative studies. Our comparative analysis on the selected actor' online communication is organized around three central questions: (a) demands prioritized by these agents; (b) strategies, and (c) communicational characteristics. Our findings show that distinct types of actor, which are embedded in distinct cultures, tend to use digital platforms in different ways. Diverse communication experiences affect also the nature of the representative process. In particular, our results reveal how the representation process is shaped by entities and entrepreneurs of the black cause, by means of their discursive flows in online communication. Thus, this study helps increasing our understanding about the social movements' communicative practices, always linked to political choices, as essential means for building the representative dynamics.

Key-words: Black social movements; Communication; Internet; Political Representation; Deliberation; Quotas.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1: Tipos vertical e horizontal de culturas	62
QUADRO 2: Elementos da cultura de comunicação/internet.....	63
QUADRO 3: Elementos do processo de representação por Saward, e Koopmans e Statham	64
QUADRO 4: Categorias e elementos para identificação dos elementos do processo de representação	66
QUADRO 5: Categorias e elementos para análise discursiva da demanda de representação	69
QUADRO 6: Culturas de estratégia, organização e tomada de decisão – Dojival Vieira.....	84
QUADRO 7: Características da cultura de comunicação e de internet – Dojival/Vieira Afropress..	85
QUADRO 8: Culturas de estratégia, organização e tomada de decisão – Humberto Adami.....	88
QUADRO 9: Características da cultura de comunicação e de internet – Blog do Humberto Adami	89
QUADRO 10: Culturas de estratégia, organização e tomada de decisão – ONG Geledés.....	93
QUADRO 11: Características da cultura de comunicação e de internet – Geledés/Portal Geledés	94
QUADRO 12: Culturas de estratégia, organização e tomada de decisão – Instituto de Mídia Étnica	99
QUADRO 13: Características da cultura de comunicação e de internet – Instituto de Mídia Étnica/Correio Nagô.....	99
TABELA 1: Textos por experiência de comunicação e ano de publicação.....	102

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Diversidade de fontes usadas nos textos de cada experiência de comunicação	103
GRÁFICO 2: Centralidade do tema por experiência de comunicação	103
GRÁFICO 3: Momentos da discussão em cada experiência de comunicação	104
GRÁFICO 4: Ocorrência de demandas favoráveis em todas experiências e por ator/experiência	105
GRÁFICO 5: Ocorrência de reivindicantes em todas as experiências e por ator/experiência	106
GRÁFICO 6: Ocorrência de destinatários em todas as experiências e por ator/experiência	107
GRÁFICO 7: Ocorrência de atores apoiadores em todas as experiências e por ator/experiência	109
GRÁFICO 8: Ocorrência de atores oponentes ou criticados em todas as experiências e por ator/experiência	110
GRÁFICO 9: Ocorrência de objetos diretos em todas as experiências e por ator/experiência	111
GRÁFICO 10: Nível de justificação em cada experiência de comunicação	113
GRÁFICO 11: Ocorrência de população negra como conteúdo das justificações em cada experiência	113
GRÁFICO 12: Ocorrência de objetos diretos x população negra como conteúdo das justificações	114
GRÁFICO 13: Ocorrência de outros grupos como conteúdo das justificações em cada experiência	114
GRÁFICO 14: Ocorrência objetos diretos x população negra e outros grupos no conteúdo das justificações	115
GRÁFICO 15: Ocorrência de outros grupos no conteúdo de justificação geral e por experiência de comunicação	116
GRÁFICO 16: Ocorrência de conteúdo da justificação – bem comum em cada experiência de comunicação	117
GRÁFICO 17: Ocorrência de conteúdo da justificação – princípios abstratos por experiência de comunicação	118
GRÁFICO 18: Uso de histórias de vida e testemunhos por experiência de comunicação	118
GRÁFICO 19: Fontes dos textos com uso de histórias de vida e testemunhos	119
GRÁFICO 20: Responsividade em cada experiência de comunicação	120
GRÁFICO 21: Responsividade por atores oponentes ou criticados	121
GRÁFICO 22: Textos com ocorrência de respeito em todas as experiências analisadas	121
GRÁFICO 23: Atores alvos das expressões de não respeito em cada experiência de comunicação	122

GRÁFICO 24: Atores alvos das expressões de respeito explícito em cada experiência de comunicação.....	122
GRÁFICO 25: Atores em cada elemento do processo representativo por experiência	139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
Cojira – Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial
Confecom – Conferência Nacional de Comunicação
Confenem – Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
CNPIR – Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEM – Partido Democratas
DQI – Discourse Quality Index
FCP – Fundação Cultural Palmares
Fenafisp – Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social
FNB – Frente Negra Brasileira
IARA – Instituto de Advocacia Ambiental e Racial
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IME – Instituto de Mídia Étnica
MEC – Ministério da Educação
MNU – Movimento Negro Unificado
MSNs – Movimentos sociais negros
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONU – Organização das Nações Unidas
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PL – Projeto de Lei
PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos
ProUni – Programa Universidade para Todos
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
RE – Recurso Extraordinário
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado da Bahia
STF – Supremo Tribunal Federal
UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NÃO ELEITORAL E CAMINHOS DELIBERATIVOS: ENTRE O PRAGMATISMO E A ÉTICA DISCURSIVA	23
1.1 Informações basilares sobre os movimentos sociais negros no Brasil	24
1.2 Quadro teórico: entre o pragmatismo de Saward e a ética discursiva de Habermas ..	27
1.2.1 Um fenômeno processual e discursivo.....	27
1.2.2 A perspectiva deliberacionista: discurso e inclusão.....	29
1.3 Movimentos sociais e suas especificidades como representantes não eleitorais.....	32
1.3.1 Uma questão de inclusão	33
1.3.2 Uma questão de pluralidade.....	34
1.3.3 Das estratégias não argumentativas	34
1.3.4 Da natureza argumentativa	36
2 SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS, DEMOCRACIA E COMUNICAÇÃO: CAMINHOS DA CAUSA NEGRA NO BRASIL	39
2.1 Movimentos sociais, democracia e comunicação: uma perspectiva (aqui também) deliberacionista	41
2.2 Escolhas democráticas, estruturas organizacionais e internet	43
2.3 Para pensar em termos de “culturas”, inclusive comunicacionais	44
2.4 Trajetória e cultura comunicacionais dos movimentos sociais negros no Brasil.....	47
2.4.1 Modelos de organização e interação política na fase contemporânea	48
2.4.2 Estratégias comunicacionais: caminhos para organização política, construção de demandas e defesa de direitos	50
2.4.3 Experiências de comunicação online nos movimentos sociais negros	51
2.5 Apontamentos sobre culturas de movimentos sociais e representação política	53
3 METODOLOGIA. PARA OPERACIONALIZAR O DIÁLOGO ENTRE O PRAGMATISMO E A ÉTICA DISCURSIVA	56
3.1 Escolha, coleta e tratamento do material de análise.....	57
3.1.1 Corpus	58
3.1.2 Unidade de análise e tratamento do material.....	60
3.2 Metodologia - Etapa 1 - caracterização dos atores e de suas experiências de comunicação	61
3.3 Metodologia - Etapa 2 - identificação dos atores do processo de representação.....	63

3.4 Metodologia - Etapa 3 - análise do discurso de representação	68
3.5 Questões centrais e análise comparativa	70
4 CARACTERIZAÇÃO DO DEBATE E DOS ATORES ANALISADOS	73
4.1 Lei de Cotas: tramitação no Congresso e debate na sociedade.....	73
4.2 Cotas, movimentos sociais negros e luta por ações afirmativas e educação	76
4.3 Caracterização dos atores e de suas experiências de comunicação	79
4.3.1 O empreendedor Dojival Vieira e a Agência de Notícias Online Afropress	80
4.3.2 O empreendedor Humberto Adami e seu blog	85
4.3.3 Geledés - Instituto da Mulher Negra e Portal Geledés.....	89
4.3.4 Instituto de Mídia Étnica e rede social Correio Nagô	94
5 ELEMENTOS E DISCURSOS DO PROCESSO REPRESENTATIVO: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	101
5.1 Dados gerais do material: ator, ano, autores e fontes da postagem.....	101
5.2 Centralidade e momento da discussão	103
5.3 Elementos do processo representativo: demandas e atores envolvidos	104
5.4 Discurso de representação: justificção, responsividade e respeito.....	112
6 A PLURALIDADE DOS REPRESENTANTES NÃO ELEITORAS E OS PROCESSOS DE INCLUSÃO: ANÁLISE COMPARATIVA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	124
6.1 Diferenças comunicacionais entre representantes	125
6.2 Diferentes atores, diferentes demandas?	131
6.3 Sobre variedade de estratégias políticas e relações entre representantes	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	163
APÊNDICE A - Lista de entidades e experiências de comunicação online.....	174
APÊNDICE B - Roteiro das entrevistas semi-estruturadas.....	185
APÊNDICE C - Livro de códigos	191

INTRODUÇÃO

A tese “Representação Política e Movimentos Sociais Negros no Brasil: um estudo sobre as experiências de comunicação online de ativistas e entidades” se destina a identificar como diferentes atores de um movimento social utilizam suas experiências de comunicação no processo de representação não eleitoral. Para isso, estudo o caso dos movimentos sociais negros brasileiros (MSNs) em sua fase contemporânea, cuja comunicação é predominantemente online. Proponho uma análise comparativa de quatro experiências de comunicação desenvolvidas por diferentes atores – duas organizações não-governamentais e dois empreendedores da causa negra – especificamente acerca do debate sobre a Lei de Cotas (nº 12.711/2012). Esse recorte permite identificar e analisar as características dos diferentes atores e de suas experiências de comunicação, considerando três questões centrais para pensar a representação política exercida por movimentos sociais: demandas prioritizadas, variedade de estratégias entre representantes, e diferenças comunicacionais.

Esta tese apresenta os seguintes objetivos específicos: (1) construir um panorama dos principais atores dos movimentos negros contemporâneos – empreendedores da causa negra, coletivos e entidades – que possuem experiências de comunicação online; (2) compreender quais demandas representativas são prioritizadas e sob quais aspectos isso é feito nas experiências de comunicação dos diferentes atores dos movimentos sociais negros; (3) identificar as estratégias utilizadas no processo representativo, com destaque para as relações entre diferentes representantes políticos, eleitorais e não eleitorais; e (4) compreender como diferentes representantes de um movimento se diferenciam em termos de dinâmicas comunicacionais.

Ciente da diversidade característica de um movimento social, a presente pesquisa tenta suprir uma lacuna nos estudos acerca da interface entre movimentos sociais, democracia e comunicação, que ainda hoje possui poucas interseções. A temática da representação política não eleitoral é ainda menos desenvolvida nesse tipo de estudo. No caso das pesquisas sobre os movimentos sociais negros no Brasil, não há trabalhos a partir dessa perspectiva. Aliás, ainda se sabe muito pouco sobre os movimentos sociais negros. Abdias do Nascimento (1997 *apud* CAMPOS CUNHA, 2003, p. 56) já apontou que o motivo para isso vem da própria trajetória da comunidade negra, historicamente alijada de recursos políticos e econômicos, o que distanciaria os holofotes da esfera pública em relação às lutas negras, tão antigas quanto plurais. Assim, o campo de pesquisa ainda requer ampliação. O avanço dos estudos nesta área deve basicamente reconhecer as características diversas e plurais dos movimentos. Isso justifica, por exemplo, o uso da expressão “movimentos sociais negros”. Afinal, como explica Santos (2007, p. 67) são “várias as formas de lutas, em diferentes instâncias de atuação, ante as várias entidades negras de combate

ao racismo, bem como suas várias formas de linguagens, ações, instrumentos”. E foi com base nessa diversidade que os MSNs, em diversas fases e com distintas estratégias, lutaram pela cidadania da população negra (CARNEIRO, 2002a, 2003; CAMPOS CUNHA, 2003; CUNHA JUNIOR, 2003; PEREIRA, 2007, 2010; PINTO, 2013) e, especificamente, por uma educação de qualidade para essa parcela da população, incluindo a necessidade de políticas afirmativas nessa área (CARNEIRO, 2002a; SANTOS, 2007; JACCOUD, 2008; FERES JÚNIOR; DAFLON, 2014).

Nesse processo de luta, a comunicação, mediada ou não, foi fundamental. A atuação com e nos *media*, por exemplo, sempre foi relevante na história dos MSNs. Não sem razão, a esfera midiática é uma das várias esferas sociais que influenciam a trajetória de constituição da negritude no Brasil (COGO; MACHADO, 2010). De uma forma geral, as pesquisas feitas até agora sobre objetos semelhantes ao desta tese (SOUZA, 2006; MACHADO, 2008; CHAVES, 2009; COGO; MACHADO, 2010; MACHADO; CHAVES, 2012; TRAPP, 2013) entendem as experiências de comunicação do movimento negro como ferramenta e espaço de (1) mobilização, (2) geração e distribuição de conteúdo visando a denúncia de discriminação e desigualdade raciais, (3) formação de uma memória coletiva de identidades e demandas e (4) constituição pública de representações plurais da população negra. Esses estudos já ressaltam a existência da multiplicidade de concepções políticas, estratégias e discursos, muito embora não proponham nenhum tipo de mapeamento de como essas diferenças acontecem dentro do movimento e da comunicação desenvolvida. Algumas questões ainda não são respondidas. É possível identificar grupos de natureza distinta entre os atores dos movimentos sociais negros? Em que eles se diferenciam? Como isso se expressaria na comunicação online desenvolvida e nas demandas publicizadas? Ademais, no que tange os produtos midiáticos mais recentes dos movimentos negros, há apenas pesquisas localizadas (SEBASTIÃO, 2007; SANTOS BOTELHO, 2008; BOTELHO et al, 2011; LIMA JUNIOR, 2009; COGO; MACHADO, 2010; SANTOS BOTELHO, 2012). A tese pretende, assim, fornecer um panorama atual sobre a comunicação desenvolvida por esses importantes atores da sociedade civil brasileira e avançar na compreensão das experiências de comunicação ao focalizar o problema da representação política não eleitoral.

Para isso, a pesquisa está fundamentada nas discussões atuais sobre representação política, que ressaltam o caráter dinâmico e onipresente do fenômeno e em cujo processo os movimentos sociais são vistos como centrais (URBINATI; WARREN, 2008; WELDON, 2011; DELLA PORTA, 2011). Para apoiar essa escolha, reforço a ideia de que o processo de representação política é eminentemente discursivo, tendo o argumento como base da resolução de conflitos e formação de relações. Por isso, proponho um diálogo entre duas importantes correntes teóricas acerca da representação política – uma baseada do pragmatismo de Michael Saward (2006, 2009, 2010) e outra influenciada pela ética discursiva de Habermas (1989). Com essa proposta teórica e

dialogando com a literatura própria sobre os movimentos sociais negros, pretendo aprofundar o conhecimento já existente sobre os movimentos sociais como representantes não eleitorais, destacando a pluralidade de atores, discursos e perspectivas características de um movimento. Interessa-me saber: Quais preferências e posições são construídas nas trocas discursivas realizadas pelos diferentes atores que compõem um movimento social? Como cada tipo de ator configura esse processo de representação? Quais interesses e modos de interação são acionados por cada ator e em diferentes cenários discursivos? Esse cenário também muda a depender dos setores para onde os discursos representados são direcionados? Indagações como essas guiarão os capítulos da tese. O Capítulo 1 da tese discorre exatamente sobre essa proposta teórica e reflete sobre as características dos movimentos sociais enquanto representantes políticos não eleitorais, abordando o papel de atores distintos e suas especificidades.

A pesquisa também compartilha o entendimento de que a comunicação que os movimentos sociais desenvolvem na internet diz da visão e das práticas de democracia de cada movimento (DELLA PORTA, 2011). É importante ressaltar que a atuação com e nos *media* sempre foi relevante na história dos movimentos sociais negros brasileiros, objeto desta tese. A chamada imprensa negra, por exemplo, é tida como marco inicial dos movimentos sociais negros em seu formato moderno¹, sendo embrião das primeiras organizações. Não haveria como contar a história desses movimentos sem falar dessa imprensa ou usar informações por ela veiculadas para compreender as referências teóricas e as estratégias de organização e mobilização do movimento (ALBERTI; PEREIRA, 2007a; PEREIRA, 2007). Ao longo das décadas, essas experiências foram diversificadas. Hoje, são blogs, portais, perfis e páginas em sites de redes sociais, além de algumas iniciativas impressas. A tese pensa essas experiências de comunicação a partir da necessidade já apontada pela literatura de construir uma perspectiva relacional, que considere diferentes atores, interações e concepções políticas dos movimentos sociais (DELLA PORTA, 2011; CAMMAERTS; MATTONI; MCCURDY, 2013). No Capítulo 2, apresento como as interseções entre estudos sobre movimentos sociais e modelos de democracia são úteis para se compreender a comunicação dos movimentos, com ênfase nas práticas comunicacionais na internet. Além disso, trago uma breve história comunicacional dos movimentos negros no Brasil e apresento a noção de “culturas” dos

¹ Esse formato se refere ao que Domingues (2007) chama de “movimento político de mobilização racial negra”, que parte do final do século XIX, no pós-abolição e início da República brasileira. A tese prioriza a fase contemporânea desse movimento, iniciada na década de 1970 (PEREIRA, 2007, 2010). No entanto, ressalto que as lutas negras sejam bem mais que seculares. As lutas começaram quando ao Brasil chegaram africanos escravizados. Foram dede suicídios, fugas, “infanticídios cometidos pelos genitores com a finalidade de libertar os recém-nascidos do seu mesmo destino como escravos”, assassinatos “de senhores, feitores, capitães-do-mato, até a luta organizada, nos quilombos e em outros movimentos de revolta coletiva, tais como as guerrilhas e as insurreições urbanas” (CAMPOS CUNHA, 2003, p. 57).

movimentos sociais – de organização, estratégia, tomadas de decisão, e de comunicação online (KAVADA, 2013) –, como alternativa de abordagem das práticas comunicacionais dos movimentos, também útil para pensar a ação desse tipo de representação política.

Para operacionalizar os entendimentos teóricos expostos nos capítulos 1 e 2 e responder aos objetivos da tese, desenho, no Capítulo 3, uma metodologia que (1) parte do caráter processual e discursivo da representação política e que por isso tem forte interface com a democracia discursiva e deliberativa, e (2) reconhece a pluralidade de um movimento social, no tocante a seus atores e suas culturas democráticas e de comunicação. Ademais, a metodologia desenhada se dialoga com uma base conceitual sistêmica em suas premissas. Isso é feito para dar conta da pluralidade do processo da representação e do movimento social em si. Para isso, dialogo com três propostas metodológicas: a que tenta caracterizar as diferentes culturas dos movimentos sociais entre elementos mais horizontais e verticais (KAVADA, 2013); uma diretamente ligada à teoria da representação discursiva (KOOPMANS; STATHAM, 1999, 2009) e outra de bagagem deliberacionista, o Discourse Quality Index (DQI) (STEENBERGEN et al, 2003; STEINER et al, 2004; STEINER, 2012). Em linhas gerais, serão quatro etapas de análise. A primeira é a caracterização dos atores e de suas experiências quanto às suas diferentes culturas democráticas: estratégia, organização, tomada de decisão, e comunicação online. A segunda etapa se refere à identificação dos elementos do processo representativo: demandas, reivindicantes, destinatários, objetos diretos, atores apoiadores, e atores oponentes ou criticados. A terceira mensura a qualidade do discurso de representação, observando nível de justificação, conteúdo de justificação, uso de histórias e testemunhos, respeito e responsividade. A quarta e última etapa é a análise comparativa, diretamente inspirada em uma base conceitual sistêmica, onde procuro identificar as especificidades e semelhanças entre os tipos de representantes analisados. Trabalho com experiências de comunicação online de quatro atores dos movimentos negros, dois empreendedores da causa negra e duas entidades:

Empreendedores da causa negra

1. Dojival Vieira - Agência de Notícias Afropress
<http://www.afropress.com/>
2. Humberto Adami, Blog do Humberto Adami
<http://humbertoadami.blogspot.com.br/>

Entidades

3. Geledés Instituto da Mulher Negra - Portal Geledés
<http://www.geledes.org.br/>
4. Instituto de Mídia Étnica - Rede Social Correio Nagô (seção de blogs)

<http://correionago.ning.com/>

A escolha foi feita a partir de levantamento, realizado entre outubro de 2013 e julho de 2016, de atores dos movimentos sociais negros contemporâneos que possuem experiências de experiências na internet. Desse levantamento, escolhi quatro experiências que pertencessem a atores representativos no movimento e optei por atores que favorecessem uma diversidade de história e ações e cujas experiências de comunicação tivessem boa atualização das informações e continuidade de postagens. Também escolhi experiências que permitissem maior pluralidade de plataformas (sites, blogs, redes sociais etc.). Além disso, foram selecionados atores que tivessem publicado durante 2012. Isso por conta do recorte temático da tese, acerca do debate sobre a Lei de Cotas (nº 12.711/2012).

A temática das cotas na educação pública se destaca pela extensa trajetória de debates na sociedade brasileira e pela importância dentro da luta dos movimentos negros no Brasil. O projeto de lei que previa a criação de cotas nas instituições federais de ensino começou a tramitar no Congresso Nacional em 1999. O tempo até a aprovação em 2012 é sintomático da dificuldade histórica da sociedade brasileira em tematizar o racismo e a discriminação e aprovar políticas públicas que combatam esses problemas (JACCOUD; BEGHIN, 2002; THEODORO, 2008). Outro ponto relevante dessa temática é a importância dela para a agenda dos movimentos negros no País, que possui hoje uma agenda com forte apelo afirmativo e compensatório e que passou a encontrar ressonância nas ações governamentais, principalmente desde 2003, com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República.

Definido esse critério temático e temporal da discussão sobre essa Lei em específico (2011 a 2013), chegou-se a um total de 175 postagens a serem analisadas nas quatro experiências de comunicação. No Capítulo 3, apresento toda a proposta metodológica, os critérios para a escolha do material e os procedimentos de coleta. O Capítulo 4 expõe os resultados da primeira parte da análise: a caracterização dos atores. Faço isso não sem antes situar a ação desses representantes no contexto do debate acerca da Lei de Cotas, nº 12.711/2012, que delimita o recorte temporal e temático da tese. Para isso, o capítulo traça o percurso de discussão da Lei de Cotas na sociedade brasileira e da luta dos movimentos sociais negros por ações afirmativas e por políticas de educação. Em seguida, caracterizo os quatro atores e suas experiências de comunicação no tocante a sua natureza democrática e comunicacional, dialogando com a abordagem desenvolvida por Kavada (2013).

No Capítulo 5, apresento os resultados gerais das duas outras etapas da análise, que partem do caráter processual e discursivo da representação política. Nesse capítulo, apresento os dados gerais sobre demandas vocalizadas nas quatro experiências de comunicação e os atores

envolvidos no processo de representação: reivindicante, destinatário, apoiadores, atores oponentes ou criticados, e objeto direto. Também apresento os resultados de como os representantes escolhidos nesta tese se envolvem no debate acerca da Lei de Cotas e se dirigem a outros representantes: nível de justificação, conteúdo da justificação, uso de histórias de vida, responsividade e respeito. Alguns dados apresentados nesse capítulo são mais profundamente discutidos no capítulo seguinte.

O Capítulo 6 apresenta a análise comparativa e explora as questões centrais acerca do processo representativo. Nele, identifico como cada tipo de ator dos movimentos sociais negros escolhe moldar os fluxos discursivos que perpassam suas experiências de comunicação online e o que esses fluxos significam no processo de representação política. Para isso, utilizo os resultados das três fases da análise e os analiso comparativamente. Uma inspiração sistêmica é útil para a construção desse mapa, já que nela a representação é vista não como uma ação singular de cada indivíduo ou de uma instituição, mas como um processo dinâmico de onde emergem várias atividades, que acontecem em diferentes esferas e momentos (LAVALLE et al, 2006; URBINATI; WARREN, 2008; DRYZEK; NIEMEYER, 2008; SAWARD, 2009; ALMEIDA, 2013, p. 180). O capítulo está organizado a partir de três questões que considero fundamentais para compreender o processo representativo no caso de movimentos sociais: (1) diferenças comunicacionais; (2) variedade de estratégias argumentativas e não argumentativas entre representantes; e (3) demandas priorizadas. Investigo essas questões centrais com o intuito de buscar respostas que respeitem as características da representação exercida por atores de movimentos sociais: a pluralidade interna dos movimentos e o trabalho discursivo através do qual os diferentes tipos atores de um mesmo movimento se engajam. Em termos da análise comparativa, esse esforço se dá como explicado a seguir. Na primeira questão central – diferenças comunicacionais –, o objetivo é identificar como distintos tipos de representantes desenvolvem suas experiências de comunicação online em distintos contextos políticos e organizacionais. Na segunda e na terceira questões, atento para os fluxos discursivos gerados por esses diferentes atores no processo de representação. Na segunda questão – demandas priorizadas –, trabalho com o fato, por exemplo, de que, no período analisado, os atores, independentemente do tipo, são unânimes a favor das cotas, mas se diferem nos tipos de demandas vocalizadas e na forma como eles o fazem. A terceira questão – variedade de estratégias – foca na relação dos atores analisados com outros representantes políticos, fora e dentro dos movimentos negros.

A tese termina com algumas considerações finais sobre os resultados e objetivos alcançados. A pesquisa corrobora a visão de que a centralidade da internet e das novas plataformas digitais nas ações dos movimentos contemporâneos também se dá nos atores dos movimentos sociais negros analisados. Mas como são atores de natureza e culturas distintas, eles tendem a

usar essas plataformas de maneiras também diferentes, o que reverbera na constituição dos processos representativos. Notamos características semelhantes e destacamos que as especificidades estão ligadas a dois fatores: (1) a natureza mais vertical ou horizontal das culturas e, (2) no caso dos ativistas, ao contexto de atuação de cada ator. Nas considerações finais, também abordo as dificuldades encontradas durante a pesquisa e as limitações da análise. Além disso, apresento algumas indicações de abordagens teóricas e metodológicas que precisam ser melhor pensadas para que esse campo de estudo, da interface entre democracia, comunicação e movimentos sociais, possa dar conta das especificidades de atuação de atores tão diversos e plurais como os movimentos sociais negros no Brasil.

1 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NÃO ELEITORAL E CAMINHOS DELIBERATIVOS: ENTRE O PRAGMATISMO E A ÉTICA DISCURSIVA

A temática da representação não eleitoral tem atraído crescente atenção nos debates políticos contemporâneos. Alguns pesquisadores têm se debruçado sobre o caráter atual e dinâmico desse fenômeno (SAWARD, 2006; DRYZEK; NIEMEYER, 2008; WELDON, 2011; MAIA, 2012b), geralmente negligenciado frente à representação eleitoral, principalmente a legislativa. Se considerarmos os limites dessa representação eleitoral para inclusão e pluralidade (LAVALLE et al, 2006), a contínua discursividade nos espaços informais da vida cotidiana, e a ideia de uma esfera pública pluralística, o fenômeno da representação não eleitoral tende a ser cada vez mais importante para processos de expansão e aprofundamento democrático (URBINATI; WARREN, 2008; MAIA, 2012b)².

Mas a pluralidade das formas de representação não eleitoral coloca uma série de desafios teóricos (ALMEIDA, 2013, 2014), entre eles o lugar dos movimentos sociais, que têm sido vistos como um dos responsáveis por trazer as perspectivas diversas que devem existir no processo democrático. O tipo de representação que eles exercem pode significar formas vitais de políticas democráticas na medida em que eles usam tanto modalidades convencionais quanto formas inovadoras de expressão política – um amplo conjunto de estratégias políticas e a estreita relação com outras formas de representação, formais e informais – e, dessa forma, melhoram o modo como grupos marginalizados são representados (Weldon, 2011, p. 4-11). Por isso, como Urbinati e Warren (2008, p. 389) apontam, é necessário “desenvolver novas ferramentas e análises críticas que são sensíveis a estas novas formas de influência política e as formas indiretas de poder”.

Este capítulo se debruça, então, sobre as especificidades dos movimentos sociais como representantes políticos não eleitorais. Muito já tem sido observado sobre a pluralidade de estratégias e relações dos movimentos sociais como representantes não eleitorais (WELDON, 2011). Destaca-se seu papel inclusivo, de melhor traduzir demandas de grupos marginalizados e de maior identificação com esses grupos (WELDON, 2011; SAWARD, 2009) e, por isso, já são entendidos como imprescindíveis ao aprofundamento democrático. Destaca-se também a diversidade de estratégias que eles utilizam no processo representativo, de grupos de pressão a atos públicos e de desobediência civil, além das distintas relações que mantêm com outros diferentes representantes, eleitorais e não eleitorais, na tentativa de transformar demandas em políticas.

² Sobre as noções históricas de representação e seus dilemas clássicos ver Pitkin (1967, 2006 [1989]), Manin (1989) e Garcêz (2015).

Embora já se tenha discutido bastante sobre o processo de formulação e defesa de demandas representativas não eleitorais, o caráter discursivo desse processo permanece pouco explorado. O que este trabalho propõe reforçar é a ideia de que esse processo de representação política é eminentemente discursivo, tendo o argumento como base da resolução de conflitos e formação de relações. Por isso, proponho fazer aqui um diálogo entre duas importantes correntes teóricas acerca da representação política – uma baseada no pragmatismo de Michael Saward e outra influenciada pela ética discursiva de Habermas. Com essa proposta teórica, este trabalho pretende aprofundar o conhecimento já existente sobre os movimentos sociais como representantes não eleitorais, relacionando (1) a pluralidade interna dos movimentos e (2) o trabalho discursivo no qual os diferentes atores de um mesmo conjunto se engajam. Nas próximas páginas, segue uma reflexão sobre se e como distintos atores significam distintas escolhas discursivas e estratégias representativas.

Este trabalho estuda o caso específico dos movimentos sociais negros no Brasil, representantes não eleitorais da luta negra no País. Assim, a primeira seção do capítulo traz uma breve e geral apresentação do objeto, pontuando importantes características históricas desses movimentos. A segunda seção detalha a escolha teórica do trabalho, e a terceira e última seção traz uma reflexão sobre as características dos movimentos sociais enquanto representantes políticos não eleitorais, abordando o papel de atores distintos e suas especificidades a partir da escolha teórica da tese.

1.1 INFORMAÇÕES BASILARES SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS NO BRASIL

Os movimentos sociais negros podem ser considerados uns dos mais antigos da sociedade brasileira. Característica temporal diretamente ligada à importância da temática racial na história nacional. Como explica Átila Roque (2009, p. 261) sobre as questões ligadas à população negra do Brasil, até pouco tempo “a esfera pública construída pela nossa limitada democracia não tinha espaço para o tema racial”. Segundo o autor, esse silêncio teria deixado negros e negras em uma espécie de “solidão civil”, colocando para essa parcela da população os piores índices no tocante à educação, saúde, emprego e renda, e segurança pública (HERINGER, 2002, 2003; IPEA, 2008). No entanto, esse cenário de quase silêncio em torno da temática foi modificado principalmente a partir dos anos de 1970, muito pela ação dos movimentos negros. Como Rousiley Maia (2001) afirma, é a ação discursiva dos atores que determina, em grande parte, se algo é de interesse comum ou não. E assim aconteceu com os referidos movimentos, responsáveis por incluir o tema racial na esfera pública brasileira.

Neste trabalho, compartilho a visão de Amílcar Araújo Pereira (2007, p. 235), que

caracteriza os movimentos negros como o conjunto formado por todos os indivíduos, organizações e entidades “que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc.”. Como essa luta é mais que secular, é necessário construir um recorte temporal para desenvolver esta tese. Como explica Abdias do Nascimento (1997 *apud* CAMPOS CUNHA, 2003, p. 57), a luta negra começou quando africanos escravizados chegaram ao Brasil e se ela dava de várias formas: suicídio, fugas, infanticídios com a finalidade de libertar os recém-nascidos do destino da escravidão, “assassinato de senhores, feitores, capitães-do-mato, até a luta organizada, nos quilombos e em outros movimentos de revolta coletiva, tais como as guerrilhas e as insurreições urbanas”. Frente à violência física e simbólica, os negros organizaram suas estratégias de luta por resgate da “liberdade e da dignidade coletiva” (CAMPOS CUNHA, 2003, p. 58).

Reconhecendo esse caráter histórico das lutas negras, o representante político que será analisado nesta tese é o “movimento político de mobilização racial negra” (DOMINGUES, 2007) em sua fase contemporânea (PEREIRA, 2007, 2010). Esse movimento político de mobilização racial negra de que fala Domingues parte do final do século XIX, no pós-abolição e início da República brasileira. Nesse período, negros, na maioria recém-libertos e marginalizados, começaram a se organizar em um movimento político para lidar com as consequências de preconceitos e discriminações ainda vigentes. Vieram, então, os primeiros grêmios e associações em várias partes do País. Congregavam os chamados “homens de cor” e buscavam a integração dos negros à sociedade brasileira. Mas a primeira menção ao termo “movimento negro” só viria em 1934, no jornal da Frente Negra Brasileira. Nele, lideranças negras se referiam pela primeira vez “à existência de um movimento negro e à sua contribuição para a melhoria do negro” (PINTO, 2013, p. 195). No entanto, a expressão só passou a ser utilizada de forma recorrente pelos militantes negros a partir da década de 1970, quando começa a fase contemporânea dos movimentos sociais negros. Segundo Pereira (2007, p. 237), a criação do Movimento Negro Unificado (MNU) e o seu ato público de lançamento em 7 de julho de 1978 foram os marcos da difusão do termo “movimento negro” como aglutinador das ações daquela época.

Os movimentos negros chegavam, então, a sua fase contemporânea, diferenciando-se das fases anteriores ao: (i) denunciar constantemente a ideia do Brasil como uma democracia racial; (ii) aproximar-se forte e quase exclusivamente das organizações de esquerda; (iii) ter como referência cultural e política a diáspora negra, as lutas de libertação na África e pelos direitos civis nos Estados Unidos; e (iv) lutar pelo dia 20 de novembro como símbolo da luta, cultura e história negras no Brasil (PEREIRA, 2007, p. 238-239). Foi exatamente isso que a criação do Movimento Negro Unificado conseguiu aglutinar. Embora não tenha unido os principais grupos políticos, nem conseguido reunir um número significativo de pessoas, o MNU teve um papel imprescindível já que

sintetizou “os marcos teóricos das propostas da década de 1970 com relação ao combate ao racismo, [...] se reproduziu em vários estados e realizou uma ação política expressiva na área dos sindicatos e dos partidos políticos de esquerda” (CUNHA JUNIOR, 2003, p. 52).

Obviamente que o MNU apenas representou um marco inicial da fase contemporânea dos movimentos sociais negros, não significando sua totalidade. Como nas fases anteriores dos MSNs, as experiências tinham naturezas diversas (GUIMARÃES, 2001, 2002). Eram várias experiências de associativismo, com diferentes processos de socialização, esforços de organização, disputas por posição e por ideias, definição de objetivos, articulações internas externas, além de diferentes participações em movimentos internacionais e órgãos governamentais³ (GOMES, 2007, p. 10). Como afirma Pereira (2007, p. 235), a pluralidade é característica histórica dos movimentos negros, o que não poderia ser diferente em sua fase contemporânea.

Para os propósitos desta pesquisa, cabe destacar no tocante à diversidade de atores, como apresentado na introdução desta tese, que *entidades, coletivos e empreendedores da causa negra* sempre formaram os movimentos negros brasileiros e foram responsáveis por levar a causa negra à discussão pública e às esferas de decisão política. Eram associações e grêmios de constituição legais, grupos setoriais – como os de trabalhadores, mulheres e até militares negros –, além de ativistas individuais que agiram a seu modo e segundo suas especificidades de formação, organização, nível de formalidade, temática e público. Com diferentes escolhas no tocante às estratégias institucionais – de aproximação e participação nas esferas formais de poder – e comunicacionais – base fundamental para a organização do movimento político, como discutirei nos capítulos seguintes – os movimentos negros se configuraram como um dos representantes políticos não eleitorais centrais na sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2015).

Essa questão da diversidade é importante porque, destaque, é objetivo deste trabalho entender como a pluralidade característica dos movimentos negros contemporâneos se traduz em suas estratégias de representação e como, a partir dessa diversidade, pontos comuns e díspares podem ser vistos nos discursos representativos. Em outras palavras, o que cada tipo de ator – entidade ou empreendedor individual – traz ao processo de representação e em quais pontos (preferências, posições, interesses, modos de interação) os discursos empreendidos por eles se comunicam ou se distanciam. Para responder essas perguntas, construo meu quadro teórico a partir de duas fontes – uma baseada do pragmatismo de Michael Saward e outra influenciada pela ética discursiva de Habermas – apresentadas a seguir.

³ Como aponta Domingues (2007), essa luta não se restringe somente aos negros. Como em outros movimentos, compartilham a luta e o desejo de mudança outros sujeitos não diretamente atingidos pelos problemas ou não diretamente beneficiados pelas políticas demandadas.

1.2 QUADRO TEÓRICO: ENTRE O PRAGMATISMO DE SAWARD E A ÉTICA DISCURSIVA DE HABERMAS

Uma série de autores desenvolveram noções para responder aos desafios teóricos colocados pelas novas formas de representação, como aquelas exercidas pelos movimentos sociais, (AVRITZER, 2007, DRYZEK; NIEMEYER, 2008; YOUNG, 2000; LAVALLE et al, 2006; URBINATI, 2006). Em linhas gerais, essas noções focam nos processos que se referem mais a perspectivas e valores, não apenas pessoas, e que enfatizam a ausência de procedimentos formais de eleição e prestação de contas (GARCÊZ, 2015, p. 80). As lacunas de representatividade e inclusão deixadas pelas experiências de representação eleitoral fizeram com que as formas não eleitorais fossem vistas como forma de melhorar a representação de grupos excluídos ou marginalizados (SAWARD, 2009) e, de uma forma geral, como um caminho, complementar à forma eleitoral, para expandir e aprofundar a democracia (URBINATI; WARREN, 2008, p. 389). Isso é feito através de uma multiplicidade recente e crescente de atores que reivindicam a representação no âmbito do discurso público. São desde representantes autoautorizados que se apresentam em nome de interesses de grupos, pessoas e nações, – como grupos de interesse, da sociedade civil, organizações de *advocacy*, não governamentais, ativistas individuais, etc. – até cidadãos que atuam em experiências de participação e deliberação promovidas por governos e outras entidades (URBINATI; WARREN, 2008, p. 403).

1.2.1 Um fenômeno processual e discursivo

Essa ampliação do conceito de representação tem, em linhas gerais, duas características fundamentais: *a dimensão processual e o caráter construtivo*. Ou seja, a representação vem sendo compreendida, cada vez com maior acuidade, como um processo que se desloca continuamente no tempo e no espaço e está em permanente construção (ALMEIDA, 2014, p. 176). Partindo dessas características, opto por compartilhar a visão de Michael Saward (2006, 2009, 2010), para quem a ideia de demandas representativas é central para pensar a representação. A ideia chave de Saward é a de que uma pessoa nunca é totalmente representada em termos de interesses e identidade. Isso significa que representação não pode ser um fato ou uma posse, mas sobre uma demanda (*claim*). Essa forma de pensar a representação abre, por exemplo, possibilidade de legitimidade das formas de representação não eleitoral (SAWARD, 2009, p. 3).

Por não ser um fato, a representação se caracterizaria assim como um processo de construção de demandas na medida em que a demanda “é feita ou construída por alguém, para alguém e para uma finalidade” (SAWARD, 2009, p. 13). Envolve, em igual medida, um processo de

recebimento de demandas – porque “demandas representativas apenas funcionam, e até existem, se as audiências as conhece de algum modo e são capazes de absorver ou rejeitar ou aceitá-las ou, de em caso contrário, engajar-se com elas”⁴ (2009, p. 13). A proposta de Saward para operacionalizar esse processo é pensar a representação através de alguns elementos: aquele que faz uma representação (*maker*) invoca um sujeito (*subject*) que está para um objeto (*object*), que por sua vez se relaciona a um referente (*referente*) e é oferecido para uma audiência (*audience*)⁵ (SAWARD, 2006, p. 36). Em outras palavras, quem representa, o que representa, a quem representa e para quem representa.

Esse processo elaborado por Saward se pauta em uma característica que é importante para a proposta desta tese: *o caráter discursivo da representação*. Entendemos que a visão de Saward tem diálogo estreito com a representação discursiva de que falam Dryzek e Niemeyer (2008). Eles defendem o argumento de que, como uma pessoa nunca pode ser representada em sua totalidade, o que se representa na verdade são discursos. Assim acontece nos processos representativos cotidianos. No caso das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e indivíduos, por exemplo, eles representam um discurso sobre direitos ou temas e não um conjunto específico de pessoas (ALMEIDA, 2013, p. 178). Pensando no que seria mais democraticamente interessante, o que seria melhor: mais pessoas representadas ou mais discursos representados? Como afirmam Dryzek e Niemeyer (2008, p. 481), seja uma representação formal, informal ou uma mistura de ambas, pensar a representação em termos de discursos pode ajudar a fazer a política mais racional ao mesmo tempo em que se incentiva o respeito à autonomia individual e aumenta a possibilidade de se representar mais aspectos do indivíduo.

Esse caráter processual e discursivo da representação traz novas perspectivas também para pensar a legitimidade desse fenômeno. É refletindo sobre essa característica que Maia (2012b) ressalta a forma como alguns problemas da representação não eleitoral podem ser superados. Segundo ela, é principalmente nas interações discursivas que a legitimidade da representação pode ser construída e que os representantes podem refletir sobre suas posições e talvez mudá-las. Seria a necessidade de uma *accountability* discursiva, onde quem e aquilo que é representado precisa ser constantemente justificado. Isso não quer dizer, claro, que o representante seja um mero “delegado” de discursos, mas que as mudanças nos discursos que ele representa devem e precisam

⁴ No original: “it is made, or constructed, by someone, for someone, and for purpose” (2009, p. 13); “representative claims only work, or even exist, if ‘audiences’ acknowledge them in some way, and are able to absorb or reject or accept them or otherwise engage with them” (2006, p. 303).

⁵ No original: A maker of representations (M) puts forward a subject (S) which stands for an object (O) that is related to a referent (R) and is offered to an audience (A).

ser justificadas (DRYZEK; NIEMEYER, 2008, p. 490).

A perspectiva discursiva traz ainda uma vantagem metodológica: discursos podem ser mensurados e descritos (DRYZEK; NIEMEYER, 2008, p. 482). Como defende Garcêz (2015, p. 82), ao priorizarem o caráter discursivo, abordagens como a de Saward colocam a linguagem no centro dos processos de representação. Isso se traduziria em maior espaço para a imprevisibilidade característica da linguagem, o que possibilita a visibilidade de novas perspectivas. Perspectivas essas que podem ser apresentadas por meio de vários modos comunicativos (o que é particularmente importante para esta tese), inclusive através dos meios de comunicação.

1.2.2 A perspectiva deliberacionista: discurso e inclusão

A atenção ao predomínio da linguagem pode ser um caminho de resposta para a afirmação de Urbinati e Warren (2008, p. 389) de que é preciso desenvolver novas ferramentas e análises críticas que sejam sensíveis às novas formas de influência política e às formas indiretas de poder. A abordagem que defendo para isso está relacionada à segunda premissa teórica da tese: *o diálogo com a perspectiva deliberacionista*. Defendo que a representação política pode ser compreendida a partir do entendimento, já observado em Saward e outros teóricos da representação discursiva, de que representação e participação são "formas conexas que constituem o *continuum* da ação política nas sociedades modernas" (URBINATI, 2000, p. 759), e não propostas alternativas. A representação é assim vista como uma forma intrinsecamente moderna de relacionar participação e julgamento político⁶ (URBINATI; WARREN, 2008, p. 402) e exatamente por isso teria afinidade com a política deliberativa.

O primeiro ponto de reflexão sobre essa perspectiva é o entendimento da democracia deliberativa como discursiva (DRYZEK, 1990) e, a partir daí, as possibilidades de expressão da liberdade comunicativa (BOHMAN, 2012). Para explicar melhor essa abordagem, trago a noção de representação discursiva de Dryzek e Niemeyer (2008). Esses autores enfatizam a geração e o engajamento de discursos que acontecem tanto nas instituições quanto na pública esfera, onde, assim, a opinião pública é formada e transmitida à esfera de decisão. A partir dessa discursividade inerente à democracia deliberativa, eles argumentam que é mais interessante para a qualidade da deliberação que todos os discursos relevantes sejam representados do que todos os indivíduos o sejam (DRYZEK; NIEMEYER, 2008, p. 482, 484). Em outras palavras, a quantidade de

⁶ Destaco aqui a visão de modernidade e moderno de Urbinati e Warren. Não é objetivo deste trabalho se aprofundar no extenso debate filosófico acerca do tema.

representados nem sempre se traduz em quantidade de perspectivas que são necessárias ao amplo debate nas instituições e na esfera pública.

Essa abordagem da democracia discursiva, além ajudar a tornar o fazer político mais racional e respeitar a autonomia individual, torna a democracia deliberativa mais aplicável (DRYZEK; NIEMEYER, 2008, p. 481). Ela encara a deliberação como um encontro de discursos e, assim, fornece ânimo aos anseios das teorias contemporâneas (como as sobre representação política) na medida em que renova visões sobre a comunicação democrática e aposta na vivacidade dos discursos que podem existir na esfera pública (MENDONÇA, 2010, p. 59). Claro que essa abordagem discursiva não isenta a ação política de conflitos. Pensar a democracia e a representação em termos de discursos ajuda, inclusive, a lidar com eles. Os embates discursivos se apresentam como alternativa mais democraticamente interessante para pensar os desentendimentos do que outros tipos de ação, como barganha, agressão e chantagem (sobre o que tratarei mais adiante). Ademais, não se pode esquecer que nas escolhas discursivas há sempre interesses julgados válidos e outros não. Afinal, os discursos reforçam ou constroem pensamentos, falas e ações ao reconhecer alguns interesses como válidos e outros não (DRYZEK; NIEMEYER, 2008, p. 482). O desacordo e o embate discursivo que daí derivam são fundamentais para a discussão e o aprofundamento democráticos.

Essa perspectiva tem estreita ligação com a ética discursiva habermasiana, uma ética baseada nos pressupostos da comunicação, base da democracia deliberativa (VELOSO, 2011). Como fala Mendonça (2010, p. 61), a abordagem de Dryzek (1990, 2000), na verdade, parte da racionalidade discursiva de Habermas e traduz a teoria da ação comunicativa habermasiana para a teoria democrática. Habermas (1989, p. 12) argumenta que a ética do discurso se insere no círculo daquelas ciências que dizem dos fundamentos racionais do conhecer, do falar e do agir. Ao enfatizar o conteúdo normativo do uso linguístico voltado para a compreensão, Habermas coloca que a argumentação coletiva e o discurso prático pressupõem uma ética mínima, sendo guiada por alguns pressupostos. Pressupostos pragmáticos esses que são retirados das formas comunicativamente estruturadas da vida em geral, quando os sujeitos agem comunicativamente se orientando para o entendimento mútuo (HABERMAS, 1989, p. 4, 123-126; 1996, p. 109). A ética mínima apontada por Habermas com seus pressupostos de racionalidade, respeito, veracidade, igualdade e inclusão não indica orientações contedutísticas, como ele próprio diz, mas sim um processo que é discursivo e que, por isso, em construção (HABERMAS, 1989, p. 126; VELOSO, 2011). Essa visão é a base do entendimento da democracia deliberativa como discursiva, onde a noção de representação discursiva de Dryzek e Niemeyer (2008) encontra interseção e que esta tese ressalta como primeiro ponto de reflexão sobre a aproximação entre representação política e deliberação.

Essa mesma fonte faz Maia (2012b, p. 434) afirmar que “qualquer democracia justificada

em uma base ética deve considerar os indivíduos como moralmente ou politicamente autônomos e potencialmente capazes de codeterminar como eles querem viver suas próprias vidas” (tradução nossa). Isso significa que aqueles que se colocam como representantes discursivos precisam considerar que devem agir para que grupos ou pessoas marginalizadas possam, caso queiram, falar por si mesmos. Dessa forma, a legitimidade da representação não eleitoral é reforçada quando todos aqueles que se consideram pertencentes a um determinado grupo têm liberdade comunicativa e oportunidade de expor suas perspectivas (2012b, p. 434).

O segundo ponto de reflexão sobre a aproximação entre representação política e deliberação é compartilhada do pensamento de Bohman (2012). O autor segue o argumento de Urbinati e Warren e ressalta que "dados os limites do número de participantes, a deliberação do mundo real é inerentemente representativa" (tradução nossa) (2012, p. 76). A representação discursiva viria então somar ao princípio de inclusão da democracia deliberativa, resolvendo assim o problema de escala dos processos deliberativos (DRYZEK; NIEMEYER, 2008, p. 481, 485). Afirmação com a qual concordo em parte. Isso porque, como apontado no tópico acima, não se pode pensar a democracia em termos de números de pessoas praticantes dos processos democráticos. Afinal, como já abordado, é mais importante democraticamente que mais discursos sejam representados, não necessariamente mais indivíduos. Ainda assim, seguindo o princípio da inclusão discursiva, todos os interesses e perspectivas estariam mesmo representados? Indagações como essa serão discutidas nos capítulos posteriores.

O terceiro ponto de reflexão é pensar representação e deliberação a partir de uma perspectiva conceitual sistêmica, onde a representação não é mais vista como uma ação singular de cada indivíduo ou de uma instituição, mas é compreendida como um sistema de onde emergem várias atividades, esferas e momentos de deliberação (ALMEIDA, 2013, p. 180). Seria um processo ampliado, com arenas que se comunicam e redes discursivas que se confrontam e transformam normas e coletividades (MENDONÇA, 2010; BOHMAN, 2012; MAIA 2012b).

Bohman (2012, p. 73) explica que a representação é parte desse sistema deliberativo e atua com modos diversos em diferentes partes do sistema. Pensá-la a partir de uma perspectiva sistêmica seria compreender: (1) a presença de distintas perspectivas e distintas possibilidades de expressar a liberdade comunicativa, e (2) o papel desse leque de representantes para a realização (*achievement*) do poder comunicativo, na medida em que se recebe “a captação (*uptake*) de outros modos e locais dentro do sistema” e, assim, fazem-se recomendações e participa-se do processo de tomada de decisão (BOHMAN, 2012, p. 76). Além disso, como as várias formas de representação geralmente se sobrepõem e podem entrar em conflito umas às outras no âmbito da sociedade, uma inspiração sistêmica também seria útil exatamente por ajudar a observar "como as demandas são construídas, recebidas e julgadas" a partir de "um amplo conjunto de instituições e

práticas democráticas de representação" (MAIA, 2012b, p. 430). O argumento fundamental aqui é que "a compreensão recíproca e a troca de razões nas dinâmicas discursivas do fazer, contestar e apoiar uma demanda" exige uma percepção mais ampla, que considera "um conjunto mais amplo de julgamento político, em um *continuum* de ação política" (tradução nossa) (2012b, p. 438).

As duas premissas apresentadas acima – uma baseada no pragmatismo de Saward, a dimensão processual e o caráter construtivo da representação política, e outra baseada na ética discursiva de Habermas, que sustenta o diálogo com a perspectiva deliberacionista – desenvolvem-se lado a lado. Apesar de, por vezes, se comunicarem, meu argumento é que precisam dialogar melhor. Por isso, em resumo, proponho pensar a representação política não eleitoral como um processo de construção e recebimento de demandas e a partir de uma perspectiva eminentemente discursiva.

Parto da ideia de que os fluxos discursivos são a base da democracia e que as trocas comunicativas são o que permitem a construção de preferências e posições (DRYZEK; NIEMEYER, 2008; MENDONÇA, 2010) e de que não é possível pensar a democracia discursiva sem os processos necessários de representação (DRYZEK; NIEMEYER, 2008; SAWARD, 2009; BOHMAN, 2012). Por isso, as premissas aqui expostas reforçam a importância e a necessidade de se considerar e analisar as formas não eleitorais de representação e as trocas comunicativas que acontecem a partir delas e em vários âmbitos – seja com os sujeitos cujos discursos são representados, seja com os setores para onde os discursos representados são direcionados. O presente trabalho questiona sobre como isso acontece em um tipo específico de representante não eleitoral, os movimentos sociais. Quais preferências e posições são construídas nas trocas discursivas realizadas pelos movimentos sociais e os diferentes atores que o compõem? O que cada tipo de ator – no caso desta tese, entidades e empreendedores individuais – traz a esse processo de representação? Indagações como essas serão retomadas nas seções seguintes.

1.3 MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS ESPECIFICIDADES COMO REPRESENTANTES NÃO ELEITORAIS

Como exposto acima, este trabalho pensa os movimentos sociais a partir do princípio da inclusão de ideias e discursos, imprescindível quando se parte da democracia deliberativa e discursiva. Mas sempre faço a ressalva de que os movimentos sociais têm natureza plural, não somente no tocante à história e aos objetivos, mas, também, em relação à composição, às estratégias e às demais características, como organização interna e modos de interação discursiva com quem e para quem pretendem representar. Por isso, destaco os aspectos de inclusão e pluralidade ao refletir a seguir sobre esse tipo específico de representante político não eleitoral.

1.3.1 Uma questão de inclusão

O valor da inclusão na representação exercida por um movimento social vai além da importância da igualdade de espaço para as distintas perspectivas, necessárias ao amplo debate nas instituições e na esfera pública. Pensar em inclusão é também pensar claramente nas desigualdades existentes nesse processo e nas formas possíveis de combatê-la. Como lembra Bader (2007, p. 239), teóricos da Filosofia Política apenas ultimamente estão mais atentos ao impacto das desigualdades estruturais, do efeito desigual de privilégios que articulam, organizam, mobilizam e lutam por interesses específicos em detrimento de outros grupos e coletividades. Os movimentos sociais vêm sendo apontados como centrais nos processos de transformação democrática que surgiria a partir de e para mudar esse contexto de desigualdades estruturais. Afinal, não se pode conceber esferas públicas livres e de igual participação sem considerar o papel dos atores não institucionais no sistema político (DELLA PORTA, 2013, p. 24-25). Ao se preocuparem com processos de inclusão, movimentos sociais podem ser mais efetivos na representação de grupos marginalizados (WELDON, 2011, p. 21). Atuando como negociadores ou *watchdogs*, eles trabalham em áreas específicas, direcionando atenção para problemas também específicos (ROSANVALLON, 2008, p. 63; DELLA PORTA, 2011, p. 804). E fazem isso ao (1) revelar os problemas de sub ou não representação que sofrem esses grupos por parte dos processos formais e eleitorais de representação e (2) apontar a necessidade de envolver os processos de representação em uma sociedade civil ativa (WELDON, 2011, p. 21). Claro que isso não significa que os processos eleitorais não possam funcionar. No entanto, a representação não eleitoral atua junto a outros representantes e *advocacies*. Ela é responsável por propor processos democráticos que incluam a sociedade e por pressionar para que os espaços de julgamento político sejam expandidos e pluralizados (URBINATI; WARREN, 2008, p. 402, 403; WELDON, 2011, p. 21).

Assim, em um contexto onde as formas tradicionais de participação, as eleitorais principalmente, têm ficado populares, os movimentos sociais têm crescido em termos de membros, recursos e legitimidade (DELLA PORTA, 2013, p. 25). E passam a ser vistos, a partir dos valores da democracia deliberativa, como aqueles que desafiam privilégios socialmente estabelecidos, ideologias dominantes, e exclusão daqueles afetados por determinadas questões, propondo, assim, a mudança dos discursos públicos e das relações sociais neles envolvidos (MEDEARIS, 2005, p. 4, 25). Características essas que dialogam e contribuem com as já existentes Teorias dos Movimentos Sociais (ALONSO, 2009), principalmente aquelas que põem destaque nas interações sociais e nas produções simbólicas (GARCÉZ, 2015, p. 94). É o caso daquelas vinculadas às correntes interacionistas, que veem os atores dos movimentos sociais como engajados em uma política de significação, lutando por redefinições simbólicas (2015, p. 94).

1.3.2 Uma questão de pluralidade

Como lembra Urbinati e Warren (2008, p. 403), os representantes autoautorizados, como os movimentos sociais, não são algo novo em si. São novos apenas seu amplo número e diversidade. Movimentos sociais também sempre foram plurais, inclusive internamente. Isso se traduz na heterogeneidade de: temáticas; ações; interesses; grupo que é representado (*constituency*); grupo que se pretende influenciar – de governos, corporações até discursos públicos e cultura; e forma de institucionalizar o que se demanda (LAVALLE et al, 2006, p. 86; URBINATI; WARREN, 2008, p. 404). É exatamente diante da recusa em pensar os movimentos sociais a partir da ideia de unidade que é interessante entendê-los considerando os pressupostos da democracia deliberativa e da concepção discursiva da representação política.

Especificamente no caso dos movimentos sociais ligados a um grupo, é interessante ressaltar que pensar a representação a partir da ideia de discursos nos quais indivíduos se engajam (já que um indivíduo não pode ser representado em sua totalidade) não deixa a representação de um grupo mais fácil de ser compreendida (DRYZEK; NIEMEYER, 2008, p. 483). Sempre há um conjunto de discursos relevantes para um determinado grupo. Da mesma forma que não há um único discurso, o grupo também não é único ou unificado.

As diferentes demandas vocalizadas pelos movimentos sociais podem seguir, então, os grupos-objetivos das demandas de representação já apontados por Saward (2009, p. 10-15): aquelas vinculadas a raízes mais profundas enquanto grupo; aquelas vocalizadas a partir de credenciais de *expertise* ou credenciais especiais; e aquelas baseadas no objetivo de incluir novas perspectivas e novas vozes ao debate. Seguindo uma lógica semelhante, esses tipos de demandas são vocalizados em um movimento social, múltiplo e plural, também por diferentes atores: os que acionam o pertencimento ao grupo representado ou o compartilhamento de algum traço de tradição ou de identidade; aqueles que se desenvolvem e agem sob a marca de especialistas ou importantes nomes em determinada temática concernente ao grupo; e aqueles que simplesmente querem ampliar a voz do grupo junto às esferas de debate. Dessa forma, argumento que o “conjunto de discursos relevantes” de que fala Dryzek e Niemeyer (2008) pode ser contemplado pelos diferentes atores que sempre compõem os movimentos sociais. Isso pode ser observado, pensando a partir de uma base conceitual sistêmica, em diferentes momentos, em diversas arenas discursivas e a partir de estratégias argumentativas e não argumentativas.

1.3.3 Das estratégias não argumentativas

A atuação dos movimentos sociais e seus diferentes atores é caracterizada pelo uso de diversas estratégias institucionais e que envolvem a relação com outras formas de representação,

eleitorais e não eleitorais (WELDON, 2011). Como defende Weldon (2011, p. 12), a força dos movimentos sociais está justamente na ampla variedade de ferramentas e táticas políticas utilizadas para melhorar a representação de grupos marginalizados. São estratégias diversas que se ligam ao Estado, às políticas institucionais e a outros representantes eleitorais.

Essa relação entre representantes e atores políticos de natureza distinta é demarcada, com menor ou maior grau, inclusive pelas teorias que se debruçam sobre os movimentos sociais (GOHN, 2011). Independentemente da corrente teórica⁷, defende-se que para analisar a configuração e a atuação dos movimentos sociais hoje é preciso ter em mente algumas mudanças, dentre elas a relação com os atores políticos. Como exemplo estão a atuação e a organização dos movimentos que foram alteradas pelas novas políticas sociais dos governos, agora com caráter compensatório. Além disso, dentro do Estado há uma intensa participação de sujeitos da sociedade civil que antes estavam em movimentos e agora são mobilizados institucionalmente⁸ (GOHN, 2012, p. 12-13).

No entanto, as estratégias políticas dos movimentos vão além da relação institucional. Também são importantes as ações junto a representantes não eleitorais e outros atores externos ao movimento. Alonso (2009, p. 74) lembra que a virada do século XXI trouxe à tona as características do ativismo contemporâneo, como o amplo leque de pautas, a redefinição do papel do Estado e os novos modos de mobilizações, mais policêntricas e por vezes violentas. Visto isso, as teorias do espaço público e da sociedade civil ajudaram a compreender os processos de mobilização política dos movimentos sociais, compreendidos como atores organizados que não mais lutam contra o Estado, que era até então antagonista prioritário. Os novos movimentos também passam a buscar conquistas simbólicas para além do institucional (ALONSO, 2009, p. 74-77). Essa ação mais plural é desenvolvida dentro e fora do Estado, com ação de grupos de *lobby*, protesto de rua, fora os meios institucionais. É assim que os movimentos sociais “criam e revitalizam a sociedade civil democrática e fundamentalmente moldam a arquitetura e o funcionamento das instituições políticas” (tradução nossa) (WELDON, 2008, p. 4).

Outra discussão nos estudos sobre movimentos sociais diz respeito à natureza das estratégias. Lavallo e colegas (2006, p. 87) enfatizam que a representação coletiva é sinônimo de

⁷ A saber: abordagem cultural; teorias focadas no eixo da justiça social; teorias que destacam a capacidade de resistência dos movimentos; as chamadas pós-coloniais ou alternativas; abordagem focada dos processos de institucionalização das ações coletivas (GOHN, 2011).

⁸ Gohn (2012) também aponta como mudança a relação entre o interesse “universal” e o interesse “particular”. Segundo a autora, muitos dos chamados novos movimentos sociais, incluído os movimentos negros, não têm mais o universal como horizonte, e sim os interesses imediatos da categoria ou do grupo social. No entanto, os movimentos sociais, mesmo quando diferem quanto ao tempo histórico de existência e ao grupo representado, tendem a articular essas duas dimensões – universal e particular, interesses universais e imediatos – na construção de suas demandas.

pressão, intervenção, controle, supervisão, reclamo junto a instâncias que executam políticas e espaços de interlocução, mas também pode significar assédio. As ações dos atores da sociedade civil, como os movimentos sociais, não são, assim, livres das dimensões anticivis e incivis (BALLESTRIN, 2010). Os movimentos, ao buscarem trazer novos e latentes problemas para o debate público e serem incluídos nessa esfera de discussão, podem se valer da coerção – como boicotes, impedimento do direito de ir e vir, e ações de desobediência civil –, o que gera tensões entre essas táticas, claramente não deliberativas, e os princípios da democracia deliberativa (MEDEARIS, 2005, p. 53-55). Para além de pensar que essas práticas devem ser aprovadas simplesmente em vista do comprometimento com a inclusão, Medearis lança uma sugestão mais sensível ao contexto onde essas ações acontecem. Em sociedades onde a hierarquia de poder tem implicações no discurso público, onde as instituições e relações sociais oprimem alguns grupos, dificultando sua inclusão, grupos marginalizados podem agir de forma coercitiva para reestruturar discursos e alterar relações sociais nos quais esses discursos estão situados e, assim, atingir objetivos democráticos (2005, p. 55, 74).

1.3.4 Da natureza argumentativa

Independentemente da natureza de estratégia escolhida por um representante político, um ponto particularmente discursivo se mantém: a necessidade de legitimidade. Considerada um processo assim como a própria representação, alguns autores entendem a legitimidade como *accountability discursiva*. Quem e aquilo que é representado precisa ser constantemente justificado na interação e no engajamento discursivo (DRYZEK; NIEMEYER, 2008; MAIA, 2012b). Para um movimento social não é diferente. Os diferentes atores constroem um discurso público, onde pretendem vocalizar e defender interesses de um determinado grupo (MAIA, 2012b). Mas esses atores não são apenas representantes que possuem uma afinidade ou identificação com a experiência vivida dos sujeitos representados ou que possuem alguma *expertise* (SAWARD, 2006). Em muitos casos, como os movimentos negros, também são uma representação inserida na coletividade. E como a população negra não é uniforme, o movimento não é unânime. Há uma diversidade de grupos que se pretendem representantes, que dizem falar e agir em nome de uma coletividade e que buscam legitimar a representação que exercem. A diversidade é algo que deve ser levado em consideração nesse engajamento discursivo.

Ademais, a dimensão discursiva está presente não apenas naquelas estratégias que comumente vinculamos à linguagem, como ações que utilizam diretamente os meios de comunicação. O discurso que aplico aqui (e por isso escolho a perspectiva teórica exposta acima) diz da natureza argumentativa das interações, seja com o uso ou não dos meios de comunicação. Não se pode pensar as ações de *lobby*, as pressões junto a parlamentares e chefes de ministérios,

os protestos de rua sem a exposição, sem a troca, de argumentos. Independentemente da natureza de estratégia escolhida, a dimensão discursiva se faz presente, respeitando e adequando-se à pluralidade própria de um movimento social.

Para reforçar um pouco mais essa ideia de pluralidade dos movimentos sociais como representantes não eleitorais, proponho desenvolver esta questão, através da noção de culturas dos movimentos sociais. A pluralidade dos movimentos também está presente na forma como se configura suas culturas de (1) tomada de decisão, (2) organização, (3) estratégia e (4) comunicação (KAVADA, 2013). Para uma visão mais abrangente desse tipo de representante político, é importante compreender, por exemplo, as ações (institucionais e associativas, por exemplo) que determinado movimento usa para transformar a sociedade, e as crenças que baseiam sua estrutura e seus métodos de organização. Não menos importante e não menos integrada a essas características anteriores, está a cultura de comunicação de cada movimento, a forma como esse tipo de representante eleitoral, que é discursivo, escolhe ou consegue se comunicar entre si e com os demais representantes. Afinal, como resume Maia (no prelo, p. 11), uma preocupação central dos movimentos sociais é abrir canais de comunicação com uma variedade de audiências e públicos, dentro e fora do movimento.

Iniciei este primeiro capítulo da tese com uma breve introdução acerca do movimento negro brasileiro, representante não eleitoral a ser analisado ao longo do trabalho. Este movimento mais que secular vivenciou diversas fases, mas sempre marcado pela pluralidade de atores – entidades, coletivos e empreendedores individuais –, objetivos, estratégias e públicos.

No capítulo, também mostrei a escolha teórica do trabalho: pensar a representação política, especialmente as formas não eleitorais, a partir de duas correntes teóricas – uma baseada no pragmatismo de Saward e a outra na ética discursiva de Habermas. O capítulo trouxe o argumento de que a democracia deliberativa, entendida como discursiva, e a perspectiva discursiva da representação política se desenvolvem lado a lado, mas com poucos pontos de diálogos, que precisam ser aprofundados. Essas linhas teóricas se encontram, por exemplo, no pressuposto da inclusão, no foco na representação de discursos (não de pessoas) e no próprio caráter discursivo da representação política e da legitimidade buscada por ela. Proponho, então, que essas interseções sejam compreendidas a partir de base conceitual sistêmica, que considera as diversas arenas, os diversos momentos e os diversos atores envolvidos nos processos de deliberação e representação em uma sociedade.

Por fim, também explorei as características dos movimentos sociais como representantes políticos não eleitorais e como centrais para processos de transformação e

aprofundamento da democracia. Dado o caráter processual e discursivo da representação, destaquei a heterogeneidade que é marca desse tipo de representante no tocante aos tipos de demandas, atores, grupos representados, grupos a que se destinam as demandas, etc. Por fim, na tentativa de compreender como se dá essa heterogeneidade e em especial o papel da comunicação no processo de representação, propus a introdução da noção de “culturas” nos movimentos sociais. No capítulo seguinte, discutirei como as escolhas em relação à forma de organização, às estratégias, à tomada de decisão e à comunicação se relacionam e proporcionam uma visão mais abrangente da natureza e da ação de um movimento social e dos diferentes atores que o compõem.

2 SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS, DEMOCRACIA E COMUNICAÇÃO: CAMINHOS DA CAUSA NEGRA NO BRASIL

Há poucos anos, Donatella della Porta (2011) já alertava que as literaturas sobre mídia, movimentos sociais e democracia se encontravam poucas vezes e, quando o faziam, as preferências estruturais, instrumentais e institucionais dominavam. Os recentes desafios dos conceitos de democracia representativa também trouxeram novas perspectivas e abriu oportunidades para refletir o papel de movimentos sociais e sua comunicação em uma visão deliberativa de democracia (2011, p. 814). É a partir dessa proposta de pesquisa que procuro localizar neste capítulo o papel da comunicação na estruturação dos movimentos sociais como representantes políticos não eleitorais.

Ressalto que esta tese, apesar de ter como objeto experiências de comunicação online, entende que os ambientes digitais fazem parte de um conjunto de ambientes comunicacionais. Conjunto midiático esse cujo papel pode contribuir hoje para o engajamento cívico de uma audiência mais exposta e inclinada ao conhecimento e à participação (NORRIS, 2000). Como lembram Mendonça e Maia (2012, p. 304), os materiais midiáticos, embora não sejam vistos como completamente deliberativos, são importantes na medida em que contêm perspectivas, opiniões, informações, fomentam interações que ajudam a sustentar o debate público, o que os torna também espaço para generalização de demandas dos atores críticos. Nessa mesma perspectiva, este capítulo discute as possibilidades da internet para práticas comunicacionais dos movimentos. Embora reconheça que as possibilidades de comunicação mediada por computador não são sempre possíveis ou facilmente alcançadas, destaco aqui o potencial desse tipo de comunicação para melhorar os processos democráticos, reduzir desigualdades de poder e de acesso aos fóruns de discussão e de decisão, além de proporcionar espaço para construção e defesa de identidades individuais ou coletivas (GRASMUCK, MARTIN, ZHAO, 2009; DELLA PORTA, 2009a, 2009b; MAIA; RESENDE, 2014).

O argumento principal a ser desenvolvido neste capítulo é que a comunicação e especificamente o uso da internet não podem ser entendidos à parte das outras características dos movimentos sociais (DELLA PORTA, 2009a, 2009b, 2011; MATTONI, 2013), como culturas de estratégia, organização e tomada de decisão (KAVADA, 2013). Isso porque a visão de democracia de cada movimento, e representante político, traz efeitos nas suas práticas comunicacionais (DELLA PORTA, 2011, p. 815). Essa proposta se insere na necessidade já apontada pela literatura de construir uma perspectiva relacional, que considere diferentes atores, interações e concepções políticas (DELLA PORTA, 2011; CAMMAERTS; MATTONI; MCCURDY, 2013).

De uma forma específica, o capítulo se propõe a refletir como essa abordagem das

culturas dos movimentos sociais pode ajudar a analisar os movimentos sociais negros brasileiros em sua fase contemporânea. A atuação com e nos *media* sempre foi relevante na história desses movimentos⁹. A chamada imprensa negra – jornais editados por negros –, por exemplo, é tida como seu marco inicial. Ao longo das décadas, experiências comunicacionais foram diversificadas. Hoje, blogs, portais, jornais impressos, TVs e rádios online figuram no escopo de iniciativas, que significam não apenas uma forma de organização dos movimentos. São também meio pelo qual os MSNs se apresentam como representantes políticos e exercem a chamada “representação discursiva” (DRYZEK; NIEMEYER, 2008), como discutido no capítulo anterior.

No entanto, se os estudos sobre mídia, movimentos sociais e democracia têm poucas interseções, isso ainda é mais raro nas pesquisas sobre os movimentos negros brasileiros. A temática da representação política informal é pouco desenvolvida nesse tipo de estudo. No caso das pesquisas existentes sobre comunicação dos movimentos negros no Brasil, não se trabalhou com essa perspectiva até então. De um modo geral, os estudos sobre a histórica comunicativa do movimento ainda são escassos (LIMA JÚNIOR, 2009).

O capítulo está estruturado como a seguir. Primeiro, apresento como as interseções entre estudos sobre movimentos sociais e modelos de democracia são úteis para se compreender a comunicação dos movimentos. Ressaltando a pluralidade de atores e concepções políticas, atendo de forma específica para as práticas comunicacionais na internet. Segundo, apresento a noção de “culturas” dos movimentos sociais (KAVADA, 2013) como alternativa de abordagem das práticas comunicacionais dos movimentos. Terceiro, trago uma breve história comunicacional dos movimentos negros brasileiros. Nessa parte, priorizo a fase contemporânea dos MSNs e faço um exercício de relacioná-la aos modelos políticos e comunicacionais desenvolvidos por eles ao longo dos anos. Em um quarto e último tópico, seguem-se apontamentos de como a perspectiva cultural, ao focalizar as escolhas democráticas de cada tipo de ator, dá lugar de destaque às práticas de comunicação dos movimentos sociais e ajuda a entender os movimentos sociais como representantes políticos não eleitorais.

⁹ Embora se compartilhe aqui com a ideia de que comunicação diz das várias formas de interação através das mais variadas linguagens, esta tese prioriza os processos que envolvem os *media*, que foram, historicamente, importantes para a luta dos MSNs por reconhecimento na sociedade brasileira.

2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS, DEMOCRACIA E COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA (AQUI TAMBÉM) DELIBERACIONISTA

Habermas (1996, p. 376) ressalta, ao citar Cohen e Arato (1992), que a própria existência dos movimentos sociais depende de esses acharem formas de organização que produzam solidariedades e públicos, o que permite a eles utilizarem e radicalizarem os direitos e as estruturas comunicativas existentes para objetivos específicos. Por isso, pensar o lugar da comunicação – seja mediada ou não mediada – nos movimentos sociais significa mais do que entender as estratégias e ações dos movimentos, mas a própria configuração desses (MENDONÇA, 2011, p 22).

Um conjunto de estudos já mostrou que cidadãos e grupos são sim capazes e competentes para desenvolver processos comunicativos críticos, para expor e disseminar de forma autônoma suas visões das mais diversas formas (MAIA, 2012a, p. 327; MAIA, 2014, p. 114). Atores de movimentos sociais constroem entendimento das características, dos limites e das oportunidades da comunicação midiática e produzem seus próprios materiais (MCCURDY, 2013). Por isso, uma parte expressiva dessa literatura sobre comunicação e movimentos sociais atenta para as mídias dos movimentos, que tendem a significar experiências comunicacionais e audiências mais ativas e mais alternativas a veículos e a formas hegemônicas, e geralmente hierárquicas, de fazer comunicação (DOWNING, 2001; MATTONI, 2009). No entanto, como della Porta (2011) argumenta, as pesquisas sobre esse campo precisam ser mais frequentes e ir além da necessidade que os movimentos têm de influenciar os meios de comunicação de massa ou de se contrapor a eles.

Na literatura sobre movimentos sociais, podemos dizer que as pesquisas sobre a interface comunicação seguem os eixos que Mendonça (2011)¹⁰ categorizou acerca das pesquisas relacionadas à sociedade civil como um todo. Destacam-se os estudos sobre: (1) comunicação utilizada para dar visibilidade aos movimentos e suas causas (MELUCCI, 1996; PARKINSON, 2003); (2) experiências comunicacionais utilizadas na formação de identidades coletivas e processos de mobilização (WARREN, 2001; GOHN, 2002); (3) dinâmicas comunicacionais mais ligadas à ideia de democracia da comunicação, como as agendas sobre comunicação comunitária (LEONEL; MENDONÇA, 2010); e (4) comunicação pensada a partir da deliberação democrática (AVRITZER, 2000a; MENDONÇA, 2008; MAIA, 2008b, 2012a).

Cabe ressaltar que as práticas comunicacionais dos movimentos são entendidas aqui

¹⁰ Mendonça (2011, p. 16) ressalta que há agendas ainda subexploradas: a fluidez das fronteiras da sociedade civil e suas dimensões anticivis e incivis. Sobre esse último ponto, discorri na seção 1.3.2 do primeiro capítulo.

como uma forma de pluralizar a rede discursiva da esfera pública. Como a heterogeneidade de perspectivas é necessária para a democracia, o sistema de mídia tradicional, marcado pela concentração de poder, pode não ser o melhor modo ou não deve ser a forma exclusiva de organizar essas perspectivas (BOHMAN, 2007, p. 353). Além disso, as práticas comunicacionais dos movimentos são entendidas como meio de expressão de demandas representativas. Diferentes produtos comunicacionais são uma oportunidade para os atores cívicos aprofundarem seus argumentos e falarem tanto para uma audiência interna quanto externa (MENDONÇA; MAIA, 2012, p. 299). Afinal, as demandas precisam chegar a audiências mais amplas e serem apresentadas como justas para outros grupos sociais. Em outras palavras, demandas particulares precisam ser relacionadas a valores sociais mais amplos, tornando-se relevantes para a sociedade (2012, p. 303). Nisso, os meios de comunicação têm um papel fundamental já que ajudam a criar essas interlocuções (2012, p. 291-292).

Por reconhecer que esse processo é eminentemente discursivo, fortemente ligado à ideia de democracia deliberativa e discursiva, este capítulo se insere no escopo de estudos que pensam a comunicação dos movimentos sociais inserida no contexto da deliberação democrática, onde o diálogo público é forma de fortalecimento da democracia (MENDONÇA, 2011, p. 26). No contexto de transformações democráticas, onde atores não institucionais têm crescente importância no sistema político, os movimentos sociais exercem um papel crucial (DELLA PORTA, 2013). As pesquisas desenvolvidas nesse tema reforçam o caráter plural dos movimentos sociais no tocante à capacidade de criar redes de relacionamento, à participação e influência política, e às dinâmicas midiáticas (DELLA PORTA, 2011). Diversidade essa que vai além de visões instrumentais dos meios. Como lembra Maia (2012a, p. 42), “a comunicação mediada interage com as estruturas de comunicação utilizadas pelos indivíduos, que estão inseridos em redes sociais e ligados a arranjos institucionais e contextos sócio-históricos” e, por isso, há vários fatores não midiáticos que devem ser considerados quando se analisa a relação entre comunicação e deliberação, por exemplo.

Defendo aqui então que os elementos da interface movimentos sociais, democracia e comunicação nunca estão isolados e as práticas desenvolvidas em cada um estão relacionadas entre si. Além disso, o poder de agência dos movimentos na construção da democracia e da comunicação são sempre relacionados às visões (DELLA PORTA, 2011, p. 815) de cada ator, grupo e arena de debate. Da mesma forma que a representação coletiva é heterogênea em termos de interesses, formas organizacionais, jurisdições, instâncias e formas de institucionalização (LAVALLE et al, 2006, p. 86), não se pode pensar o discurso público e as práticas comunicacionais de um movimento isoladas desses e de outros fatores políticos.

2.2 ESCOLHAS DEMOCRÁTICAS, ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS E INTERNET

O mesmo caráter relacional e plural se aplica aos processos comunicacionais que acontecem a partir da internet e das novas plataformas digitais. Já é sabido que elas transformam e ampliam a capacidade de comunicação dos movimentos sociais, proporcionando produção e distribuição de informação sobre os mais variados temas, além de poder-se dizer que essas ferramentas estão hoje no cerne das ações de movimentos contemporâneos (MAIA; GARCÊZ, 2014, p. 113-114). Isso não significa que os movimentos sempre consigam utilizar, e de forma eficaz, as oportunidades dessas novas ferramentas. Mas o fato é que elas, ao influenciarem o modo de interação nos níveis individual e coletivo, já passaram a ser centrais para ações e comportamento de indivíduos e organizações (MOSCA; DELLA PORTA, 2009, p. 194).

De um modo geral, essas mídias online podem ser compreendidas por três perspectivas, como sugere Maia (2014, p. 4): (a) lugar para autoexpressão e construção de identidade; (b) espaço para discussão política no cotidiano; e (c) lugar para ativismo e mobilização políticos online. São sites, blogs, perfis e páginas em sites de redes sociais, experiências de rádio e TV online. Com eles, movimentos geram e divulgam informações, expressam posições e argumentos, organizam estratégias de educação política, comunicam-se com diferentes públicos, além de construir identidades e alianças, reforçarem laços de coletividade, e ampliarem as possibilidades de mobilização e ação (DELLA PORTA; MOSCA 2005; DELLA PORTA, 2009b, 2011; MILAN, 2013; MAIA, 2014; GARCÊZ, 2015). Sem esquecer, claro, da infraestrutura de comunicação independente – sites, estações de rádio e TV, além de provedores de internet gratuitos, por exemplo – que, em um campo de luta pela democratização da mídia, representam também alternativas às estruturas de comunicação já existentes, fazendo com que cidadãos tenham acesso à produção midiática e a serviço de grupos sociais e suas causas (MILAN, 2013, p. 1-2). Dessa forma, esse conjunto de experiências (1) reforçam a atuação dos movimentos enquanto representantes políticos e (2) contribuem com o debate público, criando ou inspirando espaços para conversação e deliberação.

Mas se a internet e outras ferramentas online são intrínsecas às ações e mobilizações dos movimentos sociais contemporâneos, o uso dessas ferramentas tem que ser pensado a partir da ideia de que elas fazem parte de um conjunto de ambientes comunicacionais. Gamson (2004, p. 247-248) fala que o chamado “sistema de mediação” é composto por vários atores e várias arenas que se comunicam e exercem diferentes papéis. Isso inspira o que della Porta (2011, p. 810) já explica como “ambiente de mídia” (*media environment*), onde não apenas importa as práticas daqueles dos atores midiáticos, mas também a interação e de ativistas e grupos com a mídia e as práticas midiáticas de cada um.

Além disso, as práticas na internet e afins, como as ditas mais tradicionais, não se

esgotam em termos midiáticos. Isso ajuda a retomar o argumento deste capítulo: práticas comunicacionais dizem de outras lógicas e práticas dos movimentos sociais. E um escopo de estudos já atenta para isso, ao observar a relação entre diferentes lógicas organizacionais e a forma como movimentos usam tecnologias digitais (MAIA, 2014). Pensando em modelos democráticos, alguns estudos relacionam de forma mais sistematizada características contextuais, políticas e organizacionais com as escolhas e práticas comunicacionais (MOSCA; DELLA PORTA 2009; DELLA PORTA, 2009a; HINTZ; MILAN, 2009; FUSTER MORELL, 2011; MILAN, 2013). Esses estudos partem da ideia de que grupos e movimentos sociais, tradicionalmente de crítica às práticas usuais de democracia representativa, moldam escolhas e práticas geralmente alternativas, inclusive práticas comunicacionais (DELLA PORTA, 2009, 2011).

Seria exatamente a partir desse contexto interno e externo de democracia que movimentos sociais reafirmam a legitimidade de formas alternativas de representação (DELLA PORTA, 2009, p. 5). Uma abordagem que trabalha com as características mais amplas e estruturais dos movimentos sociais e pode ser útil para entender o processo discursivo dos movimentos sociais é a concepção de culturas dos movimentos, sugestão teórica e metodológica que apresento a seguir.

2.3 PARA PENSAR EM TERMOS DE “CULTURAS”, INCLUSIVE COMUNICACIONAIS

Pensar os movimentos sociais em termos de culturas significa não reforçar uma visão instrumental das características dos movimentos sociais. Uma parte considerável dos estudos sobre os movimentos sociais atenta para as características desses em uma dimensão utilitarista, ressaltando uma ideia bastante restrita de estratégia (DELLA PORTA, 2009a). Neste trabalho, compartilho a visão de Anastasia Kavada (2013), para quem as experiências de movimentos sociais na internet são apenas uma parte de um conjunto amplo e plural de escolhas, conceitos e práticas que formam os movimentos – em outras palavras, das diversas culturas que os compõem. Culturas essas que são resultado de interações internas e externas ao movimento.

A partir desse pensamento, escolhas, conceitos e práticas relativas à internet compõe uma cultura em si. Essa cultura, que aqui denomino de *cultura de comunicação online* se liga – e é formada apenas em relação – a escolhas, conceitos e práticas de outras naturezas. Em resumo, liga-se a outras culturas. A cultura mais imediatamente relacionada é a *cultura de comunicação* em um sentido mais amplo, composta pelas diversas práticas midiáticas nas diversas mídias e outras formas de comunicação (KAVADA, 2013, p. 77). Os modelos das dinâmicas comunicacionais viriam de diferentes fontes, como os entendimentos que guiam suas estratégias, sua organização e seus processos de tomadas de decisão (2013, p. 80). Assim, a autora elenca três outras culturas,

igualmente importantes: *cultura de estratégia*, *cultura de organização* e *cultura de tomada de decisão*. A seguir, trago breves definições, como apontados por Kavada (2013, p. 79-85).

Em linhas gerais, a cultura de estratégia seria aquela ligada aos pensamentos que guiam os movimentos sociais para a transformação social. Algumas perguntam ajudam a caracterizá-la: A visão de transformação social significa a transformação individual e o comportamento dos membros ou significa buscar a mudança da sociedade como um todo? A prioridade seriam políticas prefigurativas, levando valores do movimento para a sociedade, ou mais estratégicas, apoiando-se em leis e estruturas políticas? O movimento se pauta no público interno ou externo? Preocupa-se em mobilizar poucas pessoas ou amplo número de membros?

A cultura de organização já se refere às preferências dos movimentos sociais por métodos e estruturas específicas de organização. São características como grau de formalidade, centralização, hierarquia, profissionalização de habilidades e recursos, e a direção escolhida para liderança e linhas de controle – se de cima para baixo ou se da base para cima. A cultura de tomada de decisão é formada por elementos como grau de participação, se alto ou baixo, e pelos princípios democráticos que regem os processos decisórios dentro do movimento, se majoritários ou participativos. A autora ressalta que os elementos de tomada de decisão podem ser relacionados à organização, mas merecem destaque porque são fortemente ligados às ideias de democracia e participação cívica (2013, p. 80).

Claro que os elementos descritos acima funcionam como guia. Muitos não são facilmente categorizados em duas ou três opções. Um exemplo é o grau de participação, sobre o qual estudos já apontam que não se trata de uma simples dicotomia, mas de um sistema com alguns subelementos – como formas e níveis de participação, descentralização e a assincronismo da participação, e implementação das decisões tomadas (FUSTER MORELL, 2011, p. 229). Para evitar estudos simplesmente descritivos, Kavada (2013, p. 83-85) propõe uma forma de operacionalizar análises comparativas. Com base nos elementos categorizados, a autora propõe uma classificação das culturas entre horizontais e verticais. Organizações e grupos com culturas mais horizontais tenderiam a priorizar, por exemplo, a transformação de seus membros, pautando-se no público interno e na transformação de valores. Seriam também mais informais, descentralizados, priorizando o voluntariado e a liderança compartilhada. Os processos de participação teriam alto grau de participação e priorização dos princípios democráticos. Do outro lado, as culturas mais verticais buscariam políticas estratégicas, visariam mais a mudança da sociedade como um todo e buscariam uma mobilização mais quantitativa. Na organização, caracterizar-se-iam pela formalidade, centralidade, hierarquia, profissionalização e liderança centralizada, além de terem baixo nível de participação e darem preferência a processos de decisão majoritários.

Em resumo, essa tentativa de caracterizar as culturas é uma forma de operacionalizar

análises, com a ressalva de que trabalha com tipos ideais, claro. No entanto, também é uma tentativa de (1) reconhecer nos estudos a pluralidade dos movimentos sociais e (2) entender essas diferenças também em termos democráticos. Afinal, a pluralidade dos movimentos sociais contemporâneos reflete a variedade de concepções de democracia que eles expressam, o que é causa e resultado de diferentes tradições organizacionais e ideológicas trazidas por cada movimento social (DELLA PORTA, 2009b, p. 3, 232).

As culturas e características explicadas acima moldam a cultura de comunicação online. E como culturas em geral dizem da interação dos movimentos com públicos internos e externos, a comunicação analisada também tem que ser interna e externa, além de compreender as formas mediadas e não mediadas (KAVADA, 2013, p. 81). A cultura de comunicação online se insere então na cultura de comunicação mais ampla, desenvolvida, nas condições de organização, estratégia e tomadas de decisão. Além, claro, de estar ligada à mídia utilizada e ao espaço onde a interação acontece (2013, p. 83). Se a comunicação desenvolvida na internet é diferente daquela face a face ou mediada por rádio ou televisão, também diferem entre si as interações que acontecem em diferentes plataformas online. Com isso em mente, Kavada parte de Atton (2002) e aponta oito dimensões da cultura de comunicação mais ampla que podem ser usados para pensar a cultura de comunicação online: (1) conteúdo; (2) forma; (3) fins e funções da comunicação; (4) infraestrutura comunicacional; (5) produção de conteúdo; (6) processo de produção, distribuição e endereçamento público ou fala em encontros; (7) fluxos de comunicação e; (8) relações, papéis e responsabilidades sociais.

Com base nessa categorização e no modelo comparativo de culturas, Kavada observou como as culturas de grupos e ativistas envolvidos no Fórum Social Europeu de 2004 se traduziam nas ferramentas online escolhidas. Em linhas gerais, em culturas mais verticais, a internet era utilizada para circulação de informação visando ampla audiência. Seguindo um modelo tradicional de comunicação, essa circulação era feita a partir de um centro e os líderes eram os que forneciam informação para grande público. Não havia preocupação com interação ou troca de informação. Do outro lado, culturas mais horizontais, orientadas por princípios democráticos, atentavam mais para as possibilidades interativas da internet e aquelas que facilitariam o envolvimento dos membros em processos decisórios (KAVADA, 2013, p. 91). Cenário convergente é apontado por outros estudos. Mosca e della Porta (2009, p. 214) mostram que grupos mais formais e hierárquicos tendem a um uso mais tradicional e instrumental da internet, enquanto grupos menos formalizados atentam mais para as possibilidades interativas e de mobilização. Esses autores fazem ainda uma ressalva, que é importante adicionar à proposta de Kavada: se as escolhas e as concepções democráticas são importantes para moldar os modelos de comunicação na internet, a tradição de cada movimento também o é (MOSCA; DELLA PORTA, 2009, p. 214). A seguir um exemplo de como o histórico (aqui

comunicacional) de um movimento pode ajudar a compreender melhor suas culturas.

2.4 TRAJETÓRIA E CULTURA COMUNICACIONAIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS NO BRASIL

O exemplo aqui são os movimentos negros brasileiros, cuja fase como “movimento político de mobilização racial negra” (DOMINGUES, 2007) surge ainda no final do século XIX e cuja comunicação têm exercido papel central desde então. A atuação com e nos *media*, por exemplo, sempre foi relevante na história do movimento¹¹. Por isso, Cogo e Machado (2010) afirmam que a esfera midiática é uma das várias esferas sociais que influenciam a trajetória de constituição da negritude no Brasil. A chamada imprensa negra foi marco inicial do movimento, sendo embrião das primeiras organizações (ALBERTI; PEREIRA, 2007c). A então comunidade afro-brasileira, “oprimida economicamente, discriminada racialmente, estigmatizada socialmente, marginalizada dos direitos da cidadania neste período pós-abolição”, passou a demandar “veículos de comunicação específicos, que refletissem adequadamente seus anseios e reivindicações” (CUNHA CAMPOS, 2003, p. 71). Jornais editados por negros abordavam então temas que a imprensa tradicional, comercial e branca não contemplava. Exemplo de que não há como contar a história dos MSNs no Brasil sem falar dessa comunicação e através dela tentar compreender as referências teóricas e as estratégias de organização e mobilização desses movimentos (ALBERTI; PEREIRA, 2007a; PEREIRA, 2007).

Neste trabalho, priorizo a fase contemporânea dos movimentos sociais negros no País, iniciada na década de 1970. Os estudos sobre a comunicação desse período são restritos (SOUZA, 2006; SEBASTIÃO, 2007; SANTOS BOTELHO, 2008; BOTELHO et al, 2011; LIMA JUNIOR, 2009; COGO; MACHADO, 2010; SANTOS BOTELHO, 2012; TRAPP, 2013) e, em sua maioria, não trazem informações aprofundadas sobre a natureza do conjunto dessas experiências. A proposta aqui é observar que para cada fase dos MSNs há distintos objetivos, interlocutores, meios de luta, e, conseqüentemente, distintas culturas, inclusive comunicacionais. A seguir, destaco algumas práticas políticas e comunicacionais da fase mais recente dos MSNs. Deixo claro que não é objetivo e nem do alcance deste capítulo fazer uma análise comparativa entre todos os atores desses movimentos. Trabalho a partir das pesquisas já desenvolvidas, cuja maioria foca em algumas poucas organizações e iniciativas de comunicação, priorizando as mediadas e desenvolvidas por

¹¹ Embora se compartilhe com a ideia de que comunicação diz das várias formas de interação através das mais variadas linguagens, esta pesquisa prioriza os processos que envolvem os *media*, que foram, historicamente, importantes para a luta dos movimentos negros na sociedade brasileira.

atores mais formais e de maior influência.

2.4.1 Modelos de organização e interação política na fase contemporânea

As primeiras experiências associativas dos movimentos negros surgiram em torno da imprensa negra ainda no final do século XIX. Ao longo de mais de um século, a maioria foi extinta e outras surgiram com modelos e perspectivas diversos (DOMINGUES, 2007; OLIVEIRA, 2012, 2015). Na década de 1970, os MSNs sofriam repressão da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e isso impactava nas tentativas de organização. O golpe militar desarticulou as forças desses movimentos e seus militantes passaram a ser “estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil” (DOMINGUES, 2007, p. 111). No entanto, mesmo nesse período, pequenos grupos se reuniam em várias cidades para discutir a cultura negra e o contexto político. Do ponto de vista organizacional, a *informalidade* era forte característica dos movimentos negros, em sua grande parte, com caráter cultural (CUNHA JÚNIOR, 2003). Pode-se dizer que essas experiências, embora não pudessem se organizar em uma luta política mais aberta ou formar entidades, funcionavam como espaços de formação de novas identidades e solidariedades comunicativas capazes de tematizar novas questões e agregar novos atores (AVRITZER, 2000b, p. 68).

Ao longo da década de 1970, com a ascensão dos movimentos populares, sindical e estudantil, os MSNs começaram a se reorganizar politicamente. Algumas experiências associativas ganharam destaque ao buscarem uma *mobilização quantitativa*. Essas tentavam atingir a população e realizar um *movimento negro popular*. O Ilê Aiyê, criado em 1974, em Salvador, é exemplo de experiências que objetivavam conscientizar as pessoas negras e fortalecer uma ação política e cultural voltada para a temática afro-brasileira (CUNHA, 2000). Em sua maioria, essas organizações também tinham como visão de transformação social a *transformação dos próprios membros*. O movimento buscou fortalecer a consciência dos sujeitos enquanto negros e lutar contra maus-tratos e violações, reivindicando dignidade e orgulho raciais. Como resultado, surgiram blocos afros, depois grupos de rap e bailes funk. Como outro resultado, pesquisadores apontam o aumento do número de brasileiros que se identificam como negros (GUIMARÃES, 2002).

Já próximo à década de 1980, quando a sociedade civil brasileira se articulava em um ambiente nacional democrático favorável, os movimentos negros intensificaram estratégias de *transformação de valores mais amplos da sociedade*. O Programa de Ação do Movimento Negro Unificado (MNU), a mais importante organização do movimento criada em 1979, defendia: a classificação bipolar da população entre brancos e negros, esses abrangendo todos os pretos e pardos; o reforço da promoção de uma identidade étnica, a partir do discurso da negritude e do resgate das suas raízes ancestrais; e a desmistificação da democracia racial brasileira. O combate

a esse mito era importante porque ele era visto como grande responsável pela dificuldade da sociedade brasileira em reconhecer e discutir o racismo, tornando essa questão não simplesmente um tabu, mas um exemplo de controle ideológico da esfera pública (MARTINS, 2005, p. 185).

Ainda no tocante ao tipo de política, os MSNs também lutavam por aquelas *políticas mais “estratégicas”*, mais ligadas a leis e políticas públicas. Como defende Weldon (2011), a força dos movimentos sociais está justamente na ampla variedade de ferramentas e táticas políticas utilizadas para melhorar a representação de grupos marginalizados. São estratégias que podem estar ligadas à estrutura do Estado, às políticas institucionais e a outros atores como grupos de interesse e partidos políticos (2011, p. 12). Por isso, a transformação dos movimentos negros em movimento de massa e a formação de uma rede de alianças contra o racismo a partir da década de 1970 não podem ser pensados sem a relação entre movimento e representantes políticos formais.

A partir do cenário de configuração do estado liberal democrático, parte das organizações dos movimentos negros, mesmo com resistências internas, passaram suas ações da denúncia para o uso de mecanismos jurídicos e políticos (SILVÉRIO, 2009). As primeiras mudanças aconteceram ainda na década de 1980, quando das primeiras articulações entre movimentos negros e organizações políticas de esquerda, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Atores dos MSNs passaram a ocupar espaços institucionais, participando fortemente da transformação de demandas em políticas públicas (GOMES, 2009). Isso diz muito de uma característica política brasileira: a forte relação entre representantes não eleitorais e governos. Como a participação no País é canalizada para dentro do sistema de decisão política, atores da sociedade civil adentram o sistema e participam diretamente da formulação de políticas públicas, ultrapassando o exercício de uma influência informal (ALMEIDA, 2014, p. 176).

Especificamente no Poder Executivo, a primeira experiência foi em 1984 no governo paulista de Franco Montoro (1983-1987), que criou o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Em seguida, órgãos semelhantes, ligados principalmente à área cultural, surgiram em outros estados e municípios. No âmbito do Executivo Federal, políticas e órgãos voltados à temática começaram a ser criados na gestão de José Sarney (1985-1990) e foram ampliados e diversificados nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010). Trajetória essa marcada pela pressão e pela participação de setores dos movimentos negros. Alguns órgãos e programas foram criados nesse processo chamado por Santos (2009) de “institucionalização dos movimentos negros”. São exemplos a Fundação Cultural Palmares (FCP), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade

Racial (SEPPIR)¹² e os Programas Nacionais de Direitos Humanos. Ao longo desse período, políticas e programas passaram de um caráter eminentemente cultural e valorativo para um perfil compensatório. Nesse processo, destacam-se ações afirmativas para negros nos campos da educação, saúde e emprego e renda, além da criação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288) em 2010, do julgamento da constitucionalidade das cotas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e a criação e implementação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711) em 2012, que instituiu cotas nas instituições federais de ensino.

2.4.2 Estratégias comunicacionais: caminhos para organização política, construção de demandas e defesa de direitos

O percurso organizativo e de ação junto a representantes formais apresentado acima não foi trilhado isoladamente. Tendo em mente que a representação política não eleitoral é um processo claramente discursivo (SAWARD, 2006; DRYZEK; NIEMEYER, 2008, MAIA, 2012b) e que a comunicação diz das escolhas e concepções democráticas de um movimento (DELLA PORTA, 2009a, 2009b, 2011; MOSCA; DELLA PORTA, 2009; KAVADA, 2013; MATTONI, 2013), o papel da comunicação foi central para os modelos políticos elaborados pelos movimentos negros em sua fase contemporânea.

Desde as primeiras experiências da imprensa negra no final do século XIX, que geraram as primeiras organizações dos MSNs, os meios de comunicação foram um espaço de luta, articulação, negociação e disputa pública em torno de um amplo leque de questões (MAIA, 2014, p. 27). Destacam-se as ações junto aos meios de comunicação de dentro e de fora dos movimentos negros. Como lembra Maia (2008b), os movimentos sociais, quando objetivam ampliar sua influência, buscam atingir a agenda parlamentar e administrativa, a agenda dos partidos políticos, mas também a agenda dos *media*. Foi o que fizeram os movimentos negros. A articulação com o Estado ocorreu, por exemplo, à medida que os movimentos passaram a aproveitar os momentos de exposição pública, especialmente aqueles mediados pela imprensa e pela televisão (ALBERTI;

¹² A SEPPIR foi criada em 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e era ligada diretamente à Presidência da República. Ao longo das gestões petistas, sua continuidade passou por momentos de indefinição e foi duramente criticada porque suas ações e seu orçamento não condiziam com o status de ministério que possuía (GOMES, 2009). No segundo semestre de 2015, a SEPPIR passou a fazer parte do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, criado a partir da reforma ministerial feita pela então presidente Dilma Rousseff (2011-2014, 2014-2016). Na gestão de Michel Temer (2016 – atualmente), a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, estabeleceu nova organização da Presidência da República e dos Ministérios. Foi extinto o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, cujas competências foram transferidas para o recém-criado Ministério da Justiça e Cidadania. A SEPPIR e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR) agora estão na estrutura desse novo ministério.

PEREIRA, 2007a). Um exemplo emblemático de como os MSNs souberam unir as diferentes estratégias foi a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, que, reunindo mais de 30 mil pessoas em Brasília, foi decisiva para que a questão negra fosse incluída nas políticas públicas federais.

Além disso, historicamente, os movimentos sociais negros vêm utilizando diferentes tecnologias de comunicação e buscando gerar e distribuir conteúdo com representações mais plurais, construir e pautar o debate sobre a cidadania do grupo, e produzir espaços comunicacionais próprios, onde os negros tenham mais acesso e participação. O Jornal do Movimento Negro Unificado, criado em 1989, e os Cadernos Negros¹³, publicados a partir de 1978, são exemplos emblemáticos de construção de um discurso de representação e produção de identidades, através da proposição, inovadora para a época, de desestabilização de estereótipos, colocando os grupos minoritários nos centros de significação (SOUZA, 2006).

Nas últimas décadas, essas experiências foram diversificadas. Um grupo de pesquisas sobre experiências de comunicação mais recentes (MACHADO, 2008; CHAVES, 2009; COGO; MACHADO, 2010; MACHADO; CHAVES, 2012) parte da ideia de que os movimentos utilizam as tecnologias de comunicação em “processos de construção e visibilidade públicas da cidadania” (COGO; MACHADO, 2010, p. 1). Essa literatura esboça um mapeamento do que alguns autores que formam “redes sociocomunicacionais de pensamento e ativismo de afro-brasileiros”, através de veículos – jornais, rádio, TV, sites, blogs, etc. – ligados a diferentes setores dos movimentos negros. Essas experiências mais recentes, que utilizam novas mídias, provam que as práticas comunicacionais são dinâmicas. Elas mudam ao longo do tempo porque “o ambiente midiático e as práticas comunicacionais de ativistas também mudam quando se apropriam de novas tecnologias” (MATTONI, 2013, p. 51). Quando a infraestrutura muda, também estão sujeitos à mudança não somente a forma, o conteúdo e a função da comunicação, mas também o processo de produção, distribuição, os fluxos de comunicação e as relações e os papéis sociais envolvidos nesses processos.

2.4.3 Experiências de comunicação online nos movimentos sociais negros

A internet foi uma das transformações tecnológicas que mudaram as dimensões das culturas de comunicação dos movimentos negros. Hoje a comunicação dos MSNs é predominantemente online. Até a primeira década dos anos 2000, havia várias experiências impressas, como o Jornal do Movimento Negro Unificado (1979-2003) e a fase impressa do Jornal

¹³ Publicação de viés literário ligada ao Grupo QuilomboHoje, de escritores paulistas.

Ìrohin (1996-2006), mas que não continuaram, principalmente, devido ao alto custo do suporte impresso. Em levantamento feito em 2013, por exemplo, identifiquei apenas três referências a experiências impressas¹⁴. O uso da internet pelo movimento começou, principalmente a partir de 2001, no processo de mobilização para III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul. Houve o fortalecimento da “cultura do online” dentro do movimento negro com o objetivo de proporcionar uma comunicação mais rápida entre os grupos dentro e fora do Brasil. Já havia alguns sites, mas o momento de preparação para Durban teria acelerado esse processo. Surgiram, assim, as listas de discussão, agências de notícias online, além de revistas, boletins e informativos online (SEBASTIÃO, 2007, p. 65-66).

As estratégias de comunicação dos movimentos negros passaram, aos poucos, a refletir uma forma de expor os conflitos e reivindicar mudanças a partir dos aspectos que são próprios dos ambientes digitais. Ambientes esses que se configuram como espaços para autoexpressão, deliberação e conversação política, além de ação coletiva e mobilização (MAIA, 2014). Claro que há ressalvas em relação ao conjunto dessas experiências. Há sempre diferenças e tensões na forma como as várias organizações e ativistas usam as novas tecnologias, o que reflete diferentes concepções de democracia e comunicação (DELLA PORTA, 2012, p. 49-50). Isso é importante principalmente em movimentos heterogêneos, composto por muitos grupos sociais, geracionais e ideológicos e por muitas organizações (DELLA PORTA, 2009a, p. 6), como é o caso dos movimentos sociais negros.

Uma grande contribuição desse novo contexto para os modelos de comunicação e demais culturas dos movimentos é exatamente o destaque para a pluralidade de atores e escolhas políticas. O desenvolvimento de experiências online faz mais latente a multiplicidade de atores, que obviamente já existia. Assim, o entendimento de que são vários e plurais os grupos, as organizações e os ativistas tem guiado teorias e metodologias propostas recentemente. Em um breve levantamento, realizado de outubro de 2013 a outubro de 2016, dos atores dos MSNs e de suas experiências de comunicação online, foram catalogadas 180 experiências, desenvolvidas por 84 atores de todas as regiões do País (ver Apêndice A)¹⁵. Esse conjunto (como explicado na Introdução

¹⁴ São as seguintes: (1) a coluna Axé, publicada, desde 2008, semanalmente no Jornal Tribuna Independente, de Alagoas, sob a responsabilidade da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial de Alagoas; (2) a revista bimestral Afirmativa Plural, da Sociedade Afro-brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural (Afrobras) e que também está disponível online; e (3) os Cadernos Negros, publicação de viés literário ligada ao Grupo QuilomboHoje, de escritores paulistas e que tem edições desde 1978.

¹⁵ O levantamento foi desenvolvido a partir da literatura disponível e de documentos das Conferências Nacionais de Igualdade Racial e dos conselhos de órgãos como Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Fundação Cultural Palmares (FCP), além do contato direto com pesquisadores, militantes e representantes de

da tese) pode ser dividido em três grandes grupos de atores: entidades, coletivos e empreendedores da causa negra. Cada um com histórias, tradições e culturas distintas.

Chamo atenção especial para os empreendedores e coletivos. Esses ativistas, individualmente ou em grupo, recebem atenção insuficiente da historiografia dos movimentos sociais negros e dos estudos que abordam a interface comunicação, democracia e movimentos sociais. As organizações de movimentos sociais foram uma prioridade histórica. Realidade que pode ser mudada com as experiências desenvolvidas na internet. Dado seu baixo custo, a internet e as várias plataformas digitais têm transformado a capacidade de comunicação de movimentos sociais, que agora podem produzir e difundir informações sobre vários temas de interesse (MAIA, 2014, p. 114). Disso se valem empreendedores individuais e grupos de ativistas que não têm o suporte organizacional. Na última década, chama atenção o surgimento de blogs e sites empreendidos por apenas um ativista ou coletivos dos movimentos negros¹⁶. As pesquisas sobre comunicação online de movimentos sociais já têm destacado a importância dos ativistas, de como eles interagem com o meio midiático e fazem uso das novas tecnologias (MATTONI, 2013; HINTZ; MILAN, 2009; KAVADA; 2013; MILAN, 2103). Em outras palavras, destacam a importância de se também considerar as culturas de comunicação online dessa parcela já significativa de atores.

2.5 APONTAMENTOS SOBRE CULTURAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Alice Mattoni (2013), ao trabalhar a ideia de repertório – que é muito próxima à de cultura de Kavada (2013) – defende que são as práticas comunicacionais que sustentam as interações dos movimentos sociais internamente e com outros atores. Esse pensamento dá base para que essas práticas funcionem como ferramenta analítica não somente de processos de mediação, mas também de processos dos movimentos sociais em geral (MATTONI, 2013, p. 52). Como as práticas

organizações e coletivos. Esse contato se deu em dois momentos. Em setembro e outubro de 2013, na fase de aprimoramento do projeto de pesquisa, tive a valiosa ajuda de Prof. Amilcar Araujo Pereira, Profa. Juliana Santos Botelho, Prof. Petrônio Domingues, Prof. Marcus Vinícius P. Gomes, Flávio Jorge, Angélica Basthi e Edson Lopes Cardoso. As conversas presenciais ou via Skype e os e-mails trocados nesse período foram fundamentais para que eu entendesse melhor os movimentos sociais negros e sua comunicação. Ao compartilharem importantes documentos, experiências, contatos e referências bibliográficas, essas pessoas foram essenciais para a escolha do corpus e para a construção dessa tese. Também foram de fundamental importância as trocas de e-mails, em outubro de 2014, com os pesquisadores citados acima e com os seguintes pesquisadores, jornalistas e ativistas: Antonio Costa Neto, Carlos Medeiros, Dojival Vieira, Humberto Adami, Marcos Cardoso, Victor Tamm e Zilda Martins. Essas trocas de e-mails em outubro de 2014 proporcionaram dicas valiosas sobre os movimentos sociais negros e sobre documentos, listas de e-mails e outros espaços de discussão usados pelos MSNs nos últimos anos. Faço um agradecimento especial ao jornalista Flávio Carrança, que, em inúmeros momentos dos quatro anos de pesquisa, compartilhou experiências e respondeu dúvidas por e-mail, Skype ou pessoalmente na cidade de São Paulo.

¹⁶ Não há pesquisa específica sobre o número e a natureza dessas experiências. O surgimento desses blogs e sites foi observado no breve levantamento explicado acima.

comunicacionais estão relacionadas às escolhas e às práticas políticas, acredito que elas podem ser utilizadas para compreender o processo de representação que os movimentos sociais desenvolvem.

Essa proposta se justifica em dois pontos. Primeiro, a representação é um processo contínuo de construção, recebimento, aceitação e rejeição de demandas (SAWARD, 2009, 2010) e isso só se dá prioritariamente de maneira discursiva, onde a comunicação mediada ou não mediada tem papel fundamental. Segundo, considera-se o arcabouço teórico deliberativo deste trabalho. Movimentos sociais e suas culturas de comunicação ajudam a tornar a comunicação pública mais diversa, ao ampliarem o leque de temas, argumentos e experiências e, assim, contribuírem com a diversidade de perspectivas, cara à democracia deliberativa (BOHMAN, 2007, p. 348-51).

Por isso, defendo que abordagens como a desenvolvida por Kavada (2013) são indicadas para analisar a comunicação de um movimento social como representante político não eleitoral. Ao trabalhar de forma ampliada e comparativamente vários tipos de culturas, a abordagem não encara a comunicação como algo isolado e arbitrariamente construído, além de respeitar a diversidade de movimentos heterogêneos, incluindo a pluralidade de atores. Além do mais, essa é uma forma de seguir uma direção apontada pelos trabalhos já desenvolvidos sobre a comunicação dos movimentos negros: a necessidade de alternativas que “possibilitem a produção de conhecimentos críticos específicos sobre os usos das tecnologias da comunicação” por parte dessa parcela da população (COGO; MACHADO, 2010, p. 14).

No caso da representação política, essa análise de culturas serve de base para a caracterização de atores. Mas não é suficiente. São preciso abordagens que também analisem diretamente e com detalhes as características discursivas do processo representativo, especificamente a parte que acontece nas experiências online dos movimentos sociais. Unir as características dos movimentos sociais e a forma como eles exercem a representação discursiva (DRYZEK; NIEMEYER, 2008) é o próximo desafio.

O segundo capítulo abordou o papel da comunicação nos movimentos sociais e trouxe como exemplo a história do objeto da tese: os movimentos sociais negros brasileiros em sua fase contemporânea. A partir de uma perspectiva discursiva e deliberacionista, foram defendidas a capacidade e a necessidade de os movimentos ampliarem estruturas comunicativas para a construção de debates internos e externos. O capítulo destacou então a pluralidade de atores e de dinâmicas comunicacionais dos movimentos e relacionou-as à pluralidade de concepções democráticas que compõem os movimentos contemporâneos. Nessa perspectiva, a comunicação online foi apresentada como parte de um conjunto de ambientes comunicacionais, que também

estão relacionados a escolhas de modelos democráticos.

A ideia de “culturas” dos movimentos sociais – culturas de estratégia, organização, tomada de decisão, comunicação online (KAVADA, 2013) – foi o caminho apontado para compreender como os distintos modelos de comunicação e de democracia afetam as experiências de comunicação online de diferentes atores. O capítulo trouxe a trajetória comunicacional dos MSNs, relacionando-a, mesmo que brevemente, aos modelos de organização e interação política desenvolvidos nas últimas décadas. Destacou-se então como as estratégias comunicacionais foram sempre caminhos para organização política, construção de demandas e defesa de direitos. O segundo capítulo da tese terminou com apontamentos sobre como a noção de culturas de movimentos sociais pode servir como um pano de fundo para se entender o processo de representação política não eleitoral. Isso porque reconhece a existência e a importância de distintos atores, inclusive ativistas individuais e grupos informais, e é útil para categorizá-los.

O capítulo seguinte abordará a metodologia da tese, que propõe não apenas categorizar os diferentes atores dos movimentos negros, mas também analisar diretamente as características discursivas do processo representativo, especificamente aquelas que se dão nas experiências online dos movimentos sociais.

3 METODOLOGIA. PARA OPERACIONALIZAR O DIÁLOGO ENTRE O PRAGMATISMO E A ÉTICA DISCURSIVA

É a partir da comunicação online desenvolvida pelos movimentos sociais negros no Brasil que este trabalho pretende caracterizar como um movimento social se apresenta como representante político não eleitoral e vocaliza demandas de representação. Para isso, apresento neste capítulo uma tentativa de atender ao desafio colocado por Urbinati e Warren (2008, p. 399) acerca das formas de representação: desenvolver novas ferramentas e análises críticas sensíveis para as novas formas de influência política e de poder. O capítulo também é uma tentativa de seguir uma direção apontada pelos trabalhos já desenvolvidos sobre a comunicação dos movimentos negros: a necessidade de alternativas que “possibilitem a produção de conhecimentos críticos específicos sobre os usos das tecnologias da comunicação” (COGO; MACHADO, 2010, p. 14). Assim, dialogando com os capítulos 1 e 2, a metodologia proposta (1) parte do caráter processual e discursivo da representação política e que por isso tem forte interface com a democracia deliberativa, e (2) reconhece a pluralidade de um movimento social, no tocante a seus atores e suas culturas democráticas e de comunicação. Ademais, a metodologia desenhada se aproxima de uma base conceitual sistêmica em suas premissas já que procura dar conta da pluralidade do processo da representação e do movimento social em si.

Na primeira seção do capítulo, apresento os critérios para a escolha do material – experiências de comunicação online de atores dos MSNs – e os procedimentos de coleta. Em seguida, explico a primeira etapa da análise, a caracterização dos atores e de suas experiências de comunicação. Seguindo o exposto no Capítulo 2, essa etapa tem como premissa que a comunicação – online ou não – de um movimento não é unificada, assim como os atores que o compõem e as suas culturas também não são iguais (DELLA PORTA; MOSCA, 2009; DELLA PORTA, 2011; MATTONI, 2013; KAVADA, 2013). Na terceira e quarta seções, mostro uma tentativa de operacionalizar o diálogo feito no Capítulo 1 entre o pragmatismo de Michael Saward e a ética discursiva de Habermas (URBINATI; WARREN, 2008; DRYZEK; NIEMEYER, 2008; BOHMAN, 2012; MAIA, 2012b; ALMEIDA, 2013, 2014). Para isso, dialogo com duas propostas metodológicas – uma que dialoga diretamente com teoria da representação discursiva (KOOPMANS; STATHAM, 1999, 2009) e outra de bagagem deliberacionista, o *Discourse Quality Index* (DQI) (STEINER et al, 2004; STEINER, 2012; STEENBERGEN et al, 2013). Ressalto que não busco deliberação, mas sim aferir a qualidade discursiva das experiências de comunicação online dos movimentos negros. Até porque as dinâmicas comunicacionais, inclusive aquelas online, não necessariamente atingem todos os ideais do processo deliberativo, ficando esses ideais principalmente em um horizonte normativo (MAIA, 2007; MAIA ET AL, 2015). Por fim, na quinta seção, apresento como se dará a análise comparativa da tese. Ao considerar a existência de diversas atividades, esferas, momentos

e oportunidades (BOHMAN, 2012; ALMEIDA, 2013), uma abordagem conceitual sistêmica é útil também para entender como funcionam e se relacionam as várias formas de representação e demandas representativas.

3.1 ESCOLHA, COLETA E TRATAMENTO DO MATERIAL DE ANÁLISE

Ao falar sobre as associações dos movimentos sociais, Garcêz (2013, p. 311) ressalta que o potencial democrático delas acontece na abertura à pluralidade dos pontos de vista internos e na capacidade de inserir novos temas na arena pública de debate. Se pensarmos no conjunto de atores que formam um movimento social, essa pluralidade e essa abertura também são válidas e esperadas. Ao considerar essa característica e entender que a comunicação se insere em um conjunto de culturas mais amplo (DELLA PORTA, 2009b, 2011; KAVADA, 2013), optei por selecionar atores do movimento negro que representassem características diversas.

De outubro de 2013 a outubro de 2016, realizei um levantamento dos atores dos movimentos negros e suas experiências na internet, de onde foram escolhidos os casos a serem analisados. O levantamento foi desenvolvido a partir da literatura disponível sobre os MSNs e de documentos das Conferências Nacionais de Igualdade Racial e dos conselhos de órgãos como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Fundação Cultural Palmares (FCP), além do contato direto com pesquisadores, militantes e representantes de organizações e coletivos. Foram catalogadas experiências online desenvolvidas por 84 atores de todas as regiões do País (ver Apêndice A). Com base nesse levantamento, observou-se que a comunicação online dos movimentos negros contemporâneos é desenvolvida, de modo geral, em um conjunto de plataformas, principalmente blogs, sites e redes sociais, e por três grupos distintos de atores:

1. Entidades

Organizações não-governamentais e outras associações com existência legal, que desenvolvem ações, inclusive de comunicação, ligadas à temática negra, seja em um universo amplo de temas, seja trabalhando com um grupo específico, como jovens negros, mulheres negras e quilombolas;

2. Coletivos

Artistas, pesquisadores e outros profissionais, como jornalistas, que se reúnem por afinidade de campo de atuação e desenvolvem ações de mobilização e comunicação ligadas ao combate ao racismo, à identidade negra e à valorização dos sujeitos enquanto profissionais negros em seu universo específico;

3. Empreendedores da causa negra

Ativistas que, por iniciativa própria, decidem desenvolver uma experiência de comunicação seja porque buscam a pluralização dos discursos acerca dos negros na arena dos *media*, seja porque também utilizam essa experiência como meio de vida.

3.1.1 Corpus

A proposta da tese é analisar comparativamente experiências de comunicação dos movimentos negros na internet desenvolvidas por diferentes tipos de atores, entendidos no contexto desta pesquisa como "representantes discursivos" (DRYZEK; NIEMEYER, 2008; MAIA, 2012b). A escolha dos atores foi baseada no levantamento explicado acima. O primeiro critério foi escolher exemplos de atores que fossem representativos nos movimentos, ou seja, que possuíssem reconhecimento de atuação. O segundo critério foi temporal. Como o debate analisado é sobre a Lei de Cotas (nº 12.711/2012), escolhi experiências com publicações durante os anos de 2011, 2012 e 2013, que abrangem as diversas fases desse debate. Algumas das mais recentes e influentes experiências na internet ligadas à temática racial não entraram no escopo do material por esse motivo¹⁷. No caso dos atores que possuíam mais de uma experiência na internet nos anos escolhidos, optou-se pela experiência que proporcionasse mais pluralidade de plataformas ao *corpus* escolhido. O terceiro critério esteve relacionado às características da experiência de comunicação. Optei, em cada tipo de ator, pelas duas experiências com melhor atualização das informações e continuidade de postagens. Esclareço que alguns desses atores já possuíam perfil ou páginas no *Facebook* em 2012. Mas optei por não trabalhar com essa plataforma porque, comumente, os *posts* no *Facebook* eram apenas chamadas para as postagens do blog ou portal, não sendo um novo material. É importante ressaltar que em 2011, por exemplo, o uso de sites de redes sociais ainda não estava tão disseminado nos MSNs.

Dos três grupos identificados no levantamento, escolhi trabalhar com experiências de comunicação de apenas dois deles: empreendedores da causa negra e entidades. Não analisarei experiências de coletivos por dois motivos. Primeiro, a natureza informal dos coletivos faz com que as experiências de comunicação desenvolvidas sejam extremamente pontuais e efêmeras, ainda que na internet. Daí a dificuldade de que tive de identificar um leque de experiências de comunicação desses atores. Por conta desse caráter pontual e informal, as raras experiências

¹⁷ São exemplos: blog *Blogueiras Negras* (<http://blogueirasnegras.org/>), site *Gorda e Sapatao* (<http://gordaesapatao.com.br/>), site *Negambuguer* (<http://www.negahamburguer.com/>), Portal *Kultafro* (<http://www.kultafro.com.br/>).

desenvolvidas por coletivos hoje na internet¹⁸ não existiam no recorte temporal proposto pela tese. Segundo, as poucas experiências de coletivos que já existiam em 2011 não se mostravam na verdade coletivos, mas sim produções individuais com eventuais colaborações¹⁹ ou não atendiam os demais critérios²⁰, como representatividade dentro do movimento, atualização das informações e continuidade de postagens. Feitas essas ressalvas, segue a lista dos atores e experiências escolhidas:

Empreendedores da causa negra

1. Dojival Vieira - Agência de Notícias Afropress

<http://www.afropress.com/>

Desenvolvida pelo jornalista e advogado Dojival Vieira desde 2004, a Afropress é uma das primeiras agências de notícias online voltadas para a temática racial no Brasil. Seu objetivo é levar informação a jornalistas, pesquisadores, educadores e ativistas dos movimentos negros. Conta com alguns poucos colaboradores, mas as publicações são majoritariamente feitas e editadas por Dojival. É o caso da seção de notícias, que aqui é analisada;

2. Humberto Adami - Blog do Humberto Adami

<http://humbertoadami.blogspot.com.br/>

Um dos mais influentes advogados que trabalha com a questão negra no Brasil. Teve participação direta na discussão sobre a constitucionalidade das cotas em 2012. Sua experiência de comunicação online existe desde 2007 e fala sobre muitos temas relativos à atuação profissional do advogado.

Entidades

3. Geledés Instituto da Mulher Negra - Portal Geledés

<http://www.geledes.org.br/>

Organização da Sociedade Civil criada em São Paulo (SP) em 1988 por uma vertente feminista dos movimentos negros. Desenvolve ações de recorte racial e de gênero em várias áreas. No portal, seu principal veículo de comunicação cuja primeira versão data de 1997,

¹⁸ São exemplos: Blogueiras Negras (<http://blogueirasnegras.org/>), Fórum Nacional de Juventude Negra (<http://fonajune.blogspot.com/>).

¹⁹ Exemplo disso é o blog Mamapress (<http://mamapress.wordpress.com/>), que apesar de se identificar como uma rede de colaboração, tinha, no período analisado, Marcos Romão como quase que único autor.

²⁰ É o caso do blog da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira) de Alagoas (<http://cojira-al.blogspot.com.br/>).

são veiculadas notícias e publicações com temas afins à realidade da população negra em geral. A seção de notícias foi a analisada;

4. Instituto de Mídia Étnica - Rede Social Correio Nagô

<http://correionago.ning.com/>

Instituição formada por comunicadores e estudantes universitários. Desenvolve, desde 2005, em Salvador (BA), ações como: treinamento de jornalistas e estudantes de comunicação, assessoria para organizações afro-brasileiras, e *media training* para lideranças de movimentos sociais. Possui o site do instituto, o portal informativo Correio Nagô e uma rede social própria de mesmo nome criada em 2009. Nessa rede social, há um espaço para postagens de notícias e artigos, utilizado na análise.

Desses atores e experiências de comunicação, analiso as postagens que tiveram como tema o debate sobre a Lei de Cotas entre 2011 e 2013. Os posts foram selecionados através do sistema de busca de cada experiência de comunicação, resultando em um total de 277. Como a perspectiva teórica da tese reconhece a importância de se observar diferentes momentos, arenas e atores envolvidos no processo de representação política, optei por um recorte temporal que permitisse entender como esses diferentes atores utilizaram suas experiências de comunicação durante as fases do debate sobre a Lei de Cotas naqueles anos. As fases identificadas são: (1) discussão no Judiciário, que terminou com o julgamento sobre a constitucionalidade das cotas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em abril de 2012; (2) discussão no Congresso Nacional, retomada após o julgamento no STF e finalizada com a aprovação da Lei 12.711 em agosto de 2012 e; (3) sanção e implementação da Lei, que se inicia com a promulgação da lei em agosto e se estende até 2013, com consequências no debate nacional, além de discussões locais.

Foram selecionados posts que tiveram a Lei como tema principal ou secundário, como é o caso de posts sobre lei de cotas em âmbito estadual. Mesmo não versando específica e particularmente somente sobre a Lei de Cotas, esses textos trazem informações importantes sobre a forma como a discussão nacional sobre cotas foi desenvolvida e como ela repercutiu fora do seu contexto político imediato e entre representantes que não participam da discussão a nível nacional.

3.1.2 Unidade de análise e tratamento do material

O material selecionado é predominantemente textual. As publicações analisadas seguem o formato de notícia em sua grande maioria e de testemunhos ou artigos de opinião. O texto, aliás, é a unidade de análise trabalhada. Os argumentos e as posições dos atores são

apresentados por vezes de forma dispersa, ao longo do texto. Destaco essa característica porque compartilho com a ideia de que os sujeitos usam narrativas para ligar observações vezes fragmentadas e, assim, construir significados e realidades (MCCOMAS; SHANAHAN, 1999, p. 36 *apud* WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014, p. 11). Os textos, inclusive os de natureza jornalística, fazem exatamente isso ao integrarem atores, pontos de vista, objetos e conceitos abstratos em suas narrativas (WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014, p. 11).

Também por conta dessa natureza jornalística, é comum que os atores cite opiniões de terceiros, incluindo outros representantes, além de escolherem republicar, parcial ou integralmente, textos de outras fontes. Nesse caso, ressalto que o ator é o responsável e assume a escolha de publicar as informações em sua experiência na internet. Experiência essa que faz parte do conjunto de iniciativas de comunicação de um movimento social, que tem prioridades e objetivos distintos daqueles de uma empresa de comunicação, por exemplo, tradicionalmente ligados a princípios como neutralidade e pluralidade de fontes e perspectivas.

Dos 277 posts selecionados, apenas dois trouxeram elementos não textuais que não fotos. Esses utilizaram vídeos, que optei por transcrever, adicionando as informações ao corpo do texto, já que sem elas a linha de argumentação dos autores ficaria prejudicada. A codificação foi conduzida por duas pessoas – a autora da pesquisa e outra codificadora – usando o programa Nvivo, versão 11. Uma parte do material, 10%, foi utilizada para o teste de confiabilidade e o resultado foi satisfatório. As variáveis obtiveram coeficiente *kappa* entre 0.871 e 0.888. Segundo o Krippendorff (2004, p. 241-242), o valor ideal é acima de .800, mas ainda são considerados aceitáveis valores não menores do que .667.

3.2 METODOLOGIA- ETAPA 1 - CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES E DE SUAS EXPERIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO

A primeira etapa de análise destaca a pluralidade que marca os movimentos sociais e suas ações como representantes políticos não eleitoras. Isso se refere não somente à diversidade de atores, mas também de entendimentos e práticas democráticas, que se relacionam às práticas comunicacionais (LAVALLE et al, 2006; MOSCA E DELLA PORTA, 2009; HINTZ E MILAN, 2009; DELLA PORTA, 2009a, 2009b, 2011; WELDON, 2011; MILAN, 2013). A primeira etapa da análise caracteriza então as práticas democráticas e comunicacionais de cada um dos atores. Essa fase servirá de base para as etapas seguintes da análise, já que permite que se infira as condições da ação discursiva de cada ator como representante político não eleitoral.

A caracterização das práticas democráticas e comunicacionais se dará pela análise de documentos – regimentos, estatutos, cartas abertas, planos de comunicação – e experiências de comunicação de cada ator na internet. Para isso, adapto a metodologia desenvolvida por Kavada

(2013), já apresentada no Capítulo 2. A exemplo de Mattoni (2013), ao analisar repertórios de comunicação de movimentos sociais, faço entrevistas semiestruturadas com os empreendedores individuais e com os responsáveis pela comunicação das entidades (ver roteiro das entrevistas no Apêndice B).

Esse material ajuda a identificar a natureza de cada ator referente às culturas de estratégia, organização, tomada de decisão e de comunicação online. Seguirei ainda os tipos ideais – vertical e horizontal – propostos por Kavada como guia de análise das culturas dos movimentos sociais. Essa proposta de tipologia facilita, segundo a autora, o entendimento dos usos das tecnologias digitais pelos movimentos sociais na medida em que fornece pistas mais sutis das razões pelas quais os movimentos usam a internet de determinada forma (Kavada, 2013, p. 91). A seguir, os elementos que trabalharei na caracterização dos atores (Quadro 1):

QUADRO 1: Tipos vertical e horizontal de culturas

CULTURA E ELEMENTOS	HORIZONTAIS	VERTICAIS
Estratégia		
Visão da transformação social	Comportamento transformado do indivíduo ou membro	Sociedade transformada como um todo
Tipos de políticas	Prefigurativa	Estratégica
Orientação	Interna	Externa
Formas de mobilização	Qualitativa	Quantitativa
Organização		
Grau de formalidade	Informal	Formal
Grau de centralização	Descentralizado/distribuído	Centralizado
Grau de hierarquia	Horizontal	Hierárquico
Grau de profissionalismo	Voluntário	Profissional
Liderança e linhas de controle	De baixo para cima	De cima para baixo
Tomada de decisão		
Grau de participação	Alto	Baixo
Princípios democráticos	Participatório	Majoritário

Fonte: Adaptado de Kavada, 2013, p. 85.

O objetivo da tese não é enquadrar os atores dos movimentos sociais negros em modelos categorizados, o que engessaria a análise e conseqüentemente os resultados. A proposta é que esses elementos sejam guias para entender como e em que medida as características democráticas de cada ativista e entidade se relacionam às dinâmicas comunicacionais deles, como apontado por estudos anteriores (SANTOS BOTELHO, 2008; MOSCA; DELLA PORTA, 2009; HINTZ; MILAN, 2009; DELLA PORTA, 2009a, 2009b, 2011; SANTOS BOTELHO, 2012; MILAN, 2013; MATTONI, 2013; KAVADA, 2013). A análise para identificar elementos mais horizontais ou

verticais será, assim, contextual e interpretativa. Como a presente pesquisa atenta especificamente para as dinâmicas online, a caracterização abrangerá somente os elementos relativos à cultura de comunicação online. No caso dos empreendedores individuais e entidades que desenvolvem experiências de comunicação fora da internet, essas informações serão consideradas na contextualização dos atores. Abaixo, os elementos que buscarei identificar em cada experiência de comunicação:

QUADRO 2: Elementos da cultura de comunicação online

CULTURA DE COMUNICAÇÃO ONLINE	HORIZONTAL (Interativa)	VERTICAL (<i>Broadcasting</i>)
Conteúdo	Tende mais a dar informações sobre processos de luta e mobilizações	Tende mais a incluir informações factuais e sobre eventos
Forma	Permite colaboração	Não permite colaboração
Fins e funções de comunicação	Serve a processos de mobilização, a consultas internas e discussão sobre valores do ator. Foco na audiência interna.	Serve a chamamentos a eventos, a informação e visa as estratégias do ator. Foco na audiência externa.
Infraestrutura comunicacional	Não profissional	Profissional
Produção de conteúdo	Descentralizada, informal, controlada por uma base	Centralizada, formal, hierárquica
Processo de distribuição e publicação/endereçamento público	Descentralizada, informal, controlada por uma base	Centralizada, formal, hierárquica
Fluxos de comunicação	“De baixo para cima”, lateral, recíproco	“De cima para baixo”, vertical, fluxo de único sentido
Relações, papéis e responsabilidades sociais	Pouca distinção entre comunicadores e audiência; livre acesso a diferentes papéis.	Clara distinção entre comunicadores e audiência; poucos ativistas fazem o papel de comunicadores.

Fonte: Adaptado de Kavada, 2013, p. 86.

3.3 METODOLOGIA - ETAPA 2 - IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES DO PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO

A partir da segunda etapa da análise, priorizarei o caráter discursivo da representação política, reforçando a mensurabilidade dos discursos (DRYZEK; NIEMEYER, 2008, p. 482). Na etapa 2, dialogo com a abordagem pragmática de Michael Saward (2006, 2009, 2010) sobre a representação política, tema já discutido no Capítulo 1. Pretendo identificar as demandas vocalizadas e os agentes envolvidos no processo de representação política, em termos de Saward (2006, p. 36): aquele que faz uma representação (*maker*) invoca um sujeito (*subject*) que está para um objeto (*object*), que por sua vez se relaciona a um referente (*referente*) e é oferecido para uma

audiência (*audience*).

Para identificar esses elementos, adaptarei a abordagem metodológica desenvolvida por Koopmans e Statham (1999, 2009; ADAM et al, 2002; KOOPMAN, 2002). Esses autores também têm um entendimento discursivo da representação e se propõem a analisar como as demandas representativas de movimentos sociais são inseridas na arena midiática. Fazem isso com uma categorização de elementos um pouco diferente da feita por Saward. De acordo com Wilde (2013, p. 285), o trabalho de Saward fornece um argumento poderoso para o argumento democrático, mas tem sido difícil de ser implementado empiricamente. Segundo o autor, a distinção teórica do Saward entre *maker* e *subject* faz sentido, mas não é uma distinção proveitosa empiricamente. O mesmo aconteceria quando se tenta operacionalizar a diferença entre o *object* e *audience*, além da natureza da audiência de forma mais geral (2013, p. 284).

Koopmans e Statham (1999, p. 216) desenvolveram um "sistema de categorias detalhadas para as variáveis centrais" do processo representativo. É uma tentativa de explicitar o que difere cada elemento e facilitar sua operacionalização. Por isso, a metodologia de Koopmans e Statham é apontada por Wilde (2013) como um dos métodos mais promissores de análise de demandas representativas. Ela proporciona uma identificação mais clara dos elementos da representação, principalmente em relação à audiência e à *constituency*. Por isso, a escolha dessa proposta metodológica para a operacionalização da análise da tese. Abaixo, os elementos propostos por Koopmans e Statham (1999, 2009) em comparação aos elementos desenvolvidos por Saward (Quadro 3).

QUADRO 3: Elementos do processo de representação por Saward, e Koopmans e Statham

	Teoria das Demandas Representativas <i>Representative Claim Theory</i> (Saward)	Metodologia de análise de demandas <i>Method of Claims Analysis</i> (Koopmans and Statham)
Representante	<i>Maker</i> ²¹ : entidade que executa o ato comunicativo de reivindicar <i>Subject</i> : entidade apresentada pelo maker como representante de certa constituency.	<i>Reivindicante</i> (claimant): entidade que realiza um ato estratégico ou comunicativo na esfera pública
	<i>Audience</i> : ator que testemunha a reivindicação sendo feita	<i>Destinatários ou Objetos indiretos</i> (addressees/indirect/object actors) em uma relação discursiva:

²¹ Optei por manter o termo em inglês porque as traduções disponíveis não contemplam a contento as ideias de Saward, já difíceis de distinguir, como afirma Wilde (2013).

		<p><i>Destinatário</i> (addressee): ator que é responsável pela implementação da demanda ou a quem o pedido é diretamente feito;</p> <p><i>Oponente / ator criticado</i> (opponent/criticized actor): ator que é visto como quem prejudica ou dificulta a realização da demanda ou tem uma posição contrária à do reivindicante;</p> <p><i>Ator apoiador</i> (supported actor): ator visto como apoiador, que contribui com a realização da demanda ou que defende uma posição congruente à do reivindicante.</p>
Representado	<p><i>Object/intended constituency</i>: aqueles que o <i>maker</i> afirma ser representados pelo <i>subject</i></p> <p><i>(Actual) constituency</i>: aqueles que se sentem representados pelo <i>subject</i></p>	<p><i>Objeto direto</i> (direct object): atores cujos interesses são afetados pela (implementação) da demanda</p>

Fonte: Wilde, 2013, p. 286; Adam et al, 2002, p. 42.

Uma das críticas a essa metodologia é o fato de os autores ainda não terem conseguido operacionalizar de forma segura a categoria do objeto direto, o que ilustra empiricamente a dificuldade de mensurar a *constituency* (WILDE, 2013, p. 286). O próprio Wilde sugere que os recursos interativos da Web 2.0, como os espaços para comentários, podem ser uma alternativa. Mas isso não resolve esse desafio teórico e empírico já que quem comenta as demandas vocalizadas nos ambientes online não necessariamente são as pessoas diretamente afetadas pela implementação da demanda. *Constituencies* não são algo singular, territorial, fixo, sendo, na verdade, fluídas e culturais. Além disso, podem ser permanentes ou temporárias (SAWARD, 2009, 22). Por isso mesmo é um elemento muito difícil de ser mensurado. Do ponto de vista metodológico, opto por pensar a *constituency* como aquela presumida já que, como Saward (2010, p. 48) afirma, a representação é um processo de construção de demandas com um propósito. Assim, acredito que a categoria *objeto direto* proporciona maior exequibilidade desse elemento do processo representativo sem, claro, eliminar a complexidade que a *constituency* representa.

Além disso, essa metodologia de análise de demandas representativas que usarei foi pensada para materiais como notícias e editoriais (KOOPMANS E STATHAM, 1999, 2009; ADAM et al, 2002; KOOPMAN, 2002). Assim, mostra-se adequada à necessidade da tese, já que o material desenvolvido e selecionado pelos atores dos movimentos negros é ou muito se assemelha a

notícias e artigos de opinião. A unidade de análise a ser utilizada nesta Etapa 2 também segue a escolha de Statham e Koopmans (2009, p. 442): a demanda reportada no texto, que pode ser articulação de reivindicações, chamadas para mobilização, propostas, e críticas que estejam relacionadas com a questão escolhida.

No Quadro 4, apresento as variáveis e possíveis respostas para essa fase da análise (o livro de códigos completo está no Apêndice C). Das modificações necessárias para adequação ao material analisado, incluí elementos ligados à identificação do texto e ao momento de discussão citado. Quando da identificação do ator e do texto, escolhi acrescentar a categoria: “fonte do texto”, muito ligada à Etapa 3 da análise, sobre a qual discutirei adiante. Essa categoria se aplica quando o texto traz informações originais de outro veículo ou ator.

QUADRO 4: Categorias e elementos para identificação dos elementos do processo de representação

Elementos		
Identificação do ator/texto	Ator e Experiência de comunicação online	Dojival Vieira/Afropress Humberto Adami/Blog do Humberto Adami Instituto de Mídia Étnica/Correio Nagô Geledés/Portal Geledés
	Ano de publicação	2011 2012 2013
	Autor da postagem	Ator da experiência de comunicação analisada Outro(s) ator(es) dos movimentos sociais negros Cidadãos Governos
	Fonte do texto	Ator da experiência de comunicação analisada Outros atores dos movimentos sociais negros e suas mídias Especialistas/intelectuais/Publicações acadêmicas Cidadãos Mídia tradicional Mídias independentes/Jornalistas/ Sociedade civil Judiciário, governos, parlamentos e suas mídias Mídias de universidades Mídias de partidos políticos
	Centralidade das cotas como tema	Tema central Tema secundário
Identificação dos elementos do processo representativo	Momento da discussão citado	Tramitação/Discussão no Congresso Nacional Discussão no Judiciário Sansão/Implementação da Lei
	Demanda (<i>claim</i>)	Legalidade das cotas em universidades Discussão e aprovação da Lei de Cotas no Congresso Nacional Sanção e regulamentação da Lei de Cotas Implementação das cotas em universidades Mobilização a favor das cotas em universidades

	<p>e ou ações afirmativas em geral Criação e implementação de cotas em universidades estaduais Implementação de ações afirmativas em geral Combate ao racismo e luta pela igualdade²²</p>
Reivindicante (<i>claimant</i>):	<p>Ator da experiência de comunicação Outros atores dos movimentos sociais negros Movimentos sociais negros em geral</p> <p>Congresso Nacional Judiciário brasileiro Governo Federal Governos/Parlamentos municipais e estaduais</p> <p>Universidades Especialistas/intelectuais Sociedade civil (ONGs, outros movimentos sociais etc.) Jornalistas/Mídia independente</p> <p>Outros</p>
Destinatários ou Objetos indiretos (<i>addressees/indirect object actors</i>)	<p>Ator da experiência de comunicação Outros atores dos movimentos sociais negros Movimentos sociais negros em geral</p>
<ul style="list-style-type: none"> – Destinatário (<i>addressee</i>) – Oponente / ator criticado (<i>opponent/criticized actor</i>) – Ator apoiador (<i>supported actor</i>) 	<p>Sociedade em geral</p> <p>Congresso Nacional Judiciário brasileiro Governo Federal Partidos políticos Governos/Parlamentos municipais e estaduais</p> <p>Universidades Especialistas/intelectuais Sociedade civil</p> <p>Estado Entidades de classe Não cotistas ou alunos de escolas privadas</p> <p>Jornalistas ou mídia independente Artistas/Personalidades públicas Mídia tradicional</p> <p>Direita ou elite brasileira Classes média e/ou alta</p> <p>Outros</p>

²² Também foram codificados dois tipos de demandas contrárias às cotas: ilegalidade/inconstitucionalidade das cotas em universidades, e não implementação do modelo de cotas do Governo de São Paulo. Mas o número de ocorrências foi muito baixo, não sendo, portanto, incluídas na maior parte da análise.

	Objeto direto (<i>direct object</i>)	População brasileira População negra População pobre População indígena Outras minorias ou grupos vulneráveis Alunos cotistas e/ou de escolas públicas Não cotistas e/ou de escolas privadas Universidades População branca Outros
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Statham e Koopmans ainda trabalham com outro elemento, o *frame*, próximo dos códigos culturais de Saward (2010, p. 76). Mas esse não será utilizado em nossa análise. O objetivo aqui é entender o caráter discursivo da representação para além de quadros interpretativos. Por isso, priorizo as características discursivas que se relacionam à variedade de atores identificados no processo de representação. É o que apresento na seção a seguir.

3.4 METODOLOGIA - ETAPA 3 - ANÁLISE DO DISCURSO DE REPRESENTAÇÃO

O papel democrático dos movimentos sociais está ligado à abertura, à pluralidade das experiências e dos pontos de vista internos, e à capacidade de representar grupos historicamente excluídos do sistema político e de inserir novos temas no debate público (WELDON, 2011; GARCÊZ, 2013, 2015). Vista a pluralidade dos movimentos sociais negros, o objetivo desta etapa da análise é justamente identificar a forma como cada ator se coloca no processo representativo. A proposta é, com o mapa de atores anteriormente identificados, analisar o discurso vocalizado em cada experiência de comunicação na internet. Isso quer dizer observar os atores e seus discursos no tocante a: momento de discussão das cotas abordado; justificações apresentadas; e forma como cada tipo de representante se relaciona com os demais representantes, de dentro e fora dos MSNs.

É importante ressaltar que essa etapa proporciona a compreensão das mudanças de discurso de cada ator ao longo do debate sobre a Lei de Cotas. Por exemplo, será possível observar (1) como diferentes atores dos movimentos negros expressam a mesma demanda representativa e (2) como as relações entre representantes são construídas e modificadas ao longo do debate. Para isso, retomo o diálogo entre representação discursiva e democracia deliberativa e opto por utilizar uma metodologia inspirada no Discourse Quality Index (DQI). Ligado à proposta da ética discursiva de Habermas, o DQI enfoca a dimensão eminentemente dialógica da deliberação (STEINER et al, 2004; STEINER, 2012). O DQI trabalha com o discurso público vocalizado e, assim, traz uma proposta para avaliar a qualidade das interações e trocas argumentativas. Essa abordagem dialoga

de forma próxima com o entendimento de representação que tenho nesta tese – um processo eminentemente discursivo. Embora tenha sido criado para analisar interações no parlamento, um conjunto de pesquisas vêm provando a adaptabilidade do DQI às análises discursivas em outras arenas, inclusive midiáticas (DANTAS, 2011; MAIA, 2012a; STEINER, 2012; OLIVEIRA, 2013; MAIA; REZENDE, 2016).

Minha sugestão é usar alguns de seus elementos – nível de justificação, conteúdo da justificação, uso de histórias, e respeito – para apreender a dinâmica discursiva de cada ator. Acrescento outra categoria: responsividade. Como a análise trabalha com textos, os atores não falam diretamente com outros representantes, mas sobre eles e seus argumentos. Evito, assim, categorias como a interatividade ou reciprocidade. Minha sugestão é trabalhar com a presença de contra-argumentos, o que mediria a qualidade das interações dialógicas. Uma segunda adaptação se refere à categoria conteúdo da justificação. Quando identifico o uso ou não de argumentos referentes ao próprio grupo, falo do grupo diretamente beneficiado pela demanda. Para operacionalizar a opção de justificação ligada ao bem comum, optei por defini-la a partir da referência a custos ou benefícios para a sociedade brasileira em geral.

Esse conjunto de categorias me permitirá observar: (1) como os atores vocalizam suas demandas representativas em momentos distintos da discussão sobre a Lei de Cotas; e (2) como os atores se relacionam discursivamente com outros representantes políticos, eleitorais ou não eleitorais. Abaixo, a lista de categorias para essa fase da análise e os elementos correspondentes (detalhadamente apresentadas no livro de códigos, Apêndice C):

QUADRO 5: Categorias e elementos para análise discursiva da demanda de representação

Nível de justificação (Padrão argumentativo do texto)	Nenhuma justificação: o autor só diz que X deve ou não ser feito. Nenhuma razão é dada; Justificação única: o autor apresenta uma única razão para que X deva ou não ser feito; Justificação múltipla: o autor apresenta duas ou mais razões para que X deva ou não ser feito.
Conteúdo da justificação (Tipos de argumentos utilizados)	O texto se refere a benefícios e custos para o próprio grupo (população negra); O texto se refere a benefícios e custos para outros grupos; O texto se refere ao bem comum (sociedade brasileira como um todo); O texto se refere a princípios abstratos (igualdade e/ou justiça social).
Uso de histórias e testemunhos	Nenhuma história; História pessoal não relacionada a argumento; História relacionada ao argumento, única justificação; História pessoal relacionada a um argumento, reforçando argumentação.
Responsividade	Contra-argumentos ignorados: há argumentos de outros representantes na discussão, mas o texto não traz nenhum; Contra-argumentos apenas incluídos: o texto traz argumentos de outros representantes, mas não faz considerações explicitamente positivas nem

	negativas sobre eles; Contra-argumentos incluídos e respondidos de forma neutra: o texto traz argumentos de outros representantes, mas nem os degrada nem os valoriza; Contra-argumentos degradados: o texto traz argumentos de outros representantes, e degrada pelo menos um deles; Contra-argumentos valorizados: o texto traz argumentos de outros representantes e pelo menos um deles é explicitamente valorizado.
Respeito	Neutro: não há declarações explicitamente positivas/negativas ou uso de linguagem explicitamente respeitosa/ linguagem chula em relação a outros atores, seus argumentos ou suas ações; Respeito explícito: há pelo menos uma declaração explicitamente positiva ou uso de linguagem respeitosa; Não respeito: há declarações negativas explícitas ou linguagem chula que desvalorizam outros atores, seus argumentos ou suas ações.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Steiner et al, 2004.

3.5 QUESTÕES CENTRAIS E ANÁLISE COMPARATIVA

O objetivo das três primeiras etapas da análise é proporcionar dados que reconheçam a pluralidade dos movimentos sociais negros enquanto representantes políticos não eleitorais e a pluralidade da comunicação produzida por eles na internet. A tese propõe então uma análise comparativa dos atores analisados a fim de identificar similaridades e desacordos entre eles. Não se trata aqui de comparar como semelhantes experiências tão diversas, mas de desenhar um quadro geral de como distintos atores, com distintas culturas, utilizam experiências midiáticas para vocalizarem demandas representativas. Em outras palavras, busco observar as características e as dinâmicas de representação de cada ator a partir de parâmetros comuns.

Como já abordei no Capítulo 1, entendo que a base conceitual sistêmica é útil para a construção desse mapa. Como a deliberação, a representação vista a partir dessa perspectiva não é uma ação singular de cada indivíduo ou de uma instituição, mas um sistema de onde emergem várias atividades, esferas e momentos (ALMEIDA, 2013, p. 180). Essa perspectiva permite, assim, observar a presença e o papel do leque de representantes existentes (BOHMAN, 2012, p. 76). A análise comparativa se dará, então, a partir dos discursos de diferentes agentes – empreendedores individuais e entidades – em distintas plataformas – site, blogs e sites de redes sociais próprios – e ao longo de vários momentos da discussão sobre a Lei de Cotas em 2011, 2012 e 2013. Desenvolvo, então, a análise comparativa a partir de três questões centrais acerca dos movimentos sociais como representantes políticos não eleitorais, que, por sua vez, ligam-se diretamente aos objetivos específicos apresentados na introdução da tese: (1) diferenças comunicacionais; (2) demandas priorizadas; (3) variedade de estratégias argumentativas e não argumentativas entre representantes.

A primeira questão central – diferenças comunicacionais –, tem por objetivo identificar como distintos tipos de representantes desenvolvem suas experiências de comunicação online em distintos contextos políticos e organizacionais. Na segunda e na terceira questões centrais, atento para os fluxos discursivos gerados por esses diferentes atores no processo de representação. Na segunda questão – demandas priorizadas –, trabalho com o fato, por exemplo, de que, no período analisado, os atores são unânimes a favor das cotas, mas se diferem nos tipos de demandas vocalizadas e na forma como eles o fazem. A terceira questão – variedade de estratégias – focaliza a relação dos atores analisados com outros representantes políticos, fora e dentro dos movimentos negros.

Procuramos, ao explorar essas três indagações, compreender quais as diferentes perspectivas os movimentos agregam à esfera pública, de modo atento para a pluralidade desses agentes bem como para a pluralidade das escolhas democráticas e comunicacionais dos mesmos. Essas questões – relacionadas ao processo de representação política não eleitoral – procuram fazer avançar o que estudos anteriores já apontam: a relação entre as características democráticas de um movimento social e as práticas comunicacionais que ele desenvolve (MOSCA; DELLA PORTA, 2009; HINTZ; MILAN, 2009; DELLA PORTA, 2009a, 2009b, 2011; MILAN, 2013; MATTONI, 2013; KAVADA, 2013).

O terceiro capítulo, sobre a proposta metodológica da tese, mostrou uma tentativa de atingir o desafio proposto por Urbinati e Warren (2008): desenvolver novas ferramentas e análises críticas que sejam sensíveis a essa nova forma de poder que é a representação política não eleitoral. Também significou uma tentativa de seguir uma direção apontada pelos trabalhos já desenvolvidos sobre a comunicação dos movimentos negros: a necessidade de alternativas que “possibilitem a produção de conhecimentos críticos específicos sobre os usos das tecnologias da comunicação” (COGO; MACHADO, 2010, p. 14). A proposta de metodologia apresentada (1) reconhece a pluralidade dos MSNs como movimento social, no tocante a seus atores e suas culturas democráticas e de comunicação, (2) parte do caráter processual e discursivo da representação política e, por isso, tem forte interface com a democracia deliberativa e (3) dialoga com uma base conceitual sistêmica em suas premissas para, na análise comparativa, dar conta da pluralidade do processo da representação e do movimento social em si.

O percurso metodológico desenvolvido foi apresentado em três etapas. A primeira usa elementos das culturas de organização, estrutura e tomada de decisão para caracterizar cada ator analisado quanto a ações e entendimentos democráticos. Essas características são ainda relacionadas às dinâmicas comunicacionais que cada ator desenvolve na internet, seguindo a

proposta apresentada por Kavada (2013). A segunda etapa se refere à identificação dos atores envolvidos no processo representativo – reivindicante, destinatário, ator criticado, ator apoiador e objeto direto afetado diretamente pela demanda. Para isso, adapto metodologia proposta por Koopmans e Statham (1999, 2009) especificamente para materiais midiáticos. A terceira etapa da metodologia busca identificar as características do discurso do processo representativo a partir de algumas categorias do Discourse Quality Index (DQI) (STEINER et al, 2004; STEINER, 2012) – nível de justificação, conteúdo da justificação, uso de histórias e respeito. A essas categorias, acrescentei outro elemento para desenhar melhor a dinâmica discursiva de cada ator: responsividade.

O terceiro capítulo também apresentou como a base conceitual sistêmica inspira a análise comparativa da tese, baseada nos resultados das três etapas metodológicas. O objetivo da análise comparativa é entender como funcionam e se relacionam as várias formas de representação e demandas representativas, vocalizadas por atores de diferentes naturezas, em experiências de comunicação diversas e em distintos momentos do debate escolhido, sobre Lei de Cotas (n° 12.711/2012). O capítulo também expôs informações sobre o material a ser analisado: 277 textos publicados por quatro atores, em distintas experiências de comunicação na internet, entre os anos de 2011 e 2013. Também foi explicado que o texto será a unidade de análise e as ferramentas utilizadas na análise.

A seguir, a tese discorre sobre seus resultados e a análise. Em linhas gerais, serão quatro etapas: (1) caracterização do debate e caracterização dos atores segundo a proposta de Kavada (2013); (2) identificação dos atores do processo representativo; (3) mensuração da qualidade do discurso de representação; e (4) análise comparativa.

4 CARACTERIZAÇÃO DO DEBATE E DOS ATORES ANALISADOS

Como explicitado nos capítulos anteriores, a presente pesquisa compartilha o entendimento de que a comunicação que os movimentos sociais desenvolvem na internet diz muito da visão e das práticas de democracia de cada movimento (DELLA PORTA, 2009a, 2009b, 2011, 2013; HINTZ; MILAN, 2009; MOSCA; DELLA PORTA, 2009; MATTONI, 2013; MILAN, 2013). Para operacionalizar essa abordagem, optei por uma metodologia que reconhece a pluralidade de um movimento social no tocante a seus atores e suas culturas democráticas e de comunicação (CAMMAERTS; MCCURDY; MATTONI, 2013; KAVADA, 2013; MCCURDY, 2013). Este capítulo expõe os resultados da primeira parte da análise: a caracterização dos atores. Faço isso não sem antes situar a ação desses representantes no contexto do debate acerca da Lei de Cotas, nº 12.711/2012, que delimita o recorte temporal e temático da tese.

Em um primeiro momento, o capítulo traça o percurso de discussão da Lei de Cotas na sociedade brasileira. Afinal, como lembra Campos (2015, p. 2), foram poucas as controvérsias públicas que envolveram tantos setores da sociedade brasileira quanto a polêmica em torno das ações afirmativas raciais no ensino superior. Fizeram parte do debate não somente o Executivo e o Legislativo federais, mas também atores do Judiciário, da esfera midiática, além de especialistas, intelectuais, artistas, estudantes e personalidades públicas. A seguir, trato de algumas fases dessa discussão, como a tramitação dos projetos de lei, o debate na sociedade, e a luta dos movimentos sociais negros por ações afirmativas e por políticas de educação.

O capítulo ressalta que esse debate tem bases antigas, vindo da luta dos movimentos sociais negros por educação universal e de qualidade e por políticas afirmativas. Diversos foram os atores dos MSNs a participarem dessa discussão. No pequeno recorte desta tese, trago quatro atores dentre a pluralidade dos MSNs no Brasil: o jornalista Dojival Vieira, o advogado Humberto Adami, o Instituto de Mídia Étnica e o Geledés – Instituto da Mulher Negra. Na segunda parte do Capítulo 4, caracterizo esses quatro atores no tocante a sua natureza democrática e comunicacional, dialogando com a primeira parte da metodologia, exposta no Capítulo 3.

4.1 LEI DE COTAS: TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO E DEBATE NA SOCIEDADE

Pelo menos uma década antes da Lei de Cotas de 2012, já existiam no Brasil outras leis que instituíam cotas para outros segmentos, como mulheres e pessoas com deficiência (JACCOUD; BEGHIN, 2002). O primeiro projeto de lei que tratou sobre cotas étnico-raciais em instituições de ensino foi o PL nº 14/1995, da então senadora Benedita da Silva (PT/RJ). Passou quatro anos tramitando do Senado antes de ser arquivado. A lei que conhecemos hoje vem mesmo do PL nº 73/1999, que versava sobre o ingresso nas universidades e foi apresentado na Câmara

em fevereiro de 1999 pela então deputada Nice Lobão (PFL-MA). Entre audiências públicas, discussões em comissões, e, principalmente, longos períodos parado, o PL demorou nove anos até seguir para o Senado em 2008, como PL nº 180/2008. Na segunda casa legislativa, o caminho foi semelhante, porém, mais curto: quatro anos²³. Ao longo desse tempo no Congresso, o PL recebeu emendas e foi agrupado a outros projetos de lei – dos quais falarei mais adiante – específicos sobre reservas de vagas para estudantes de escolas pública, negros e indígenas. Em agosto de 2012, foi aprovado em plenário e seguiu para sanção da então presidenta Dilma Rousseff.

Em 2013, sua implementação, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 e instruída pela Portaria Normativa nº 18/2012, começou em dezenas de instituições federais de ensino. A Lei determina a reserva de 50% das vagas de universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas. Esses 50% são ainda subdivididos: metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio, per capita, e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Nessas duas metades, deve ser considerada a porcentagem de pretos, pardos e indígenas em cada estado de acordo com o último censo demográfico do IBGE²⁴. Todas as instituições federais tinham até 2016 para atingir esse percentual de 50%.

Obviamente, todo esse processo nas casas legislativas e no Executivo Federal não aconteceu isolado do debate sobre cotas raciais na sociedade brasileira. Alguns acontecimentos merecem destaque e refletiram, de algum modo, nos períodos de mais ou menos discussão no Congresso Nacional²⁵. Como lembra Heringer (2006), as cotas na Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, embora só fossem aprovadas naquela instituição em 2003, começaram a ser pensadas ainda em 1999. Essa experiência da UnB acendeu um grande interesse da imprensa não somente porque foi pioneira, mas, sobretudo, porque a universidade instalou uma comissão para verificar o pertencimento racial dos candidatos (CAMPOS, 2013, p. 113). Também a partir de 2003, houve a implementação de cotas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro através de lei estadual. Essa lei provocou uma mudança no debate: a política de cotas “deixava de ser uma medida abstrata, defendida pelo governo federal de forma vacilante, para se focar numa política concreta” (CAMPOS, 2013, p. 137). Em 2004, o Governo Federal decide enviar ao Congresso o PL

²³ A tramitação do PL na Câmara e no Senado pode ser vista em detalhes nos links: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15013> e http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=88409.

²⁴ <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>

²⁵ Luiz Campos (2013) traz, a partir da análise de publicações da imprensa, um estudo profundo sobre as fases do debate acerca das cotas. Sobre isso, ver também Botelho et al, 2011.

nº 3627/2004, que previa a reserva de vagas para estudantes de egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições federais de ensino. Com esse PL, logo apensado ao PL nº 73/1999, o Executivo Federal queria expandir e legitimar as iniciativas de várias universidades pelo País (HERINGER, 2006, p. 24-25). Nesse meio tempo, houve a Conferência de Durban, em 2001, onde o relatório do governo brasileiro também previa a adoção de cotas para estudantes negros no ensino superior.

Esses fatores fizeram o debate crescer pelo País. Em 2004, eram 12 universidades públicas, federais e não federais, com iniciativas de cotas (HERINGER, 2006, p. 20-21). Quando a Lei foi aprovada, em 2012, já eram 70 universidades²⁶ implementando ações afirmativas – entre cotas, cotas e acréscimo de vagas, e bônus (FERES JÚNIOR et al, 2013, 2014). Em 2004, o Ministério da Educação implementou o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que também reserva vagas para negros, indígenas e pessoas com deficiência. Entre os anos de 2005 e 2007, foram 414 mil bolsas em universidades privadas só para estudantes negros (JACCOUD, 2008, p. 146).

Nos anos seguintes, o PL nº 73/1999, juntamente com o Estatuto da Igualdade Racial (PL nº 3.198/2000) tramitaram de forma mais rápida, o que causou a elaboração e a entrega de dois manifestos aos presidentes da Câmara e do Senado, um manifesto a favor e outro contrário a esses projetos de lei. Campos (2013, p. 19) explica que os manifestos corroboraram com uma ideia muito difundida na imprensa: havia pouco consenso acerca das cotas raciais. Segundo o autor, o resultado foi que o projeto de lei, que estava prestes a ir direto para a sanção presidencial, teve que entrar na fila de pautas a irem ao plenário. O Governo Federal também começou a reavaliar o projeto. O debate ampliava-se e envolvia uma gama enorme de atores contra²⁷ e a favor: intelectuais de todas as áreas de pesquisa e estudo, formadores de opinião, autoridades públicas, políticos, instituições, e movimentos sociais (SANTOS, 2007). Um papel importante foi exercido pela imprensa, que não apenas convidou fontes para falar sobre o assunto, mas também se posicionou, emergindo como um espaço de formulação e fixação de sentidos e como local de disputa do consenso em torno do assunto (MARTINS, 2005, p. 204). O tratamento dado por ela ao tema contribuiu em muitos momentos para constituir a imprensa como principal esfera de debate público da questão, em detrimento de outros espaços (CAMPOS, 2013, p. 139).

Outro momento importante foi o período de judicialização da discussão, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) “passa a reivindicar o status de esfera pública competente para

²⁶ https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/431773/complemento_1.htm?sequence=2

²⁷ Atores, posições e argumentos contrários às cotas podem ser melhor buscados em Silvério (2005), Martins (2005), Santos (2007) e Campos (2013).

deliberar sobre a questão” (CAMPOS, 2013, p. 135). As políticas de cotas sempre foram alvo de ações na justiça. As mais importantes foram a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, impetrada em 2009 pelo Partido Democratas (DEM), questionando a política de cotas da Universidade de Brasília (UnB); a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3330, ajuizada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenem), o Democratas (DEM) e a Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Fenafisp), que desde 2004 contestava o Programa Universidade para Todos (ProUni); e o Recurso Extraordinário (RE) 597285 feito em 2009 pelo estudante Giovane Pasqualito Fialho, que não foi aprovado no vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Foram anos de tramitação no Judiciário. O STF realizou uma série de audiências públicas, da qual participaram diversos atores. Nesse período, o número de universidades com cotas aumentava e a imprensa diminuía o foco no tema. Os julgamentos só aconteceram em abril e maio de 2012 com decisões favoráveis pela constitucionalidade das ações das UnB e do Prouni e com a negação do provimento ao RE 597285. Isso apressou a discussão no Congresso. Em quase três meses, o PL foi discutido e aprovado no Senado e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff.

Esses momentos, que serão retomados nas seções e capítulos seguintes, são marcas de uma discussão que, ao longo das últimas décadas, tornou-se urgente: as “diferentes condições de educação oferecidas a diferentes segmentos da população; de privilégios que têm se restringido a alguns grupos; do papel da educação superior, de a quem e a que ela serve; dos critérios para ingresso na universidade” (SILVÉRIO, 2005, p. 146). Temas que só viraram leis e políticas públicas porque há tempos são pauta de luta dos movimentos sociais negros no Brasil, que, ao levantarem questões como ações afirmativas e cotas, demonstraram para a sociedade brasileira que é possível redistribuir políticas públicas de boa qualidade e questionar a ideologia racial brasileira (SANTOS, 2007, p. x). Esse percurso é o que tento apresentar a seguir.

4.2 COTAS, MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS E LUTA POR AÇÕES AFIRMATIVAS E EDUCAÇÃO

Para entender o papel dos movimentos sociais negros brasileiros na implementação de cotas nas universidades brasileiras, é preciso saber o papel desses movimentos na luta por ações afirmativas no País. A luta por reparações perpassa diferentes manifestações dos MSNs no século XX (SILVÉRIO, 2005, p. 143). As políticas afirmativas e o acesso à educação e à educação de qualidade também não são bandeiras recentes desses movimentos, mas propostas históricas que começaram a se consolidar na segunda metade do século XXI e tiveram como embrião as ideias de Abdias do Nascimento ainda na década de 1940 (SANTOS, 2007, p. 187).

No entanto, um conjunto de atores, como o Estado brasileiro, sindicatos e partidos, demorou para se abrir a propostas contrárias à ideologia da democracia racial (JACCOUD; BEGHIN, 2002). As primeiras respostas dos governos federal, estaduais e municipais vêm na década de 1980, quando da construção de uma agenda de reivindicações pelos MSNs (FERES JUNIOR; DAFLON, 2014). Os primeiros órgãos ligados à temática negra são criados e a Constituição de 1988 traz ganhos para comunidades quilombolas e o combate ao racismo. Mas só na década seguinte o combate às desigualdades raciais passa a ser pensado seriamente no âmbito estatal. O documento entregue pelos MSNs ao presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995, após a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, mostrou que denúncias não eram mais suficientes e que as políticas específicas para a população negra tinham virado item central na pauta dos movimentos sociais negros (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p.45). Essas pautas seguiram para o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) População Negra, criado após a Marcha. Outro marco foi o seminário internacional “Multiculturalismo e Racismo: o Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos”, promovido pelo Ministério da Justiça em 1996 e que reuniu pesquisadores e representantes dos movimentos sociais negros. Nele, a adoção de ações afirmativas foi discutida no Governo pela primeira vez (FERES JÚNIOR et al, 2013, p. 6).

A preparação para a Conferência de Durban e a própria Conferência também estimularam a apresentação de propostas de políticas afirmativas (JACCOUD; BEGHIN, 2002). Para isso, foram determinantes uma série de mudanças na estrutura e na ação dos movimentos sociais negros. Santos (2007, p. 184) cita algumas: a profissionalização dos MSNs por meio de ONGs; a acumulação de conhecimento sobre implantação e implementação de políticas públicas e sobre o funcionamento do Estado brasileiro; o surgimento ou a consolidação na academia brasileira dos negros intelectuais e; a pressão exercida no Congresso Nacional por meio de parlamentares negros. Não à toa, após Durban, as ações afirmativas passam a ocupar espaço definitivo na sociedade e no Executivo Federal. Sob a pressão dos MSNs, as ações afirmativas encontraram receptividade, mesmo que limitada, no final da gestão de Fernando Henrique Cardoso. Em levantamento das políticas ligadas à temática racial desenvolvidas pelo Governo Federal até então, Jaccoud e Beghin (2002, p. 55-64) apontam um total de 42 ações e medidas afirmativas e valorizativas, sendo as primeiras em menor número. As demandas dos MSNs encontram maior receptividade nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016) (FERES JÚNIOR; DAFLON, 2014, p. 33).

No longo processo chamado por Santos (2009) de “institucionalização dos movimentos negros”, onde setores dos MSNs se fizeram presentes na esfera governamental, políticas e programas passaram de um caráter eminentemente cultural e valorativo para um perfil compensatório. Destacam-se aí a criação de órgãos, como a Secretaria de Políticas de Promoção

da Igualdade Racial (SEPPIR), a elaboração do Programa Nacional de Ações Afirmativas, de 2002, e dos Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH). Destacam-se ainda as ações afirmativas para negros nos campos da educação, saúde e emprego e renda, e as leis criadas, como o Estatuto da Igualdade Racial, nº 12.288/2010, e a própria Lei de Cotas, nº 12.711/2012, e a Lei nº 12.990/2014, que destina vagas para negros em concursos para o serviço público federal.

As políticas afirmativas na educação são um capítulo muito específico e antigo na história dos movimentos sociais negros. A educação foi uma das primeiras reivindicações dos grupos negros que começaram a se organizar no pós-abolição e tem sido considerada um valor primordial para esses movimentos (SANTOS, 2007, p. 508-509). Jaccoud (2008) lembra que já nos anos 1930, o direito dos negros à educação era reivindicado pelos MSNs. Nesse percurso, estão a Frente Negra Brasileira (FNB), criada na década de 1930, o Teatro Experimental do Negro, projeto idealizado por Abdias do Nascimento na década seguinte, e entidades mais recentes, como o Movimento Negro Unificado (MNU).

Em publicação sobre os novos e velhos desafios dos movimentos sociais negros no Brasil, Sueli Carneiro (2002b, p. 209) cita Maria Aparecida da Silva e lembra que a educação tem sido um campo onde os MSNs vêm construindo excelência desde os anos de 1980, através de experiências concretas e produção teórica. Entre os aspectos que receberam ênfase estão o papel e a reformulação dos materiais didáticos, do currículo escolar e da formação de professores.

Como aconteceu com as ações afirmativas em geral, a Marcha de 1995 e a Conferência de Durban, em 2001, foram marcos da ação dos movimentos negros para as políticas de educação, incluindo as cotas. No “Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial” entregue a Fernando Henrique Cardoso após a Marcha, havia várias propostas ligadas à educação, incluindo ações afirmativas para acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta (SANTOS, 2007, p. 25). Como vitória, propostas de ações afirmativas para a população negra no ensino técnico e superior apareceram já no PNDH de 1996 (2007, p.183).

Nos anos seguintes, o Ministério da Educação desenvolveu algumas poucas políticas valorizativas (JACCOUD; BEGHIN, 2002). De fato, as medidas afirmativas não tiveram relevância na era FHC. Somente após Durban, em 2002, desenvolveu-se uma iniciativa concreta para estudantes negros, uma experiência-piloto do “Programa Diversidade na Universidade – Acesso à Universidade de Grupos Socialmente Desfavorecidos”. (HENRIQUES; CAVALLEIRO, 2005; HERINGER, 2006). Esse programa, como explica Jaccoud (2008, p. 145), na verdade, foi o apoio institucional aos cursinhos universitários pré-vestibulares voltados a estudantes negros, surgidos no final da década de 1990 em grupos ligados à Igreja Católica e a setores da sociedade civil.

O governo Lula, a partir de 2003, significou nova inflexão às políticas educacionais para a diversidade racial, ligadas principalmente à capacitação e ao ensino, como a Lei nº 10.639/2003,

sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras (HENRIQUES; CAVALLEIRO, 2005). Mesmo assim, a demanda dos MSNs por ação afirmativa no ensino superior demorou para obter resposta do Executivo Federal. Como falei no tópico anterior, somente em 2004 o Executivo, sob pressão dos movimentos negros, enviou um projeto de lei ao Congresso a fim de legitimar as experiências de cotas já desenvolvidas em todo o País.

Até a criação da Lei de Cotas em 2012, os movimentos sociais negros enfrentaram muitas dificuldades para a implementação não somente das cotas, mas de ações afirmativas no campo da educação como um todo. Se o Poder Executivo tardou em dar respostas, iniciativas estaduais e de conselhos universitários levaram à frente dezenas de programas de cotas. Soma-se a isso a articulação de entidade e ativistas dos MSNs com parlamentares, principalmente legisladores negros, que apresentavam projetos de lei em resposta às demandas dos movimentos (SANTOS, 2007). E como aconteceu com as ações afirmativas em geral, um amplo conjunto de atores dos movimentos sociais negros trabalharam dentro e fora do Estado para que os negros fossem incluídos no ensino superior. Esta tese tenta exatamente compreender, em uma pequena escala, a ação e os posicionamentos desses diferentes sujeitos e organizações.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES E DE SUAS EXPERIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO

A ideia, já reforçada nesta tese, sobre pluralidade dos movimentos sociais – no tocante à diversidade de entendimentos e práticas democráticas, que se relacionam às práticas comunicacionais (WELDON, 2011; DELLA PORTA, 2009a, 2009b, 2011; MILAN, 2013) – se assemelha ao pensamento que serve de base ao uso do termo “movimentos sociais negros” no plural. Isso porque, como explica Santos (2007, p. 67), são “várias as formas de lutas, em diferentes instâncias de atuação, ante as várias entidades negras de combate ao racismo, bem como suas várias formas de linguagens, ações, instrumentos”.

Em se tratando da história recente dos movimentos sociais negros, é preciso destacar o papel de um tipo de ator dentre essa pluralidade: as Organizações Não Governamentais. Dois dos quatro atores analisados nesta tese – Geledés e Instituto de Mídia Étnica – têm essa natureza. O próprio debate sobre educação e ações afirmativas foi influenciado por mudanças na luta antirracismo nas últimas décadas. Uma dessas mudanças foi o surgimento das ONGs de cunho racial (SANTOS, 2007). Elas ajudaram a profissionalizar os MSNs, ao permitirem dedicação exclusiva de ativistas, e assim ajudaram a ampliar o debate sobre igualdade racial e pressionar para a implementação de ações afirmativas (2007, p. 2017-219).

Os outros dois atores analisados nesta pesquisa – Dojival Vieira, advogado e jornalista, e Humberto Adami, também advogado – fazem parte de outro aspecto da profissionalização dos

MSNs: a maior diversidade do quadro de militantes. Como Petrarca e Neves explicam (2011, p. 157-158), pessoas de formações universitárias distintas, graduação ou pós-graduação, passaram a integrar o movimento e a ver a possibilidade de uma atuação engajada da profissão. E isso acontece não apenas sob a estrutura de uma entidade, mas também sob iniciativas individuais.

Nas últimas décadas, essa heterogeneidade de atores tem atuado em espécie de rede descentralizada, com diferentes níveis de organização e formalidade, que permite com que essa diversidade se relacione e incida na agenda pela igualdade racial (CHAVES; COGO, 2013, p. 225). Nesse processo, a internet e outras tecnologias de comunicação têm papel fundamental. Afinal, embora as possibilidades de comunicação mediada por computador não sejam sempre possíveis ou facilmente alcançadas, elas detêm potencial para melhorar os processos democráticos, reduzir desigualdades de poder e de acesso aos fóruns de discussão e de decisão, além de proporcionar espaço para construção e defesa de identidades individuais ou coletivas (GRASMUCK, MARTIN, ZHAO, 2009; DELLA PORTA, 2009a, 2009b; MAIA; RESENDE, 2014). As experiências que apresentarei a seguir surgiram devido às possibilidades de comunicação mediada por computador, que potencializam características e modos de agir já presentes nos MSNs (CHAVES, 2014, p. 174).

Abaixo, apresento os quatro atores e as quatro experiências de comunicação analisados nesta tese. Para isso, adapto a metodologia desenvolvida por Kavada (2013), já apresentada nos capítulos 2 e 3, que tem como base as culturas de estratégia, organização, tomada de decisão e de comunicação online dos movimentos sociais. Essa caracterização é feita a partir das próprias experiências de comunicação, de estudos já realizados sobre elas e, a exemplo de Mattoni (2013), de entrevistas semiestruturadas com os empreendedores individuais e os diretores ou responsáveis pela comunicação das entidades (ver roteiro das entrevistas no Apêndice B).

4.3.1 O empreendedor Dojival Vieira e a Agência de Notícias online Afropress

Dojival Vieira é diretor e editor da Agência de Notícias Afropress (<http://www.afropress.com/>)²⁸. Formado em Jornalismo e Direito, ainda na faculdade começou sua atuação política como líder do movimento estudantil (CHAVES; COGO, 2013, p. 232-233). É um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), onde militou até 1992. A saída de Dojival Vieira do PT se deu “quando ele [o partido] começou a se desencaminhar, a ficar parecido com o que é hoje”, conforme o ativista explica, em entrevista para a tese, sobre as divergências políticas entre

²⁸ Este tópico do capítulo tem base nos trabalhos minuciosos sobre a história de Dojival Vieira e da Afropress feitos por Chaves; Cogo, 2013 e Chaves, 2014.

ele e o PT (VIEIRA, 2017, informação verbal)²⁹. Durante os anos no partido, Dojival foi dirigente e vereador ainda na década de 1980. Desde a saída do PT, teve passagens eventuais em outros partidos para disputar eleições. Mas, desde 2008, desligou-se completamente da vida partidária, preferindo se apresentar como “lutador social”. O jornalista também teve passagens pelo Executivo Federal nas gestões de Fernando Henrique Cardoso e no começo do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Foi assessor de imprensa do Ministério da Educação (MEC), além de ter ajudado a escrever o Avança Brasil, plano plurianual (PPA) do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002). Ele também atuou como consultor da UNESCO, coordenando o Programa Diversidade na Universidade do Ministério da Educação (MEC), que viria originar a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão daquele ministério. Ainda presidiu, entre 2006 e 2008, a Comissão Intersecretarial de Monitoramento e Gestão da Diversidade da Secretaria do Trabalho do Município de São Paulo.

Hoje, sem filiação partidária ou cargo público, Dojival edita e dirige a Agência de Notícias Afropress, criada por ele e a jornalista Maria Dolores, sua esposa. A agência, iniciada em 2004, é uma das experiências pioneiras de comunicação online dos MSNs. O embrião da Afropress vem do início da cultura do online nos movimentos negros, que se deu a partir da preparação para a Conferência de Durban, em 2001. Uma das resoluções de Durban foi exatamente o reconhecimento “da necessidade de se promover o uso de novas tecnologias de informação e comunicação, incluindo a Internet, para contribuir na luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata” (ONU, 2001, p. 19). Dojival Viera conta que a criação da Afropress foi a junção do conhecimento das resoluções de Durban e da experiência de atuação na ONG ABC Sem Racismo, criada por ele e a esposa na mesma época. A Afropress começou, assim, como um projeto da ONG. Mas essa não é a realidade hoje. A ONG está inativa e a agência funciona como uma empresa de comunicação desde 2010. A inatividade da ONG e a autonomia jurídica da Afropress vieram de críticas do jornalista ao caráter de financiamento das ONGs:

Se você pegar as ONGs todas que funcionam, elas são extensões dos projetos do poder. Então elas não são “não governamentais”, elas são “neo governamentais”. A gente começou a perceber isso claramente na nossa experiência, da ABC Sem Racismo. Como a gente tinha uma postura crítica em relação ao poder, aos partidos no poder, então a gente não tinha apoio, projeto, financiamento. Sem financiamento como é que você se mantém? Não tem como manter. Você passa, na verdade, a ter custo (VIEIRA, 2017, informação verbal)³⁰.

²⁹ Entrevista concedida por VIEIRA, Dojival. Entrevista. [jan. 2017]. Entrevistadora: Alicianne Gonçalves de Oliveira. 2017. 1 arquivo .mp3 (151 min.). Entrevista concedida por Skype para a presente pesquisa.

³⁰ Id., 2017.

A Afropress passou a ter a atualização constante de informações como objetivo desde a cobertura da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial em 2005 e é uma das primeiras agências de notícias online voltadas para a temática racial no Brasil³¹. Segundo apresentação própria³², seu objetivo é ampliar a visibilidade da temática nos demais meios de comunicação na sociedade. A apresentação ainda explica que a agência trata de temas de interesse da maioria da população brasileira, que é, destaca o texto, preta e parda, e ressalta que a temática “interessa não apenas aos negros, mas ao Brasil, ainda profundamente marcado nas relações econômicas, sociais e políticas pela herança perversa de quase 400 anos de escravidão”³³. O público da Afropress é formado por jornalistas, pesquisadores, educadores e ativistas dos movimentos negros. Para Dojival Vieira, a comunicação é um instrumento de luta estratégico e de empoderamento da população negra:

A Afropress é um projeto político? Claro! Como todo projeto de informação é projeto político. Mas o nosso papel a gente tem muita consciência de qual é ele, não é de estar na frente. É de ser simplesmente instrumento de transmissão de informação crítica para a formação de massa crítica, para que as pessoas empoderadas se transformem em protagonistas, se transformem em transformadores dessa realidade. A comunicação é fundamental. E isso a gente percebeu lá atrás, quando criamos a Afropress. A invisibilidade sempre no Brasil foi instrumento de segregação e discriminação. E mais ainda, cada vez mais isso é visível. Quanto mais as pessoas têm acesso à informação, mais elas podem. Mais elas podem formar suas próprias consciências, podem se colocar na cena como protagonistas. Sem essa informação, reina e vige a ignorância: o não saber, o desempoderamento, a impotência. (VIEIRA, 2017, informação verbal).

Em 2016, 647.884 pessoas visitaram o site da agência, quase 200 mil a mais que em 2015. A média diária de acessos é de 1.770,17³⁴. Essas pessoas veem um site basicamente escrito por Dojival Vieira, que tem o cargo de diretor e editor. A agência, embora conte com quase uma dezena de colaboradores no Brasil e no exterior, é mesmo centrada da figura do jornalista. A construção da rede de colaboradores e o sucesso da própria Afropress se dá pelos conhecimentos e pelo trânsito que Dojival tem em diversos campos – Direito, Jornalismo, esferas de poder e movimentos sociais negros (CHAVES, 2014, p. 132). As colaborações, em sua maioria, não são constantes. A participação dos leitores também não é um ponto forte da agência, hoje restrita à possibilidade de comentários nos textos. A ideia para 2017, segundo Dojival Vieira, é tornar, se

³¹ Para isso, fora o site, a Afropress contava, em dezembro de 2016, com perfil não atualizado no *Twitter* (@Afropress) e canal não atualizado no *Youtube* (<https://www.youtube.com/user/AfroPress1>), além de *newsletter* enviado a assinantes e a públicos preferenciais, como jornalistas. A desatualização dos perfis nas redes sociais é “uma falha terrível”, segundo Dojival, o que faz a Afropress perder em não ampliar o número de leitores. A *newsletter* também é pouco utilizada devido à pequena estrutura da agência (VIEIRA, 2017).

³² <<http://www.afropress.com/quemSomos.asp>>

³³ Id.

³⁴ Dados disponíveis em: <<http://www.afropress.com/post.asp?id=19461>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

houver recursos suficientes, o site mais interativo e dinâmico, além de usar as redes sociais para melhor interagir com o público. Uma das ações seria retomar uma coluna voltada para textos de leitores, algo que existia em 2010.

Para Chaves (2014, p. 177), essa centralidade na figura do editor traz pontos negativos, como a existência de poucos recursos humanos para manter a experiência de comunicação a contento, e a falta de diversidade de vozes, de temas abordados e de amplitude da cobertura no território nacional. Esse último ponto seria, inclusive, uma crítica feita também por alguns militantes dos movimentos sociais negros e jornalistas. A centralidade em Dojival chega a termos estruturais e financeiros. A agência funciona onde o ativista está. Após anos na grande São Paulo, o jornalista mora hoje na zona rural de Antônio do Pinhal, cidade a 170 km de São Paulo. Essa oportunidade ele chama de “maravilha das tecnologias”. Nas palavras do empreendedor:

Porque eu não preciso de uma redação fixa, e eu não preciso ter muita gente pra fazer acontecer. E mais: eu não preciso de grande volume de recursos além do meu tempo, do investimento, do capital humano que é investido nisso. Então, com pouquíssima coisa você faz acontecer. (VIEIRA, 2017, informação verbal).

Para o financiamento, a Afropress, como pessoa jurídica, pode vender anúncios e captar patrocínios, que são poucos conforme o jornalista. A formalidade da agência também permite a Dojival dar palestras e cursos, o que também é uma fonte de renda. São nessas circunstâncias que a Afropress desenvolve uma espécie de jornalismo militante. Quando Dojival e Maria Dolores criaram a ONG ABC Sem Racismo, por exemplo, eles queriam um espaço em que pudessem o que o ativista chama de “jornalismo crítico e plural” (VIEIRA, 2017, informação verbal), considerando padrões de qualidade jornalística e a diversidade de fontes. Isso não quer dizer que seja um jornalismo neutro. Como afirma o editor da agência: “Não existe neutralidade. O jornalismo que a gente faz não é neutro. Nós temos um lado. E no projeto editorial, o nosso lado é romper a barreira da invisibilidade” (VIEIRA, 2017, informação verbal).

Esse projeto editorial de que fala Dojival Vieira é apresentado como autônomo, independente de partidos e governos. O leque de temas é amplo, desde casos de discriminação, leis e políticas públicas à valorização da cultura afro-brasileira. Isso é feito com diálogos e críticas explícitas a outros representantes políticos, das esferas institucionais de poder e inclusive de dentro dos MSNs, como abordarei nos próximos capítulos. O trabalho de denúncia da Afropress também fez com que Dojival Vieira começasse a atuar como advogado em causas de discriminação racial, o que, segundo Chaves (2014, p. 17), demonstra que o trabalho da Afropress vai além do jornalismo e acaba articulando a comunicação a outras estratégias na luta pela igualdade racial.

Abaixo, segue uma tentativa de organizar as informações e os relatos acima em forma de elementos preponderantes das culturas do empreendedor Dojival Vieira e da experiência de comunicação Afropress (Quadro 6). Seguindo uma proposta metodológica semelhante à de Kavada

(2013), vê-se que esse primeiro empreendedor individual possui elementos de estratégia tanto horizontais quanto verticais. Além de fornecer informações factuais, como toda agência de notícias, a Afropress prioriza informações sobre processos de luta e mobilizações, inclusive temas controversos. No tocante aos tipos de políticas defendidos, há tanto as prefigurativas, levando valores do movimento para a sociedade, quanto mais estratégicas, apoiando-se em leis e estruturas políticas. A função da Afropress, como colocada no próprio site, não se limita ao público externo, orientando suas ações também para a população negra. Pela sua natureza e objetivo, a experiência de comunicação tem forma de mobilizações mais qualitativas, voltadas para a discussão sobre a realidade dessa parcela da população. No entanto, se características de estratégia são mais horizontais, a centralidade da agência na figura de Dojival faz com que a Afropress priorize formas mais verticais de organização e de tomada de decisão. Destacam-se o caráter formal, centralizado e hierarquizado de organização e o conseqüente baixo nível de participação de outros atores nos processos de decisão.

No tocante à internet (Quadro 7), apesar de se abrir a conteúdos mais horizontais e possuir funções e fins de comunicação tanto internas quanto externas, a Afropress recai na centralização dos processos jornalísticos, na clara distinção entre comunicadores e audiência, e em um *design* de site que não permite a colaboração, priorizando um fluxo de comunicação vertical.

QUADRO 6: Culturas de estratégia, organização e tomada de decisão – Dojival Vieira

CULTURA E ELEMENTOS	HORIZONTAIS	VERTICAIS
Estratégia		
Visão da transformação social	Comportamento transformado do indivíduo ou membro	Sociedade transformada como um todo
Tipos de políticas	Prefigurativa	Estratégica
Orientação	Interna	Externa
Formas de mobilização	Qualitativa	
Organização		
Grau de formalidade		Formal
Grau de centralização		Centralizado
Grau de hierarquia		Hierárquico
Grau de profissionalismo	Voluntário	Profissional
Liderança e linhas de controle		De cima para baixo
Tomada de decisão		
Grau de participação		Baixo
Princípios democráticos ³⁵	---	---

³⁵ Como se tratam de atores individuais, não caracterizo os princípios democráticos de Dojival Vieira e Humberto Adami.

Fonte: Elaborada pela autora com elementos adaptados de Kavada, 2013, p. 85.

QUADRO 7: Características da cultura de comunicação online – Afropress

CULTURA DE COMUNICAÇÃO ONLINE	HORIZONTAL (Interativa)	VERTICAL (Broadcasting)
Conteúdo	Tende mais a dar informações sobre processos de luta e mobilizações	
Forma		Não permite colaboração
Fins e funções de comunicação	Serve a processos de mobilização, e a discussão sobre valores do ator. Foco na audiência interna	Serve a chamamentos a eventos e à informação. Foco na audiência externa
Infraestrutura comunicacional		Profissional
Produção de conteúdo		Centralizada, formal, hierárquica
Processo de distribuição e publicação/endereçamento público		Centralizada, formal, hierárquica
Fluxos de comunicação		“De cima para baixo”, vertical, fluxo de único sentido
Relações, papéis e responsabilidades sociais		Clara distinção entre comunicadores e audiência

Fonte: Elaborada pela autora com elementos adaptados de Kavada, 2013, p. 85.

4.3.2 O empreendedor Humberto Adami e seu blog

A história do segundo empreendedor da causa negra analisado é um exemplo de como as modificações legais no Brasil, decorrentes da atuação dos movimentos negros nas últimas décadas, permitiram a emergência de novos direitos (PETRARCA; NEVES, 2011, p. 157; SANTOS BOTELHO, 2008). Uma das consequências disso foi uma atuação engajada no âmbito da advocacia, que ganhou destaque nos anos 2000, quando foram criados, por exemplo, escritórios especializados (2011, p. 158). Um deles foi o Instituto de Advocacia Ambiental e Racial (IARA), com sede no Rio de Janeiro, cujo diretor é o advogado Humberto Adami. No histórico de Adami está a representação de várias entidades dos movimentos sociais negros e de cidadãos vítimas de preconceito e discriminação. Mestre em Direito, Adami já presidiu entidades ligadas ao direito racial e ambiental e recebeu prêmios por sua atuação. Atualmente, além de ser sócio do escritório Adami Advogados, preside a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A atuação desse empreendedor configura um exemplo da chamada “advocacia de combate”, quando o sistema judicial, suas instituições e profissionais são usados como recurso e modo de ação política para garantir direitos à população

negra (CRUZ, 2016, *on-line*). Em um dos textos coletados para esta pesquisa³⁶, o próprio Adami relata vários de seus trabalhos ao longo dos últimos anos, denominando-os de advocacia de combate, em prol da luta pela igualdade.

Os casos de Adami de maior repercussão envolveram a exigência de cumprimento da Lei n. 10639/03, que estabeleceu o ensino da História e Cultura Afro-brasileiras, e sua participação nas audiências e nos julgamentos sobre as cotas no STF. Em seu currículo, o próprio Adami se apresenta como advogado especialista em ações de enfrentamento ao racismo perante o Supremo Tribunal Federal (STF)³⁷. Ações junto ao STF é um tipo de estratégia que está sendo fortalecida pelos MSNs. Isso porque os resultados vão além do ganho da causa em questão. Segundo Radomysler (2013, p. 31), levar uma causa ao STF é uma oportunidade de ampliar o debate na sociedade, colocando, assim, o Supremo como um instrumento de transformação social em favor da população negra. Uma das estratégias usadas por Adami para reforçar essa ação é tentar sempre representar várias entidades dos MSNs no STF (RADOMYSLER, 2013, p. 39), como fez durante o julgamento sobre as cotas em 2012.

É o cotidiano de sua atuação, e os temas concernentes a ela, que esse empreendedor escolhe divulgar no Blog do Humberto Adami (<http://humbertoadami.blogspot.com.br/>), no ar desde 2007. O ativista define o blog como uma experiência: “Parece que todo mundo criou um blog. Vamos ver o que podemos fazer nesta seara”³⁸. O Blog do Humberto Adami teve como embrião os grupos de e-mails criados na década de 1990. O mais importante deles foi a lista Discriminação Racial/Yahoo, criada em 1999 e moderada por Adami. Ela é voltada para discussões e articulações e hoje conta com mais de mil membros. Em entrevista para a pesquisa, Humberto Adami conta que a ideia do blog surgiu quando o fluxo da lista de discussão começou a aumentar:

Era muita gente mandando mensagem, e as pessoas não conseguiam receber. [...] O blog nasceu assim, através das listas do Yahoo. E aí eu precisava deixar gravadas algumas informações também para ter registrado, porque quando a gente precisasse procurar, conseguiria achar. E aí eu pensei: “vou colocar aqui, meio que sem muita organização”. É só um registro, para que eu procurasse depois e conseguisse achar. E aparecer na internet. (ADAMI, 2017, informação verbal)³⁹.

O Blog tem um caráter de arquivo. Como prefere definir o advogado, é uma espécie de “porta-voz oficial”, onde ele pode fazer registros e publicar relatos dos temas relacionados ao seu trabalho (ADAMI, 2017, informação verbal)⁴⁰. No Blog, também há notícias, compartilhadas de

³⁶ <http://humbertoadami.blogspot.com/2012/05/na-tribuna-do-stf-quilombolas-e-cotas.html>

³⁷ lattes.cnpq.br/2152362207211525

³⁸ <http://humbertoadami.blogspot.com.br/>

³⁹ Entrevista concedida por ADAMI, Humberto. Entrevista. [jan. 2017]. Entrevistadora: Alicianne Gonçalves de Oliveira. 2017. 1 arquivo .mp3 (86 min.). Entrevista concedida por telefone para a presente pesquisa.

⁴⁰ Id., 2017.

outros veículos. Adami justifica esse aspecto: “É porque eu não sou muito de escrever textos. Normalmente tem aquelas pessoas que escrevem. Eles são jornalistas para fazer isso. A minha área é advogado de processos. E eu queria divulgar alguma notícia importante em algum lugar” (ADAMI, 2017). O blog também virou canal de diálogo entre o gestor do Blog e os MSNs. Inclusive em termos profissionais. O advogado já chegou, por exemplo, a publicar modelos de procurações para as entidades interessadas em que o ativista as representasse judicialmente. Segundo o advogado, esse é um lado positivo das novas tecnologias, que permitem a diminuição de custos.

A experiência de comunicação de Humberto Adami chega a informar a participação de colabores, mas o advogado esclareceu durante a entrevista que elas não permaneceram. Tanto que no material coletado para esta tese, não verifiquei participação de nenhum colaborador. Humberto Adami é responsável por todos os textos e escreve a maioria com uma abordagem muito pessoal. O ativista costuma colocar suas palavras nos *posts*, mesmo quando ele usa informações de outros veículos. Sua atuação como advogado em causa de direitos raciais é o grande destaque.

Além disso, Adami ressalta, também em tom pessoal, relações com outros representantes, de dentro e fora dos movimentos sociais negros. Fora a estreita relação com entidades dos MSNs, Adami também tem histórico de aproximação com outras esferas de representação. Fez severas críticas a SEPPPIR, ao PT e ao Governo Federal, como apontado inclusive pelo empreendedor Dojival Vieira na Afropress⁴¹. Em alguns momentos, Adami chegou a criticar o “espaço subalterno” que partidos, governos e a própria academia reservam aos negros (GOMES, 2009, p. 126) e criticou a gestão das políticas de igualdade do Governo Federal⁴², chegando a denominar a SEPPPIR de “puxadinho” e de “filial governamental do PT de São Paulo”⁴³. No entanto, foi ouvidor da SEPPPIR entre 2009 e 2011, convidado pela gestão do ministro Edson Santos (2008-2010), e teve a tarefa de ampliar os canais de diálogo entre a Secretaria e os movimentos sociais e de pressionar para o cumprimento de leis e tratados internacionais⁴⁴. Na avaliação de Adami (2017, informação verbal), sua participação na esfera governamental não significou ausência de críticas, já que ele mantinha uma postura autônoma.

O Blog do Humberto Adami usa majoritariamente a linguagem escrita. Poucos textos possuem vídeos. Fora o blog, o ativista possui perfil em sites de redes sociais⁴⁵. Humberto Adami

⁴¹ <<http://cenbrasil.blogspot.com.br/2009/07/humberto-adami-ex-critico-da-seppir.html>>

⁴² <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/512870/noticia.html?sequence=1>

⁴³ <http://www.adami.adv.br/artigos/artigo43.asp>

⁴⁴ http://www2.afrobras.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=682&Itemid=1

⁴⁵ No *Twitter* (@humbertoadami), onde, além de também compartilhar notícias de seu blog e outros veículos, fala de sua agenda e compartilha suas postagens da sua página (<https://www.facebook.com/Humbertoadamisantosjr/?ref=ts&fref=ts>) e do seu perfil no *Facebook* (<https://www.facebook.com/humbertoadami>), que já alcançou o número máximo de “amigos” permitido. Nessa rede

também foi colunista do Portal Áfricas (<http://www.portalafricas.com.br/>) entre 2014 e 2015, onde replicava alguns artigos do seu Blog. Além disso, Adami ainda participa de grupos de discussão, como o Discriminação Racial/Yahoo, criada por ele em 1999, e o Brazil-USA-PromotingTolerance/Yahoo, criado em 2001. Com a entrada do advogado no *Facebook*, o blog permanece sendo usado, mas com menos frequência. Para Adami, o *Facebook* ficou mais interessante porque permite que se escreva de forma rápida e tem outras linguagens, como a visual.

As informações acima permitem caracterizar, mesmo que de forma breve, as culturas de estratégia, organização, tomada de decisão e de comunicação online do empreendedor Humberto Adami (Quadro 8). De um modo geral, o caráter privado de sua atuação profissional confere uma natureza mais vertical a suas estratégias, sua organização e seus processos de tomada de decisão. No entanto, a proximidade de Adami com outros atores dos MSNs atribui ao ator características também horizontais de estratégias. A sua comunicação, apesar do caráter autoral e independente, e do uso de múltiplas plataformas, mais se aproxima de um fluxo tradicional de comunicação (*broadcasting*) já que a interação é apenas um foco secundário. No entanto, conteúdo, funções e estrutura se destacam pela horizontalidade, o que se deve muito também à natureza de atuação de Adami e à proximidade dele com outros atores dos MSNs (Quadro 9).

QUADRO 8: Culturas de estratégia, organização e tomada de decisão – Humberto Adami
CULTURA E ELEMENTOS HORIZONTAIS VERTICAIS

CULTURA E ELEMENTOS	HORIZONTAIS	VERTICAIS
Estratégia		
Visão da transformação social		Sociedade transformada como um todo
Tipos de políticas		Estratégica
Orientação	Interna	Externa
Formas de mobilização	Qualitativa	
Organização		
Grau de formalidade		Formal
Grau de centralização		Centralizado
Grau de hierarquia		Hierárquico
Grau de profissionalismo		Profissional
Liderança e linhas de controle		De cima para baixo
Tomada de decisão		
Grau de participação		Baixo
Princípios democráticos		---

Fonte: Elaborada pela autora com elementos adaptados de Kavada, 2013, p. 85.

social, Adami abre espaço para interação com outros usuários e para mostrar sua vida pessoal. Há também um canal no *Youtube* (<https://www.youtube.com/user/humbertoadami>) com alguns poucos vídeos.

QUADRO 9: Características da cultura de comunicação online – Blog do Humberto Adami
 CULTURA DE COMUNICAÇÃO ONLINE HORIZONTAL (Interativa) VERTICAL (*Broadcasting*)

Conteúdo	Tende mais a dar informações sobre processos de luta e mobilizações	Tende mais a incluir informações factuais e sobre eventos
Forma		Não permite colaboração
Fins e funções de comunicação	Serve a processos de mobilização, a consultas internas e discussão sobre valores do ator. Foco na audiência interna	
Infraestrutura comunicacional	Não profissional	
Produção de conteúdo		Centralizada, hierárquica
Processo de distribuição e publicação/endereçamento público		Centralizada, hierárquica
Fluxos de comunicação		“De cima para baixo”, vertical, fluxo de único sentido
Relações, papéis e responsabilidades sociais		Clara distinção entre comunicadores e audiência

Fonte: Elaborada pela autora com elementos adaptados de Kavada, 2013, p. 85.

4.3.3 Geledés - Instituto da Mulher Negra e Portal Geledés

Se a chamada ONG-ização dos movimentos sociais negros significou uma nova forma de a temática racial ser abordada na esfera pública e nas esferas de poder, isso se deu majoritariamente sob a liderança de mulheres, que compunham a maior parte dessas ONGs (SANTOS, 2007, p 217-219). Essas entidades foram fundamentais, por exemplo, para importantes vitórias em conferências internacionais e, por isso, ocupam lugar de destaque no plano internacional e nacional (CARNEIRO, 2002b). Nesta pesquisa, destaco o pioneirismo e a liderança do Geledés - Instituto da Mulher Negra, criado em 1988 em São Paulo (SP).

O Instituto⁴⁶ Geledés é resultado de um processo iniciado ainda na década de 1970 no interior dos movimentos negros e feministas (SEBASTIÃO, 2007, p. 30). O movimento de mulheres

⁴⁶ O Instituto Geledés se apresenta como uma Organização da Sociedade Civil. Esse termo define juridicamente as ONGs. Suas características e os termos de possíveis parcerias são regulados pelas Leis n. 9790/1999 e n.13019/2014.

negras, ao “enegrecer o feminismo” e introduzir novos temas na agenda dos movimentos sociais negros, denunciava que a especificidade da realidade das negras no Brasil não era contemplada pelo que era pensado e proposto até então (CARNEIRO, 2003). Daí a missão do Geledés: lutar em defesa dos direitos de mulheres e negros por entender que racismo e sexismo são considerados conjuntamente na manutenção de privilégios para determinados grupos e de preconceito e discriminação para outros. A amplitude característica da agenda do movimento de mulheres negras também está na atuação do Geledés: direitos humanos, educação, saúde, comunicação, mercado de trabalho, pesquisa acadêmica e políticas públicas. Isso é feito a partir de projetos, que contam com financiamento de instituições e fundações parceiras. Entre os financiadores que contribuíram ou ainda financiam os projetos do Geledés estão Fundação Ford, Avon e Google.

Ao falar dos novos e velhos desafios dos movimentos sociais negros, Sueli Carneiro (2002b, p. 212-214), fundadora do instituto, reforça a necessidade de que as reivindicações das populações negras possam ser viabilizadas por organizações políticas. Segundo a autora, seria preciso que os MSNs não fiquem apenas na denúncia do mito da democracia racial e na capacitação de quadros, mas que mostrem força política para disputar o poder na sociedade. O relacionamento com as esferas de decisão entra nesse projeto político. Sueli Carneiro (*apud* GOMES, 2009, p. 127) defende que os MSNs sejam autônomos e ressalta que o Geledés, embora se situe à esquerda, é autônomo e independe de partidos políticos. Ainda assim, ela reconhece a importância da institucionalidade do Estado. Para ela, as organizações da sociedade civil têm a função de “ter uma relação crítica e eventualmente cooperativa em relação ao governo, na medida em que esse responda às demandas concretas do movimento social” (2009, p. 127).

No tocante à estrutura e à organização, o Geledés é dividido em áreas administrativas e temáticas. Há um Conselho Diretor (presidente, vice-presidente, secretária executiva e conselho fiscal), e uma coordenação executiva, indicada pelo Conselho Diretor e, em geral, formada por coordenadoras das áreas programáticas e de projetos. Segundo Nilza Iraci, coordenadora executiva do instituto, em entrevista para esta tese⁴⁷, todos os postos de direção são ocupados por mulheres negras, mas há a participação de profissionais homens e mulheres não negras. Contudo, esses profissionais nunca estão em postos de direção e nem participam de assembleias. Um exemplo é o *webdesigner* Antonio Carlos KK Santos Filho, no Geledés desde 1990, e que acompanha desde o início as experiências de comunicação do instituto na internet. Também em entrevista para a pesquisa, ele relata a mudança no tamanho do corpo da entidade nos últimos anos:

⁴⁷ Entrevista concedida por IRACI, Nilza. Entrevista. [fev. 2017]. Entrevistadora: Alicianne Gonçalves de Oliveira. 2017. E-mail. Entrevista concedida para a presente pesquisa.

O Geledés já foi muito grande há uma década, já teve mais de 40 pessoas trabalhando, com CLT [Consolidação das Leis Do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452/1943] e tudo. E aí, com as mudanças do mundo da internet, e tudo mais, isso enxugou muito. Então, o Geledés hoje tem 13 pessoas que trabalham, e elas são compostas pelas diretoras do Geledés e as coordenadoras dos projetos. (SANTOS FILHO, 2017, informação verbal).⁴⁸

Essas coordenações de que fala KK Santos são responsáveis por áreas de atuação, incluindo a aprovação de projetos para financiamento. A remuneração dessas 13 pessoas também é feita via projetos. Porém, a depender do escopo do projeto aprovado, pode-se contar com integrantes voluntários. Há uma hierarquia de organização e tomada de decisões mais centrais, como reuniões de diretoria sobre questões centrais para o instituto. Mas cada equipe tem, segundo KK Santos, autonomia para buscar recurso, planejar e executar os projetos.

O Geledés se tornou, pela forma de ação, uma inspiração para organizações que nasceram pós-1988 (SEBASTIÃO, 2007, p. 33). Um importante motivo para isso é a sua relação com a comunicação. A comunicação é um valor importante dentro das organizações de mulheres negras. Não apenas no tocante à forma como a mídia representa negros e negras, mas também sobre como as mulheres negras podem, através das tecnologias de comunicação, se comunicar interna e externamente (CARNEIRO, 2003). Por isso, o Geledés encara a comunicação como “direito humano”. Seu Programa de Comunicação coloca a área nesse patamar de importância porque, além de visibilidade, ela proporciona o empoderamento das mulheres negras⁴⁹. Uma de suas primeiras ações, ainda na década de 1980, foi a capacitação de mulheres em comunicação, mídia e *advocacy*. Tradicionalmente, o Geledés desenvolve ações de comunicações tanto para o público interno (sobre mulheres negras e para elas) quanto para o externo (mídia, opinião pública, público especializado e financiadores) (SEBASTIÃO, 2007, p. 58-59).

O embrião do que viria a ser o portal (<http://www.geledes.org.br/>), experiência analisada nesta tese, foi criado em 1997. Durante bom tempo, segundo KK Santos, o instituto alimentou o site com informações internas da organização. Com o passar dos anos, o instituto começou a trabalhar a sua marca na internet e priorizar o material digital e online. Hoje apenas livros e materiais de pesquisa são impressos e em pequena quantidade. De lá para cá, o portal virou referência sobre a temática de gênero e raça. Desde o início a ideia era se distanciar da imagem de “portal de notícias”, como conta KK Santos:

Na verdade, a gente não considera o portal um jornal. Isso é uma coisa importantíssima de se frisar. Tanto que a gente não quis mudar para “Portal

⁴⁸ Entrevista concedida por SANTOS FILHO, Carlos KK. Entrevista. [fev. 2017]. Entrevistadora: Alicianne Gonçalves de Oliveira. 2017. 1 arquivo .mp3 (54 min.). Entrevista concedida por Skype para a presente pesquisa.

⁴⁹ <http://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/#gs.4Fowljw>

Geledés”, para alguma coisa que desse a entender que fosse um trabalho de notícias. Porque quando a gente criou [o site], nós queríamos [...] frisar duas coisas. Primeiro que todas as matérias referentes à questão racial no Brasil eram notas de rodapé em jornais de grande circulação. Essa era uma posição. E outra que a gente queria montar um banco de dados de informações que circulavam na internet como nota de rodapé. E isso cresceu e teve um volume muito grande. Hoje a gente se considera um *hub* [...]. Nós buscamos informações específicas dentro de outras mídias e agrupamos em um banco de dados para pesquisadores. Essa era a ideia inicial. A ideia inicial era que a gente formasse um banco de dados sobre a questão racial de outros meios de comunicação para pesquisadores (SANTOS FILHO, 2017, informação verbal)⁵⁰.

Por isso, o Geledés não se volta para a produção de conteúdo próprio e escolhe compartilhar textos de outras fontes. Hoje o alcance desse *hub* vai além de pesquisadores. Segundo o acompanhamento do instituto, o portal conta com uma média de 1.700.000 a 2.000.000 de acessos mensais. A entidade também compartilha o que é publicado no portal em suas redes sociais: *Facebook, Twitter, Tumblr e Google+*⁵¹. O Portal Geledés é ligado à área de Direitos Humanos do Instituto e sua equipe é a maior da instituição, com cinco pessoas: uma coordenadora geral e editora, que escolhe todos os textos que são publicados; um webdesigner; um técnico responsável pela qualidade da navegação; e dois profissionais responsáveis pelo conteúdo do portal. Essa ferramenta é definida pela instituição como um espaço de memória, de denúncia, de defesa de direitos, e de celebração da história, da cultura e da luta de africanos e afrodescendentes⁵². Assim, o portal se tornou um espaço de disponibilização de arquivos, publicações, artigos e notícias. Os artigos, boa parte assinados por Sueli Carneiro, que inclusive possuem seção exclusiva no portal, dizem de uma estratégia da ONG de “marcar a imagem de mulheres negras como porta-voz” dos discursos sobre suas realidades (SEBASTIÃO, 2007, p. 171).

Artigos e notícias serão analisados nesta tese. Até pela posição da ONG de não priorizar conteúdo próprio, no recorte temporal desta pesquisa, 2011 a 2013, as notícias se caracterizaram pelo compartilhamento de textos de outras fontes, sejam da mídia tradicional ou independente. Dessa forma, as notícias acabam sendo uma forma de “monitorar” o debate público nacional e internacional sobre os temas de interesses da entidade. O portal conta ainda com a seção *Guest Post*, que publica textos escritos por pessoas de fora da ONG. Segundo a entidade, as publicações dessa seção passam pela equipe de conteúdo do portal e são analisados segundo originalidade do conteúdo, relevância e conformidade com as políticas editoriais do Geledés. De 2013 a meados de dezembro de 2016, eram 288 textos na seção *Guest Post*, também compartilhados nos perfis da

⁵⁰ Id., 2017.

⁵¹ <https://www.facebook.com/geledes>, <https://twitter.com/geledes>, <http://portalgeledes.tumblr.com/>, <https://plus.google.com/110591917933025882083/posts>

⁵² <http://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/#gs.4FOWljw>

entidade em redes sociais.

Com base nessa caracterização, a ONG Geledés é um ator que se aproxima do caráter mais horizontal em suas culturas de estratégia, organização e tomada de decisão (Quadro 10). Como uma entidade de existência legal, é natural que apresente elementos de formalidade, hierarquia e profissionalismo. Além disso, adiciona outros elementos verticais na cultura de estratégia, ao aliar visões e ações também voltadas para a mudança da sociedade através de políticas públicas, por exemplo. Mas, no geral, elementos mais horizontais se destacam nessas três culturas. É o caso da preocupação com o público interno e com o empoderamento das mulheres negras. Além disso, a organização tem exemplos de descentralização na organização, permite a participação de voluntários e incentiva a participação dos membros em processos de decisão.

QUADRO 10: Culturas de estratégia, organização e tomada de decisão – ONG Geledés

CULTURA E ELEMENTOS	HORIZONTAIS	VERTICAIS
Estratégia		
Visão da transformação social	Comportamento transformado do indivíduo ou membro	Sociedade transformada como um todo
Tipos de políticas	Prefigurativa	Estratégica
Orientação	Interna	Externa
Formas de mobilização	Qualitativa	
Organização		
Grau de formalidade		Formal
Grau de centralização	Descentralizado/distribuído	
Grau de hierarquia		Hierárquico
Grau de profissionalismo	Voluntário	Profissional
Liderança e linhas de controle		De cima para baixo
Tomada de decisão		
Grau de participação	Alto	
Princípios democráticos	Participatório	

Fonte: Elaborada pela autora com elementos adaptados de Kavada, 2013, p. 85.

No tocante à cultura de comunicação online (Quadro 11), a ONG tem elementos horizontais marcantes referentes ao conteúdo, à forma e aos fins da comunicação. Isso se deve, principalmente, ao fato de a entidade encarar a comunicação como meio de luta de mulheres e negros e também como meio de empoderamento desses atores enquanto sujeito de direitos. Mas a estrutura organizacional do Geledés ainda favorece um uso tradicional do portal. Embora a iniciativa do *Guest Post* abra o canal para a participação de outros ativistas e descentralize a produção de conteúdo, isso ainda é feito em uma escala bem inferior ao número de notícias postadas pela entidade diariamente. A estrutura formal da ONG é, assim, marca dos processos de distribuição, e das relações e dos papéis dentro da comunicação, fazendo com que o Portal Geledés seja um misto de cultura de comunicação online horizontal e vertical.

QUADRO 11: Características da cultura de comunicação online – Portal Geledés

CULTURA DE COMUNICAÇÃO ONLINE	HORIZONTAL (Interativa)	VERTICAL (<i>Broadcasting</i>)
Conteúdo	Tende mais a dar informações sobre processos de luta e mobilizações	
Forma	Permite colaboração	
Fins e funções de comunicação	Serve a processos de mobilização, e discussão sobre valores. Foco na audiência interna	
Infraestrutura comunicacional		Profissional
Produção de conteúdo	Descentralizada	
Processo de distribuição e publicação/endereçamento público		Centralizada, formal, hierárquica
Fluxos de comunicação		“De cima para baixo”, vertical, fluxo de único sentido
Relações, papéis e responsabilidades sociais		Clara distinção entre comunicadores e audiência

Fonte: Elaborada pela autora com elementos adaptados de Kavada, 2013, p. 85.

4.3.4 Instituto de Mídia Étnica e rede social Correio Nagô

O quarto ator analisado nesta tese também é uma Organização da Sociedade Civil. O Instituto de Mídia Étnica (IME) foi criado em 2005 em Salvador (BA) e é uma entidade que já nasce com a comunicação no centro de suas atividades e exatamente por isso tem destaque local e nacional (NASCIMENTO, 2006; SANTOS BOTELHO, 2008). O IME faz parte de um grupo atores dos MSNs com importante atuação no debate sobre comunicação no Brasil. Ele e outras dezenas de atores dos movimentos negros e atores negros de outras organizações tiveram, por exemplo, grande participação na mobilização pela convocação e na realização 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), em 2009, chegando a se organizarem na articulação “Enegrecer a Confecom” com o objetivo de montar propostas ligadas ao combate ao racismo e à luta pela igualdade (SOUSA, 2014, p. 171).

O fundador e diretor de comunicação do IME, André Santana, em entrevista para este trabalho, explica que o grupo que fundou o instituto percebia que (1) havia uma espécie de déficit nas demandas dos movimentos negros, que não colocavam a comunicação como tão relevante, e (2) que o debate sobre a democratização da comunicação naquela época não trazia o recorte racial

(SANTANA, 2017, informação verbal)⁵³. O Instituto de Mídia Étnica teria surgido então para “discutir a participação negra nos meios de comunicação” e “como um espaço para discutir e elaborar projetos de intervenção no campo da comunicação”, como relata Paulo Rogério Nunes (2017, informação verbal)⁵⁴, também fundador do IME, em entrevista para esta pesquisa.

Por isso, o IME coloca como seu objetivo “assegurar o direito humano à comunicação e o uso das ferramentas tecnológicas pelos grupos socialmente excluídos, especialmente a comunidade afro-brasileira”⁵⁵. Para isso, desenvolve ações como: treinamento de jornalistas e estudantes de comunicação; assessoria para organizações afro-brasileiras; monitoramento dos meios de comunicação; realização de campanhas publicitárias; consultoria em comunicação digital; produções audiovisuais; e *media training* para lideranças de movimentos sociais. Os projetos são financiados por parceiros nacionais e internacionais. No histórico de parcerias, estão universidades, fundações, governos e institutos ligados à comunicação e aos direitos humanos.

Fora os projetos específicos⁵⁶, o instituto tem suas próprias experiências de comunicação. Segundo Paulo Rogério Nunes (2017, informação verbal), desde o início, os fundadores do IME entendiam que era preciso produzir conteúdo próprio e para isso logo usaram as possibilidades da internet. Em 2005, criaram o blog <http://midiaetnica.zip.net/>. As publicações nesse espaço foram até fevereiro de 2016 e ainda estão online. Depois se seguiram os perfis em sites de redes sociais populares, como o *Orkut*. Até meados de dezembro de 2016, o instituto contava com: o site do instituto (<http://www.midiaetnica.com.br/>), que, embora seja divulgado, não estava acessível; páginas e grupos em sites de redes sociais⁵⁷; e boletim de notícias enviado por e-mail.

Além disso, o IME desenvolve um conjunto de experiências sob o nome de Correio Nagô, sobre as quais falarei mais profundamente. Primeiro, é importante informar que a expressão “correio nagô” significa um meio de transmissão pessoal e direta de informações e foi primeiramente usada por praticantes de candomblé para divulgar informações sobre os terreiros (BUSIN, 2015, p. 39).

⁵³ Entrevista concedida por SANTANA, André. Entrevista. [jan. 2017]. Entrevistadora: Alicianne Gonçalves de Oliveira. 2017. 1 arquivo .mp3 (61 min.). Entrevista concedida por Skype para a presente pesquisa

⁵⁴ Entrevista concedida por NUNES, Paulo Rogério. Entrevista. [jan. 2017]. Entrevistadora: Alicianne Gonçalves de Oliveira. 2017. 1 arquivo .mp3 (31 min.). Entrevista concedida por Skype para a presente pesquisa.

⁵⁵ <http://midiaetnica.ning.com/>

⁵⁶ Atualmente, o “Vojo Brasil - Ampliando Vozes por meio do Celular” é o principal projeto. Ele incentiva qualquer pessoa a produzir conteúdos e reportagens utilizando um telefone. É promovido pelo IME em parceria com o Center for Civic Media, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos. Em 2016, foi iniciado também o projeto Jama Coworking, um escritório colaborativo para empreendedores negros e que funciona na sede do IME.

⁵⁷ A página do IME no *Facebook* (<https://www.facebook.com/institutomidiaetnica/>); um grupo público no *Facebook* (<https://www.facebook.com/groups/11874368759/?ref=ts&fref=ts>); a página do projeto Vojo Brasil também no *Facebook* (<https://www.facebook.com/vojobrasil/>); perfil não atualizado no *Twitter* (<https://twitter.com/midiaetnica>); e a TV Correio Nagô (<https://www.youtube.com/user/MidiaEtnicaVideos/>). O fato de algumas dessas experiências estarem desatualizadas se deve, conforme o diretor de comunicação André Santana, à carência de pessoal.

Nagô, inclusive, era a forma como os povos de língua iorubá, que cultuavam os orixás, eram conhecidos na Bahia (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006). A expressão é usada hoje por uma sorte de atores, e isso mostra, segundo Fernandes (2007, p. 142), que o uso da língua como fundamental à conservação ou à criação de espaços públicos dialógicos permanece nas práticas cotidianas.

O portal Correio Nagô (<http://correionago.com.br/>) foi lançado pelo Mídia Étnica em 2008 após o instituto conseguir recurso via edital da Secretaria de Cultura da Bahia. Permanece até hoje atualizado com notícias e vídeos em seções temáticas diversas. Segundo a apresentação do portal⁵⁸, ele tem o objetivo de divulgar as ações da comunidade negra e hoje pode ser considerado uma das maiores plataformas de conteúdo sobre a comunidade negra brasileira do Brasil, com correspondentes em diversos estados do Brasil e em vários países. É então uma experiência colaborativa, mas que tem equipe de comunicação própria, e ainda possui perfis no *Facebook* e no *Twitter*⁵⁹. Na avaliação de Paulo Rogério:

O Correio Nagô acaba que nunca foi um site *mainstream*, ele nunca foi um site que surge para competir com os sites regionais e blog regionais [...] É um site muito qualificado em termos de público, então temos um público muito qualificado de professores, ativistas, produtores culturais, jornalistas [...] Mas ele é um site que nunca chegou a ser uma grande referência de publicidade, por exemplo. A gente nunca conseguiu uma publicidade no site, fora pública. [...] nunca conseguimos uma grande publicidade porque a gente não consegue ter acesso igual aos grandes portais. (NUNES, 2017, informação verbal).

Nesta tese, trabalho especificamente com o site de rede social Correio Nagô (<http://correionago.ning.com/>), criado em 2009 após o IME perceber que essa ferramenta, “a rede das redes sociais”, começava a ser tendência em alguns países, o que aconteceu bem antes do *Facebook* fazer sucesso no Brasil, como faz questão de ressaltar Paulo Rogério Nunes (2017, informação verbal). Hospedado na rede Ning, o Correio Nagô permite que seus participantes – cerca de 12 mil – criem blogs, compartilhem vídeos e fotos, divulguem eventos e participem de grupos de discussão (15 no total), fóruns (315 no total), além de bate-papo. Segundo a página oficial dentro da rede⁶⁰, o Correio Nagô foi idealizado a partir da mobilização de jovens comunicadores negros do Instituto Mídia Étnica e busca incentivar a participação colaborativa e o estabelecimento de uma rede de informação. Isso seria, segundo a apresentação da rede, uma maneira de combater “uma das piores formas de marginalização do nosso tempo: a falta de acesso à informação”. A equipe de comunicação do IME também é responsável pelo site de rede social.

O IME informa que todos os seus canais de comunicação têm uma média de um milhão

58 <http://correionago.com.br/portal/sobre-o-correio-nago/>

59 <https://www.facebook.com/Portal-Correio-Nagô-391484814207999/>

<https://twitter.com/correionago>

60 <http://correionago.ning.com/page/o-correio-nago>

de acessos por anos, mas não tem dados exclusivos de acesso à rede nem o perfil dos seus participantes. Apesar da ausência de dados, Paulo Rogério diz acreditar que muitos dos textos são escritos por ativistas e professores. Em relação aos participantes da rede, pesquisa realizada por Cruz e Djive (2013, p. 137-142) apontou que esses conseguem ultrapassar barreiras territoriais, adquirir conhecimento sobre si e sua realidade enquanto grupo, e discutir causas semelhantes, ligadas ao histórico de subalternidade dos negros. A rede também tem o objetivo de estreitar laços entre atores dos movimentos sociais negros. Faz isso ao buscar estabelecer um canal de notícias sobre cultura negra e permitir a difusão do que é produzido por diversas comunidades e grupos militantes do movimento negro⁶¹. No entanto, os fundadores do IME reconhecem que o instituto já não coloca a rede Ning como prioridade. Isso aconteceu por alguns motivos, como explica Paulo Rogério Nunes:

Em 2013, a gente meio que coloca o Ning com menos prioridade, e dá mais prioridade ao site e ao *Facebook*. [...] Por entender que o *Facebook* comunicava um pouco mais de maneira ampla do que o pessoal que se cadastrava no Ning. Hoje a gente reavalia isso, se foi a melhor decisão, até porque o Ning podia ter crescido mais. Mas a gente também ficou preocupado porque o Ning é pago. [...] Mas a partir de quando não se paga, essa base de dados se perde. A gente não conseguiu extrair os dados, então a gente pensou: vamos fortalecer o site, que está em nosso servidor, vamos fortalecer o *Facebook*”, que, apesar de ser também privado, não é pago. O fato é que o Ning tinha uma interatividade muito boa nesse momento entre 2010 e 2013. Ele conceitualmente é muito bom, porque cada pessoa tem seu blog, ele tem uma vida própria, ele é colaborativo. [...] Mas a gente precisa reavaliar e eu não vejo nenhuma resposta de dizer hoje qual caminho que vai ter. (NUNES, 2017, informação verbal).

Um caminho parece ser apontado pelo diretor de comunicação do instituto André Santana (2017, informação verbal). Em entrevista, ele informa que uma ideia para 2017 é trabalhar mais fortemente a rede Ning devido tanto às restrições de acesso mais recentes do *Facebook* quanto ao retorno importante que a rede Ning pode continuar a proporcionar.

O que se mostra nessa caracterização é que para o IME, que nasceu como ponte entre os movimentos negros e o movimento pela democratização da comunicação e acompanhou as ferramentas de comunicação criadas nos últimos anos, não há mais como lutar contra o racismo e pela igualdade sem usar essas ferramentas:

Acho que a internet é continuidade dessa nossa necessidade de comunicar, de falar. A gente tem as nossas demandas ainda não respondidas, [...] como a questão da segurança pública, como a questão da mulher negra. Então a internet é uma continuidade pra gente falar sobre isso. Por quê? Porque os grupos extremistas, os grupos contrários a essa pauta da diversidade, grupos racistas estão presentes na internet. Eles têm feito o uso disso para atrair pessoas e difundir seus pensamentos. Então a gente ainda precisa fazer a contranarrativa urgentemente. A internet

61 <http://correionago.ning.com/page/o-correio-nago>

também tem sido utilizada na área do empreendedorismo. [...] Porque uma pauta nossa urgente é uma pauta do dinheiro, do comércio e da necessidade de sustentação, da necessidade de sustentar nossos projetos, de transformar nossa criatividade e nossa possibilidade de produção cultural em dinheiro. Isso a internet pode ser um caminho importante. [...] A gente já sabia disso há 11 anos, quando a gente criou o instituto. Agora só se confirma. (SANTANA, 2017, informação verbal).

Ao todo, o instituto conta com cerca de 12 pessoas em sua estrutura, mas não há, por exemplo, empregados do instituto. Segundo André Santana, o trabalho das pessoas do IME não deixa de ser voluntário já que a organização consegue verbas para tocar projetos e fazer o pagamento de pessoas, mas nada que seja constante. Conforme o diretor de comunicação, acaba-se alternando entre “um trabalho voluntário e um trabalho remunerado, mas muitas das vezes é um trabalho voluntário mesmo” (SANTANA, 2017, informação verbal). O estatuto do IME define algumas diretorias e, no cotidiano do instituto, os fundadores exercem certo direcionamento nas ações e projetos, através de uma espécie de conselho consultivo. Porém, segundo André informou na entrevista, todos os membros do instituto participam dos trabalhos e das decisões. Especificamente sobre a comunicação, o IME também recorre a pessoas de fora como uma espécie de conselheiros sobre alguns temas, como, por exemplo, uso de redes sociais. Mas há uma equipe definida dentro da organização: o diretor de comunicação do IME, André Santana, além de outro jornalista que produz os textos, e dois estagiários, um de jornalismo e um de *design*. Na avaliação de Paulo Rogério, hoje o IME se tornou mais “institucional”:

[Era] uma organização bastante dispersa, no sentido de: havia muita conversa, muitos debates, muitas reflexões que eram realmente importantes para esse tipo de coisa. Hoje é muito mais institucional, com projetos, com parceiros, com metas e resultados. Então é uma organização mais madura. [...] Mas essa é a minha avaliação, que é uma organização um pouco mais institucional, e isso tem vantagens e desvantagens. Antes ela era mais fluida. [...] O processo de decisão era mais abrangente, a gente tinha um grupo maior. Algumas pessoas foram arrumando outros trabalhos, se dedicaram a outros projetos, pessoas saíram, enfim. A organização foi tomando um corpo muito mais institucional (NUNES, 2017, informação verbal).

Em relação às posições políticas, o IME se apresenta como independente de partidos políticos. Segundo André Santana (2017), “[o instituto] tem críticas aos diversos setores da política partidária da forma de pautar a temática racial como relevante, como fundamental para qualquer tipo de avanço social no Brasil”. Mas, segundo o diretor, os integrantes do IME podem assumir os compromissos partidários individualmente e a própria entidade não se fecha a parcerias e projetos que considere relevante.

As experiências de comunicação do Instituto de Mídia Étnica se configuram, assim, como as mais horizontais dos quatro atores expostos neste capítulo (Quadro 12). Com o foco no papel da comunicação para a transformação e a luta da população negra, o IME se volta para o público interno em suas características estratégicas. Apesar da formalidade e de certo grau de

profissionalização, mantém elementos de descentralização, voluntariado e participação em seus processos de organização e tomada de decisão. O cenário é semelhante na cultura de comunicação online. A experiência Correio Nagô é em seu cerne não profissional, horizontal, descentralizada e com forte caráter interativo (Quadro 13).

QUADRO 12: Culturas de estratégia, organização e tomada de decisão – Instituto de Mídia Étnica

CULTURA E ELEMENTOS	HORIZONTAIS	VERTICAIS
Estratégia		
Visão da transformação social	Comportamento transformado do indivíduo ou membro	Sociedade transformada como um todo
Tipos de políticas	Prefigurativa	
Orientação	Interna	
Formas de mobilização	Qualitativa	
Organização		
Grau de formalidade		Formal
Grau de centralização	Descentralizado/distribuído	
Grau de hierarquia	Horizontal	Hierárquico
Grau de profissionalismo	Voluntário	
Liderança e linhas de controle		De cima para baixo
Tomada de decisão		
Grau de participação	Alto	
Princípios democráticos	Participatório	

Fonte: Elaborada pela autora com elementos adaptados de Kavada, 2013, p. 85.

QUADRO 13: Características da cultura de comunicação online – Correio Nagô

CULTURA DE COMUNICAÇÃO ONLINE	HORIZONTAL (Interativa)	VERTICAL (<i>Broadcasting</i>)
Conteúdo	Tende mais a dar informações sobre processos de luta e mobilizações	Tende mais a incluir informações factuais e sobre eventos
Forma	Permite colaboração	
Fins e funções de comunicação	Serve a processos de mobilização, a consultas internas e discussão sobre valores do ator. Foco na audiência interna	
Infraestrutura comunicacional	Não profissional	
Produção de conteúdo	Descentralizada, informal, controlada por uma base	
Processo de distribuição e publicação/endereço público	Descentralizada, informal, controlada por uma base	
Fluxos de comunicação	“De baixo para cima”, lateral, recíproco	

Relações, papéis e responsabilidades sociais

Pouca distinção entre comunicadores e audiência; livre acesso a diferentes papéis

Fonte: Elaborada pela autora com elementos adaptados de Kavada, 2013, p. 85.

No Capítulo 4, apresentei duas caracterizações fundamentais para compreender como diferentes atores dos movimentos sociais se aproximam e se distanciam em termos comunicacionais e no processo representativo. Primeiro, caracterizei o debate acerca da Lei de Cotas. Priorizei a história de tramitação dessa lei no Congresso e as fases de discussão dessa medida na sociedade. Além disso, lembrei que as cotas são resultado de antigas lutas dos movimentos sociais negros pela educação e, mais recentemente, por ações afirmativas. Em seguida, a partir da ideia de que a heterogeneidade de atores dos MSNs foi importante para a formação da agenda política pelos direitos dos negros, apresentei os quatro atores analisados nesta pesquisa e suas experiências de comunicação. Como a tese compartilha do entendimento de que características democráticas e comunicacionais se relacionam, identifiquei em cada ator elementos das culturas de estratégia, organização, tomada de decisão e de comunicação online (KAVADA, 2013). De um modo geral, os quatro atores e suas experiências de comunicação se caracterizam por elementos tanto mais verticais quanto horizontais, mas se diferenciaram em alguns pontos.

De um modo geral, ativistas tenderam a reforçar características mais verticais – hierárquicas, centralizadas e formais – de estratégia, organização e tomada de decisão. No tocante à internet, apesar de se abrirem a conteúdos mais horizontais e possuírem funções e fins de comunicação tanto internas quanto externas, a Afropress e o Blog do Humberto Adami recaem na centralização das publicações e na clara distinção entre comunicadores e audiência, priorizando um fluxo de comunicação vertical.

As organizações se mostraram mais horizontais. Embora sejam formais, com estrutura profissional ou trabalhem com o público externo e por políticas mais estratégicas, as organizações se voltam para o público interno e se abrem, cada uma de forma diferente, a processos participativos. Quanto à comunicação, no Geledés, apesar de encarar a comunicação como meio de luta de mulheres e negros, a estrutura organizativa do instituto ainda favorece um uso tradicional do portal. Já a comunicação do Instituto de Mídia Étnica se mostra mais horizontal. A experiência Correio Nagô é em seu cerne não profissional, horizontal, descentralizada e com forte caráter interativo.

Os elementos apresentados neste capítulo serão agora úteis para, nos capítulos a seguir, auxiliar na apresentação dos resultados das outras etapas de análise – identificação dos atores do processo de representação, e análise do discurso de representação –, e, principalmente, para a análise comparativa.

5 ELEMENTOS E DISCURSOS DO PROCESSO REPRESENTATIVO: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Ao longo dos capítulos anteriores, reforcei a ideia de que o processo de representação política é eminentemente discursivo e tem o argumento como base da resolução de conflitos e formação de relações. Para isso, propus um diálogo entre duas correntes teóricas acerca da representação política – pragmatismo de Michael Saward (2006, 2009, 2010) e ética discursiva de Habermas (1989) –, e dialoguei com a literatura própria sobre os movimentos sociais negros. Com base nessa proposta teórica, ressalto minhas perguntas centrais: Quais preferências e posições são construídas nas trocas discursivas realizadas pelos movimentos sociais e os diferentes atores que o compõem? O que cada tipo de ator traz a esse processo de representação? Quais interesses e modos de interação são acionados a depender dos atores envolvidos no processo representativo?

Descrevo a seguir os dados gerais que me ajudarão a responder essas perguntas. Eles são resultado da proposta metodológica, apresentada no Capítulo 3, que parte do caráter processual e discursivo da representação política. Neste capítulo, apresento os dados gerais sobre demandas vocalizadas nas quatro experiências de comunicação e os atores envolvidos no processo de representação: reivindicante, destinatário, atores apoiadores, atores oponentes ou criticados, e objeto direto. Devido ao grande número de atores identificados no processo representativo, aqueles que não foram citados em no mínimo 5% do total de textos em nenhum dos atores estão agrupados em “Outros”. Também apresento os resultados de como os representantes escolhidos nesta tese se envolvem no debate acerca da Lei de Cotas e se dirigem a outros representantes: nível de justificação, conteúdo da justificação, uso de histórias de vida, responsividade e respeito.

Alguns dados apresentados neste capítulo serão mais profundamente discutidos no Capítulo 6, da análise comparativa e da resposta das questões gerais. Destaco que a codificação foi realizada com o programa Nvivo 11 por dois codificadores. Um teste de confiabilidade foi realizado com 10% do *corpus* e o resultado foi satisfatório⁶².

5.1 DADOS GERAIS DO MATERIAL: ATOR, ANO, AUTORES E FONTES DA POSTAGEM

Ao todo foram 277 textos analisados nas quatro experiências de comunicação escolhidas. Eles foram publicados entre 2011 e 2013, recorte temporal da pesquisa (Tabela1). A

⁶² As variáveis obtiveram coeficiente kappa entre 0.871 e 0.888. Segundo o Krippendorff (2004, p. 241-242), o valor ideal é acima de .800, mas ainda são consideradas aceitáveis valores não menores do que .667.

ampla maioria deles – 195 – foi publicada em 2012, quando as cotas foram julgadas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e a Lei de Cotas foi aprovada no Congresso e recebeu sanção e regulamentação do Governo Federal. Em 2011, ano do menor número de postagens, o projeto de lei praticamente não foi discutido no Congresso e a sociedade aguardava a inclusão do tema no plenário do STF. Já o ano de 2013 teve o número de postagens diminuído, mas bem acima de 2011. Esse ano foi marcado pela implementação da lei nas instituições federais de ensino e de outras iniciativas em universidades estaduais.

TABELA 1: Textos por experiência de comunicação e ano de publicação

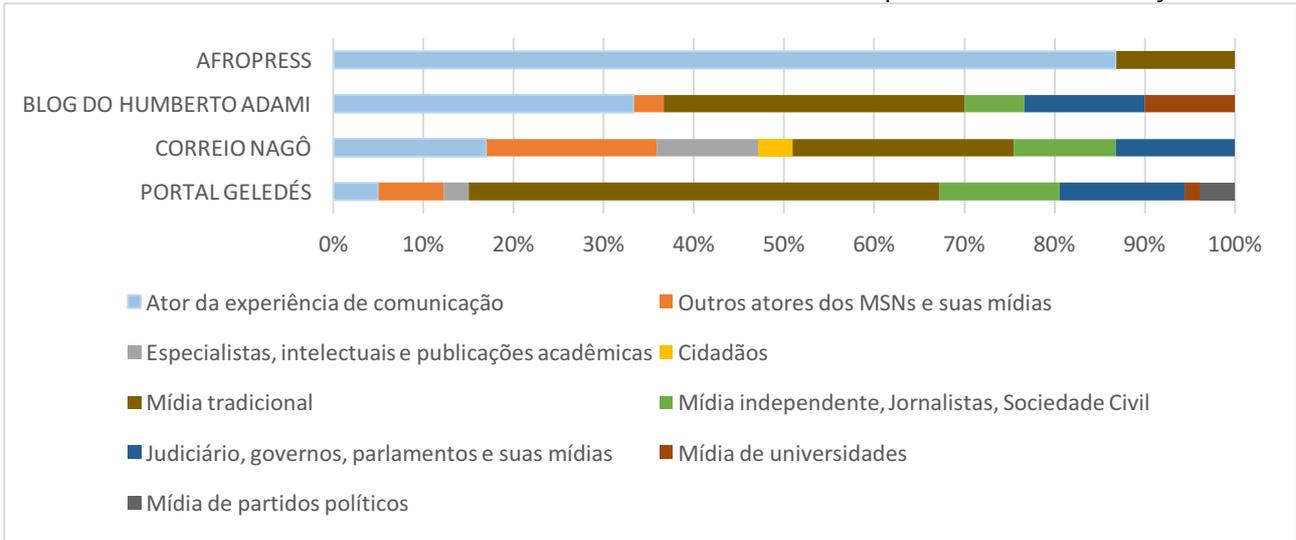
	2011	2012	2013	TOTAL POR ATOR
AFROPRESS	3	21	9	33
BLOG DO HUMBERTO ADAMI	2	18	2	22
CORREIO NAGÔ 2011-2013	5	32	10	47
PORTAL GELEDÉS 2011-2013	12	124	39	175
TOTAL POR ANO	22	195	60	

Fonte: Elaborada pela autora.

A maior parte dos textos foram postados pelos próprios atores das experiências de comunicação. Como esperado, a exceção é o Correio Nagô devido ao caráter aberto da rede social. Embora uma minoria, cidadãos, governos e outros atores dos MSNs publicaram nove (19%) dos 47 textos dessa experiência. O representante governamental foi a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado da Bahia (SEPROMI) e os outros atores dos MSNs foram: o coletivo Não Fazemos Parte do Problema, o Portal Áfricas, e os ativistas Walter Cezar Nunes, George Oliveira, Claudia Alexandre, além de Paulo Rogério Nunes, diretor do Instituto de Mídia Étnica.

Embora as postagens fossem feitas majoritariamente pelo próprio ator das experiências de comunicação, as fontes de onde provinham as informações dos textos eram muitas e variadas (Gráfico 1), com destaque para os próprios atores, a mídia tradicional e outros atores dos MSNs. O nível de autoria própria é maior nos ativistas Dojival Vieira e Humberto Adami. No caso da Agência Afropress, o ativista foi sempre responsável pelo conteúdo dos textos, usando informações da mídia tradicional para complementar sua redação. Já o Blog do Humberto Adami, o Correio Nagô e o Portal Geledés, contavam com muitos textos integralmente compartilhados de outras fontes.

GRÁFICO 1: Diversidade de fontes usadas nos textos de cada experiência de comunicação

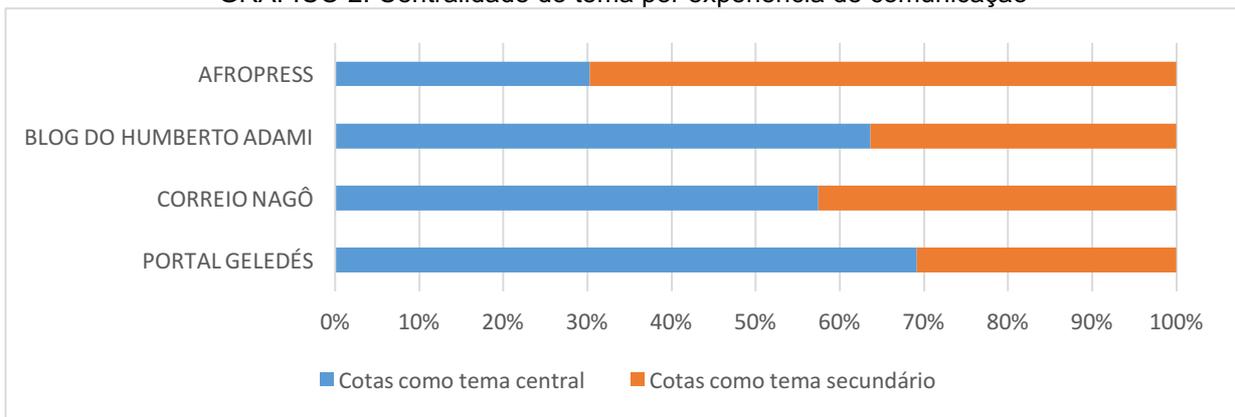


Fonte: Elaborado pela autora.

5.2 CENTRALIDADE E MOMENTO DA DISCUSSÃO

A maioria dos textos analisados tinha a discussão acerca da Lei de Cotas como tema principal (Gráfico 2). A exceção é a Agência Afropress, que priorizou outros temas, colocando a Lei de Cotas como informação secundária na maioria dos textos em todos os anos analisados. Em 2013, ano que lei começa a ser implementada, prepondera a Lei de Cotas como tema secundário também nas experiências das ONGs: Correio Nagô e Portal Geledés. Nesse último ano, o Blog do Humberto Adami iguala os números de textos com temas secundário e central.

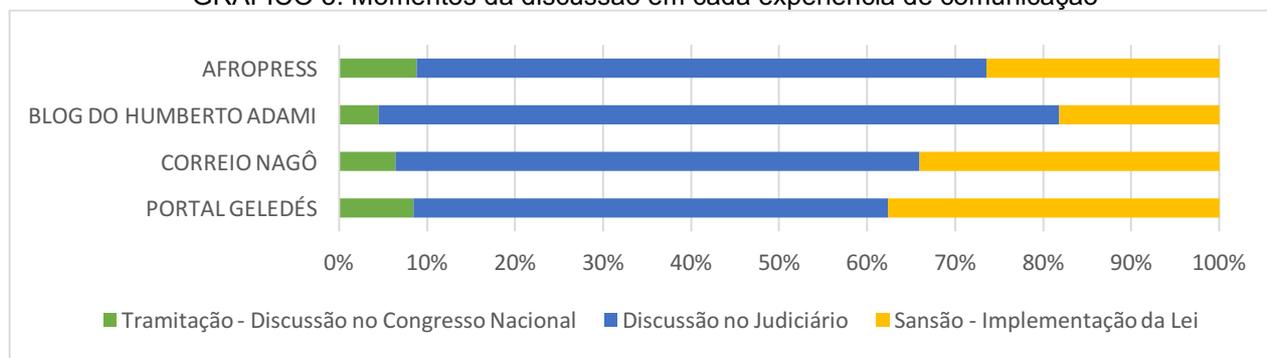
GRÁFICO 2: Centralidade do tema por experiência de comunicação



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação ao momento da discussão abordado, a discussão no Judiciário foi o preponderante em todas as experiências de comunicação. Isso se deu principalmente nos anos de 2011 e 2012. Em 2013, apenas o Portal Geledés prioriza outro momento: sanção e implementação da Lei.

GRÁFICO 3: Momentos da discussão em cada experiência de comunicação



Fonte: Elaborado pela autora.

5.3 ELEMENTOS DO PROCESSO REPRESENTATIVO: DEMANDAS E ATORES ENVOLVIDOS

Demandas

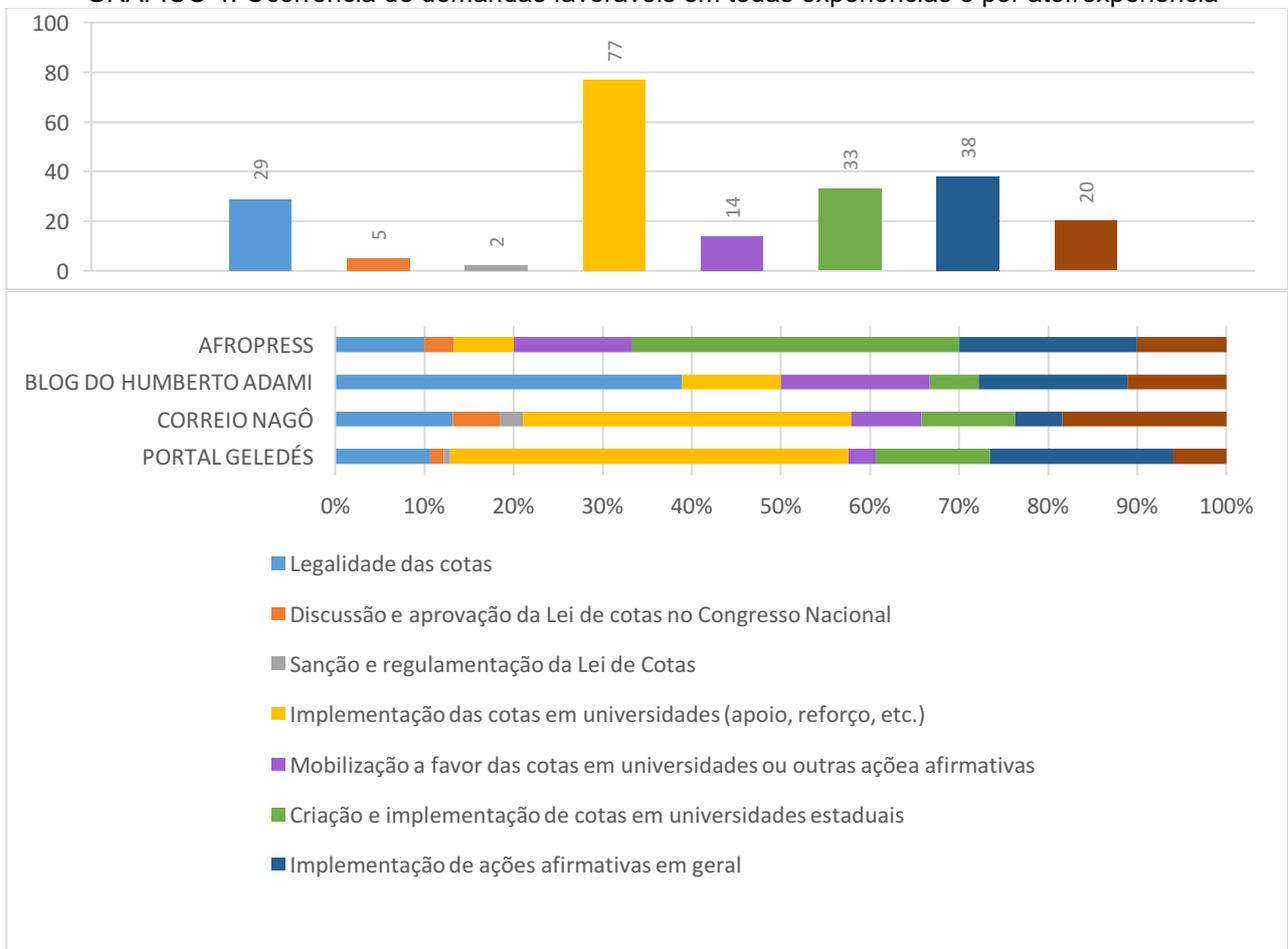
Dos 277 textos analisados, a grande maioria (78% ou 218 textos) continham demandas favoráveis à Lei de Cotas ou às ações semelhantes. Uma pequena parcela, (4% ou 12 textos), apresentava apenas demandas contrárias – inconstitucionalidade das cotas em universidades, e não implementação do modelo de cotas do Governo de São Paulo. Os textos com demandas contrárias estavam distribuídos quase que proporcionalmente em todas as experiências de comunicação e se caracterizavam por serem textos muito factuais sobre eventos dos diferentes momentos da discussão analisada. Foram assim codificados porque apresentavam somente a posição dos principais grupos contrários às cotas, como o Partido Democratas e o então senador Demóstenes Torres (DEM-GO). O restante do material (17% ou 47 textos) não apresentava nenhuma demanda. Esses também eram textos extremamente factuais, que apenas relatam acontecimentos. Demandas contrárias, devido à baixa ocorrência, e textos sem demandas não foram considerados nos demais elementos deste tópico.

A demanda mais frequente foi “Implementação das cotas em universidades”, seguida por “Implementação de ações afirmativas em geral”, e “Criação de cotas em universidades estaduais” (Gráfico 4). Embora a Discussão no Judiciário tenha sido o momento mais abordado, a “Legalidade das cotas” foi a quarta demanda mais frequente. Isso mostra, como discutirei mais adiante, que as ações do STF foram, principalmente, subsídio para outras demandas. Cenário

semelhante mostra o baixo número de demandas pela “Aprovação no Congresso” e “Sanção e regulamentação”. Ou seja, a demanda parece ir além do ganho imediato naquele momento de discussão citado no texto.

As demandas mais comuns variaram em cada experiência de comunicação. O ativista Dojival Vieira priorizou demandas pela “Criação e implementação de cotas em universidades estaduais”. Já o advogado Humberto Adami destacou a luta pela “Legalidade das cotas”. Os dois ativistas não citaram demandas pela “Sanção e Implementação da Lei de Cotas”. As ONGs Instituto de Mídia Étnica e Instituto Geledés reforçaram demandas pela “Implementação de cotas em universidades”. A rede Correio Nagô foi a experiência que deu maior destaque às demandas mais gerais, ligadas ao “Combate ao Racismo e Luta pela Igualdade”.

GRÁFICO 4: Ocorrência de demandas favoráveis em todas experiências e por ator/experiência



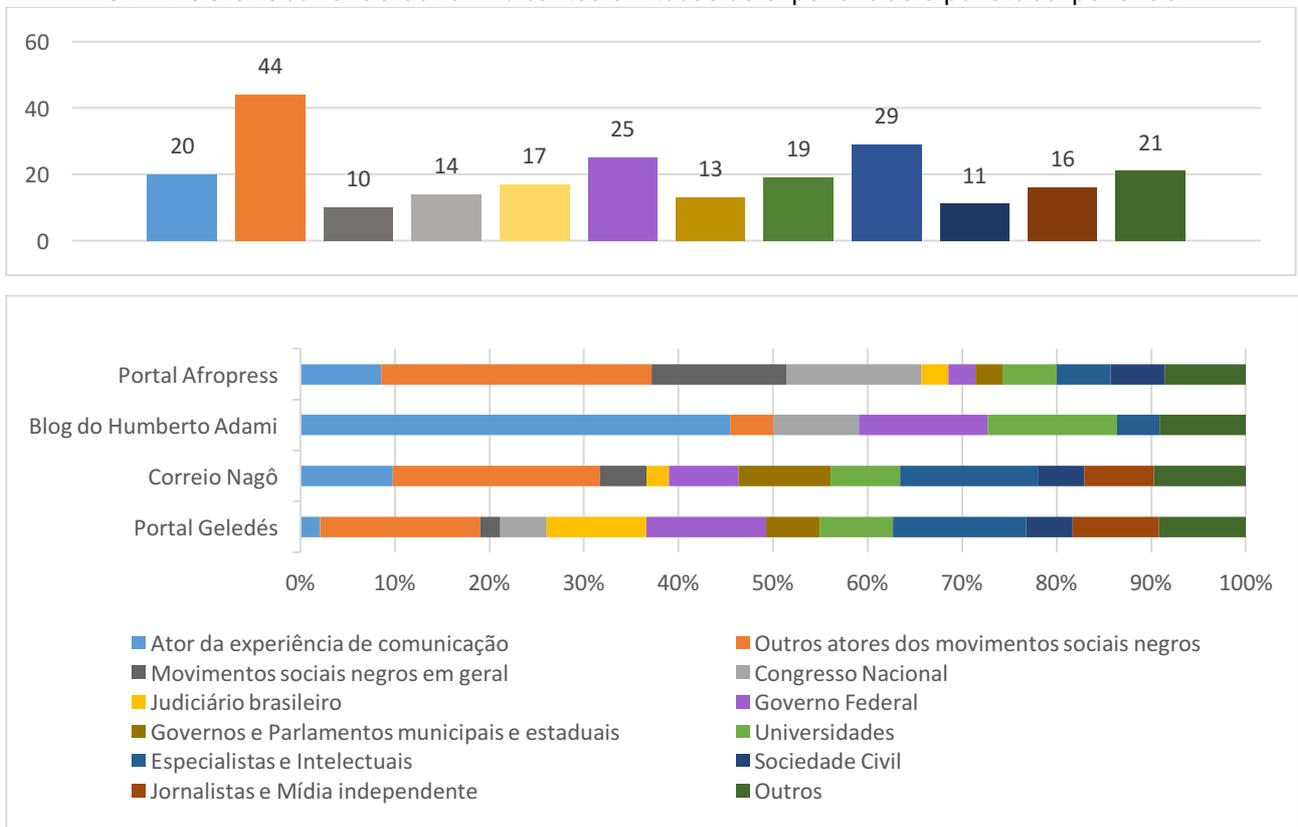
Fonte: Elaborado pela autora.

Reivindicantes

Os sites, blog e rede social analisados abrem espaço para que uma variedade de atores, ligados ou não aos MSNs, vocalizem demandas. Foram codificadas 288 ocorrências de

reivindicantes (Gráfico 5). Os atores ligados aos movimentos sociais negros – o ator da experiência de comunicação, outros atores e os movimentos negros em geral – são responsáveis por 25% das demandas vocalizadas nas experiências de comunicação. Há o destaque para outros atores dos MSNs, 44 dos 288 reivindicantes. Especialistas e intelectuais, e órgãos ou membros do Judiciário, Executivo e Legislativo – principalmente os órgãos como a SEPPIR e a Fundação Cultural Palmares –, também têm destaque na hora da reivindicação. Essas características variam de acordo com a experiência de comunicação. A prevalência de atores ligados aos MSNs se dá em maior grau nos ativistas, ficando em torno de 50% dos reivindicantes. As ONGs contam com uma maior variedade de atores e abrem mais espaço para reivindicantes dos três poderes, além de especialistas e intelectuais.

GRÁFICO 5: Ocorrência de reivindicantes em todas as experiências e por ator/experiência⁶³



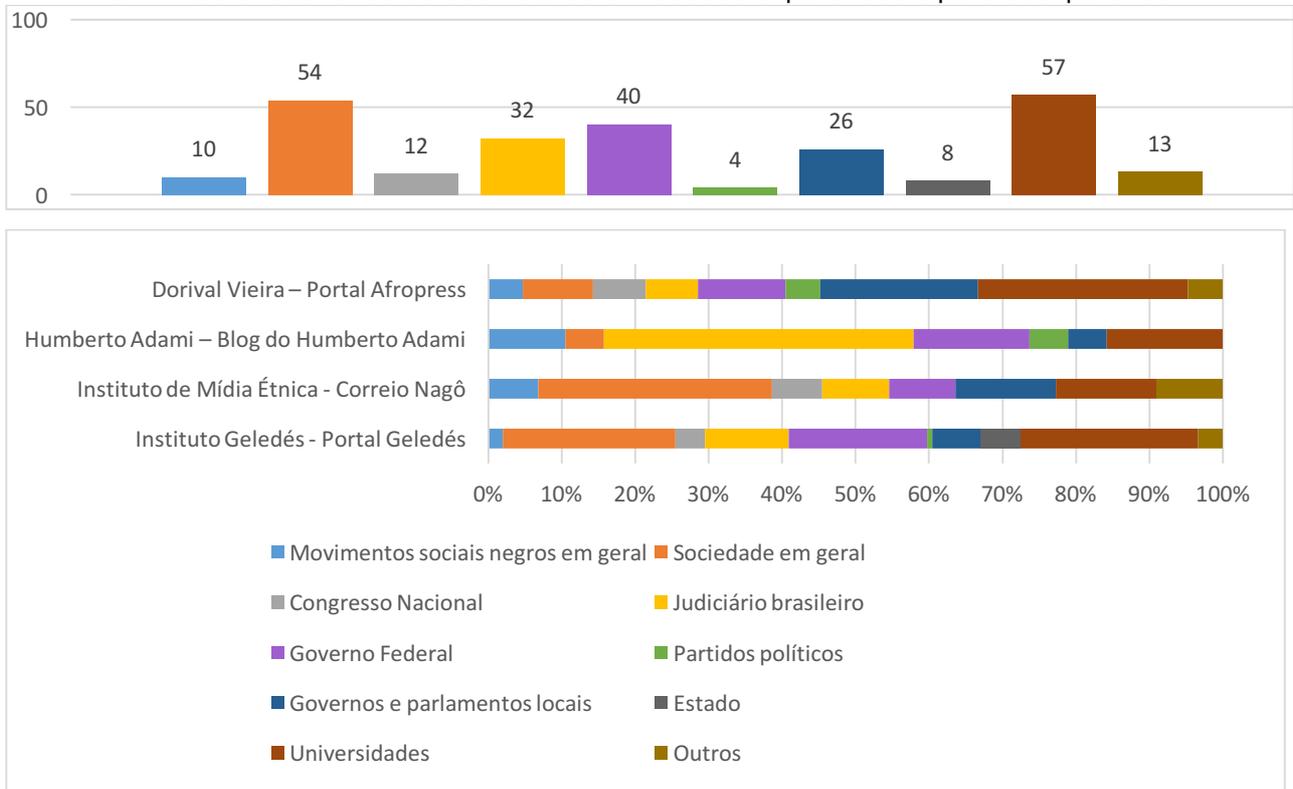
Fonte: Elaborado pela autora.

⁶³ Em “Reivindicantes”, compõem Outros: Artistas e Personalidades públicas; Mídia tradicional, Ministério Público e Defensoria Pública; Entidades de classe; Cidadãos; População negra; Partidos políticos; Alunos cotistas e/ou Alunos de escolas públicas.

Destinatários

Se movimentos sociais negros, e especialistas e intelectuais, estão na frente na hora de reivindicar, o destino das demandas se voltam para as esferas de decisão: Judiciário, Governo Federal, Congresso Nacional, Governos e legisladores locais, além da figura do Estado como um todo (Gráfico 6). Essa grande esfera de decisão contempla 69% dos destinatários (176 de 256). Ademais, a sociedade e as universidades também representam parte considerável daqueles a quem as demandas são endereçadas: 21% e 22%, respectivamente. A prioridade para as esferas de decisão e as universidades segue em todos os atores. Respeitando as especificidades de cada ator, isso se deve em parte ao caráter das principais demandas, diretamente ligadas à implementação de cotas e outras ações afirmativas.

GRÁFICO 6: Ocorrência de destinatários em todas as experiências e por ator/experiência⁶⁴



Fonte: Elaborado pela autora.

⁶⁴ Outros em destinatários inclui: Outros atores dos movimentos sociais negros; Cidadãos; População negra; Sociedade civil; Entidades de classe; Mídia em geral; Igrejas e fiéis; e dois destinatários indeterminados.

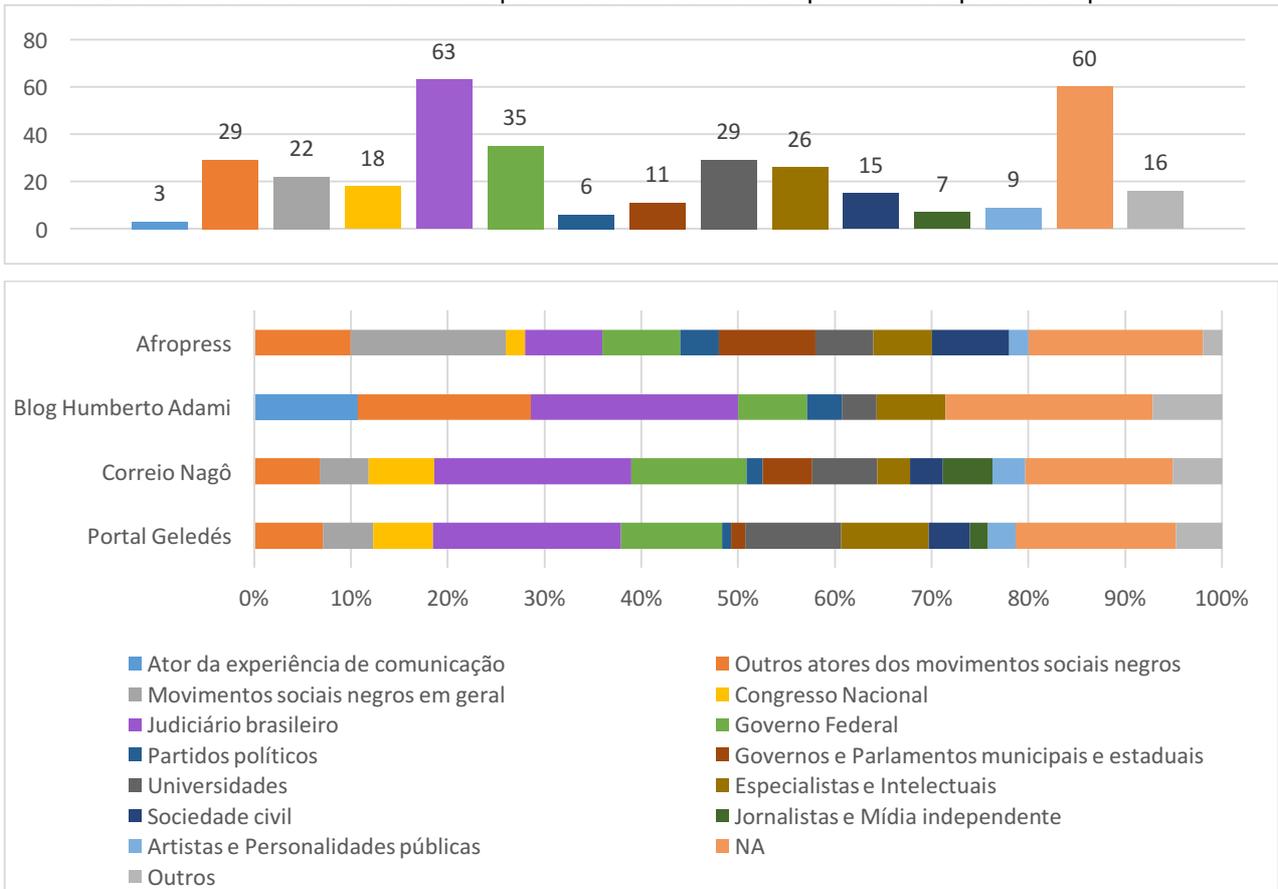
Já a “Sociedade em geral” é também colocada como ator importante para a concretização dessas demandas, o que é feito principalmente pelas experiências de comunicação das ONGs: Correio Nagô e Portal Geledés. Em especial, esse destinatário está fortemente relacionado a demandas mais abrangentes, ligadas ao combate ao racismo e à luta pela igualdade, mais frequentes no Correio Nagô. Outra característica dos representantes analisados refere-se à destinação de demandas para os “movimentos sociais negros em geral”, que acontece proporcionalmente às demandas pela “mobilização a favor de cotas em universidades ou outras ações afirmativas”.

Apoiadores

Em consonância com os resultados sobre o momento de discussão e os tipos de demanda, o ator apoiador mais frequentes foi o Judiciário brasileiro (18% das ocorrências) (Gráfico 7). Isso reforça a ideia de que o Judiciário e suas decisões são vistas como necessários para a implementação de outras demandas mais frequentes. Para as demandas mais frequentes, ligadas à implementação e à criação de cotas e ações afirmativas e dirigidas principalmente às esferas de decisão e às universidades, seguem também outros apoiadores mais frequentes: conjunto de outros atores dos MSNs e o próprios MSNs em geral (15%); Governo Federal (10%), com destaque para órgãos historicamente ligados à temática; universidades (8%), na maioria aquelas que já contavam com cotas ou outras ações afirmativas; e especialistas e intelectuais (7%), que perpassam todos os papéis do processo de representação e sobre os quais falarei mais profundamente no Capítulo 6. Neste elemento do processo representativo, houve o número de 60 ocorrências de atores apoiadores não identificados (NA), o que representa cerca de 22% dos textos analisados.

Todas as experiências apresentaram uma grande diversidade de atores apoiadores. Como aconteceu no caso dos reivindicantes, a apoio por parte de atores ligados aos MSNs se deu em maior grau nos ativistas. Além disso, a Afropress, é a única experiência onde o Judiciário não prevalece, tendo espaço semelhante a outros tantos apoiadores. No caso da experiência de Dojival Vieira, governos e parlamentos locais são os apoiadores mais frequentes, depois, claro, daqueles ligados aos MSNs. Isso deve em parte ao fato de a agência tratar o debate da Lei de Cotas como tema secundário, priorizando temáticas outras, que acionam outros atores.

GRÁFICO 7: Ocorrência de atores apoiadores em todas as experiências e por ator/experiência⁶⁵



Fonte: Elaborado pela autora.

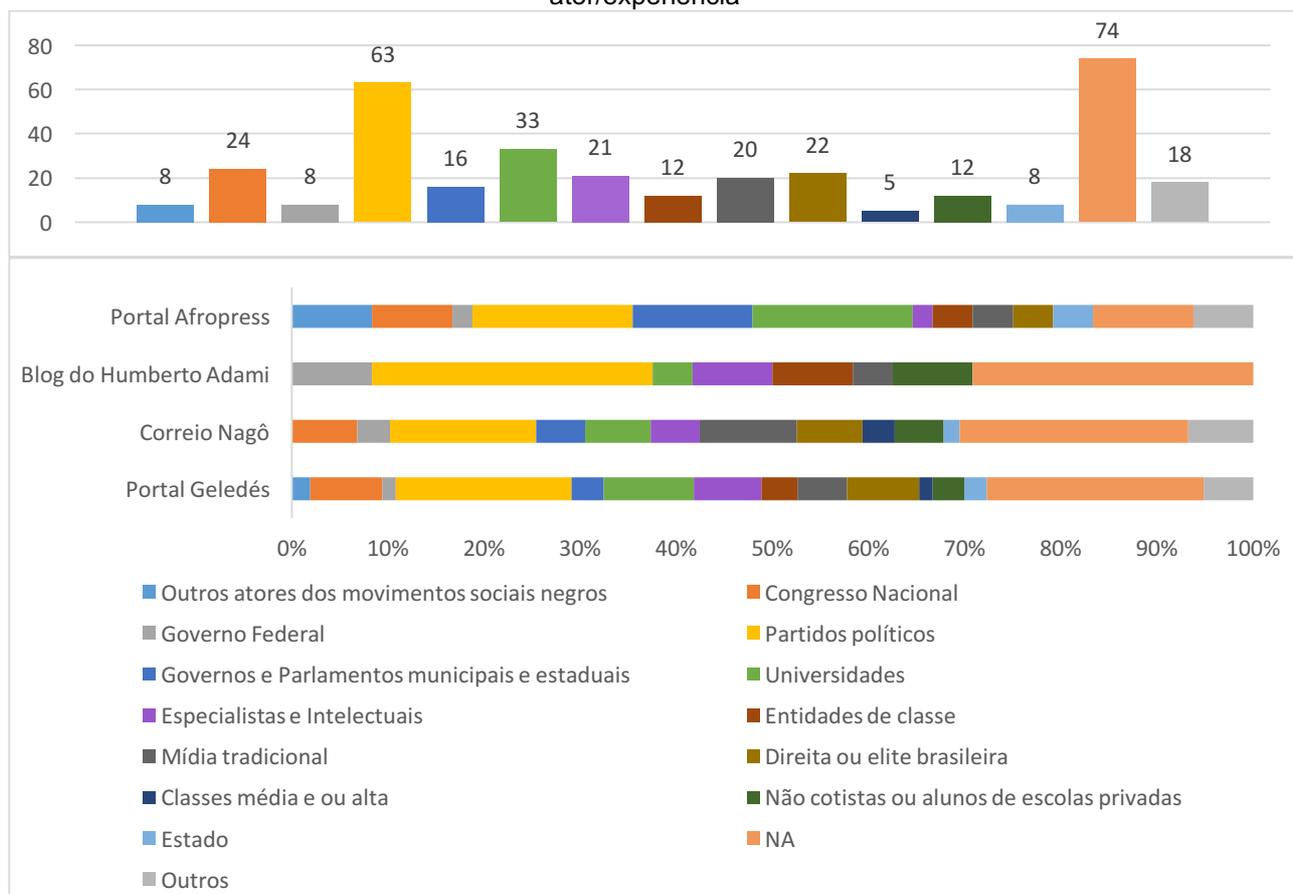
Atores oponentes ou criticados

Como no elemento acima, as demandas das quatro experiências de comunicação tiveram uma grande variedade de atores oponentes, sendo o principal os partidos políticos (18% das ocorrências) (Gráfico 8). Respeitando as especificidades de cada ator, isso se deve ao protagonismo do então Partido Democratas (DEM) na oposição às cotas nas universidades. Isso o fez um oponente frequentemente citado quando os textos giram em torno dos dois primeiros momentos de discussão. Se considerarmos o conjunto dos demais oponentes ligados às esferas de decisão (Congresso, Governo Federal, e Governos e parlamentos locais), esse grupo chega a ter 16% das ocorrências, o que está relacionado à natureza das principais demandas: implementação de cotas e ações afirmativas, cenário semelhante aos dos destinatários.

65 Outros em Atores apoiadores: Cidadãos; População negra; Alunos cotistas e/ou Alunos de escolas públicas; Entidades de classe; Mídia tradicional; Alunos de universidades públicas.

As universidades, segundo ator oponente mais citado (10%), são lembradas principalmente pelo ativista Dojival Vieira, já que as universidades estaduais de São Paulo se posicionam contrárias no debate sobre as cotas. Isso também justifica a maior presença de outro ator oponente citado: governos e parlamentos locais. Também a Afropress é responsável pela segunda maior especificidade entre os oponentes citados. Dojival Vieira é o único a fazer significativamente críticas a setores dos MSNs, o que será mais explorado no capítulo seguinte.

GRÁFICO 8: Ocorrência de atores oponentes ou criticados em todas as experiências e por ator/experiência⁶⁶



Fonte: Elaborado pela autora.

Esse elemento do processo representativo também reservou um papel diferente aos especialistas e intelectuais, antes reivindicantes e apoiadores, e introduziu atores ainda não

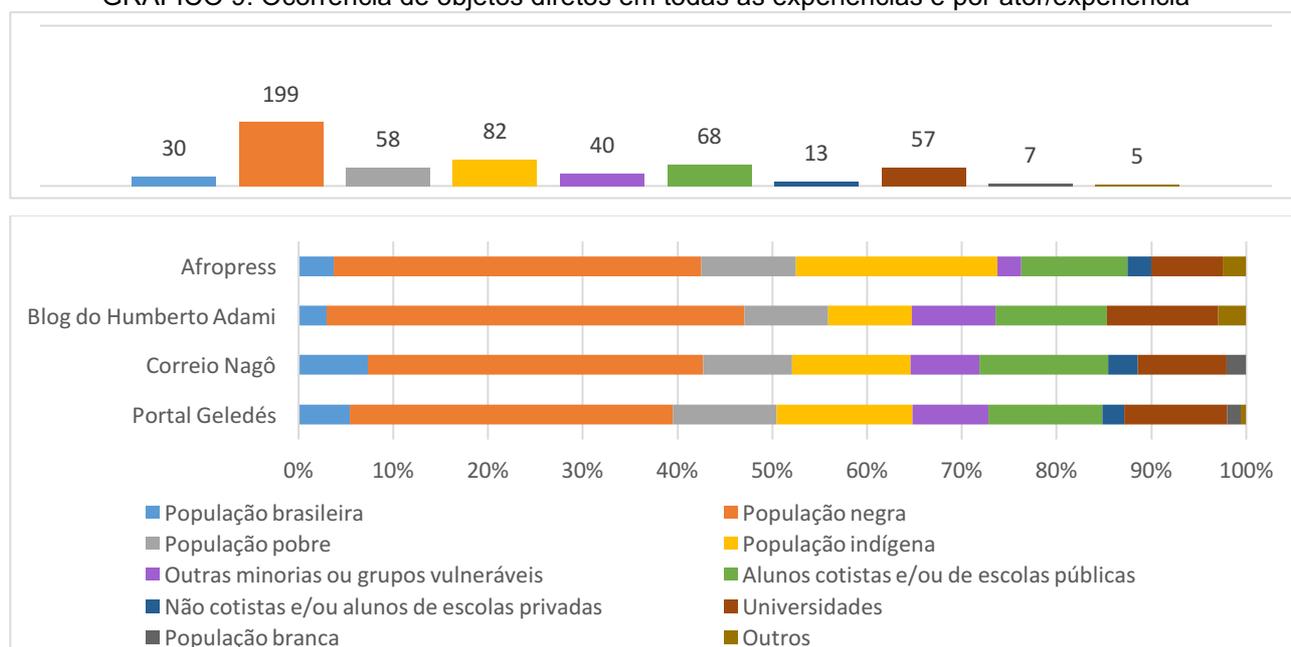
⁶⁶ Outros em Atores oponentes ou criticados: Movimentos sociais negros em geral; Sociedade em geral; Cidadãos; População negra; Judiciário brasileiro; Sociedade civil; Mídia em geral; Artistas; Igrejas e fiéis; Esquerda brasileira. Atores das experiências de comunicação não tiveram nenhuma ocorrência nessa variável.

incluídos. Parte dos atores analisados – Humberto Adami, Geledés e Instituto de Mídia Étnica – publicaram textos criticando de forma enfática a posição de intelectuais contrários às cotas, como Peter Fry, Yvonne Maggie e Demétrio Magnoli. Além disso, estavam nas ocorrências entidades de classe e não cotistas, que também impetraram ações no STF. Grandes veículos de comunicação, classes sociais, e o que os atores chamavam de direita e elite brasileira também foram apontados como oponentes não somente em demandas ligadas às cotas, mas à luta pela igualdade no País. Neste elemento do processo representativo, houve 74 ocorrências de atores oponentes não identificados, o que representa 27% dos textos analisados.

Objetos diretos

A população negra é o grupo mais beneficiados pelas demandas vocalizadas nas quatro experiências de comunicação (199 dos 218 textos com demandas favoráveis). Em apenas 19 textos, as demandas se voltaram exclusivamente para outros grupos. Esses demais grupos, citados majoritariamente em conjunto com a população negra, são principalmente grupos diretamente afetados pelas leis em discussão e as políticas implementadas, temas das principais demandas: indígenas, alunos cotistas ou oriundos de escolas públicas, além de universidades (Gráfico 9).

GRÁFICO 9: Ocorrência de objetos diretos em todas as experiências e por ator/experiência⁶⁷



Fonte: Elaborado pela autora.

⁶⁷ Outros como objetos diretos: Escolas e alunos em geral; Partidos políticos; Atores específicos dos movimentos sociais negros; Movimentos sociais negros em geral.

População brasileira em geral e outras minorias étnicas ou grupos vulneráveis – imigrantes, ciganos, mulheres, crianças etc. – são mais lembrados como grupos atendidos na demanda por “Implementação das cotas em universidades”, e em demandas menos específicas, como “Implementação de ações afirmativas em geral” e “Combate ao racismo e luta pela igualdade”. O mesmo acontece com os grupos menos citados: não cotistas ou alunos de escolas privadas, e população branca. Em relação à distribuição dos objetos diretos nas diferentes experiências de comunicação, essa segue padrões extremamente semelhantes. As pequenas diferenças são em relação aos grupos menos citados: não cotistas ou alunos de escolas privadas, não mencionados apenas por Humberto; e população branca, citada somente nas experiências das ONGs.

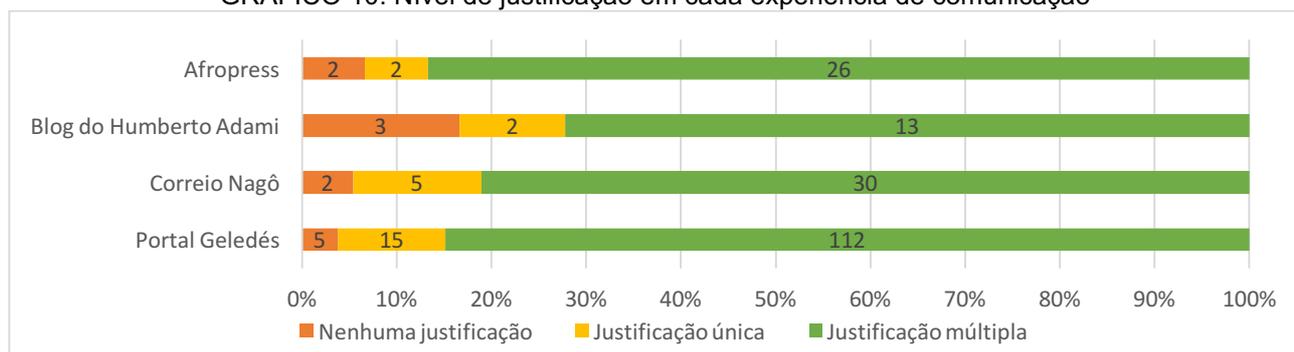
5.4 DISCURSO DE REPRESENTAÇÃO: JUSTIFICAÇÃO, RESPONSABILIDADE E RESPEITO

Os itens desta seção se voltam para a forma como os representantes escolhidos nesta tese se envolvem no debate acerca da Lei de Cotas e se dirigem a outros representantes. Para a variável “Nível de justificação”, foram codificados os textos que vocalizavam alguma demanda favorável (218 no total). Nas variáveis sobre conteúdo da justificação, uso de histórias e responsividade, somente as publicações que apresentaram demandas favoráveis com justificação. Já a variável “Respeito” pôde ser aferida inclusive em textos factuais sem a apresentação de demandas, excetuando os raros textos com demandas contrárias (265 no total).

Nível de justificação

Quanto ao nível de justificação, grande parte dos textos vocalizaram demandas usando múltiplas justificações (182 dos 218 textos ou 82%). Reitero que grande parte do material que os atores escolheram escrever ou compartilhar em suas experiências de comunicação tem forte caráter jornalístico, tendo a mídia tradicional como principal fonte das informações. Em seguida, as justificações únicas seguem menos frequentes (24 textos ou 12%), acompanhadas por uma pequena parcela de demandas apresentadas sem justificação (12 textos ou 6%). Observando as especificidades de cada ator (Gráfico 10), as múltiplas justificações são maioria em todos eles, reforçando a apresentação de múltiplos argumentos e atores, o que implica nas variáveis seguintes, sobre conteúdo de justificação e responsividade. Textos sem nenhuma justificação não estão ligados a um momento específico ou às opções de centralidade da discussão nem a demandas específicas. Esses textos têm sim em comum um caráter fortemente factual e informativo, sendo escritos e postados por uma ampla variedade de atores, congruente com a diversidade de fontes apresentada no quadro geral de cada ator (Gráfico 1).

GRÁFICO 10: Nível de justificação em cada experiência de comunicação

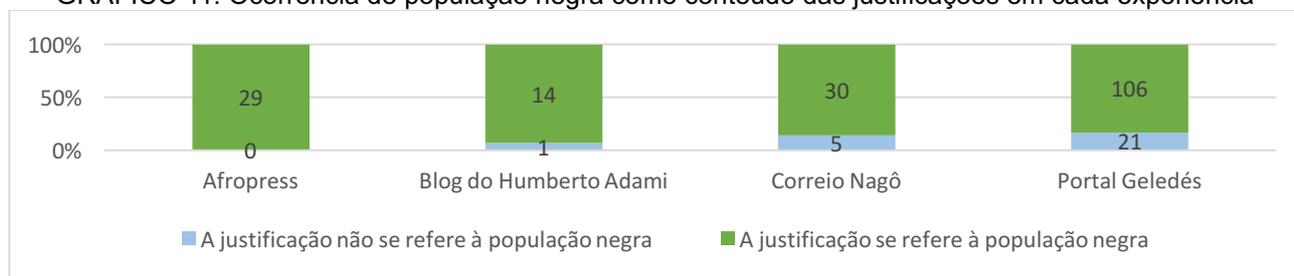


Fonte: Elaborado pela autora.

Conteúdo da justificação – população negra

Nas variáveis ligadas ao conteúdo da justificação, codifiquei os textos que apresentavam alguma justificação, no total de 206. Como esperado, 179 textos (87% das ocorrências da variável) contemplavam a população negra ao justificar as demandas. Isso só não aconteceu em uma pequena parte (13% ou 27 textos). Observando cada ator, a população negra é destaque na justificação de todos eles, sendo que nos ativistas ela é citada em praticamente todas as justificações (Gráfico 11). Já nas ONGs, há textos que não trazem a população negra nos argumentos, embora em uma porcentagem não passe de 16%.

GRÁFICO 11: Ocorrência de população negra como conteúdo das justificações em cada experiência

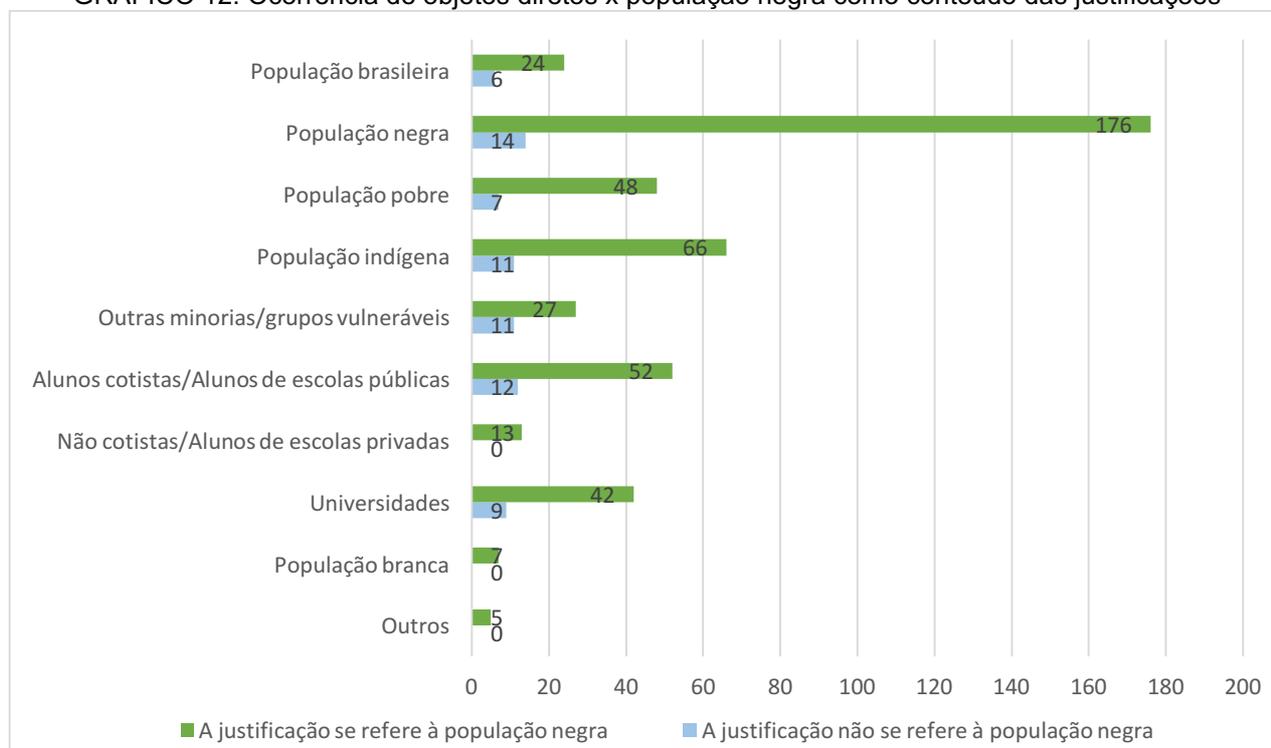


Fonte: Elaborado pela autora.

Mas não citar a população negra na justificação não significa deixá-la fora das demandas. Ao relacionar os resultados da variável “Conteúdo da justificação - população negra” e da variável “Objetos diretos” (Gráfico 12), nota-se pontos interessantes. Primeiro, a população negra é usada no conteúdo da justificação na maioria dos textos independentemente dos objetos das demandas vocalizadas. Em algumas opções de objetos diretos, como não cotistas e população branca, não há texto onde população negra não seja incluída nos argumentos. Segundo, os negros permanecem como objeto de demanda mesmo quando não são acionados na justificação. Dos 27 textos que não falavam dos negros na justificação, 14 continham demandas que beneficiam a população negra. Assim, apenas 13 textos apresentavam demandas que beneficiavam

exclusivamente outros grupos.

GRÁFICO 12: Ocorrência de objetos diretos x população negra como conteúdo das justificações

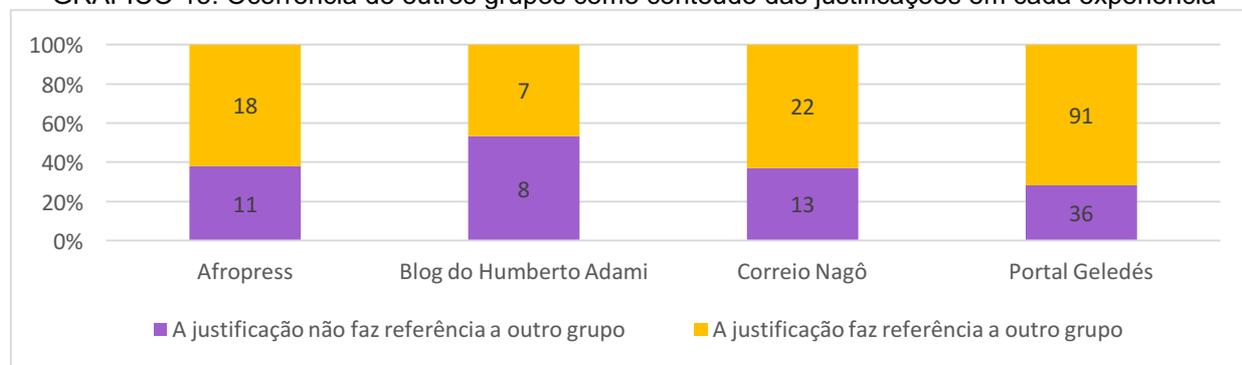


Fonte: Elaborado pela autora.

Conteúdo da justificação – outros grupos

A presença de outros grupos na justificação também foi codificada. Outros grupos foram citados nas justificações de 138 dos 206 textos com justificação, cerca de 66%. Assim, em 34% dos textos com justificativa outros grupos não foram considerados. Observando agora cada experiência de comunicação, o uso de outros grupos gira em torno da mesma proporção geral (Gráfico 13). A exceção é o Blog do Humberto Adami, onde outros grupos não estão na maioria das justificações.

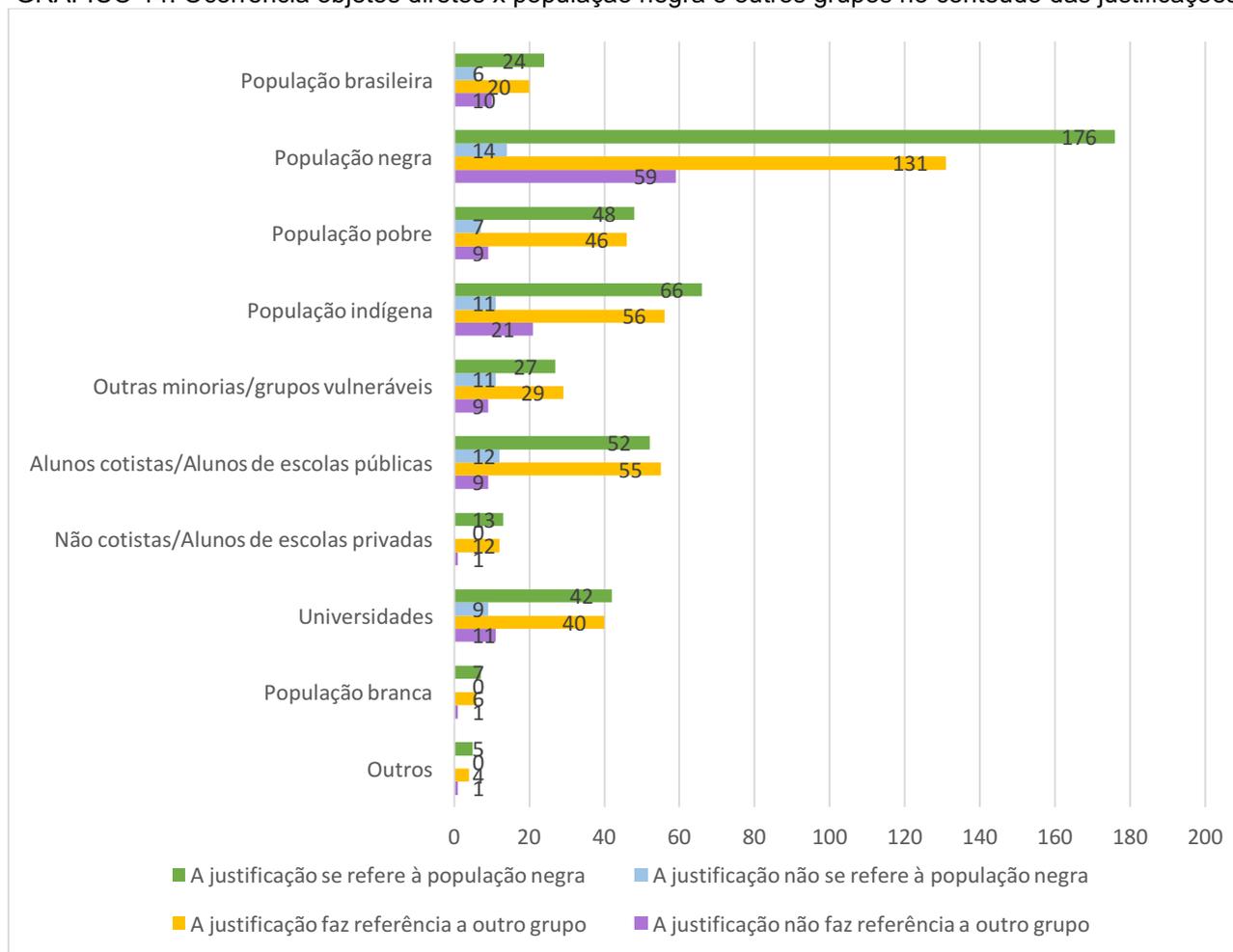
GRÁFICO 13: Ocorrência de outros grupos como conteúdo das justificações em cada experiência



Fonte: Elaborado pela autora.

Além disso, outros grupos também foram usados na justificação de todas as opções de objetos diretos, da mesma forma que a população negra o foi. Isso aconteceu em uma porcentagem não muito distante da população negra (Gráfico 14). Isso mostra que as experiências de comunicação tenderam a unir as naturezas de conteúdo da justificação (população negra e outros grupos) embora os negros fossem o objeto principal das demandas.

GRÁFICO 14: Ocorrência objetos diretos x população negra e outros grupos no conteúdo das justificações

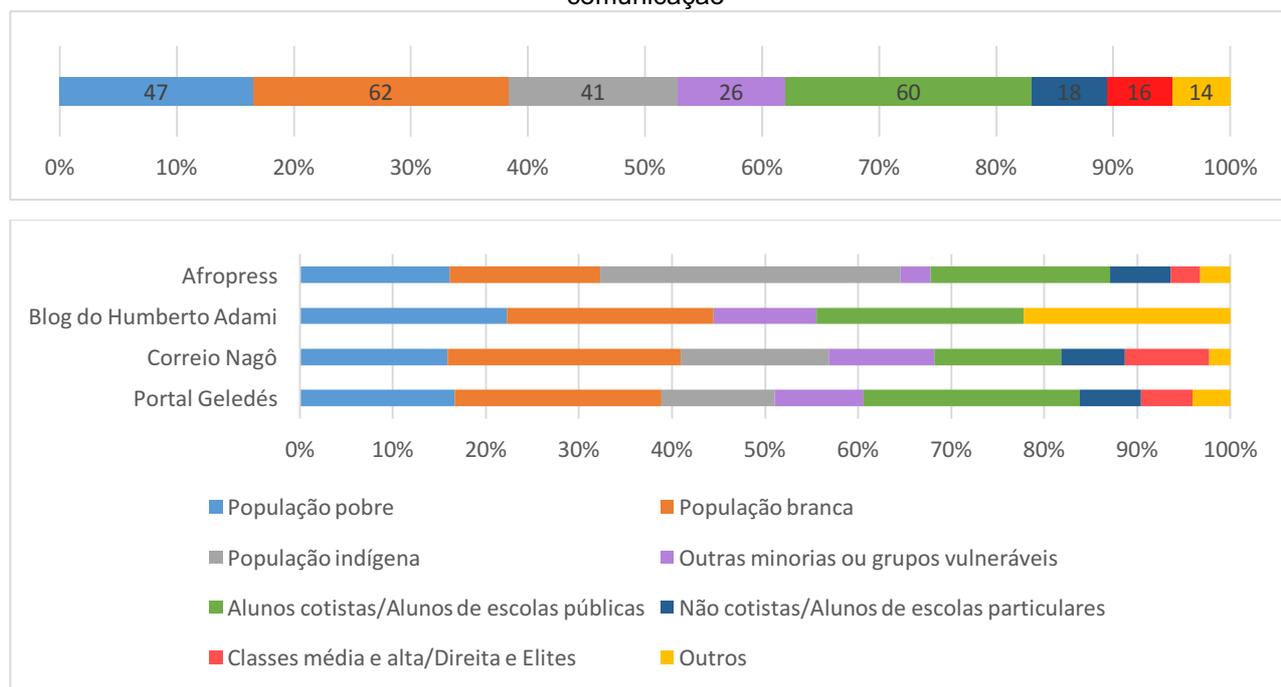


Fonte: Elaborado pela autora.

Mas quem são esses outros grupos? Por número de correspondência geral, a população branca é o outro grupo mais acionado nas justificações e isso acontece prioritariamente com o objetivo de demarcar uma diferença entre as realidades das populações negras e brancas (Gráfico 14). Em seguida, monta-se um cenário bem semelhante ao cenário dos objetos diretos das demandas vocalizadas. Pobres, alunos cotistas ou de escolas públicas, e indígenas seguem muito lembrados nos argumentos. Esses grupos são aqueles diretamente afetados pelas leis em discussão e as políticas implementadas, temas das principais demandas dos atores. Também como

aconteceu nos objetos diretos, seguem o que chamo de outras minorias e grupos vulneráveis. Aqui esse grupo é colocado como quem partilha da mesma realidade da população negra. Ressalto que esse grupo é um objeto frequente, além da demanda por “Implementação das cotas em universidades”, em demandas mais gerais, em demandas mais gerais como “Implementação de ações afirmativas em geral” e “Combate ao racismo e luta pela igualdade”. Com menos ocorrências, seguem grupos da mesma natureza da população branca, a de oposição: Não cotistas, alunos de escolas particulares, grupos sociais historicamente privilegiados, e direita política.

GRÁFICO 15: Ocorrência de outros grupos no conteúdo de justificação geral e por experiência de comunicação⁶⁸



Fonte: Elaborado pela autora.

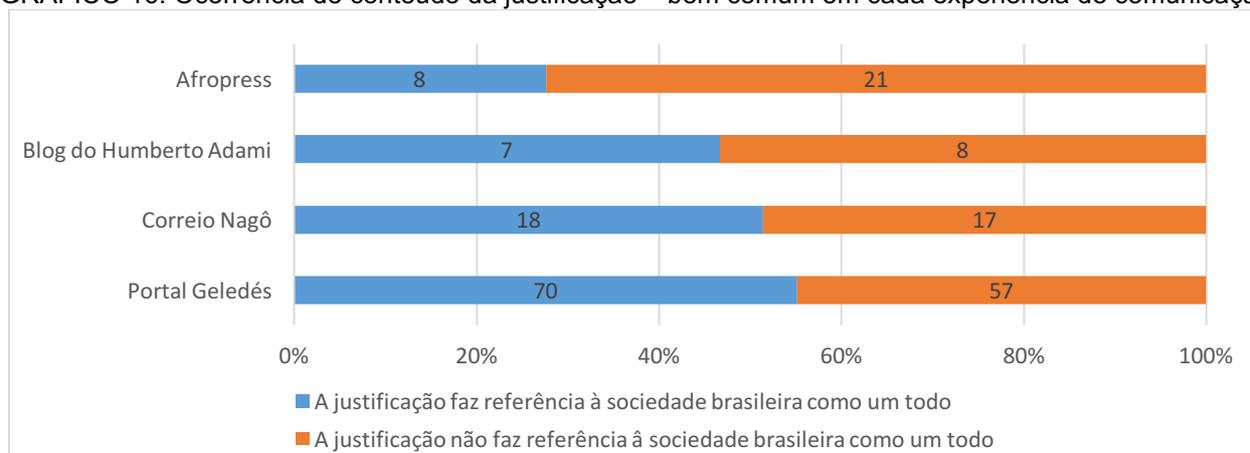
Esse padrão geral de outros grupos na justificação se repete quase totalmente nas experiências de comunicação das ONGs. Na Afropress, de Dojival Vieira, outras minorias são brevemente citadas nas justificativas e a população indígena passa a ocupar espaço expressivo. No Blog do Humberto Adami, há uma variedade menor de outros grupos, sendo que população indígena e classes sociais, elites e direita não são trazidas para o conteúdo da justificação.

⁶⁸ Outros são aqueles atores que não foram citados em 5% dos textos de nenhuma das experiências de comunicação. Nessa variável são: População amarela (asiática), Escolas e alunos em geral, e População não negra.

Conteúdo da justificação – bem comum

Metade dos textos com justificção (103 dos 206) se referiam a benefícios e custos para a sociedade brasileira como um todo. A faixa dos 50% é seguida, com sutis diferenças, por parte das experiências analisadas: Blog do Humberto Adami, Correio Nagô e Portal Geledés (Gráfico 16). Já na Afropress, a referência ao bem comum não chega aos 30%. Ao considerar a relação entre demandas e uso do bem comum, nota-se uma diferença significativa nas demandas por cotas em universidades estaduais, mais comuns na Afropress e restritas à realidade de São Paulo.

GRÁFICO 16: Ocorrência de conteúdo da justificção – bem comum em cada experiência de comunicação

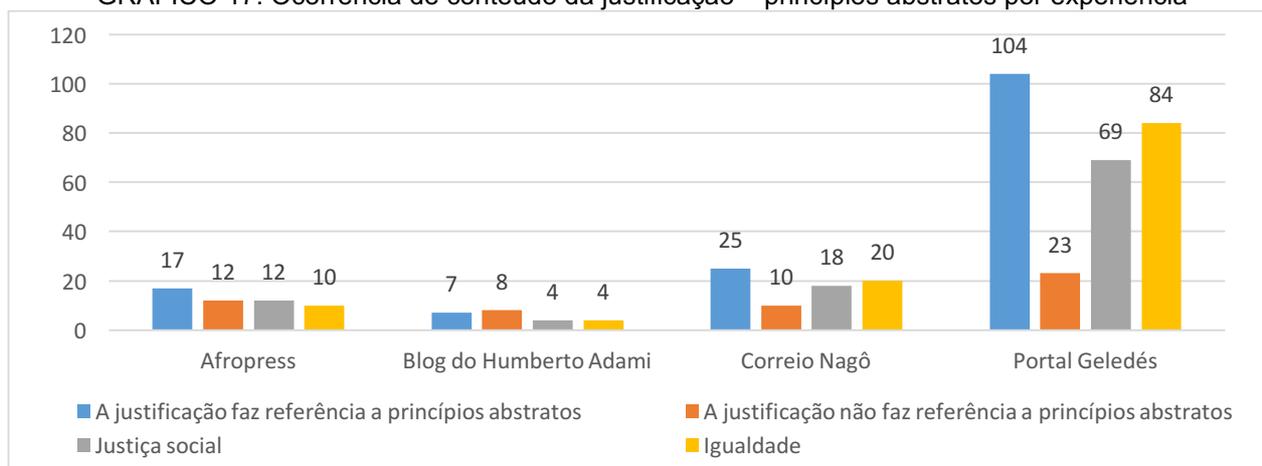


Fonte: Elaborado pela autora.

Conteúdo da justificção – princípios abstratos

Boa parte dos textos com justificção (153 de 206 ou 74%) também utilizaram princípios abstratos na argumentação. Foram identificados dois princípios: justiça social, quando há referência à inclusão ou reparação; e igualdade, quando o texto se refere à igualdade ou à desigualdade de direitos e condições. Nos atores, a divisão entre uso ou não desses princípios varia (Gráfico 17). De um modo geral, o uso de princípios predomina nas experiências dos institutos: Correio Nagô e Geledés. Nelas, princípios abstratos são usados em argumentos de mais da metade dos textos. Já nos ativistas, essa diferença entre uso e não uso torna-se sutil, no caso da agência do ativista Dojival Vieira, e praticamente inexistente no Blog do Humberto Adami. Já em relação aos dois tipos de princípios abstratos, esses foram usados de forma conjunta na grande maioria das vezes, com uma leve predominância de “igualdade” nos textos do Portal Geledés.

GRÁFICO 17: Ocorrência de conteúdo da justificção – princípios abstratos por experiência

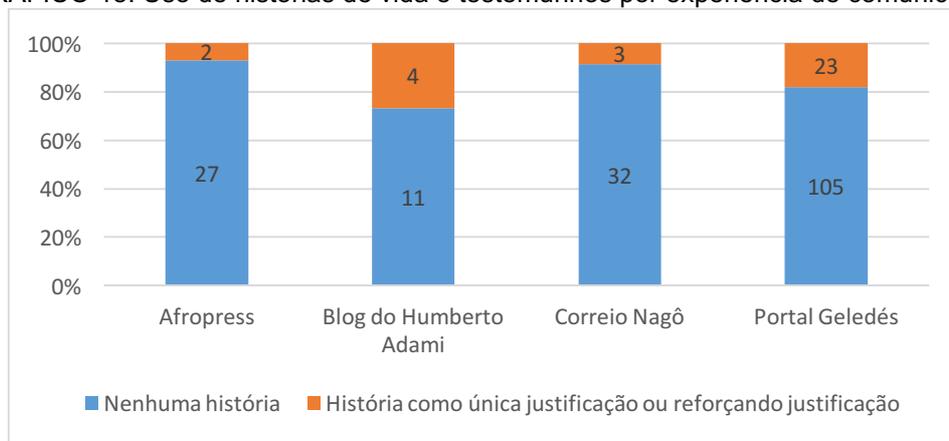


Fonte: Elaborado pela autora.

Uso de histórias e testemunhos

A importância de histórias de vida para as práticas discursivas em processos políticos já é vastamente reconhecida (MANSBRIDGE, 1999; POLLETTA; LEE, 2006; DRYZEK, 2008; BLACK, 2008, 2013; GARCÊZ, 2008, 2015; STEINER et al, 2012). No processo representativo analisado nesta pesquisa, que lida com a realidade de um grupo historicamente excluído na sociedade brasileira, histórias e testemunhos não foram usados em 84% dos textos (174 de 206). Mas estiveram, embora em número diminuto, em todas as experiências de comunicação, seja como única justificativa (2 textos) ou usadas para reforçar a justificção (30 textos). Observando esse uso nas diferentes experiências de comunicação (Gráfico 18), as histórias de vida estiveram presentes em cerca de 20% das publicações do Blog do Humberto Adami e do Portal Geledés. Nas demais experiências, não chegaram a 10%.

GRÁFICO 18: Uso de histórias de vida e testemunhos por experiência de comunicação



Fonte: Elaborado pela autora.

Esses resultados parecem independem de centralidade, momento de discussão e demandas. Estão mais ligados às fontes e à natureza desses textos. Nos 32 textos com uso de histórias, foram identificadas 36 ocorrências de fontes (Gráfico 19). Nessas, destacam-se a mídia tradicional e formas de mídia mais independentes, que, no caso das publicações dessa variável, caracterizam-se por trazer aos textos depoimentos de negros diretamente ou potencialmente beneficiados pelas demandas vocalizadas. Outra fonte que se destaca é o próprio ator da experiência analisada, responsável, por exemplo, por todos os textos com uso de histórias do Blog do Humberto Adami, experiência com forte caráter testemunhal.

GRÁFICO 19: Fontes dos textos com uso de histórias de vida e testemunhos



Fonte: Elaborado pela autora.

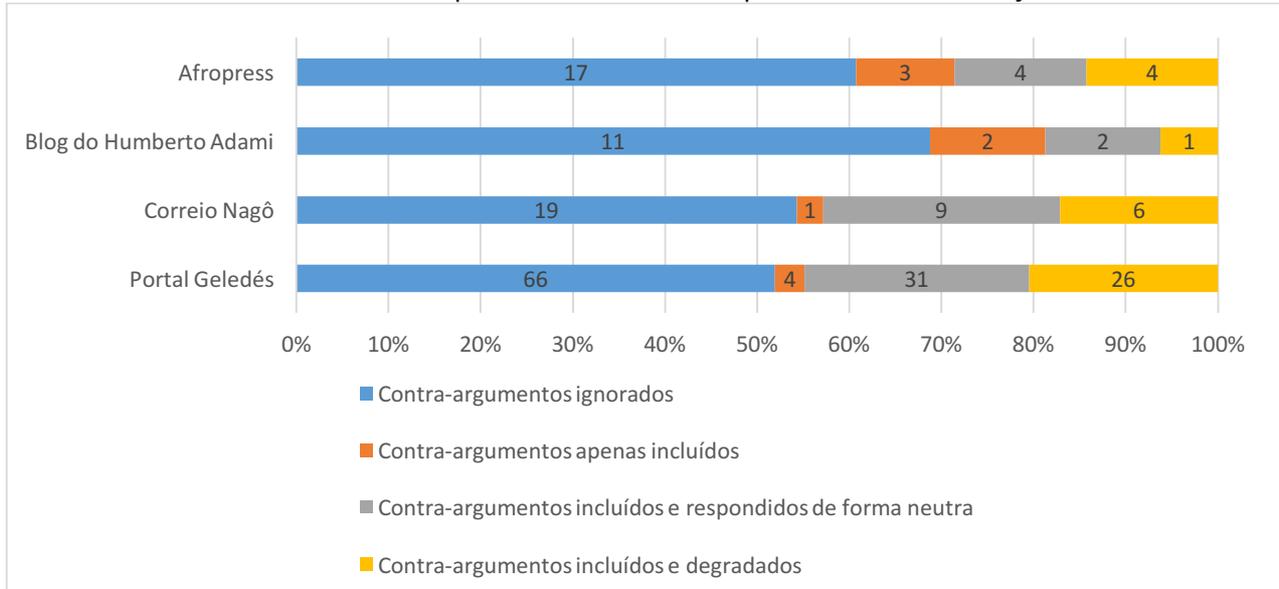
Responsividade

O objetivo desta variável é exatamente saber se os textos publicados nas experiências de comunicação traziam ou não argumentos contrários às demandas vocalizadas. Na maioria, eles não trazem. Contra-argumentos são ignorados em 113 (56%) dos 206 textos com demandas favoráveis e com justificação. Em 93 textos (44%), contra-argumentos estão presentes de algum modo: apenas incluídos, incluídos e respondidos de forma neutra, ou incluídos e degradados. Não houve a valorização em nenhum texto codificado.

Observando cada experiência de comunicação (Gráfico 20), contra-argumentos ignorados foram mais frequentes em todas. Mas há algumas diferenças. Nos ativistas Dojival Vieira e Humberto Adami, há uma porcentagem maior de textos que ignoraram contra-argumentos, 63% e 71%, respectivamente. Os ativistas também são os que mais apenas incluem argumentos contrários, sem oferecer respostas ou posições. Já nas experiências das ONGs Instituto de Mídia Étnica e Geledés, os contra-argumentos ignorados predominam, mas de forma mais sutil, 54% e

56%, respectivamente. Os vários autores e fontes de textos do Correio Nagô e do Portal Geledés, quando incluem argumentos contrários, tendem a dialogar com eles. Na maior parte das vezes, isso acontece com respostas neutras ou, em um número um pouco menor, degradando esses argumentos.

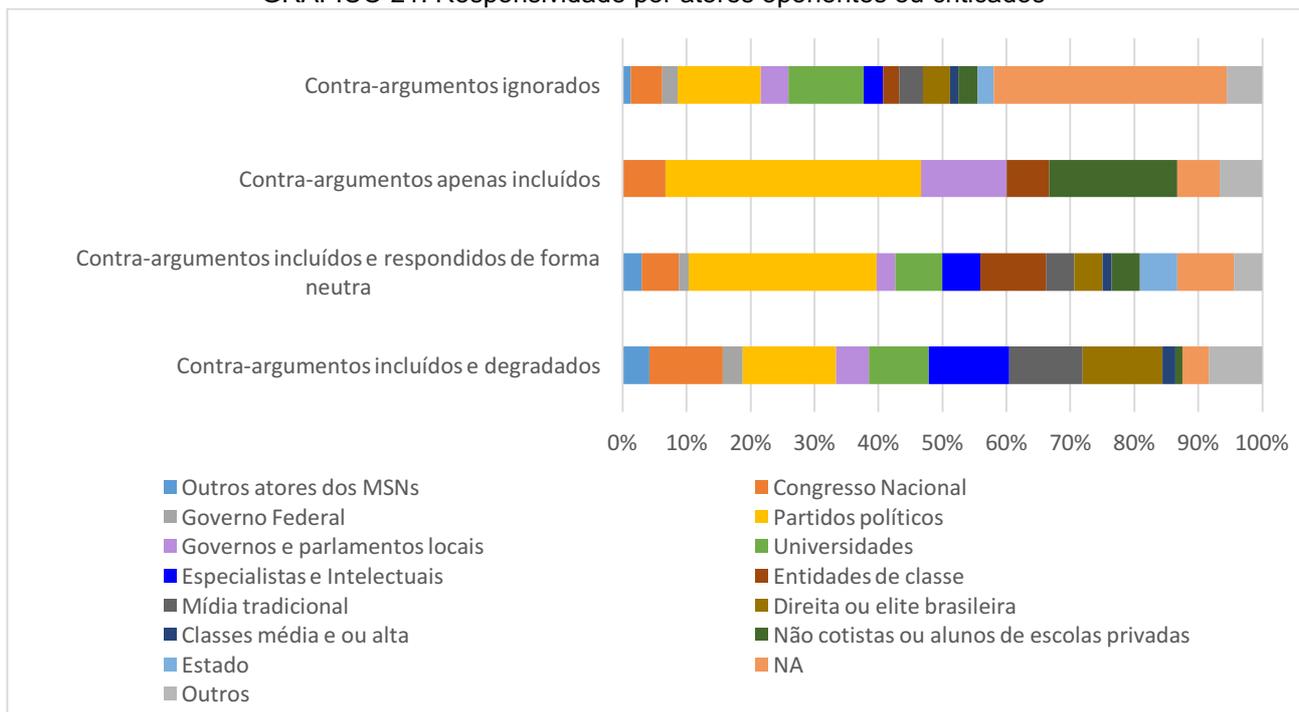
GRÁFICO 20: Responsividade em cada experiência de comunicação



Fonte: Elaborado pela autora.

Contra-argumentos podem aparecer sem identificações de fontes, mas, de um modo geral, eles partem daqueles atores que se opõem às demandas em questão, ou seja, dos atores oponentes ou criticados. Ao cruzar os resultados dessas duas variáveis, vê-se alguns pontos interessantes (Gráfico 21). Primeiro, os argumentos ignorados são maioria quando não há atores oponentes identificados. Segundo, quando dos contra-argumentos apenas incluídos, a variedade de atores oponentes citada é restrita e se restringe aos atores que mais se opuseram à implantação de cotas: Congresso Nacional, na figura do então senador Demóstenes Torres; partidos políticos, principalmente o DEM; governos e parlamentos locais, no caso de São Paulo; entidades de classe e não cotistas, que entraram com ações no STF. Terceiro, os textos que tendem a dialogar de forma neutra com contra-argumentos seguem uma ampla e mais distribuída variedade de oponentes, com um destaque significativo para os partidos políticos. E, finalmente, quando os atores dos textos escolhem degradar argumentos contrários, os partidos políticos deixam de ser um foco tão predominante e a variedade de oponentes continua, porém, um pouco menor.

GRÁFICO 21: Responsividade por atores oponentes ou criticados

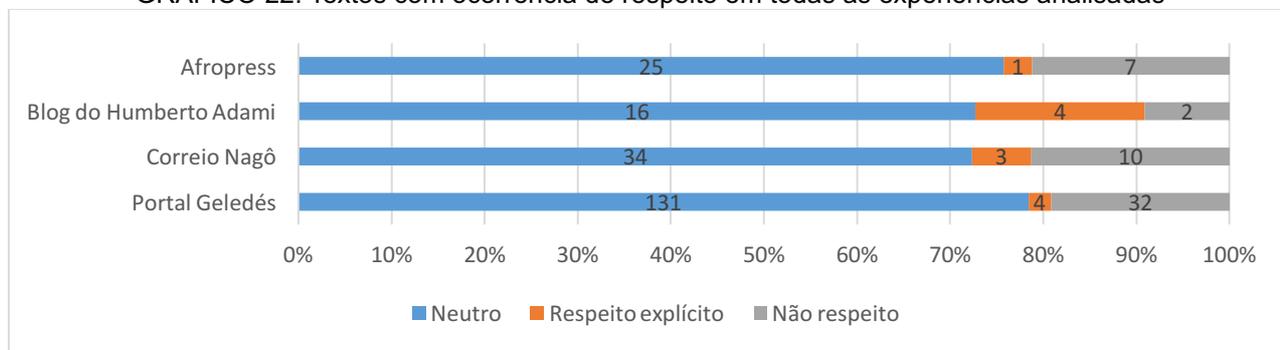


Fonte: Elaborado pela autora.

Respeito

A grande maioria dos textos foi codificada como neutros nesta categoria (205 ou 77% dos textos com demandas favoráveis ou sem demandas). Os demais textos apresentaram exemplos de expressões valorativas (13 ou 5% dos textos) ou depreciativas (51 ou 19% dos textos). Observando essa variável por experiência de comunicação (Gráfico 22), a porcentagem de textos neutros tende a seguir a porcentagem geral, acima de 70%. Em três experiências – Afropress, Correio Nagô e Portal Geledés – as ocorrências de não respeito (21%, 21% e 18%, respectivamente) são bem mais frequentes do que as de respeito explícito (3%, 6% e 2%, respectivamente).

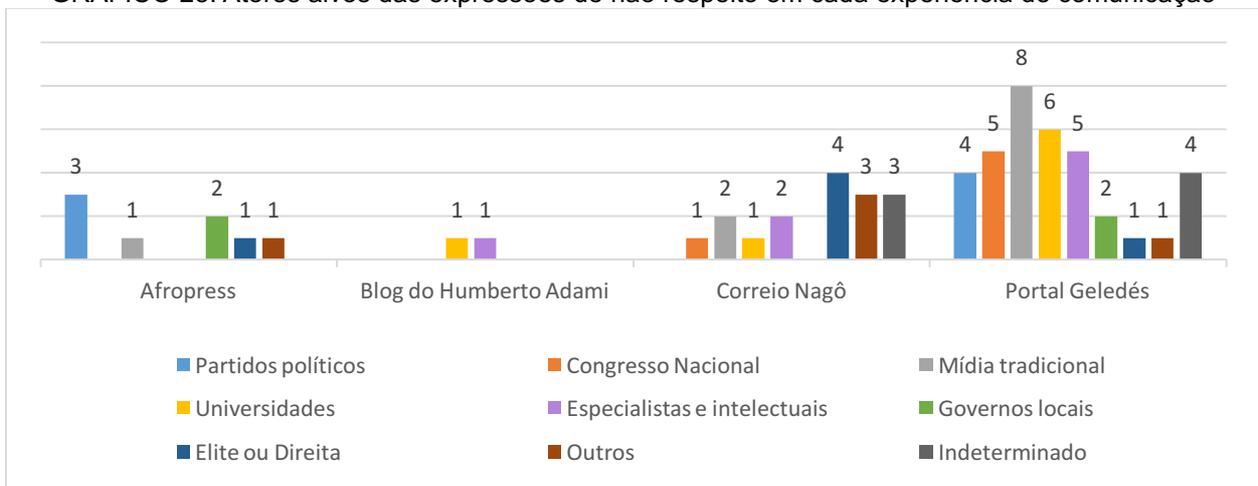
GRÁFICO 22: Textos com ocorrência de respeito em todas as experiências analisadas



Fonte: Elaborado pela autora.

Os atores alvo das expressões de não respeito são muito semelhantes aos principais atores oponentes ou criticados (Gráfico 23). Respeitando as diferenças entre essas três experiências – Afropress, Correio Nagô e Geledés –, de um modo geral, quatro grupos receberam prioritariamente essas expressões. Primeiro, o Partido Democratas e o seu então senador Demóstenes Torres, sendo responsáveis por todas as ocorrências referentes a partidos políticos e ao Congresso Nacional. Segundo, a mídia tradicional, vista como conservadora e peça importante do discurso contra as ações afirmativas. Em seguida, especialistas e intelectuais, e universidades que se opuseram à implementação de cotas e de outras políticas.

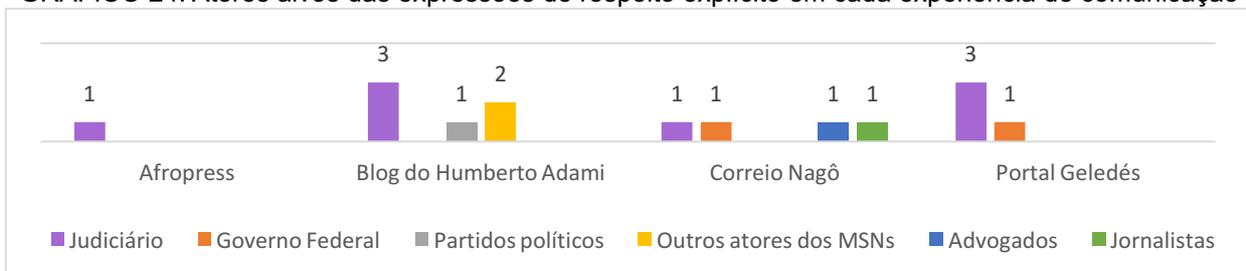
GRÁFICO 23: Atores alvos das expressões de não respeito em cada experiência de comunicação



Fonte: Elaborado pela autora.

No caso das poucas expressões de respeito explícito, instituições ou membros do Judiciário recebem maior parte das ocorrências em todas as experiências analisadas (Gráfico 24). Humberto Adami é o único ator onde as expressões de respeito são mais frequentes que as expressões de não respeito. Neste caso, o Judiciário é o principal destinatário e apoiador das demandas veiculadas no blog. Nas demais experiências, o Judiciário é também o principal ou um dos principais atores apoiadores.

GRÁFICO 24: Atores alvos das expressões de respeito explícito em cada experiência de comunicação



Fonte: Elaborado pela autora.

No Capítulo 5, apresentei descritivamente os principais resultados da análise do processo de representação – demandas, reivindicante, destinatário, apoiadores, oponentes ou criticados, e objeto direto – e do discurso de representação – nível de justificação, conteúdo da justificação, uso de histórias de vida e testemunhos, responsividade e respeito. Além disso, explorei, também de forma descritiva, elementos gerais dos textos analisados, como ano de publicação, autores e fontes das publicações, centralidade da Lei de Cotas como tema, e momento de discussão abordado em cada texto.

De um modo bem geral, os quatro atores muito se assemelham nos elementos mais gerais dos textos e no objeto direto das demandas, majoritariamente a população negra. Nos elementos do processo representativo, cada ativista, com seu contexto de ativismo e natureza de experiência de comunicação, tendeu a se diferenciar no tipo de demanda priorizada, reivindicantes, destinatários, apoiadores e oponentes. Já as ONGs, com experiências de comunicação abertas a mais fontes e autores, tiveram padrões muito semelhantes de demandas, mais ligadas à implementação de políticas, e padrões semelhantes de reivindicantes, destinatários, apoiadores e oponentes, sempre marcados por uma ampla variedade de atores.

Sobre o discurso de representação – a forma como os representantes se envolvem no debate acerca da Lei de Cotas e se dirigem a outros representantes –, todos os atores mostram alto nível de demandas multiplamente justificadas, cujos argumentos contemplavam, em conjunto, população negras e outros grupos. Grande parte dos textos das quatro experiências de comunicação também usavam expressões neutras de respeito. Nessa parte da análise, as ONGs também tenderam a apresentar padrões semelhantes. Os atores se diferenciaram mais nas especificidades: os outros grupos trazidos à justificação e no uso de argumentos contrários. Diferenças individuais também foram observadas no uso do bem comum (Afropress) e de princípios abstratos (Afropress e Blog do Humberto Adami), e na recorrência do uso de histórias e testemunhos (Blog do Humberto Adami).

Boa parte desses resultados serão retomados no próximo capítulo através de análises interpretativas mais aprofundadas. O Capítulo 6 se voltará para a análise comparativa desses diferentes tipos de atores. Esses dados serão base para a resposta a três questões centrais nesse processo representativo e discursivo: diversidade de demandas; variedade de estratégias; e diferenças comunicacionais.

6 A PLURALIDADE DOS REPRESENTANTES NÃO ELEITORAIS E OS PROCESSOS DE INCLUSÃO: ANÁLISE COMPARATIVA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Partindo do entendimento de que os fluxos discursivos são a base da democracia em uma sociedade (HABERMAS, 1989; DRYSEK, 1990; DRYZEK; URBINATI, 2000; NIEMEYER, 2008; MENDONÇA, 2010; MAIA, 2012b), ao longo deste trabalho defendi que a legitimidade do processo de representação política é eminentemente discursiva. Quando a resolução de conflitos se baseia na troca de argumentos, há maior chance de as decisões serem acatadas pelos representados. Assim, no Capítulo 6, apresento como cada tipo de ator dos movimentos sociais negros escolhe moldar os fluxos discursivos que perpassam suas experiências de comunicação online. Para isso, utilizo os resultados das três fases da análise – caracterização dos atores, identificação dos elementos do processo representativo, e caracterização do discurso de representação – já apresentados nos capítulos 4 e 5. Aqui, analiso comparativamente esses resultados para saber o que cada tipo de ator traz a esse processo de representação.

Entendo que uma inspiração sistêmica é útil para a construção desse mapa. Como a deliberação, a representação vista a partir dessa perspectiva não é encarada como uma ação singular de cada indivíduo ou de uma instituição, mas como um sistema de onde emergem várias atividades, esferas e momentos (LAVALLE ET AL, 2006; DRYZEK; NIEMEYER, 2008; URBINATI; WARREN, 2008; SAWARD, 2009; ALMEIDA, 2013, p. 180). Uma base conceitual sistêmica permite, assim, observar a presença e o papel de vários representantes existentes (BOHMAN, 2012, p. 76).

O capítulo está organizado a partir de três questões que considero fundamentais para compreender o processo representativo no caso dos movimentos sociais: (1) diferenças comunicacionais; (2) variedade de estratégias argumentativas e não argumentativas entre representantes; e (3) demandas priorizadas. Trabalho com questões mais abrangentes da representação exercida por atores de movimentos sociais, levando em consideração: a pluralidade dos movimentos e o trabalho de inclusão de que eles são responsáveis.

Os movimentos sociais vêm sendo apontados como centrais nos processos de transformação democrática surgidos a partir de um contexto de desigualdades estruturais (DELLA PORTA, 2013). Ao se preocuparem com processos de inclusão, os movimentos sociais podem ser mais efetivos na representação de grupos marginalizados (WELDON, 2011, p. 21). E fariam isso na medida em que desafiam privilégios socialmente estabelecidos, ideologias dominantes, e exclusão daqueles afetados por determinadas questões, propondo, assim, a mudança dos discursos públicos e das relações sociais neles envolvidos (MEDEARIS, 2005, p. 4, 25). Assim, a ação dos movimentos sociais, inclusive em termos comunicacionais, seria, ao mesmo tempo, uma forma de pluralizar a rede discursiva da esfera pública e meio de expressão de demandas representativas. Alinho-me a

autores que defendem que essa inclusão só é profundamente compreendida a partir da pluralidade característica dos movimentos sociais. Como ressaltam Urbinati e Warren (2008, p. 403), os representantes autoautorizados, como os movimentos sociais, não são algo novo em si. São novos apenas seu amplo número e diversidade. Movimentos sociais também sempre foram plurais internamente. Isso se traduz na heterogeneidade de: temáticas; ações; interesses; grupo que é representado (*constituency*); grupo que se pretende influenciar; e forma de institucionalizar o que se demanda (LAVALLE et al, 2006, p. 86; URBINATI; WARREN, 2008, p. 404). É exatamente diante da recusa em pensar os movimentos sociais a partir da ideia de unidade que optei por entendê-los considerando os pressupostos da democracia deliberativa e da concepção discursiva da representação política.

Em termos da análise comparativa, esse esforço se dá como explicado a seguir. Na primeira questão central – diferenças comunicacionais –, o objetivo é identificar como distintos tipos de representantes desenvolvem suas experiências de comunicação online em distintos contextos políticos e organizacionais. Nas demais questões, atento para os fluxos discursivos gerados por esses diferentes atores no processo de representação. Na segunda questão – demandas priorizadas –, trabalho com o fato, por exemplo, de que, no período analisado, os atores, independentemente do tipo, são unânimes a favor das cotas, mas se diferem nos tipos de reivindicações vocalizadas e na forma como eles o fazem. A terceira questão central – variedade de estratégias – focaliza a relação dos atores analisados com outros representantes políticos, de fora e de dentro dos movimentos negros.

Ao examinar essas questões centrais, busco estabelecer um diálogo tanto com os resultados da análise quanto com as perspectivas teóricas apresentadas nos primeiros capítulos da tese. Com isso, atento para o que estudos já apontam: a relação entre as características democráticas de um movimento social e as práticas comunicacionais que ele desenvolve (MOSCA E DELLA PORTA, 2009; HINTZ E MILAN, 2009; DELLA PORTA, 2009a, 2009b, 2011; MILAN, 2013; MATTONI, 2013; KAVADA, 2013).

6.1 DIFERENÇAS COMUNICACIONAIS ENTRE REPRESENTANTES

Habermas (1996, p. 376) ressalta, ao citar Cohen e Arato (1992), que a própria existência dos movimentos sociais depende de esses acharem formas de organização que produzam solidariedades e públicos, o que permite a eles utilizarem e radicalizarem os direitos e as estruturas comunicativas existentes para objetivos específicos. Por isso, pensar o lugar da comunicação nos movimentos sociais – seja mediada ou não mediada – significa entender a própria configuração desses (MOSCA; DELLA PORTA, 2009; DELLA PORTA, 2009a, 2009b, 2011; MENDONÇA, 2011, p. 22; MILAN, 2013). Por isso, a importância de se pensar o papel da

comunicação nos movimentos sociais como representantes políticos não eleitorais. Ao relacionar as práticas comunicacionais com as escolhas e práticas políticas, as primeiras se tornam ferramentas imprescindíveis para compreender o processo representativo que os movimentos sociais desenvolvem. Processo esse marcado pela pluralidade interna e de estratégias usadas pelos movimentos para levar em curso o propósito da inclusão de ideias e discursos, imprescindível quando se parte da democracia deliberativa e discursiva.

Um conjunto de estudos vem mostrando que atores de movimentos sociais constroem entendimento das características, dos limites e das oportunidades da comunicação midiática e produzem seus próprios materiais (MCCURDY, 2013). No contexto dos movimentos, isso reforça a ideia de que cidadãos e grupos possuem sim capacidade e competência para desenvolver processos comunicativos críticos, para expor e disseminar de forma autônoma suas visões das mais diversas formas (MAIA, 2012a, p. 327; MAIA, 2014, p. 114). Como isso se dá nos diferentes tipos de atores dos MSNs é o que este capítulo pretende examinar.

Antes de discutir os resultados da pesquisa, é importante ressaltar que todos os atores analisados reforçam a centralidade que a internet e as novas plataformas digitais exercem nas ações dos movimentos contemporâneos (EARL; KIMPORT, 2011; BENNETT; SEGERBERG, 2012; BIMBER; FLANAGIN; STOHL, 2012; CAMMAERTS; MCCURDY; MATTONI, 2013; MAIA; GARCÊZ, 2014, p. 113-114). As quatro experiências de comunicação examinadas nesta tese nasceram do reconhecimento da importância da comunicação ou da internet para a luta contra o racismo e pela igualdade no País. A Agência de Notícias Afropress foi criada a partir da necessidade de Dojival Vieira exercer o jornalismo e lutar contra algo que ele considera importante para a manutenção do racismo no Brasil: a invisibilidade negra na mídia brasileira” (VIEIRA, 2017, informação verbal). A experiência já nasceu online estimulada pelas resoluções de Durban, que incentivaram o uso das tecnologias de comunicação como instrumento estratégico de combate ao racismo, e também por “falta absoluta de capital [para] investir na criação de um jornal impresso”. O Blog do Humberto Adami foi herdeiro das interações e das mobilizações articuladas ainda no final da década de 1990, quando das listas de discussão no Yahoo. Quando o fluxo de e-mails aumentou bastante, o advogado sentiu necessidade de criar um canal para se comunicar, inclusive profissionalmente, com outros atores dos MSNs. O blog é apropriado para o ativista expor suas opiniões, e, ainda, para se proteger da divulgação de suas ideias em outros veículos de comunicação – os quais não concediam ao autor o devido crédito.

O Instituto de Mídia Étnica como entidade nasceu com o objetivo de fazer uma ponte entre os movimentos negros e a discussão sobre a democratização da comunicação, e pauta seu trabalho nessa área. Voltado para o empoderamento dos negros, o IME sempre acompanhou as novas tecnologias e plataformas de comunicação. Ele as usa, principalmente, para dar voz à

população negra, estreitar laços e empoderar esse grupo. Um exemplo é a rede Correio Nagô. A comunicação também foi central para o Geledés – Instituto da Mulher Negra. Nessa entidade, a comunicação é vista como “direito humano”, já que, além de visibilidade, ela proporciona o empoderamento das mulheres negras. O Portal Geledés, criado para ser um banco de informações para pesquisadores sobre os debates no País, hoje amplia seu público e se torna referência no acompanhamento e compartilhamento de informações e de debates sobre a temática que envolve a relação raça e gênero.

As motivações dos quatro atores analisados para começarem suas experiências online mostram o papel da comunicação no objetivo da inclusão, próprio da representação exercida por um movimento social. No caso dos empreendedores e entidades escolhidas, a importância da inclusão passa por ampliar o debate nas instituições e na esfera pública, ao dar espaço para outras perspectivas sobre o negro e sua realidade. Além disso, a história dos atores analisados mostra que pensar a inclusão é também pensar as desigualdades existentes e nas formas possíveis de combatê-la (ROSANVALLON, 2008; WELDON, 2011; DELLA PORTA, 2011, 2013).

Posto isso, é preciso novamente fazer a ressalva quanto ao caráter plural dos MSNs como movimento social e como representante político não eleitoral. Daí a necessidade de compreender como essa centralidade das plataformas digitais (MOSCA; DELLA PORTA, 2009, p. 194) se dá de forma diferente em cada tipo de ator – empreendedores individuais e entidades. De um modo geral, ativistas e entidades apresentam perfis de cultura de comunicação online distintos. Nessa questão também há espaço para especificidades. Afinal, se as escolhas e as concepções democráticas são importantes para moldar os modelos de comunicação na internet, a tradição de cada movimento também o é (MOSCA; DELLA PORTA, 2009, p. 214). O mesmo vale para a história e o contexto de atuação de cada ator.

Os dois ativistas analisados – Dojival Vieira e Humberto Adami – são representantes de um importante aspecto da profissionalização dos movimentos sociais negros nas últimas décadas: a maior diversidade do quadro de militantes. De formações universitárias distintas, esses atores individuais atentaram para a possibilidade de uma atuação engajada da profissão (PETRARCA; NEVES, 2011, p. 157-158) e utilizam, assim, seu contexto profissional e suas experiências de comunicação para vocalizar um discurso de representação de visão muito particular.

Nosso corpus permite observar que os ativistas tendem a reforçar características mais verticais de estratégia, organização e tomada de decisão. Esses empreendedores apresentam elementos horizontais de estratégia, principalmente porque eles orientam seus trabalhos ao empoderamento da população negra, seja através do Jornalismo, seja através do Direito. Eles visam, assim, uma mobilização mais qualitativa. No entanto, os ativistas reconhecem a importância de estratégias mais externas voltadas para mudanças estruturais da sociedade. E isso é próprio

das culturas de estratégia mais verticais. A verticalidade permanece nas culturas de organização e tomada de decisão, marcadas pelas práticas hierárquicas, centralizadas e formais, devido principalmente à centralidade da figura desses empreendedores individuais nos processos de organização e tomada de decisão.

Essa verticalidade marcante das culturas de estratégia, organização e tomada de decisão dos ativistas reverbera na cultura de comunicação online. Ambos priorizam informações sobre processos de luta e mobilizações e também por isso suas experiências de comunicação servem a processos de mobilização e discussão de valores – processos esses com características horizontais. Mas, novamente, a centralidade na figura dos ativistas faz com que a maior parte dos elementos da cultura de comunicação online seja centralizada e hierárquica. Assim, a pesquisa mostra que, embora ativistas possam apresentar características horizontais sobre conteúdo, fins e funções de comunicação, são outros elementos que levam suas experiências de comunicação para a verticalidade. Apresentam características hierárquicas: a forma de comunicação; a produção de conteúdo; o processo de distribuição e publicação/endereçamento público; os fluxos de comunicação; e, ainda, as relações, os papéis e as responsabilidades sociais. Em outras palavras, os ativistas organizam os conteúdos de modo centralizado, estabelecem clara distinção entre comunicadores e audiência, e apresentam um *design* de ferramentas que não incentiva a colaboração, priorizando um fluxo de comunicação vertical. Por isso, as experiências comunicativas dos ativistas se aproximam mais de um modelo tradicional de comunicação (*broadcasting*).

Da mesma forma, as entidades, embora tenham especificidades, compartilham padrões de culturas democráticas e comunicacionais bem próximos. Como os ativistas que utilizam a profissão de forma engajada, as entidades, na figura das ONGs, são outro destaque da profissionalização dos MSNs (SANTOS, 2007). As chamadas ONGs de cunho racial permitiram, por exemplo, a dedicação exclusiva de ativistas. Este fato ajudou a ampliar o debate sobre igualdade racial e a pressionar para a implementação de ações afirmativas (2007, p. 2017-219). Os dados permitem observar que as entidades exercem essa função com culturas mais horizontais ou verticais, a depender de seu escopo de ação e de sua história.

As entidades analisadas nesta tese possuem, em um cenário geral, grandes marcas de horizontalidade em suas culturas de estratégia, organização, tomada de decisão e comunicação online. Mas o escopo de ação delas é determinante para a presença de mais ou menos elementos ditos verticais. Elementos verticais como a formalidade enquanto organização, e certo grau de hierarquia no organograma e na liderança são até esperados de qualquer entidade com existência formal. A depender do perfil da entidade, também são priorizadas ações externas e tipos de políticas mais estratégicas, que visem alterar a estrutura da sociedade como um todo. Esse é o caso do Geledés, que alia preocupação com a transformação das mulheres negras enquanto sujeitos com

pressão e planejamento de ações mais externas e estruturais. Essa é uma caracterização fortemente moldada pela história e pelo escopo de ação da ONG. Já entidades que nasceram com um escopo de ação mais interno, tendo prioridade quase absoluta a trabalho com seu público e a transformação dos seus próprios membros, tendem a ter culturas quase totalmente horizontais. É o caso do Instituto de Mídia Étnica, criado para munir cidadãos negros com conhecimento do campo da comunicação a fim de dar a eles autonomia de ação e oportunidade de inserção em debates e atividades ligadas ao seu cotidiano. Em suma, entidades ligadas aos MSNs tendem a apresentar elementos horizontais nas culturas de estratégia, organização e tomada de decisões, mas a depender do escopo de ação, pode apresentar mais ou menos elementos verticais de formalidade, hierarquia e estratégias externas.

Um cenário semelhante acontece em relação à comunicação e ao uso da internet. Entidades tendem a levar características de suas outras culturas para a cultura de comunicação online, escolhendo desenvolver uma experiência de comunicação que dialogue mais com suas características. O Instituto Geledés – entidade com fortes características verticais, como visão externa de transformação social, centralidade e hierarquia de organização e decisão – escolhe ter um portal que mais se assemelha ao padrão tradicional de comunicação (*broadcasting*). Isso vai ao encontro com o fato de a ONG possuir uma infraestrutura de comunicação mais profissional, um processo de distribuição e endereçamento altamente centralizado, um fluxo de comunicação vertical, onde, por exemplo, há uma clara distinção entre quem comunica e quem recebe a informação.

Por outro lado, entidades com culturas de estratégia, organização e tomada de decisão prioritariamente horizontais imprimem essa característica em seus princípios e usos comunicacionais. A rede Correio Nagô é um exemplo que mais se aproxima de um modelo interativo de cultura de comunicação digital. Isso porque o Instituto de Mídia Étnica escolhe criar e manter um site de rede social, que permite colaboração, prioriza a descentralização na produção e distribuição de conteúdo e, que, por isso, possui um fluxo de comunicação lateral. Essa comunicação não estabelece distinção clara entre quem faz a comunicação do IME e os demais usuários da rede Correio Nagô.

Mas é importante destacar que a comunicação é tida como central nas duas entidades analisadas. Ela traz importantes elementos horizontais que reverberam, inclusive, na forma como os atores desenvolvem seu discurso de representação. Ambas experiências de comunicação – Portal Geledés e Correio Nagô – têm conteúdo e funções que se voltam para o público interno. Isso acontece na medida em que o que é publicado tem muito mais o objetivo de dar informações sobre processos de luta e servem também a processos de mobilização e discussão sobre valores. Além disso, as duas experiências são planejadas para ter uma produção de conteúdo descentralizada, permitindo que outras fontes e vozes também se coloquem no debate e vocalizem suas

reivindicações. Esse ponto foi especialmente determinante para que o Portal Geledés e a rede Correio Nagô se destacassem, de um modo geral, na pluralidade de demandas e de atores acionados, como discutirei nos tópicos seguintes.

Nossos resultados permitiram relacionar as culturas dos movimentos sociais – estratégia, organização, tomada de decisão e comunicação online – a fim de buscar padrões de ações políticas e comunicacionais. Os resultados seguem, assim, um caminho analítico, já apontado pela literatura (MOSCA; DELLA PORTA, 2009; KAVADA, 2013) e indicam algumas especificidades.

Por um lado, atores com culturas mais verticais, como os ativistas analisados, utilizaram a internet seguindo um modelo mais tradicional de comunicação (*broadcasting*), com produção centralizada e hierárquica, sem maiores preocupações com a interação ou trocas de informação. Isso resulta da centralidade que os empreendedores individuais ocupam nos processos de estratégia, organização e tomada de decisão. Por outro lado, as entidades, atores com mais elementos horizontais em suas culturas, tenderam a desenvolver modelos mais abertos de comunicação ao priorizarem elementos, como descentralização de produção e funções de comunicação mais internas. No entanto, observou-se que, mesmo dentro do conjunto das entidades, pode haver diferenças nas dinâmicas comunicacionais a depender do maior ou menor nível de horizontalidade ou de verticalidade das culturas de estratégia, organização e tomada de decisão apresentadas. Entidades com mais elementos verticais nessas três culturas, mais se aproximam de modelos tradicionais de comunicação online. O contrário também foi observado: quanto mais os atores incorporam elementos horizontais em suas estratégias, modalidades de organização e tomada de decisão, mais próximos ficam de modelos mais interativos de comunicação.

As culturas de cada tipo de ator – e as especificidades desses no campo comunicacional – reforçam a ideia de uma rede descentralizada de movimentos sociais que fala Chaves e Cogo (2013, p. 225). Segundo as autoras, essa rede é formada por uma diversidade de experiências dos MSNs, que se relacionam entre si e conseguem incidir na agenda social e governamental pela igualdade racial. Nossa pesquisa aponta que essa rede é resultado de um esforço plural empreendido por ativistas, individualmente ou em grupo, e por entidades formais. Nossos achados ainda mostram que essa pluralidade vai além da história e dos distintos atores que compõem um movimento. A diversidade também se aplica a outras dimensões dos movimentos sociais, como a organização, as estratégias, as tomadas de decisão, e a modalidade de comunicação. Isso vai ao encontro de nossa discussão prévia sobre a própria natureza da representação coletiva, que é heterogênea em termos de atores, práticas e perspectivas que envolvidas (LAVALLE et al, 2006; DRYZEK; NIEMEYER, 2008; BOHMAN, 2012). A discussão que apresentarei nos dois tópicos seguintes reforça essa abordagem ao lançar luz sobre os discursos que os atores analisados vocalizam e sobre os modos de interação discursiva com quem e para

quem eles pretendem representar.

6.2 DIFERENTES ATORES, DIFERENTES DEMANDAS?

Para Michael Saward (2006, 2009, 2010), a ideia de demandas representativas é central para pensar a representação. Afinal, uma pessoa nunca é totalmente representada em termo de interesses e identidade. A representação se dá mesmo sobre uma demanda (*claim*). Essa abordagem é o que torna possível a legitimidade das formas de representação não eleitoral (SAWARD, 2009, p. 3) e tem diálogo estreito com a representação discursiva de que falam Dryzek e Niemeyer (2008). As organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais e dos indivíduos – objetos de interesse desta pesquisa – representam um discurso sobre direitos ou temas e não um conjunto específico de pessoas (ALMEIDA, 2013, p. 178). Nesta seção, busco entender como a pluralidade característica dos movimentos negros contemporâneos se traduz nos discursos representados por cada ator. Para isso, observo as demandas priorizadas e a forma como elas são apresentadas em cada experiência online.

No período analisado, todos os atores são a favor das cotas. Praticamente todos os textos (96%) com demandas publicados nas quatro experiências de comunicação eram favoráveis à Lei de Cotas ou às ações semelhantes. Apenas 12 textos (4% do total) apresentavam demandas contrárias. As ações afirmativas na educação são, afinal, um ponto marcante na história da luta negra no Brasil e se constitui uma reivindicação dos movimentos negros contemporâneos (SANTOS, 2007; JACCOUD, 2008; HERINGER, 2006; CARNEIRO, 2002a). Mas isso se dá com algumas diferenças entre os atores analisados. Diferenças essas que estão relacionadas ou não às suas culturas.

Empreendedores individuais destacaram reivindicações muito relacionadas ao seu contexto de atuação. Dojival Vieira priorizou a “Criação e implementação de cotas em universidades estaduais” de São Paulo, local onde construiu sua carreira como jornalista, advogado e seu percurso como ativista. Não à toa a Afropress foi a única experiência de comunicação que apresentou, na maioria dos textos, a discussão sobre a Lei de Cotas como tema secundário. Essa prioridade é, segundo ele, decorrente das especificidades do debate no Estado de São Paulo. Primeiro, a Universidade de São Paulo (USP), uma das maiores universidades do País, resistia de uma forma ostensiva às ações afirmativas, sendo, conforme Dojival, “um bastião anticotas”, “a resistência às políticas afirmativas no Brasil” (VIEIRA, 2017, informação verbal). Segundo, há históricas ambiguidades na discussão sobre cotas naquele estado. Vieira explica que o PSDB, tradicional partido à frente do governo de São Paulo, embora não goste da ideia de cotas, não rejeita as ações políticas afirmativas. Isso teria produzido um debate ideológico entre PSDB e PT, que, segundo Dojival, “são mais do mesmo”, com diferenças ideológicas apenas aparentes. Esse debate

ideológico teria chegado aos grupos dos movimentos negros ligados a partidos políticos, como abordarei mais adiante.

Já o advogado Humberto Adami, figura importante no debate sobre a constitucionalidade das cotas no STF, deu prioridade às reivindicações relacionadas à luta pela “Legalidade das cotas”. Destaco que, em entrevista para a pesquisa, Adami (2017, informação verbal) explica que um dos motivos de criação do Blog foi fazer um registro das suas atividades como advogado e das suas opiniões e pareceres, que estavam ficando perdidos nas dezenas de e-mails das listas de discussão e que também começavam a ser publicados em outros veículos sem o devido crédito. Além disso, o Blog do Humberto Adami se tornou um meio de diálogo com os MSNs, inclusive usado como forma de enviar documentações para aquelas instituições que desejassem que Adami as representasse judicialmente. O Blog se tornou, assim, um espaço para informações que ligavam as causas da população negra ao meio jurídico.

Nota-se também que o caráter contextual das principais demandas escolhidas dialoga com o caráter pessoal das postagens, no caso de Humberto Adami, e com a centralidade na produção de conteúdo, no caso de Dojival Vieira. Afropress e Blog do Humberto Adami tiveram os próprios ativistas como principal ou uma das principais fontes de informação. A relação das reivindicações escolhidas com o contexto de atuação pode ser ainda observada no ano em que os atores publicaram mais notícias em suas experiências de comunicação. O ano de 2012 teve o maior número de publicações em todas as quatro experiências, já que reuniu os mais importantes fatos sobre as cotas, como o julgamento no STF e a aprovação da lei. Mas no caso de Humberto Adami, esse predomínio foi marcante, com 80% do total de textos. Nas demais experiências, esse número ficou em torno de 70%. Essa diferença está relacionada ao fato de Humberto Adami ter participado diretamente do julgamento no Supremo em 2012.

As ONGs – que focalizaram majoritariamente a Lei de Cotas como tema central em seus textos – optaram por incluir mais demandas relacionadas à “implementação de cotas em universidades”. As entidades também apresentaram uma diversidade de reivindicações ligeiramente maior em relação à apresentada pelos ativistas. Notamos que cada entidade apresentou oito tipos de demandas enquanto a Afropress apresentou sete tipos de reivindicações e o Blog do Humberto Adami apresentou seis. O Geledés e o Instituto de Mídia Étnica (IME) também apresentaram uma diversidade um pouco maior de fontes de informação. Enquanto a Afropress apresentou dois tipos de fontes em suas publicações e o Blog do Humberto Adami usou seis, a rede Correio Nagô e o Portal Geledés apresentaram sete e oito, respectivamente. Sendo que a rede Correio Nagô foi a única experiência a publicar textos escritos por cidadãos. Parte desse cenário se deve ao caráter mais horizontal das culturas de comunicação online das duas ONGs. Isso dialoga com o que Weldon (2011, p. 21) defende sobre a inclusão como característica dos movimentos

sociais. Conforme a autora, os movimentos, ao se preocuparem com processos de inclusão, podem ser mais efetivos na representação de grupos marginalizados. Nossa pesquisa, embora não nos permita examinar questões sobre a efetividade da representação, revela que existe uma relação entre culturas mais horizontais e diversidade de demandas vocalizadas e de fontes acionadas.

O Correio Nagô, do Instituto de Mídia Étnica, é essencialmente alimentado por textos de outros atores que não fazem parte da entidade. O Portal Geledés também trabalha prioritariamente com o compartilhamento de textos de outras fontes. No caso do Correio Nagô, a diversidade de fontes está ligada à própria ideia de rede social e ao objetivo do IME de voltar suas ações para o empoderamento do público interno. Ou seja, é uma questão de horizontalidade em termos de estratégias e de comunicação. Foi isso que proporcionou a publicação de textos de usuários com *backgrounds* diversos, ligados ou não aos MSNs. Como citei acima, a rede social foi a única a ter textos escritos por cidadãos, por exemplo. Talvez por essa razão, o Correio Nagô tenha sido a experiência que deu maior destaque às demandas mais gerais, ligadas ao “Combate ao racismo e à luta pela igualdade”. Essas reivindicações se diferenciavam das demais na medida em que não visavam necessariamente a implementação de leis ou políticas públicas.

Buscamos também examinar os grupos diretamente beneficiados pelas reivindicações vocalizadas, que nossa metodologia denomina de objetos diretos. Nossos dados mostram que todos os atores colocaram a população negra como o grupo mais beneficiado pelas demandas publicadas nos textos. Sobre esse aspecto, não houve diferenças consideráveis entre os tipos de atores – se ativistas ou entidades – ou entre as distintas culturas – se mais horizontais ou verticais. Em seguida, os textos destacaram outros objetos diretos – indígenas, alunos cotistas e/ou oriundos de escolas públicas, além de universidades – grupos diretamente afetados pelas leis e políticas públicas que foram temas das principais reivindicações.

O exame das justificações das demandas também ajudou a traçar o perfil da natureza política e comunicacional dos atores. Afinal, como defende Garcêz (2015, p. 80), pensar formas de representação política não eleitoral é atentar para perspectivas e valores. Textos com justificção, única ou múltipla, formam 80% a 90% das publicações em todas as experiências de comunicação. Isso aconteceu independentemente do tipo de ator ou natureza das culturas. A explicação está no caráter fortemente informativo de todas as experiências de comunicação. Independentemente do nível de profissionalização do ator e do objetivo da experiência de comunicação, o padrão informativo muito ligado ao jornalismo (linguagem, uso de múltiplas fontes, por exemplo) é marcante nos textos. Aqui é importante ressaltar que, “na tentativa de ter atenção midiática para suas demandas”, os movimentos sociais acabam mesmo operando “de acordo com lógica, gramática e normas do jornalismo” (MENDOÇA; MAIA, 2012, p. 304, tradução nossa). Segundo os autores, isso é essencial para que as demandas apresentadas sejam vistas como socialmente relevantes e não

apenas como expressão de interesses particulares. Uma das marcas dessa gramática jornalística é, justamente, o uso de fontes que fornecem argumentos qualificados e sofisticados à arena midiática (OLIVEIRA, MAIA, prelo).

A Afropress é uma agência de notícias e Dojival Vieira faz questão de apresentá-la como um meio de fazer “jornalismo crítico e plural”. Humberto Adami não é jornalista e usa seu blog como um meio de divulgar notícias que ele considera interessantes e que tenham a ver com sua atuação profissional. Por isso, no caso do Blog do Humberto Adami, há grande presença de notícias de outras fontes, principalmente dos veículos de comunicação tradicionais. Esses veículos tradicionais se repetem em prioridade nas experiências do Instituto Geledés e do Instituto de Mídia Étnica, onde o compartilhamento de notícias também é preponderante.

No caso do Portal Geledés, o compartilhamento é uma das características próprias da experiência de comunicação, que conta com raros textos produzidos por pessoas da ONG. Como Carlos KK Santos Filho, webdesigner do portal, falou em entrevista para esta pesquisa, o portal não foi criado para ser um espaço de produção de notícias, mas, ao invés disso, para se constituir como um grande banco de dados dos debates acerca das temáticas de interesse do instituto. O Portal Geledés compartilha, assim, textos de outras fontes, principalmente de grandes veículos de comunicação e blogs independentes, que apresentam um claro caráter informativo. No caso da rede social Correio Nagô, do Instituto de Mídia Étnica, o compartilhamento de materiais de outras fontes também é comum, inclusive quando quem posta os textos são perfis de ativistas e cidadãos. A exceção é o perfil do próprio instituto, que publica material produzido pela equipe de comunicação da própria entidade.

O único ator a acrescentar uma característica distinta ao estilo e às fontes dos textos é Humberto Adami. O tom testemunhal é marcante na maioria dos textos do blog, sejam aqueles escritos totalmente pelo advogado, sejam aqueles em que ele utiliza trechos de reportagens produzidas em outras fontes. Essa característica está relacionada à própria natureza de um blog, que segue propostas definidas a critério do seu criador (MAIA et al, 2015, p. 498). No Blog do Humberto Adami, o advogado usa a plataforma exatamente para ele mesmo relatar suas atividades e seu envolvimento com a questão das cotas.

Se os grupos beneficiados pelas demandas vocalizadas (objetos diretos) não variam tanto entre os diferentes tipos de atores analisados, o mesmo não pode ser dito em relação aos grupos acionados para justificar essas reivindicações. Lembro que a metodologia proposta na tese trabalha com diferentes conteúdos de justificação: próprio grupo, outros grupos, sociedade em geral, histórias de vida, e princípios abstratos. Assim, um mesmo texto pode acionar um ou mais tipos de justificativa. Atentar para os grupos e tipos de argumentos usados na hora da justificação é particularmente importante porque é uma forma de identificar as estratégias utilizadas pelos atores

no processo de representação discursiva.

Como abordei no Capítulo 5, a população negra sustenta a justificação da grande maioria dos textos (87% do total). A presença de outros grupos nas justificações também é considerável, apesar de um pouco menor (66% dos textos). Esses números mostram que as experiências analisadas tenderam a unir as naturezas de conteúdo da justificação (população negra e outros grupos) na maioria dos textos, muito embora os negros tenham sido o objeto principal das demandas vocalizadas. Em outras palavras, a população pode até ter sido o grupo mais beneficiado pelas reivindicações publicadas, mas, para justificar essas demandas, os atores utilizaram também argumentos ligados a outros grupos. Isso também se deu de forma diferente entre ativistas e entidades.

Nos empreendedores individuais, com culturas de estratégia e experiências de comunicação mais verticais, a população negra foi conteúdo em todas (caso Afropress) ou em quase todas as justificações (caso Blog do Humberto Adami). As entidades, que possuem experiências de comunicação mais abertas a outras fontes e autores, apresentaram um número maior de demandas, cerca de 15%, vocalizadas sem acionarem a população negra no conteúdo da justificação. Nesse aspecto, novamente experiências de comunicação mais horizontais se mostraram mais abertas a conteúdos de justificação não apenas relacionados ao grupo representado.

Já o uso de outros grupos no conteúdo das justificações foi mais comum nas experiências dos institutos – Portal Geledés e Correio Nagô. As duas experiências também acionaram praticamente os mesmos grupos. Mais uma vez, essa característica de inclusão das entidades está relacionada à maior horizontalidade de suas experiências, marcadas pela pluralidade de autores e fontes dos textos. Já os ativistas têm padrões próprios, ligados ao contexto de atuação de cada um. A grande diferença da Afropress é o destaque para população indígena. Esse grupo é citado nas principais demandas vocalizadas em textos da agência: cotas nas universidades estaduais de São Paulo. Já o Blog do Humberto Adami conta com uma variedade menor de outros grupos, sendo que população indígena, e o grupo “classes sociais, elites e direita” não são acionados. Muito disso pode ser relacionado à presença de Adami nas audiências e nos julgamentos das cotas no STF. Nesses momentos, Adami defendia a posição dos atores dos MSNs que ele representava legalmente. Assim, nas suas justificações, ele dava prioridade à realidade de negros, cotistas ou não.

Notamos nos ativistas também especificidades quanto ao apelo ao bem comum. O uso desse conteúdo nas justificações é particularmente importante nas expressões de representação não eleitoral vindas de movimentos sociais. Destaco, novamente, que as práticas comunicacionais dos movimentos são uma oportunidade para os atores cívicos aprofundarem seus argumentos e

falarem tanto para uma audiência interna quanto externa (MENDONÇA; MAIA, 2012, p. 299). A preocupação dos movimentos sociais com valores mais abrangentes é destacada também pelas teorias dos movimentos sociais. Gohn (2012) reforça que, embora muitos dos chamados novos movimentos sociais, mesmo ao terem interesses imediatos da categoria ou do grupo social como horizonte, tendem a articular duas dimensões – universal e particular – na construção de suas demandas. Evidência dessa importância é que cerca de 50% dos textos analisados acionavam a sociedade brasileira nas justificações e isso aconteceu, com sutis diferenças, por parte de três experiências analisadas: Blog do Humberto Adami, Correio Nagô e Portal Geledés. Na Afropress, a referência ao bem comum não chega a 30% dos textos com justificação. Se consideramos a relação entre demandas e uso do bem comum, nota-se que esse conteúdo é pouco utilizado nas demandas por cotas em universidades estaduais, mais comuns na Afropress, e estão mais relacionadas à realidade de São Paulo.

Quanto ao uso de princípios abstratos, a diferença entre experiências de comunicação de ativistas e entidades permanece. Princípios abstratos, como justiça social, paz, qualidade de vida, e igualdade, têm sido observados em estudos empíricos sobre deliberação, como aqueles que utilizam o DQI (STEINER et al, 2004; STEINER, 2012), a fim de compreender as formas de justificação usadas pelos sujeitos na exposição de suas posições e preferências. O uso desse tipo de conteúdo vem sendo relacionado ao nível de aprofundamento democrático das sociedades analisadas e ao nível educacional dos participantes (STEINER et al, 2012). No caso desta pesquisa, observei que as experiências das entidades, com maior pluralidade de fontes e/ou autores dos textos, acionam princípios abstratos em cerca de 70% dos textos, entendendo que as demandas, embora beneficiem grupos específicos, dizem de uma coletividade mais ampla. Já os ativistas, que possuem experiências de comunicação mais verticais, a diferença entre textos com e sem a presença de princípios abstratos torna-se sutil, no caso da agência do ativista Dojival Vieira, e praticamente inexistente, no Blog do Humberto Adami. Os dois tipos de princípios abstratos categorizados – igualdade e justiça social – foram usados praticamente com a mesma frequência.

Esses achados reforçam a ideia de que, independentemente da natureza do ator ou da experiência comunicativa, os princípios da igualdade e da justiça social possuem uma importância histórica na luta por ações afirmativas e especificamente por educação. O documento entregue ao Governo Federal após a Marcha Zumbi dos Palmares em 1995 já mostrava isso. Nesse documento havia uma série de demandas que formavam o “Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial”, cujo objetivo era exatamente “tornar a igualdade formal, a igualdade de todos perante a lei, em igualdade substancial: igualdade de oportunidade e tratamento” (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 46). Transformação que está fortemente relacionada à superação da injustiça social, marcante da vida dos negros no Brasil. Afinal, as ações afirmativas reconhecem que os

obstáculos sociais para determinados grupos são de fato existentes (SILVÉRIO, 2005, p. 146).

Já as diferenças quanto ao uso de histórias e testemunhos nos textos não estão ligadas diretamente aos tipos de ator, se ativista ou entidade, ou às suas culturas. Relaciona-se mais às especificidades de cada ator e experiência de comunicação. O Blog do Humberto Adami e o Portal Geledés se destacam com cerca de 20% dos textos acionando esse tipo de conteúdo, o que está relacionado principalmente às fontes e à natureza dos textos. No Blog do Humberto Adami, apesar de o ator afirmar que “não é muito de escrever textos”, quando ele o faz, põe um forte caráter testemunhal, priorizando relatos das suas ações junto ao STF, por exemplo. No Portal Geledés, os textos com histórias e testemunhos provinham da mídia tradicional e de formas de mídia mais independentes, que se caracterizam por trazer depoimentos de negros diretamente ou potencialmente beneficiados pelas reivindicações vocalizadas. É um traço de narrativa jornalística. Como explicam Wozniak, Lück, Wessler (2014, p. 11), é comum que jornalistas usem narrativas como um princípio organizador que integra atores, pontos de vista, objetos e conceitos abstratos, o que faz aquele determinado tema ser mais compreensível e tangível para a audiência. O recurso dos testemunhos e das histórias de vida é umas dessas estratégias narrativas.

Em suma, a análise das reivindicações vocalizadas pelos quatro atores apresenta dois pontos específicos relevantes. Primeiro, e as especificidades das demandas de cada um deles dizem muito dos grupos-objetivos das demandas de representação já apontados por Saward (2009, p. 10-15): aquelas vinculadas a raízes mais profundas enquanto grupo; aquelas vocalizadas a partir de credenciais de *expertise* ou credenciais especiais; e aquelas baseadas no objetivo de incluir novas perspectivas e novas vozes ao debate. Seguindo uma lógica semelhante, no caso desta pesquisa, esses tipos de demandas são vocalizadas em um movimento social, múltiplo e plural também por diferentes atores: os que acionam o pertencimento ao grupo representado ou o compartilhamento de algum traço de tradição ou de identidade – o caso de todos os atores analisados; aqueles que se desenvolvem e agem sob a marca de especialistas ou importantes nomes em determinada temática concernente ao grupo – como acontece com Humberto Adami; e aqueles que querem ampliar a voz do grupo junto às esferas de debate – como destacado por Dojival Vieira, Geledés e Instituto de Mídia Étnica. Dessa forma, argumento que o “conjunto de discursos relevantes” de que fala Dryzek e Niemeyer (2008), característica importante dos movimentos sociais como representantes políticos (ROSANVALLON, 2008; URBINATI; WARREN, 2008; WELDON, 20011; DELLA PORTA, 2011, 2013), pode ser contemplado pelos diferentes atores que compõem os movimentos sociais. Isso pode ser visto, pensando a partir de uma base conceitual sistêmica, em diversos atores e arenas discursivas.

O segundo ponto de destaque é que, apesar de todos os quatro atores serem favoráveis às cotas, as experiências analisadas destacam a pluralidade dos atores e de suas iniciativas na

medida em que acionam demandas de natureza distinta. O modo como esses agentes fazem suas demandas também apresenta especificidades, as quais estão ligadas (1) à natureza das culturas e (2) ao contexto de atuação de cada ator. Ativistas, com culturas mais verticais, tenderam a: focalizar demandas relacionadas ao seu contexto de atuação, priorizar predominantemente a população negra no conteúdo das justificações; e também fazer referências a outros grupos e ao bem comum quando relacionados aos seus contextos de atuação. Entidades – com predomínio de elementos horizontais em suas culturas, incluindo a de comunicação online – destacaram-se, embora timidamente, na maior diversidade de demandas, e acionaram em maior proporção outros grupos, bem comum e princípios abstratos no conteúdo das justificações. Padrões semelhantes nos quatro atores, independentemente do tipo de ator e suas culturas, foram observados no nível de justificação e nos objetos diretos. Também sobre o uso de histórias e testemunhos, não houve relação clara com o tipo de ator ou cultura, mas, sim, em relação ao contexto de atuação no Blog do Humberto Adami, e à especificidade da experiência de comunicação no Portal Geledés.

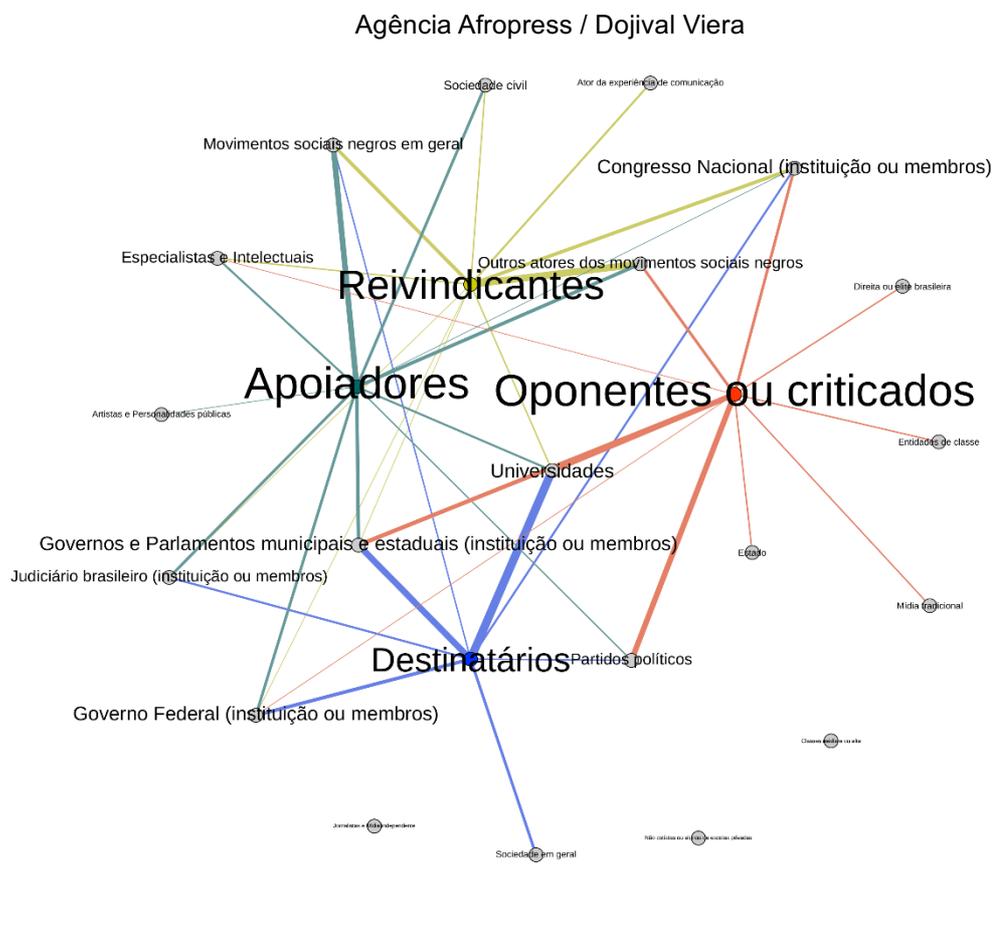
6.3 SOBRE VARIEDADE DE ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E RELAÇÕES ENTRE REPRESENTANTES

Como lembram Urbinati e Warren (2008, p. 403), os representantes autoautorizados, como os movimentos sociais, não são algo novo em si. São novos apenas seu amplo número e sua diversidade. Movimentos sociais também sempre foram plurais, inclusive internamente. Isso se traduz na heterogeneidade de: temáticas; ações; interesses; grupo que é representado (*constituency*); grupo que se pretende influenciar – de governos, corporações, até discursos públicos e cultura; e forma de institucionalizar o que se demanda (LAVALLE et al, 2006, p. 86; URBINATI; WARREN, 2008, p. 404). É exatamente essa variedade de estratégias que interessa a este tópico da tese.

A atuação dos movimentos sociais e de seus diferentes atores é caracterizada pelo uso de diversas estratégias argumentativas – sobre as quais me debruço nesta pesquisa – e não argumentativas. É exatamente porque esse tipo de representante usa tanto modalidades convencionais quanto formas inovadoras de expressão política que ele significa formas vitais de políticas democráticas e ajudam a melhorar o modo como grupos marginalizados são representados (WELDON, 2011, p. 4-11). Como defende Weldon (2011, p. 12), a força dos movimentos sociais está justamente na ampla variedade de ferramentas e táticas políticas utilizadas para melhorar a representação de grupos marginalizados. São estratégias diversas que se ligam ao Estado, às políticas institucionais e a outros representantes não eleitorais. Essa relação entre representantes e atores políticos de natureza distinta é demarcada, com menor ou maior grau, pelas teorias que se debruçam sobre os movimentos sociais (GOHN, 2011).

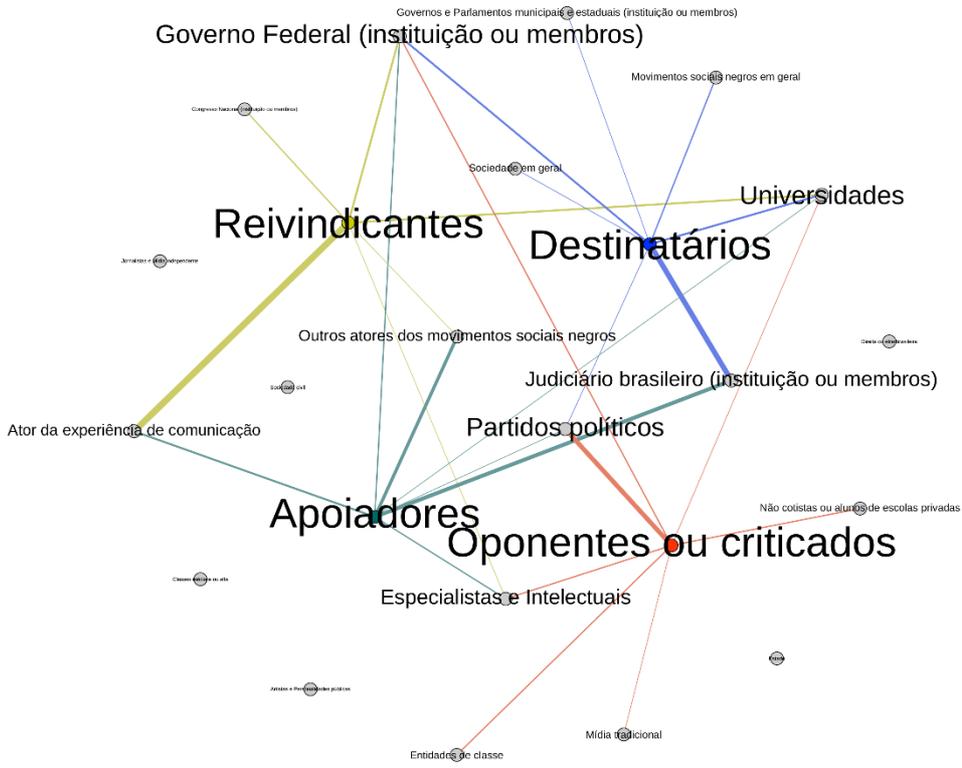
Ademais, a dimensão discursiva está presente não apenas naquelas estratégias que comumente vinculamos à linguagem, como ações que utilizam os meios de comunicação. A ideia de discurso que aplico aqui diz da natureza argumentativa das interações, seja com o uso ou não dos *media*. Independentemente da natureza de estratégia escolhida, a dimensão discursiva se faz presente, respeitando e adequando-se à pluralidade própria de um movimento social. Por isso, procuro entender como diferentes atores dos movimentos interagem, em suas experiências de comunicação, com outros representantes políticos, eleitorais ou não. No caso desta pesquisa, isso se traduz, em um primeiro momento, na identificação dos elementos do processo representativo. Abaixo, o Gráfico 25 apresenta os atores que ocupam esses diferentes papéis em cada experiência de comunicação. A espessura das arestas indica exatamente o maior ou menor número de ocorrências de cada ator nos papéis de reivindicante, destinatário, oponentes e apoiadores.

GRÁFICO 25: Atores em cada processo representativo por experiência⁶⁹



⁶⁹ Os gráficos de rede foram gerados no programa Gephi usando os algoritmos Fruchterman Reingold e Label Adjust. Agradeço a Ana Carolina Vimieiro pela elaboração dos gráficos.

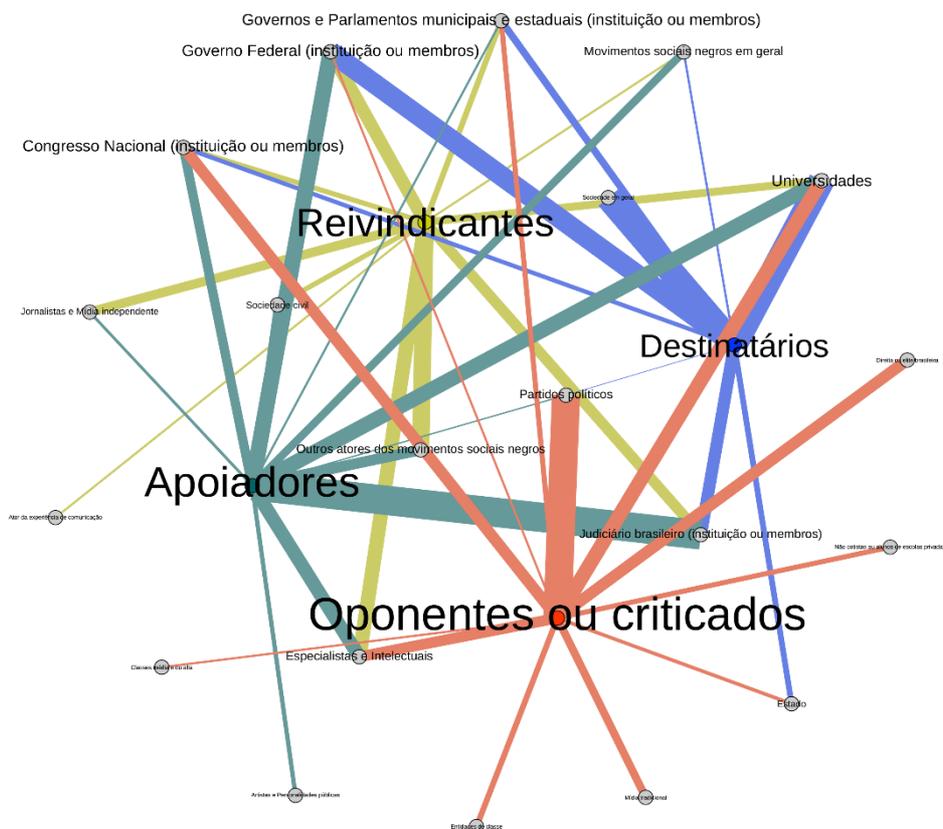
Blog do Humberto Adami / Humberto Adami



Rede Correio Nagô / Instituto de Mídia Étnica (IME)



Portal Geledés / Geledés – Instituto da Mulher Negra



Fonte: Elaborado pela autora.

Reivindicantes

Se entidades e ativistas são unânimes na defesa das ações afirmativas e das cotas, o mesmo não pode ser dito quando o assunto é a relação desses representantes com outros atores, dentro e fora dos movimentos. Na hora de vocalizar as diversas demandas, os atores ligados aos movimentos sociais negros – o ator da experiência de comunicação, outros atores e os movimentos negros em geral – assumem lugar de destaque em todas as experiências de comunicação analisadas. Isso denota o protagonismo daqueles interlocutores que estão inseridos dentro da coletividade que são as populações negras.

Mas essa prevalência de atores ligados aos MSNs se dá em maior grau nos empreendedores individuais, representando cerca de 50% dos reivindicantes. A Afropress, com seu caráter jornalístico, apresenta uma grande variedade de representantes, mas dá prioridade a outros atores dos MSNs e à referência aos MSNs em geral. Já o Blog do Humberto Adami, pelo caráter autoral da experiência, tem o próprio Adami como principal reivindicante, acompanhado por uma pequena parcela de outros atores dos movimentos negros que atuam com ele ou que o apoiam nas

ações judiciais. Isso é característica do tipo de representante que Adami se mostra: que não apenas possui afinidade ou identificação com a experiência vivida dos sujeitos representados, mas que também vocaliza a partir de credenciais de *expertise* (SAWARD, 2009). Além disso, Adami apresenta uma menor diversidade de reivindicantes já que parece priorizar aqueles que também reivindicavam a validade das cotas nas audiências e julgamento do STF – Governo Federal, universidades, e especialistas e intelectuais. Nas ONGs, com culturas de comunicação mais horizontais, a importância de reivindicantes ligados ao MSNs permanece, mas em menor porcentagem. Correio Nagô e Portal Geledés contam com uma maior variedade de reivindicantes e esses são mais bem distribuídos. Essa distribuição é muito semelhante nas duas entidades. Ambas abrem mais espaço para reivindicantes dos três poderes, além de especialistas e intelectuais. No caso do Geledés, a entidade é o único dos atores a reivindicar menos de 5% das demandas, o que diz da decisão do instituto em não priorizar conteúdo próprio.

Como é possível observar no Gráfico 25, especialistas e intelectuais assumem diversos papéis a depender da experiência de comunicação. Por isso, é importante aqui destacar o porquê desse grupo de atores ser tão importante para a vocalização das reivindicações. Na posição de reivindicantes, professores universitários, escritores, e intelectuais em geral assumem, em um primeiro momento, credenciais de *expertise* que os habilitam a falar em nome de um grupo e expor suas demandas (Saward, 2009). Muitos deles, principalmente aqueles cujos textos estão na rede Correio Nagô, também fazem parte do grupo diretamente afetado pelas demandas expostas, a população negra. No caso do Instituto Geledés, essa relação é muito mais intrínseca. Nomes importantes do instituto, como Sueli Carneiro, são ponte entre os movimentos sociais e a academia. O campo da pesquisa integra as ações do instituto. Livros escritos e organizados pelas coordenadoras e diretoras são, inclusive, o único material impresso da ONG, como informou KK Santos, webdesigner do instituto, em entrevista para esta tese. O próprio Portal Geledés foi criado com o objetivo de ser uma espécie de *hub*, um banco de dados que agrupasse informações sobre a questão racial para pesquisadores.

O papel dos chamados intelectuais nos MSNs não é algo restrito ao debate sobre a Lei de Cotas. Santos (2007), ao falar sobre a luta dos movimentos negros por ações afirmativas na educação, destaca o protagonismo desse grupo de atores. O autor explica que os MSNs, através dos negros intelectuais, articularam-se dentro das universidades a fim de construir “redes acadêmico-intelectuais de apoio às ações afirmativas”, fundamental para a implantação do sistema de cotas em várias instituições (2007, p. 30). O trabalho de especialistas e intelectuais também serviu de base para outras ações dos MSNs em prol das ações afirmativas na educação, na medida em que ajudaram a incluir na esfera de discussão pública um modelo diferente de “compreensão e explicação das relações raciais brasileiras” (2007, p. 38).

Destinatários

Se movimentos sociais negros, especialistas e intelectuais estão na frente na hora de reivindicar, o destino das demandas se volta para as esferas de decisão. No geral, estão como *destinatários* prioritários: Judiciário, Governo Federal, Congresso Nacional, governos e legisladores locais, além da figura do Estado como um todo. Isso acontece em todos os tipos de atores e de experiências de comunicação. As universidades⁷⁰ também recebem quantidade significativa das reivindicações – implementação de cotas em universidades, e implementação de cotas em universidades estaduais – em todas as experiências analisadas.

O foco nas esferas de decisão e nas universidades revela elementos de culturas de estratégias mais verticais, identificados em todos os atores. Parte deles defendem ações voltadas para o público externo, e outros, embora sejam mais horizontais, como as entidades, consideram importantes estratégias mais ligadas a leis e políticas públicas. Isso corrobora a tese de Weldon (2011) acerca da característica própria dos movimentos sociais: a pluralidade de estratégias políticas, que envolvem a relação com outras formas de representação, eleitorais e não eleitorais. Ao observar as características do ativismo contemporâneo, Alonso (2009, p. 74-11) destaca que as mobilizações políticas dos movimentos sociais têm buscado conquistas simbólicas para além do institucional, como quando os MSNs voltam suas demandas para a sociedade, por exemplo – mas o autor ressalta também que o Estado já não é mais visto como antagonista prioritário. Isso dialoga com uma realidade muito própria do cenário brasileiro. Almeida (2014, p. 176) ressalta que uma especificidade da representação da sociedade civil no Brasil é que ela é “canalizada para dentro do sistema político a partir da inserção de organizações civis e atores coletivos no processo de formulação de políticas públicas”, o que confere a esses representantes não “apenas o reconhecimento como porta-vozes da sociedade, mas faculdades e investidura regulamentadas”. Não à toa o processo denominado por Santos (2009) de “institucionalização dos movimentos negros” foi tão importante para a implementação de políticas afirmativas no Brasil.

Sobre a relação com representantes eleitorais, todos os atores analisadores se apresentaram como independentes de partidos políticos e governos. Como relatado no Capítulo 4, no caso dos ativistas, ambos já participaram de organizações partidárias ou trabalharam no Governo Federal ou governos estaduais a convite de determinadas gestões. Adami já foi ouvidor da SEPPIR e Dojival foi filiado ao PT e exerceu cargos no Governo Federal na gestão de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo. Mesmo assim, os empreendedores se colocam em uma posição

⁷⁰ Diferente dos demais tipos de destinatários, as universidades e o Governo Federal foram acionadas como destinatários principalmente quando os textos citavam o momento de sanção e implementação da Lei.

de discurso independente, que permite com que eles destinem demandas à esfera de decisão política. Esse diálogo com a esfera de decisão está ligado a culturas de estratégia mais verticais, característica dos ativistas: visão de transformação social voltada para a sociedade como um todo; tipos de políticas mais estratégicas, voltadas para leis e políticas; e orientação externa de suas ações.

Já as entidades apresentam elementos mais horizontais em suas culturas de estratégia, o que acontece na medida em elas se voltam para a transformação e o empoderamento dos grupos com os quais trabalham e para isso priorizam ações mais qualitativas. Mesmo assim, as ONGs entendem o papel das estratégias institucionais. Em relação a partidos políticos, o diretor de comunicação do Instituto Mídia Étnica, André Santana, ressalta que o IME é independente, sem vínculo com partidos ou governos, tendo, inclusive, críticas aos diversos setores da política partidária. Essa independência não impede que a ONG aceite ou proponha parcerias com candidaturas ou governos. O instituto, inclusive, já teve órgãos governamentais como parceiros ou fontes de financiamento, através de editais públicos. Nas palavras de Santana (2017, informação verbal): “As pessoas do instituto são pessoas livres para assumir os compromissos partidários que quiserem. A gente também não está fechado a fazer parcerias e projetos com alguma candidatura que a gente considere relevante”.

O Instituto Geledés também se coloca como independente de partidos políticos e governos. Na avaliação da entidade, segundo a coordenadora executiva do Geledés, Nilza Iraci (2017, informação verbal), “até hoje os partidos ainda não conseguiram absorver o racismo como estruturante das desigualdades em nossa sociedade” e também “nenhum governo, até hoje, foi capaz de trabalhar o racismo na sua dimensão estruturante”. Nilza ressalta que, em relação aos governos, o Geledés exerce o que ela chamada de “controle social responsável”. A coordenadora define tal mecanismo como o apoio da entidade a ações e políticas que beneficiem a população negra, em especial as mulheres negras. Nenhuma integrante do instituto é impedida de pertencer a qualquer partido, mas a coordenadora ressalta que isso deve acontecer em nível pessoal e não ferir “os princípios que norteiam a missão institucional” da entidade. No caso de alguma integrante vir a participar de gestões governamentais, essa tem que pedir licença da ONG.

Assim, apesar de terem culturas de estratégias com elementos mais horizontais, o IME e o Geledés reconhecem a importância de canais institucionais na efetivação das demandas. No caso desta pesquisa, o destaque da esfera de decisão política e das universidades entre os principais destinatários se justifica também pelo caráter das demandas que envolvem a Lei de Cotas, já que a maioria delas depende diretamente da aprovação de leis e implementação de políticas públicas.

Outro ponto importante sobre os destinatários é que todos os atores também contaram, em

maior ou menor grau, com os movimentos sociais negros em geral como alvo das demandas. Mas não mais que 10% do total. No caso destes destinatários, as demandas eram as mais gerais, como a mobilização e o combate ao racismo. Mesmo nas experiências de comunicação com mais fontes e autores de textos, quem direcionava demandas para os MSNs em geral era principalmente o próprio ator da experiência de comunicação ou outros atores dos MSNs, em uma espécie de pressão ou chamamento interno para que os movimentos e outros atores participassem do debate e das ações em prol das cotas e outras ações afirmativas.

É importante destacar que essa especificidade também reflete as culturas de cada ator. Quando os movimentos negros vocalizam demandas para o “público interno”, isso diz das características horizontais das culturas de estratégia e de internet dos quatro atores analisados. As quatro experiências de comunicação possuem fins e funções horizontais, servindo a processos de mobilização e discussão sobre valores do movimento. O foco na audiência interna também vem dos elementos mais horizontais da cultura de estratégia: orientação de ação interna, e forma de mobilização qualitativa, reforçando a atenção para o próprio movimento e para a realidade e a potencialidades da população negra. A Afropress e a rede Correio Nagô, onde os destinatários ligados aos MSNs são mais frequentes, também compartilham uma visão de transformação social focada no comportamento dos membros do movimento.

Cada ator também apresentou algumas especificidades quanto aos destinatários. Novamente, o contexto do debate sobre cotas nas universidades estaduais de São Paulo fez com que a Afropress destinasse suas demandas prioritariamente a governos e a parlamentos locais e para universidades, no caso as estaduais. Também o Blog do Humberto Adami priorizou o contexto de atuação do seu criador e destacou o Judiciário como destinatário predominante. As entidades Geledés e Instituto de Mídia Étnica também foram semelhantes ao terem como destinatário mais frequente a sociedade em geral.

Como expliquei acima, a predominância de destinatários ligados à esfera de decisão está relacionada com a natureza das principais reivindicações e com a importância que os atores, sejam empreendedores individuais ou sejam ONGs, dão a estratégias mais verticais, mais ligadas a leis e políticas públicas. No entanto, ao observar o grupo de destinatário mais frequente em cada ator, chamo atenção para o papel da sociedade. Nos ativistas, a sociedade é alvo de poucas demandas e essas são mais gerais, como combate ao racismo e a luta pela igualdade, e a mobilização a favor das cotas e/ou ações afirmativas. Já nas ONGs, a sociedade também é tomada como responsável pelo sucesso de demandas ligadas à implementação de cotas em universidades e de ações afirmativas em geral. O que influencia essa diferença? Um dos motivos pelos quais, nas entidades, a sociedade é apresentada como destinatário de mais tipos de demandas, vem da natureza horizontal das culturas de comunicação desses atores. A rede Correio Nagô e o Portal

Geledés trabalham com uma diversidade maior de reivindicantes – principalmente especialistas e intelectuais, jornalistas e mídia independente, outros atores dos MSNs, e membros do Judiciário – que vocalizam suas demandas não só para reivindicantes das arenas de decisão política.

Essa diversidade de reivindicantes vocalizando reivindicações para a sociedade expõe, como destaca Santos (2005, p. 16), a importância de se debater sobre “resistência entre os brasileiros em reconhecer a discriminação racial que se pratica” (SANTOS, 2005, p. 16). Além disso, ao colocarem nas mãos da sociedade a responsabilidade por mudanças, as entidades reforçam a luta negra em demonstrar “para a sociedade brasileira que é possível redistribuir políticas públicas de boa qualidade e, adicionalmente, questionar a ideologia racial brasileira” (SANTOS, 2007, p. x). Assim, comunicações mais horizontais, ao pluralizarem as vozes reivindicantes, parecem estar mais abertas a outros grupos de destinatários que não aqueles diretamente ligados à esfera de decisão.

Atores apoiadores

Os diferentes papéis que distintos atores podem exercer no processo representativo continuam a serem observados quando se analisa os *atores apoiadores*, aqueles que apoiam a visão do reivindicante ou contribuem para a realização da demanda ou ainda que defendem uma posição congruente a do reivindicante. Se continuarmos pensando em termos de categoria de atores, aqueles ligados à esfera de decisão formam a maioria dos apoiadores em todas as experiências de comunicação. Estão entre eles: congressistas e partidos políticos favoráveis às cotas, em especial o Partido dos Trabalhadores; ministros e órgãos do Governo Federal, como a SEPPIR e a Fundação Palmares; ministros e instituições do Judiciário; e parlamentares e secretarias favoráveis às ações afirmativas em São Paulo e na Bahia. Aqui novamente reforça-se a importância da articulação entre a representação não eleitoral com a representação eleitoral no processo representativo, inclusive nos fluxos discursivos das experiências de comunicação. Nas plataformas analisadas, incidem não somente as temáticas dos representantes, mas também seus interesses, os grupos com os quais eles dialogam e pretendem influenciar, e a forma de institucionalizar o que se demanda (LAVALLE et al, 2006, p. 86; URBINATI; WARREN, 2008, p. 404). Apesar da diversidade de estratégia dos movimentos sociais no processo analisado, nota-se uma forte institucionalidade das demandas das cotas.

Como aconteceu no caso dos reivindicantes, a apoio por parte de atores ligados aos MSNs se deu em todas as experiências analisadas. Nos ativistas, isso acontece em maior grau, o que reforça a ideia de que os empreendedores individuais tendem acionar mais interlocutores dos movimentos de que fazem parte. O contexto de atuação aqui também foi importante. Ao observar interlocutores individuais e não mais grupos, outros atores ligados aos MSNs foram os apoiadores mais frequentes na Afropress. Muito disso se deve à discussão sobre as cotas paulistas. Dojival

Vieira frequentemente citava a atuação da Frente Pró-Cotas Raciais de S. Paulo, criada por dezenas entidades dos movimentos negros, estudantil, sindical e popular para pressionar a adoção de cotas nas universidades daquele estado. Já no Blog do Humberto Adami, o Judiciário foi o ator apoiador mais frequente, com ocorrência um pouco maior que outros atores ligados aos MSNs. Nas entidades, o Judiciário é o destaque predominante entre os apoiadores.

A preponderância do Judiciário como apoiador acontece em quase todas as demandas, com exceção daquelas ligadas à sanção e implementação da Lei. Acontece ainda em todos os momentos de discussão citados e em todos os reivindicantes codificados. Isso remete à centralidade das ações do Judiciário para o debate sobre a Lei de Cotas e as ações afirmativas em geral. Desde 2001, no início das ações afirmativas em universidades, sempre houve processos e decisões judiciais envolvendo essas medidas, mas somente em 2009 o Judiciário passou a ocupar um papel de destaque nesse debate, quando das ações impetradas junto ao STF (CAMPOS, 2013, p. 134). É o que Campos chama de “judicialização da problemática”, que colocou o Judiciário como um ator central, tendo o STF reivindicando “o status de esfera pública competente para deliberar sobre a questão” ⁷¹ (2013, p. 135).

Para Humberto Adami, ator com maior interlocução com o Judiciário, o caso das cotas no STF foi também importante para que os movimentos negros percebessem o alcance do meio jurídico como estratégia de luta. No entanto, na avaliação de Adami, a visão dos MSNs sobre isso precisa avançar:

Eu acho que melhorou um pouco, mas você não vê isso como uma preocupação principal ou importante da maioria. Você não vê a preocupação de se investir em um projeto. Talvez um projeto de captação de financiamento de forma que a demanda jurídica passe a ter financiamento para escalar até o fim da demanda judicial. Muitas das experiências judiciais acabaram porque acabou o financiamento. (ADAMI, 2017, informação verbal).

Além disso, se o STF chamou para si o status de esfera de deliberação no caso das cotas, isso parece não ter reverberado para outros tribunais. Segundo Adami, em entrevista concedida à autora desta tese, uma parcela da sociedade brasileira não teria se dado por satisfeita com o julgamento do STF em 2012. O advogado diz que muitos juízes e desembargadores ao julgarem cotas e ações afirmativas no serviço público, “já com o Supremo tendo declarado a questão das ações afirmativas, começaram a votar de novo, só que com novos subterfúgios”. O resultado, na visão deste ator, é que muitas leis de cotas no emprego público foram julgadas inconstitucionais.

⁷¹ Segundo Campos (2013, p. 135), antes dessa “judicialização da problemática das ações afirmativas” era a imprensa que reivindicava para si o status de esfera pública de debate do tema. Com o STF no papel central do debate, houve o esvaziamento do debate na imprensa.

Essa parcela da sociedade brasileira criticada por Adami é o que a pesquisa chamada de atores oponentes ou criticados.

Atores oponentes ou criticados

Volto-me agora para análise dos *atores oponentes ou criticados*, definidos como aqueles agentes que, na visão dos autores dos textos, prejudicam ou dificultam a realização da demanda ou tem uma posição contrária à do reivindicante. Também nesse elemento do processo representativo, aqueles atores ligados às esferas de poder foram a maioria dos oponentes em todas as experiências de comunicação. Nesse contexto, o Judiciário fica de fora e entram parlamentares, partidos e instituições contrários às cotas ou que dificultam sua implementação. Se juízes ou instituições do Judiciário são apoiadores prioritários, o destaque predominante nos atores oponentes ou criticados são os partidos políticos. Isso acontece em todas as experiências de comunicação e se deve ao “suporte partidário” de que fala Santos (2014) em relação às ações do então senador Demóstenes Torres, ator oponente em todas as experiências analisadas. Esse suporte partidário reflete, segundo o autor, a história de um partido político de direita, o Democratas, que “tem posições conservadoras no que diz respeito a avanços sociais, políticos, educacionais, culturais, econômicos e democráticos, entre outros” (2014, p. 38-39). A ação do Partido Democratas e seus parlamentares fez, assim, com que eles fossem um ator oponente frequentemente citado principalmente em demandas pela legalidade das Cotas e pela implementação das cotas em universidades. A única demanda em que os partidos não foram criticados ou apontados como oponentes foi exatamente sobre a sanção e a implementação da Lei de Cotas, quando a ação do DEM não mais exercia influência. Partidos políticos também foram acionados em todas as opções de reivindicantes codificadas.

Novamente, observam-se especificidades entre os atores analisados. As universidades foram criticadas em todas as experiências, com maior destaque na Afropress. A agência de notícias sempre se posicionava contrária à posição das universidades estaduais de São Paulo, historicamente desfavoráveis às cotas como forma de ingresso nas instituições. Também a Afropress é responsável pela segunda maior especificidade entre os oponentes codificados. Dojival Vieira é praticamente o único a fazer críticas explícitas a outros atores ligados aos MSNs⁷², que representaram quase 10% dos oponentes acionados nos textos da Afropress. O debate sobre cotas nas universidades estaduais de São Paulo e a própria posição do jornalista em relação aos MSNs

⁷² No Portal Geledés, quatro textos criticaram atores ligados aos MSNs, mas isso representa apenas 2% do *corpus* dessa experiência de comunicação.

são responsáveis por isso. A Frente Pró-Cotas Raciais de S. Paulo, criada para pressionar o Governo estadual e as universidades, tinha as cotas como política prioritária, enquanto as universidades propuseram outro modelo de ações afirmativas, que continham uma espécie de etapa intermediária “preparatória” para alunos de escolas públicas. Dojival compartilhava as críticas da Frente a essa etapa intermediária, mas em vários textos ressaltou o que ele chamou de equívoco dos MSNs. Abaixo, trechos do editorial intitulado “As cotas de Alckmin, a Frente e a marcha da insensatez”:

O manifesto lançado esta semana pela Frente Pró Cotas Raciais do Estado de S. Paulo [...], sob o pretexto de se contrapor a proposta da adoção de cotas raciais apresentada pelo governador tucano Geraldo Alckmin, expõe o grau de confusão política e ideológica que afeta e paralisa o movimento popular e negro paulistas.

[...]

A criação de uma etapa intermediária para estudantes oriundos na escola pública, que é o ponto atacado na proposta do Governo, não anula nem elimina a questão fundamental: os tucanos recuaram da posição que originalmente era para eles uma questão de honra - contra as cotas para negros e indígenas.

[...]

A novidade está na reação da Frente do Movimento Pró-Cotas. Ao invés de reconhecer a vitória, tornando público que Alckmin e o comando tucano tiveram de ceder ao avanço das conquistas históricas do movimento social, seus líderes preferiram marchar na contramão e se colocar contra a proposta que dá nome, sentido e razão ao movimento⁷³.

Para Dojival, essa “insensatez” deriva do fato de parte dos MSNs ainda pensarem a política partidária em termos dicotômicos, tomando parte de um ou outro partido, o que, segundo o ativista, significa um “desastre” para movimentos que querem ser autônomos, independentes de partidos políticos e suas agendas (VIEIRA, 2017, informação verbal). Em entrevista para esta pesquisa, Dojival defende que os setores dos MSNs devem se aliar e buscar uma interlocução com o Estado, não com gestões específicas:

Os puxadinhos do partido [...] mantêm o seu grupo menor, cuidando da sua própria vida. Isso eu acho que é uma visão muito medíocre para uma causa tão grande quanto a nossa. Nossa causa é a causa do Brasil. Não dá para ver essa causa de uma forma medíocre e pequena ou exclusivista. É o que eu chamo de “farinha pouca, meu pirão primeiro”. É essa ideia que “se a gente se juntar eu vou perder o meu brilho”. Ao contrário. Se a gente se juntar a gente vai brilhar muito mais. Eles não conseguem entender isso, que se juntar os negros do PCdoB, do PT, do PV, do PSDB, do PSOL e todos tivessem uma pauta comum, a nossa força nos permitiria nos colocar na pauta das políticas públicas do Brasil. E dialogar com o Estado brasileiro. O nosso diálogo não é com governos. Claro, com governos também. Mas a nossa questão fundamental é com o Estado. Não é com um governo X, Y ou B. É com o Estado. É o Estado que mantém e preserva o sistema racista. (VIEIRA, 2017,

⁷³ VIEIRA. Dojival. As cotas de Alckmin, a Frente e a marcha da insensatez. Editorial. 14/12/2012. Disponível em:<<http://www.afropress.com/post.asp?id=14235>>. Acesso em 30 dez. 2016.

informação verbal).

Também devido ao contexto de atuação do ativista, no Blog do Humberto Adami, além dos partidos políticos, foram acionados como oponentes os demais atores que impetraram ações contra as cotas no STF, além de intelectuais e especialistas, cujas visões convergiam com aqueles contrários às cotas no Supremo.

No caso das entidades, Geledés e Instituto de Mídia Étnica, essas tiveram uma distribuição de atores oponentes ou criticados muito semelhante. Apesar de destacarem os partidos políticos, as demais ocorrências de oponentes estavam distribuídas em um leque amplo de atores. Podemos citar como exemplo os especialistas e intelectuais, e a mídia tradicional. Esses, apesar da baixa ocorrência – até 10% em cada ator –, estavam presentes em todas as experiências, não somente as das ONGs. Já atores ligados à direita, à elite brasileiras e às classes sociais mais altas, também, apesar na baixa ocorrência, foram citados prioritariamente pelas entidades. Dojival Vieira foi o único ativista a incluir um desses grupos: direita e/ou elite brasileira.

Essa diversidade de oponentes traduz a forma como os representantes analisados refletiram a pluralidade de atores que se manifestaram contrários às cotas quando da discussão, aprovação e implementação da Lei. Como destacado por Santos (2007. p. 32-33), as políticas de ações afirmativas nas universidades receberam duras críticas de um amplo conjunto de atores: intelectuais de todas as áreas de pesquisa e estudo, formadores de opinião, autoridades públicas, políticos, grande imprensa escrita e televisiva, “entre outros indivíduos, grupos e instituições sociais que têm voz ativa no espaço público brasileiro, em especial, a maioria absoluta de intelectuais e pesquisadores brancos da área de estudos e pesquisas sobre as relações raciais brasileiras”. Cada ator analisado mostrou esse conjunto a partir de suas características. A Afropress priorizou seu contexto de atuação e a tentativa jornalística de trazer visões diversas e divergentes. O Blog do Humberto Adami partiu da natureza da atuação do ativista e destacou seus principais interlocutores no STF, incluindo aqueles especialistas contrários às cotas e que eram frequentemente citados por esses interlocutores. No caso das entidades, a diversidade de fontes e autores dos textos permitiu com que a pluralidade de oponentes fosse mais bem acionada e distribuída em termos de ocorrências.

Responsividade e Respeito

Uma vez identificado o padrão de relacionamentos em cada experiência de comunicação, é necessário avaliar como esses interlocutores, internos e externos aos movimentos, foram tratados no discurso de representação. As várias estratégias usadas por movimentos sociais são de naturezas distintas. Autores ressaltam que a representação coletiva é sinônimo de pressão, intervenção, controle, supervisão, reclamo junto a instâncias que executam políticas e espaços de

interlocução, mas também pode significar assédio (LAVALLE et al, 2006, p. 87). As ações dos atores da sociedade civil não estão livres das dimensões anticivis e incivis (BALLESTRIN, 2010). Isso pode ser mais notório em questões conflituosas. Como expôs Campos (2015, p.1), “poucas controvérsias públicas envolveram tantos setores da sociedade brasileira quanto a polêmica em torno das ações afirmativas raciais no ensino superior” e até por isso era comum que as pessoas, inclusive aquelas alheias à controvérsia, tivessem uma opinião sobre a questão. Isso também vale para outros representantes políticos e outros atores que não são ligados aos MSNs. Como então os discursos de representação analisados lidavam como as posições divergentes?

Como apontei no capítulo anterior, 56% dos textos com justificações ignoram argumentos contrários às demandas vocalizadas. Aqui novamente há diferenças entre tipos de atores e naturezas de culturas. Dojival Vieira e Humberto Adami são os atores que menos incorporaram contra-argumentos nos textos de suas experiências. Isso aconteceu em apenas 37% dos textos com justificações da Afropress e 29% dessas publicações no Blog do Humberto Adami. No caso de Dojival Vieira, isso parece contraditório uma vez que o ator coloca como objetivo da Afropress o fazer jornalístico crítico e plural. Já as entidades, cujas culturas são mais horizontais e cujas experiências de comunicação mais se abrem para uma pluralidade de atores e fontes, apresentam mais contra-argumentos nos textos publicados. Os argumentos contrários estiveram em 46% dos textos com justificação da rede Correio Nagô e em 44% do Portal Geledés.

De um modo geral, contra-argumentos tenderam a ser incluídos quando os textos apontavam claramente os atores oponentes. Nas vezes que os quatro atores escolheram incorporar contra-argumentos, todos fizeram isso priorizando uma inclusão simples ou respondendo os contra-argumentos de forma neutra. Nesses casos, a ênfase recaía sempre naqueles oponentes que diretamente se opuseram à constitucionalidade das cotas no STF e à aprovação da Lei: partidos políticos, principalmente o DEM; Congresso Nacional, na figura do então senador Demóstenes Torres; governos e parlamentos locais no caso de São Paulo; e entidades de classe e não cotistas, que, como o DEM, impetraram ações no STF. A porcentagem de contra-argumentos apenas incluídos ou respondidos de forma neutra é similar nas quatro experiências, cerca de 25%.

Os textos onde contra-argumentos são incluídos e tratados de modo degradado são uma pequena minoria. Os ativistas, que assumem as postagens dos textos e, assim, a responsabilidade das publicações em suas experiências, são os que menos apresentam esse tipo de responsividade. As características desses poucos casos são semelhantes ao quadro geral de atores acionados por esses empreendedores: o grupo de atores ligados aos MSNs são os principais reivindicantes, destinam suas críticas preferencialmente aos partidos políticos, e governos e parlamentos locais, e as demandas são aquelas ligadas à legalidade das cotas e à implementação

dessas em São Paulo.

Nos casos do Correio Nagô e do Portal Geledés, que publicam textos de outros autores e fontes, os contra-argumentos incluídos, mas tratados de modo degradado, são mais frequentes do que nos ativistas, embora continuem sendo minoria. Também seguem os padrões gerais de reivindicantes, demandas e oponentes dessas experiências de comunicação. Além daqueles que mais se opuseram à constitucionalidade das cotas no STF e à aprovação da Lei, destacam-se como oponentes especialistas e intelectuais, mídia tradicional, direita e elite brasileiras. Entre os principais reivindicantes estão atores ligados aos MSNs, especialistas e intelectuais, e mídia independente. As demandas vocalizadas usando também contra-argumentos são aquelas diretamente ligadas à implementação das cotas e de ações afirmativas em geral.

Se o debate sobre as cotas nas universidades foi controverso, dada a importância dessa temática para os movimentos negros no Brasil, não é de se estranhar o acirramento de ânimos em alguns dos vários momentos da discussão sobre a Lei de Cotas no País. Quando se observa o nível de respeito que os reivindicantes usam em relação aos oponentes, gera-se um quadro parecido com o da responsividade nas quatro experiências de comunicação. Em todas, as expressões neutras são maioria, acima de 70% dos textos. No entanto, quando essa regra é quebrada, a maior parte dos reivindicantes escolhe se posicionar usando expressões de desrespeito em relação a outros representantes, suas ações e seus argumentos. É o caso da Afropress, do Correio Nagô e do Portal Geledés. A exceção é Humberto Adami. Em seu blog, o ativista tende a usar mais expressões explícitas de respeito e faz isso focando o Judiciário, seu principal interlocutor. Em todas as experiências de comunicação, as expressões explícitas de desrespeito seguem o mesmo padrão da responsividade, sendo ligadas aos mesmos reivindicantes, oponentes e demandas dos contra-argumentos degradados.

Como exposto acima, a tentativa de relacionar as características democráticas de um movimento social e as práticas comunicacionais que ele desenvolve permitiu observar uma relação parcial entre o tipo de representante analisado (se ativistas ou entidades), suas culturas (se mais horizontais ou verticais) e a diversidade de atores acionados nos diferentes papéis do processo representativo (reivindicante, destinatário, apoiador e oponente). Em outras palavras, empreendedores individuais e entidades pouco se diferenciaram em relação ao número geral de atores acionados para os diferentes elementos do processo representativo. Mas eles se diferenciaram ao destacar determinados grupos de atores e ao se reportar a eles com níveis distintos de respeito e responsividade. Semelhante ao que aconteceu com as demandas, essas diferenças estão ligadas especificamente (1) à verticalidade ou horizontalidade das culturas, principalmente de estratégia e comunicação online e (2) ao contexto de atuação de cada ator, no caso dos ativistas.

Esse achado é particularmente importante porque mostra como se dá a pluralidade de relações entre representantes, internos e externos aos movimentos sociais negros. Ativistas, com culturas de estratégia e comunicação mais verticais, destacaram atores internos aos MSNs nos papéis de reivindicantes e apoiadores. No caso de destinatários e oponentes, houve o reforço ao contexto de atuação de cada ator. O caráter vertical (centralizado e hierárquico) das culturas de comunicação online fez com que os ativistas também optarem por degradar os contra-argumentos com menor frequência. O contexto de atuação de Adami também foi fundamental para a baixa ocorrência de argumentos degradados e expressões de desrespeito. As entidades – com culturas de estratégia e de comunicação online com mais elementos horizontais – apresentaram maior diversidade de reivindicantes e atentaram para outros destinatários, como a sociedade em geral. As ONGs também priorizaram atores apoiadores externos aos MSNs e tiveram uma distribuição mais homogênea das ocorrências de atores oponentes ou criticados. O caráter mais aberto das culturas de comunicação online das entidades também proporcionou que a degradação de contra-argumentos e o uso de expressões de desrespeito fossem mais comuns do que nos ativistas, embora com baixa ocorrência no conjunto geral de textos.

A partir dos resultados desta seção, foi possível desenhar um cenário da pluralidade de relações dos movimentos sociais negros com outros atores e representantes políticos. Essa pluralidade de relações já é amplamente discutida na literatura ligada à representação política e nas teorias dos movimentos sociais (ALONSO 2009; GOHN, 2011; 2012; WELDON, 2011). Nesta tese, a identificação de elementos do processo representativo (reivindicantes, destinatários, apoiadores e oponentes) vem exatamente ajudar a compreender os critérios que essa diversidade de relações segue no plano discursivo.

No Capítulo 6, mostrei que a centralidade exercida pela internet e pelas novas plataformas digitais nas ações dos movimentos contemporâneos (MOSCA; DELLA PORTA, 2009; MAIA; GARCÊZ, 2014) também se mostra relevante nos representantes dos movimentos sociais negros analisados. Essa relevância acontece relacionada aos dois importantes aspectos dos movimentos sociais no processo representativo: inclusão e pluralidade. Com suas experiências de comunicação online, os atores analisados propõem mudanças nos discursos públicos e nas relações sociais neles envolvidos (MEDEARIS, 2005) e ajudam, assim, a pluralizar a rede discursiva da esfera pública e os meios de expressão de demandas representativas.

Essa inclusão proporcionada pelos atores dos MSNs só é possível devido à diversidade desses movimentos. Os resultados apontam que: como os atores analisados são de natureza e culturas distintas, eles também tendem a moldar as plataformas digitais de maneiras diferentes. Isso reverbera na forma como eles constroem suas experiências de comunicação, a fim de

participarem do processo representativo. Incidem em suas experiências de comunicação, nas distintas temáticas, ações, interesses, além dos grupos que são representados, grupos que se pretendem influenciar; e na forma de institucionalizar o que se demanda (LAVALLE et al, 2006, p. 86; URBINATI; WARREN, 2008, p. 404).

Na primeira questão central – diferenças comunicacionais –, identifiquei como os distintos tipos de representantes desenvolveram suas experiências de comunicação online em distintos contextos políticos e organizacionais. De um modo geral, atores com culturas mais verticais, como os ativistas Dojival Vieira e Humberto Adami, utilizaram a internet seguindo um modelo mais tradicional de comunicação (*broadcasting*), com produção centralizada e hierárquica, sem maiores preocupações com a interação ou trocas de informação. Essa natureza mais vertical das experiências de comunicação dos ativistas é resultado, principalmente, da centralidade que eles ocupam nos processos de estratégia, organização e tomada de decisão. Já as entidades Geledés e Instituto de Mídia Étnica, atores com mais elementos horizontais em suas culturas, tenderam a desenvolver modelos mais abertos de comunicação, ao priorizarem a descentralização de produção e apresentarem fins e funções de comunicação mais internos, ou seja, apresentarem experiências direcionadas também para o público interno (movimentos negros e população negra). No caso das entidades, também se observou a relação entre os tipos de ações de cada instituto (se mais ou menos focadas no público interno) e as características de suas culturas. Entidades que voltam suas ações para o público externo tendem a apresentar mais elementos verticais de estratégia, organização e tomada de decisão e se aproximam de modelos tradicionais de comunicação online.

As segunda e terceira questões – demandas priorizadas e variedade de estratégias – permitiram observar de forma específica como os quatro atores analisados fazem parte da rede descentralizada, com diferentes características, de que fala Chaves e Cogo (2013, p. 225). Foi a formação dessa rede que permitiu que a diversidade das experiências dos MSNs se relacionasse e influenciasse a agenda pela igualdade racial no Brasil. Ao observar as demandas priorizadas, nota-se que os integrantes dessa "rede descentralizada" são exemplos dos grupos-objetivos das demandas de representação já apontados por Saward (2009, p. 10-15): ligadas a raízes mais profundas enquanto grupo; vocalizadas a partir de credenciais especiais ou de *expertise*; e baseadas no objetivo de incluir novas perspectivas e novas vozes ao debate. Além disso, embora todas as reivindicações fossem favoráveis às cotas, as experiências analisadas acionaram demandas de natureza distinta e o fizeram com especificidades. Os resultados mostram que essas diferenças estão relacionadas a dois fatores: à natureza mais vertical ou horizontal das culturas de estratégia, organização, tomada de decisão, e comunicação online; e ao contexto de atuação de cada ator. Ativistas, atores com culturas mais verticais, tenderam a focar em demandas e a usar conteúdos de justificação relacionados ao seu contexto de atuação. Entidades – com predomínio

de elementos horizontais em suas culturas, incluindo a de comunicação online – destacaram-se, embora timidamente, na maior diversidade de demandas e também apresentaram mais diversidade no conteúdo nas justificações.

A influência do tipo de cultura (se mais vertical ou horizontal) e do contexto de atuação de cada representante foi identificada também na terceira questão central – variedade de estratégias – que identificou os elementos do processo representativo (reivindicante, destinatário, apoiador e oponente) e os níveis de respeito e responsividade apresentados. Ativistas, com culturas de estratégia e comunicação mais verticais, deram destaque aos MSNs como interlocutores e priorizaram outros representantes eleitorais e não eleitorais de acordo com seu contexto de atuação. Por terem experiências de comunicação mais centralizadas em si, os ativistas foram os que menos usaram expressões de desrespeito ou degradaram contra-argumentos. As entidades, com culturas mais horizontais não apresentaram necessariamente maior diversidade de reivindicantes, destinatários, apoiadores ou oponentes. Contudo, elas apresentaram essa diversidade em todos os tipos de reivindicações, acionando, inclusive, outra natureza de interlocutores que não dos MSNs. As entidades, de forma diferente dos ativistas, não priorizavam atores ligados aos seus contextos de atuação, mas, sim, outros destinatários, como, por exemplo, a sociedade em geral e apoiadores externos aos MSNs. Nossos resultados sugerem ainda que o caráter mais aberto das culturas de comunicação online das entidades contribui para o maior uso de expressões que depreciam contra-argumentos e de expressões desrespeitosas em relação aos oponentes, em comparação com os ativistas. É preciso lembrar, contudo, que a proporção deste tipo de expressão é pequena no conjunto geral de textos.

Este capítulo buscou responder às questões centrais da pesquisa, ao caracterizar os atores e suas experiências de comunicação. Procuramos identificar, nessas experiências, as escolhas de cada tipo de ator no tocante às demandas e aos seus interlocutores. Ressaltando o caráter plural dos movimentos sociais negros, identificamos diferentes fatores que influenciaram essas escolhas, com destaque para a natureza das culturas de estratégia, organização, tomada de decisão e comunicação online, e para o contexto de atuação, principalmente no caso dos ativistas. Em outras palavras, este capítulo apresentou evidências para sustentar a visão de que os aspectos da inclusão e da pluralidade não somente são centrais para pensar o papel dos movimentos sociais como representantes não eleitorais. Eles são também centrais para compreender como os movimentos moldam suas dinâmicas comunicacionais e os fluxos discursivos que perpassam suas experiências de comunicação online no processo de representação. Assim, o trabalho demonstrou que as práticas comunicacionais, sempre ligadas às escolhas e às práticas políticas, são ferramentas imprescindíveis para compreender o processo representativo que os movimentos sociais desenvolvem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese se destinou a identificar como diferentes atores de um movimento social configuram suas experiências de comunicação online no processo de representação não eleitoral. A pesquisa teve como ponto de partida o papel dos movimentos sociais negros em importantes debates e avanços pela igualdade de direitos e condições materiais na sociedade brasileira. A partir de uma pluralidade histórica, os MSNs foram responsáveis por levar a causa negra à discussão pública e às esferas de decisão política e, assim, configuraram-se como representantes políticos centrais na sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2015). Nesse processo, a comunicação exerceu um papel fundamental. A chamada imprensa negra, por exemplo, é tida como marco inicial dos MSNs em seu formato moderno, sendo embrião das primeiras organizações. Não à toa, a literatura aponta a história e o conteúdo dessa imprensa como meios fundamentais para a compreensão das referências teóricas e das estratégias de organização e mobilização dos movimentos sociais negros (ALBERTI; PEREIRA, 2007b; PEREIRA, 2007). Ao longo das décadas, as experiências de comunicação dos MSNs foram, claro, diversificadas. Hoje, são blogs, portais, rádios e TV online, perfis e páginas em sites de redes sociais, além de algumas poucas iniciativas impressas.

Nesse cenário, a pesquisa analisou quatro diferentes atores dos MSNs e suas experiências de comunicação online: Agência de Notícias Afropress e Blog do Humberto Adami, desenvolvidas pelos ativistas Dojival Vieira e Humberto Adami, respectivamente; Portal Geledés, do Geledés-Instituto da Mulher Negra; e o site de rede social Correio Nagô, desenvolvido pelo Instituto de Mídia Étnica (IME). A tese teve um recorte temático e temporal: textos que, entre 2011 e 2013, tiveram a Lei de Cotas (nº 12.711/2012) como tema central ou secundário. Esse tema foi importante aos objetivos da pesquisa porque (1) constitui-se uma das poucas controvérsias públicas que envolveram tantos setores da sociedade brasileira (CAMPOS, 2015, p. 2) e (2) tem bases antigas na luta dos MSNs por educação e por políticas afirmativas (JACCOUD; BEGHIN, 2002; SILVÉRIO, 2005; SANTOS, 2007, FERES JÚNIOR et al, 2013).

Busquei então identificar como esses diferentes atores dos MSNs configuram suas experiências de comunicação no processo de representação não eleitoral. Em termos específicos, procurei:

- a) construir um panorama dos principais atores dos movimentos negros contemporâneos que possuem experiências de comunicação online;
- b) compreender quais demandas representativas são priorizadas e sob quais aspectos isso é feito nas experiências de comunicação dos diferentes atores dos movimentos sociais negros;
- c) identificar as estratégias utilizadas no processo representativo, com destaque para as relações entre diferentes representantes políticos, eleitorais e não eleitorais;
- d) compreender como diferentes representantes de um movimento se diferenciam em

termos de dinâmicas comunicacionais.

Sobre o primeiro desses objetivos – construção de um panorama dos principais atores dos MSNs contemporâneos e suas experiências de comunicação online – organizei uma lista de atores e experiências de comunicação desenvolvidas em todo o País. Com base nesse levantamento, observei que a comunicação online dos movimentos negros contemporâneos é desenvolvida, de modo geral, em um conjunto de plataformas, principalmente blogs, sites e sites de redes sociais, e por três grupos distintos de atores: entidades, coletivos e empreendedores individuais. O material do levantamento e a categorização dos atores abriram possibilidades para novas pesquisas na medida em que agregou aos poucos estudos sobre a comunicação desse período dos MSNs (SOUZA, 2006; SEBASTIÃO, 2007; SANTOS BOTELHO, 2008; BOTELHO et al, 2011; LIMA JUNIOR, 2009; COGO; MACHADO, 2010; SANTOS BOTELHO, 2012; TRAPP, 2013) informações sobre a natureza do conjunto dessas experiências, e não apenas de experiências isoladas.

No tocante aos demais objetivos da tese, escolhi compreender a ação dos movimentos sociais negros no Brasil como representantes não eleitorais a partir da seguinte escolha teórica: pensar a representação política, especialmente as formas não eleitorais, a partir de duas correntes: uma baseada no pragmatismo de Saward (2006, 2009, 2010) e a outra na ética discursiva de Habermas (1989, 1996). Tendo como base essas teorias, propus pensar a representação política não eleitoral como um processo de construção e recebimento de demandas e a partir de uma perspectiva eminentemente discursiva e de base conceitual sistêmica.

Para isso, baseie-me em três pontos de reflexão. O primeiro foi o entendimento da democracia deliberativa como discursiva (DRYZEK, 1990). Afinal, os fluxos discursivos são a base da democracia e as trocas comunicativas são o que permitem a construção de preferências e posições (DRYZEK; NIEMEYER, 2008; MENDONÇA, 2010). O segundo ponto é compartilhado com Bohman (2012) no que tange a necessidade da representação numa democracia de massa. Tal como Urbinati e Warren ressaltam, "dados os limites do número de participantes, a deliberação do mundo real é inerentemente representativa" (2012, p. 76). Assim, não é possível pensar uma democracia discursiva sem os processos necessários de representação (DRYZEK; NIEMEYER, 2008; SAWARD, 2009; BOHMAN, 2012). O terceiro ponto é conceber a representação a partir de uma base conceitual sistêmica, onde esse fenômeno não é mais visto como uma ação singular de cada indivíduo ou de uma instituição, mas, ao invés disso, é compreendido como um sistema de onde emergem várias atividades, em esferas e momentos distintos de deliberação (LAVALLE et al, 2006; URBINATI; WARREN, 2008; DRYZEK; NIEMEYER, 2008; SAWARD, 2009; MAIA, 2012; ALMEIDA, 2013, p. 180).

A perspectiva teórica apontada acima reforça dois aspectos basilares dos movimentos

sociais no processo representativo: a inclusão e a pluralidade. Autores ressaltam que os movimentos sociais são centrais nos processos de transformação democrática (DELLA PORTA, 2013) exatamente por eles se preocupam com processos de inclusão (MEDEARIS, 2005, p. 4, 25; WELDON, 2011, p. 21). A pesquisa se alinha ainda a autores que defendem que essa inclusão só é profundamente compreendida a partir da pluralidade característica dos movimentos sociais (LAVALLE et al, 2006; URBINATI; WARREN, 2008). Aqui cabe destacar que a base conceitual sistêmica foi fundamental para a compreensão desses diversos atores e experiências que compõem os MSNs.

Para compreender como se dá essa heterogeneidade, em especial nas experiências de comunicação, propus dialogar a pluralidade de atores e de dinâmicas midiáticas dos MSNs à pluralidade de concepções democráticas que compõem os movimentos contemporâneos. A comunicação online foi, então, apresentada como parte de um conjunto de ambientes comunicacionais, que também estão relacionados a escolhas de modelos democráticos (MOSCA; DELLA PORTA 2009; DELLA PORTA, 2009a, 2013; HINTZ; MILAN, 2009; FUSTER MORELL, 2011; MILAN, 2013; KAVADA, 2013; MATTONI, 2013). Utilizei a noção de “culturas” nos movimentos sociais – culturas de estratégia, organização, tomada de decisão, comunicação online (Kavada, 2013) – para construir um pano de fundo para o entendimento de como ativistas e entidades configuram suas experiências de comunicação online no processo de representação não eleitoral.

Desenvolvi, então, uma metodologia baseada nessas duas escolhas teóricas: uma abordagem discursiva e processual da representação, e uma abordagem das culturas dos movimentos sociais. A análise foi dividida em quatro etapas. A primeira usou elementos das culturas de estratégia, organização e tomada de decisão para caracterizar cada ator quanto às ações e aos entendimentos democráticos. Esses resultados, por sua vez, foram relacionados às culturas de comunicação online. A segunda etapa tratou de identificar os elementos do processo representativo – demanda, reivindicante, destinatário, ator criticado, ator apoiador e objeto direto afetado diretamente pela demanda. Para isso, adaptei a metodologia proposta por Koopmans e Statham (1999, 2009) especificamente para materiais midiáticos. A terceira etapa da metodologia identificou as características do discurso do processo representativo a partir de algumas categorias do *Discourse Quality Index* (DQI) (STEINER et al, 2004; STEINER, 2012) – nível de justificação, conteúdo da justificação, uso de histórias e respeito. A essas categorias, acrescentei outro elemento para desenhar melhor a dinâmica discursiva de cada ator: responsividade. A quarta etapa, da análise comparativa, foi inspirada na base conceitual sistêmica, e procurou entender como funcionam e se relacionam as escolhas políticas e discursivas dos quatro atores analisados.

Essa análise comparativa foi guiada por três grandes questões que considero importantes para pensar a ação dos movimentos sociais como representantes políticos não

eleitorais: (1) diferenças comunicacionais; (2) demandas priorizadas; e (3) variedade de estratégias argumentativas e não argumentativas. Esse trabalho foi de natureza interpretativa e contextual já que se valeu do diálogo entre: (i) a caracterização do debate acerca da Lei de Cotas e dos atores e de suas culturas; (ii) os resultados da identificação dos elementos de representação e da caracterização do discurso representativo; (iii) e o debate teórico proposto na tese.

Ao analisar essas grandes questões, identifiquei respostas para os outros três objetivos específicos da tese. Um desses objetivos foi compreender como diferentes representantes de um movimento social se distinguem em termos de dinâmicas comunicacionais. O que a pesquisa demonstrou é que os movimentos sociais negros também compartilham da centralidade que a internet e as novas plataformas digitais exercem nas ações dos movimentos contemporâneos (MOSCA; DELLA PORTA, 2009; MAIA; GARCÉZ, 2014, p. 113-114). Os achados da pesquisa agregam à literatura e aos estudos já desenvolvidos ao mostrarem que atores de natureza e de culturas distintas tendem a usar as plataformas digitais também de maneiras diferentes, o que traz consequências a forma como eles utilizam suas experiências de comunicação no processo representativo.

Os resultados corroboram, mas somente em parte, com o que literatura já aponta: atores mais formais e hierárquicos tenderiam a usar a internet de forma mais tradicional e instrumental, enquanto grupos menos formalizados atentariam para as possibilidades interativas e de mobilização (MOSCA; DELLA PORTA, 2009; KAVADA, 2013). Os achados da tese reforçam o papel da hierarquia e da centralização, mas o nível de formalidade não foi identificado como fator determinante para a verticalidade ou horizontalidade das culturas.

Os empreendedores individuais analisados foram aqueles atores que possuíam culturas mais verticalizadas e utilizaram a internet seguindo um modelo mais tradicional de comunicação (*broadcasting*). A causa para isso foi a centralidade que os ativistas ocupam nos processos de estratégia, organização e tomada de decisão. Por sua vez, as entidades, enquanto atores formais, apresentaram mais elementos horizontais em suas culturas e, assim, tenderam a apresentar modelos mais abertos de comunicação. Essa horizontalidade na cultura de comunicação online se traduziu, principalmente, em uma produção de conteúdo descentralizada e em uma comunicação voltada para objetivos internos ao movimento ou ao grupo representado. Os resultados da pesquisa também acrescentam um ponto importante à categorização já indicada na literatura. Observou-se a relação entre a natureza das ações de cada entidade (se mais ou menos focadas no público interno) e as características de suas culturas. Entidades que se voltam prioritariamente para o público interno apresentam mais elementos horizontais de estratégia, organização, tomada de decisão e comunicação online.

Ao atentar para a relação entre as culturas de distintos atores de movimentos sociais,

busquei responder ao desafio apontado pelos estudos desenvolvidos sobre a comunicação dos MSNs: a necessidade de alternativas que “possibilitem a produção de conhecimentos críticos específicos sobre os usos das tecnologias da comunicação por afro-brasileiros” (COGO; MACHADO, 2010, p. 14). Mas não somente. Outro desafio foi colocado por Urbinati e Warren (2008, p. 399) acerca das formas de representação: desenvolver novas ferramentas e análises críticas sensíveis para as novas formas de influência política e de poder. Para tentar responder a esse segundo desafio, trabalhei com os dois outros objetivos específicos da tese.

Um deles foi compreender quais demandas representativas são priorizadas e sob quais aspectos. Mais uma vez, nossos achados oferecem evidências empíricas para a literatura sobre representação. Os atores analisados apresentam variações acerca dos grupos-objetivos das demandas de representação, tal como definido por Saward (2009, p. 10-15): ligadas a raízes mais profundas enquanto grupo; vocalizadas a partir de credenciais especiais ou de *expertise*; e baseadas no objetivo de incluir novas perspectivas e novas vozes ao debate. Nesse aspecto, os resultados também permitiram relacionar as demandas escolhidas por cada ator à natureza de suas culturas. Por um lado, atores com culturas mais verticais, os empreendedores individuais, priorizaram aquelas reivindicações mais relacionadas ao seu contexto de atuação. Esse contexto foi novamente determinante para que os ativistas escolhessem os tipos de justificações utilizadas para vocalizar as demandas. Do outro lado, os atores mais horizontais, as entidades, priorizaram uma diversidade um pouco maior de demandas, além de uma maior pluralidade de conteúdos de justificação.

Esses achados são especialmente relevantes porque conseguem mapear as características das demandas expressas por diferentes atores de um movimento social e relacioná-las às características políticas e comunicacionais de cada tipo de ator. O mesmo acontece com as respostas ao último objetivo específico – identificar as estratégias utilizadas no processo de representação, com destaque para as relações entre diferentes representantes políticos. Nesse aspecto, os resultados dialogam com aqueles encontrados na observação das reivindicações e são, também, uma tentativa de contemplar a pluralidade característica dos movimentos sociais e de suas estratégias.

O nível de verticalidade e horizontalidade das culturas analisadas se mostrou diretamente relacionado com os tipos de atores acionados nos elementos do processo representativo (reivindicantes, destinatários, oponentes e apoiadores) e à forma como os textos fazem referências a esses atores. Os empreendedores individuais, representantes com culturas mais verticais, mostraram-se mais abertos a dialogar com interlocutores internos ao MSNs. Representantes externos aos movimentos também foram acionados, mas prioritariamente aqueles ligados ao contexto de atuação dos ativistas. Por um lado, os empreendedores individuais exerciam

papel central em suas culturas de comunicação, organização e tomada de decisão. Este fator pode ter influenciado o fato de eles publicarem poucas expressões de desrespeito e de desvalorização de contra-argumentos. No outro lado, as entidades, com mais elementos horizontais em suas culturas, abriram-se a mais interlocutores, incluindo aqueles externos aos MSNs. Por terem culturas de comunicação online mais abertas, permitiram, embora raramente, ocorrências de desrespeito a outros representantes e de degradação de contra-argumentos.

Nossos resultados contribuem, assim, para iluminar os desafios apontados pela literatura, promovendo um diálogo entre as teorias sobre mídia, movimentos sociais e democracia. Como alertou Donatella della Porta (2011), nas poucas vezes em que esse diálogo foi feito, predominaram ainda preferências estruturais, instrumentais e institucionais. Para evitar erros semelhantes, esta tese buscou apoio em novas perspectivas teóricas da representação política baseadas na pragmática e na ética discursiva habermasiana que enfatizam a dinamicidade das práticas comunicativas em situações específicas. Buscou ainda pensar os movimentos sociais e a comunicação a partir de uma visão deliberativa de democracia (2011, p. 814). Traduzi isso no desenvolvimento de uma abordagem metodológica que: (1) partisse do caráter processual e discursivo da representação política e que, por isso, tem forte interface com a democracia discursiva ou deliberativa, e (2) reconhecesse a pluralidade de um movimento social, no tocante a seus atores e suas culturas democráticas e de comunicação.

A proposta teórica e metodológica desta tese se mostrou, então, apropriada para lidar com os processos discursivos e de representação desenvolvidos por movimentos sociais. A pesquisa demonstrou que os aspectos da pluralidade e da inclusão, já vistos como fundamentais nas teorias de deliberação e de representação política, são aspectos importantes na análise dos movimentos também em termos comunicacionais. Não é à toa que a abordagem sobre as culturas, ao respeitar e considerar a pluralidade de um movimento social, apresentou-se como proveitosa para entender o processo de representação política não eleitoral e o papel das experiências de comunicação nesse processo. Contudo, a aplicação, a adaptação e a avaliação dessa perspectiva pode e precisa ser testada em outros movimentos sociais e em outras arenas comunicacionais, midiáticas ou não.

Finalmente, acredito que a proposta teórica e metodológica desta tese também acrescentou novas possibilidades aos estudos sobre os movimentos sociais negros no Brasil no que diz respeito às suas experiências de comunicação. O papel desses atores e de ações online há muito se mostram centrais na inclusão de novas e diferentes perspectivas à esfera pública do País. É preciso agora construir uma visão mais ampla e plural dos processos e das escolhas desses importantes atores da sociedade brasileira. O diálogo com campos mais recentes de teorias e estudos sobre democracia e movimentos sociais é uma vertente de trabalho promissora, já que se

mostra atenta à pluralidade característica dos movimentos sociais negros no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, S.; BERKEL, B.; FIRMSTON, J.; GRAY, E.; KOOPMANS, R.; PFETSCH, B.; STATHAM, P. Codebook for content coding of commentaries / editorials in European public spheres', **Europub.com Project**, 2002. Disponível em: <<http://europub.wzb.eu/codebooks.en.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar. Articulações entre movimento negro e Estado: estratégias e experiências contemporâneas. In: GOMES, Angela de Castro. **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2007a., p. 93-114.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar. **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007b.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar. O movimento negro contemporâneo. In: FERREIRA, Jorge.; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Revolução e democracia: (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007c. (Coleção As esquerdas no Brasil; v.3). p. 639-669.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA, D. R. Representação Política e Conferências: estabelecendo uma agenda de pesquisa. In: Leonardo Avritzer; Clóvis Henrique Leite de Souza. (Org.). **Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades**. 1ed. Brasília: IPEA, 2013, p. 173-204
- ALMEIDA, D. R. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. **Revista de Sociologia e Política** (Online), v. 22, p. 175-199, 2014.
- ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009.
- ATTON, C. **Alternative Media**. London: Sage, 2002.
- AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova**. São Paulo, n.49, p. 25-46, 2000.
- AVRITZER, Leonardo. Entre o diálogo e a reflexividade: a modernidade tardia e a mídia. In: AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Maurício. **Teoria social e modernidade no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2000b. p. 61-84.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.
- BADER, Veit. Misrecognition, power and democracy. In: B. van den Brink & D. Owen (Eds). **Recognition and power: Axel Honneth and the tradition of critical social theory** (p. 238-269). New York, NY: Cambridge University Press, 2007.
- BALLESTRIN, Luciana M. de A. **Com quantas armas se faz uma Sociedade Civil? Controles sobre armas de fogo na Governança Global, Brasil e Portugal (1995-2010)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2010.

BENNETT, Walter Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. **Information, Communication & Society**, Cambridge (UK), v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012.

BIMBER, Bruce; FLANAGIN, Andrew J.; STOHL, Cynthia. **Collective action in organizations: interaction and engagement in an era of technological change**. New York, NY: Cambridge University Press, 2012.

BLACK, Laura W. Framing Democracy and Conflict Through Storytelling in Deliberative Groups. **Journal of Public Deliberation**, v. 9, n.1, 2013, article 4.

BLACK, Laura W. Listening to the City: Difference, Identity, and Storytelling in Online Deliberative Groups. **Journal of Public Deliberation**, v. 5, n. 1, 2009, article 4.

BOHMAN, James. Political communication and the epistemic value of diversity: deliberation and legitimation in media society. **Communication Theory**, v.17, p. 348-55, 2007.

BOHMAN, James. Representation in the deliberative system. In: PARKINSON, J. & MANSBRIDGE, J. (Eds.), **Deliberative systems**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2012, p. 72-94.

BOTELHO, J. S.; MAIA, R. C. M.; MUNDIM, Pedro S. O debate em torno das cotas nas universidades públicas brasileiras de 2001 a 2009: uma análise preliminar. **Revista Compolitica**, v. 1, p. 7-34, 2011.

BUSIN, Valéria Melki. **Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis**. 2015. 290f. Dissertação (Mestrado), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CAMMAERTS, Bart; MATTONI, Alice; McCURDY, Patrick (Ed). **Mediation and Protest Movements**. Bristol; Chicago: Intellect, 2013.

CAMPOS, Luiz Augusto. **Enquadrando a Esfera Pública: a controvérsia das cotas raciais na imprensa**. 2013. 276f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CAMPOS, Luiz Augusto. **Quem enquadra as cotas? Atores sociais e pacotes interpretativos sobre as ações afirmativas raciais na imprensa**. In: Anais. VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2015.

CAMPOS CUNHA, Maria Consuelo. Movimento Negro no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, n. 7, 2003, p. 56-80.

CARNEIRO, Sueli. Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 36, p. 209-215, jan./jun. 2002a.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**. CFH/CCE/UFSC, vol. 10, n. 1, p. 209-214, 2002b.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados** [online], v.17, n.49, p.117-133, 2003.

CHAVES, Leslie Sedrez. **Da mídia para a sala de aula: o Projeto A Cor da Cultura nas apropriações de professores e alunos da escola Wenceslau Fontoura.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, 2009. 174f.

CHAVES, Leslie Sedrez. **Usos da internet nos movimentos sociais negros em rede na luta pela igualdade racial no Brasil:** Estudo de caso da Agência Afropress. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, 2014. 195f.

CHAVES, Leslie Sedrez; COGO, Denise. Activismo por la igualdad racial en Brasil. La comunicación a través de redes e Internet: Agencia de Noticias Afropress. **index.comunicación**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 211-245, 2013.

COGO, Denise; MACHADO, Sátira. **Redes de negritude:** usos das tecnologias e cidadania comunicativa de afro-brasileiros. In: XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM. Caxias do Sul, 2010.

COHEN, J. L.; ARATO, A. **Civil Society and Political Theory.** Cambridge: MIT Press, 1992.

CRUZ, Dulce Maria; DJIVE, Gilberto Filimone. O Instituto Mídia Étnica como experiência da inteligência coletiva e cultura participativa. **Revista Eptic**, v. 15, n. 3, p. 131-145, 2013.

CRUZ, Isabel. Como o Direito pode garantir o acesso da população negra à saúde? **Boletim do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Atividades de Enfermagem (NEPAE) e do Núcleo de Estudos sobre Saúde e Etnia Negra (NESEN)**. v. 13, n. 1, p. 132-145, 2016.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Movimento de consciência negra na década de 1970. **Educação em Debate**, ano 25, v. 2, n. 46, p. 47-54, 2003.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Depois da festa: movimentos negros e políticas de identidade no Brasil. In: ALVARES, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos:** novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 333-380.

DANTAS, Marcela. **O papel discursivo do especialista:** em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

DELLA PORTA, Donatella (Ed.). **Another Europe.** New York/London: Routledge, 2009a.

DELLA PORTA, Donatella. **Democracy in Social Movements.** London: Palgrave, 2009b.

DELLA PORTA, Donatella. Communication In Movement. **Information, Communication & Society**, v. 14, n. 6, 800-819, 2011.

DELLA PORTA, Donatella. Communication in movement: social movements as agents of participatory democracy. In: LOADER, B. D.; MERCEA, D. M. (Eds.). **Social media and democracy:** innovations in participatory politics. New York, NY: Routledge, 2012. p. 39-54.

DELLA PORTA, Donatella. Bridging research on democracy, social movements and communication. In: MATTONI, A., CAMMAERTS, B. & MCCURDY, P. **Mediation and Protest Movements.** Bristol: Intellect, 2013, p. 21-37.

DELLA PORTA, Donatella; MOSCA, L. Global-net for global movements? A network of networks for a movement of movements, **Journal of Public Policy**, vol. 25, pp. 165–190, 2005.

DOMINGUES, Petrónio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DOWNING, John. H. **Radical Media**. Rebellious Communication and Social Movements. London: Sage, 2001. (com FORD, Tamara Villareal; GIL, Genève; STEIN, Laura).

DRYZEK, J. S. **Discursive democracy**: politics, policy, and political science. New York; Oakleigh: Cambridge University Press, 1990.

DRYZEK, J. S. **Deliberative democracy and beyond**: liberals, critics, contestations. New York: Oxford University Press, 2000.

DRYZEK, J. S. **Deliberative Global Politics**: Discourse and Democracy in a Divided World. Cambridge: Polity Press, 2006.

DRYZEK, John S.; NIEMEYER, Simon John. Reconciling Pluralism and Consensus as Political Ideals. **American Journal of Political Science**, 50 (3), p.634-49, 2006.

DRYZEK, John S.; NIEMEYER, Simon John. Discursive representation. **American Political Science Review**, v. 102, n. 4, p. 481–93, 2008.

EARL, Jennifer; KIMPORT, Katrina. **Digitally enabled social change**: online and offline activism in the age of the internet. Cambridge, MA: MIT Press, 2011.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica; BARBARELA, Eduardo; RAMOS, Pedro. **Levantamento das políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais (2013)**. Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, 2013, p. 1-25.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste. Políticas da Igualdade Racial no Ensino Superior. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 5, p. 31-43, 2014.

FUSTER MORELL, M. Acción colectiva a través de redes online: Comunidades de Creación Online para la construcción de bienes públicos digitales. **Redes: Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación**, n. 6, p. 229-247, 2011.

GAMSON, William A. Bystanders, public opinion and the media. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. H.; KRIESI, H. (Ed.) **The Blackwell Companion to Social Movements**. Blackwell, Oxford, 2004, p. 242-261.

GARCÊZ, Regiane L. O. A representação política dos oprimidos nas redes sociais online: quem fala em nome de quem e com qual legitimidade? **Contemporânea. Comunicação e cultura**, v.11, n.2, mai-ago 2013, p. 304-321.

GARCÊZ, Regiane L. O. **Representação Política e Lutas Sociais**: Quem fala em nome de quem no debate sobre a educação de surdos. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. 2015, 173p.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. 3ª. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre os movimentos sociais: o debate contemporâneo. XV Congresso Brasileiro de Sociologia. [Anais...]. Curitiba, 26 e 29 de jul. 2011.

GOMES, Angela de Castro Gomes. Prefácio. In: ALBERTI, Verena.; PEREIRA, Amilcar. **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, 2007. p. 9-12.

GOMES, Marcus Vinícius Peinado. **O movimento negro e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**: um estudo sobre a luta por sentidos sobre a desigualdade racial no Brasil. 2009. 161 f. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

GRASMUCK, Sherri; MARTIN, Jason; ZHAO, Shanyang. Ethno-Racial Identity Displays on Facebook. **Journal of Computer-Mediated Communication** 15, p. 158-188, 2009.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo . A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo social**, v. 13, n. 2, p. 121-142, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Between Facts and Norms**: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy. Cambridge, MA: The MIT Press, 1996.

HABERMAS, Jürgen . **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HENRIQUES, Ricardo; CAVALLEIRO, Eliane. Educação e Políticas Públicas Afirmativas: elementos da agenda do Ministério da Educação. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005. p. 209-224.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cad. Saúde Pública**, v.18, supl., p. 57-65, 2002.

HERINGER, Rosana. Promoção da igualdade racial no Brasil: um objetivo democrático. **Teoria & Pesquisa**, [São Carlos], n. 42/43, p. 285-301, 2003.

HERINGER, Rosana. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil**: um balanço do período 2001-2004. 2006. Artigo elaborado para o livro resultante do I Workshop da Rede de Estudos de Ação Afirmativa. Texto do autor.

HINTZ, Arne; MILAN, Stefania. At the margins of Internet governance: grassroots tech groups and communication policy. **International Journal of Media and Cultural Politics**, v. 5 (1&2), p. 23-38, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Desigualdades raciais e políticas públicas**: 120 anos após a abolição. Brasília, 2008. Comunicado da Presidência nº 4.

JACCOUD, Luciana de Barros. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário et al. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. p. 131-166.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

KAVADA, Anastasia. Internet cultures and protest movements: the cultural links between strategy, organizing and online communication. In: CAMMAERTS, Bart; MATTONI, Alice; McCURDY, Patrick (Ed). **Mediation and Protest Movements**. Bristol; Chicago: Intellect, 2013. p. 75-94.

KOOPMANS, R. Codebook for the analysis of political mobilisation and communication in European public spheres, **Europub.com Project**, 2002. Disponível em: <<http://europub.wzb.eu/codebooks.en.htm>>. Acesso em 10 jun. 2014.

KOOPMANS, R. and STATHAM, P. Political party contestation over Europe in the mass media: who criticizes Europe, how, and why? **European Political Science Review**, 1, p. 435-463, 2009.

KOOPMANS, R. and STATHAM, P. Political claims analysis: integrating protest event and political discourse approaches', **Mobilization: An International Quarterly**, 4(2), p. 203-21, 1999.

LAVALLE, A.G; HOUTZAGER, P; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**. São Paulo, n. 67, p. 49-103, 2006.

LEONEL, Juliana Melo; MENDONÇA, Ricardo F. **Audiovisual comunitário e educação: histórias, processos e produtos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LIMA JÚNIOR, Ariovaldo. **Jornal Irohin: estudo de caso sobre a relevância educativa do papel da imprensa negra no combate ao racismo (1996-2006)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 117p. São Paulo, 2009.

MACHADO, Sátira Pereira. A cor da cultura: crianças, televisão e negritude na escola. In.: SILVA, G. F.; SANTOS, José Antônio dos e CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. **RS NEGRO: cartografias sobre a produção do conhecimento**. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2008.

MACHADO, Sátira. Pereira; CHAVES, Leslie S. Comunicação alternativa em rede e busca de visibilidade no ativismo pela igualdade racial: estudo de caso da Agência Afropress. In: DORNELLES, Beatriz; GERBASE, Carlos (Org.). **Papel e película queimam depressa: Como o cinema e o jornalismo impresso tentam escapar da fogueira midiática do novo século**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 171-184.

MAIA, Rousiley C. M. **Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação**. In: X ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, Brasília, 2001. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/fac/comunicacaoopolitica/Rousiley2001.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

MAIA, Rousiley C. M. **Democracia Deliberativa: dimensões conceituais**. In: MAIA, R. C. M (Org.). **Democracia e Mídia: dimensões da deliberação**. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 27-54.

MAIA, Rousiley C. M. Conversação cotidiana e deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: problemas & perspectiva**. São Paulo: Paulus, 2008a. p. 195-219.

MAIA, Rousiley C. M. (Org.). **Mídia e Deliberação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008b.

MAIA, Rousiley C. M. **Deliberation, the media and political talk**. New York: Hampton Press,

2012a.

MAIA, Rousiley C. M. Non-electoral Political Representation: Expanding Discursive Domains, **Representation**, v. 48, n. 4, p. 429-443, 2012b.

MAIA, Rousiley C. M. **Recognition and the media**. London, UK: Palgrave McMillan, 2014.

MAIA, Rousiley C. M. Deliberative Media. In: **Oxford Handbook of Deliberative Democracy**. Oxford (no prelo).

MAIA, Rousiley C. M.; GARCÊZ, Regiane L. O. Recognition, Feelings of Injustice and Claim Justification: deaf people's storytelling on the internet. In: MAIA, Rousiley C. M. **Deliberation, the media and political talk**. New York: Hampton Press, 2012. p. 123-147.

MAIA, Rousiley C. M.; REZENDE, Thaiane A. **Deliberative system and discussions on racism and homophobia in networked media environment**. Trabalho apresentado na Conferência da International Communication Association, Seattle, 22-26 mai. 2014.

MAIA, Rousiley C. M.; REZENDE, Thaiane A. Respect and Disrespect in Deliberation Across the Networked Media Environment: Examining Multiple Paths of Political Talk. **Journal of Computer-Mediated Communication**, 21, p. 121-139, 2016.

MAIA, R. C. M.; ROSSINI, P. G. C.; OLIVEIRA, V. V.; OLIVEIRA, A. G. Sobre a importância de examinar diferentes ambientes online em estudos de deliberação. **Opinião Pública** (UNICAMP. Impresso), v.21, p. 490-513, 2015.

MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

MANSBRIDGE, J. **Everyday Talk in Deliberative System**. In: *Deliberative Politics: Essays on Democracy and Disagreement*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

MARTINS, André Ricardo Nunes. Racismo e Imprensa: argumentação no discurso sobre as cotas para negros nas universidades. In: SANTOS, Sales Augusto dos Santos (Org.) **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005. p. 179-206.

MATTONI, Alice. Repertoires of communication in social movement processes. In: CAMMAERTS, Bart; MATTONI, Alice; McCURDY, Patrick (Ed). **Mediation and Protest Movements**. Bristol; Chicago: Intellect, 2013. p. 39-56.

MATTONI, Alice. **Multiple Media Practices in Italian Mobilizations Against Precarity of Work**. Tese de Doutorado, European University Institute, Florence, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1814/13290>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

MCCOMAS, K.; SHANAHAN, J. Telling stories about global climate change: Measuring the impact of narratives on issue cycles. **Communication Research**, 26(1), p. 30-57, 1999.

MCCURDY, Patrick. Mediation, practice and lay theories of news media. In: CAMMAERTS, Bart; MATTONI, Alice; McCURDY, Patrick (Ed). **Mediation and Protest Movements**. Bristol; Chicago: Intellect, 2013. p. 57-74.

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes: Collective action in the information age**. Cambridge:

Cambridge University Press, 1996.

MEDEARIS, John. Social Movements and Deliberative Democratic Theory. **British Journal of Political Science**, 35, 2005, p. 53-75.

MENDONÇA, Ricardo F. Representation and deliberation in civil society. **Brazilian Political Science Review**, v. 2, n. 2, pp. 117-137, 2008.

MENDONÇA, Ricardo F. Democracia discursiva: contribuições e dilemas de uma abordagem deliberativa do Grupo Australiano. **IBIB**, São Paulo, n. 69, 1.º semestre de 2010, p. 59-78.

MENDONÇA, Ricardo F. Comunicação e Sociedade Civil: Interfaces e Agendas. **Revista Compolítica**, n. 1, vol. 1, ed. março-abril, p. 7-44. Rio de Janeiro: Compolítica, 2011.

MENDONÇA, Ricardo F.; MAIA, Rousiley C. M. Deliberation across arenas? Assessing the constitution of general claims about the future of leprosy colonies. In: MAIA, Rousiley C. M. **Deliberation, the media and political talk**. New York: Hampton Press, 2012. p. 287-314.

MILAN, Stefania. **Social movements and their technologies**. London: Palgrave, 2013.

MOSCA, L.; DELLA PORTA, D. Unconventional politics online. In: DELLA PORTA, Donatela (Ed.). **Democracy in Social Movements**. London: Palgrave, 2009, p. 194-216.

NASCIMENTO, Eliciana Santos do. A Comunicação como um instrumento de inclusão social: Um olhar do Relações Públicas sobre a experiência de articulação da Rede Aiyê Hip-Hop. **Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**. v. 10, n. 1, 2006, p. 1-9.

NORRIS, Pippa. **A Virtuous Circle?** Political Communications in Post-Industrial Democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, Durban – África do Sul.

OLIVEIRA, Alicianne Gonçalves de. **A questão racial na esfera pública (virtual): a experiência da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no governo Dilma Rousseff**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2012. 221f.

OLIVEIRA, Alicianne Gonçalves de. Do sentimento de injustiça à luta social: movimento negro, estratégias de comunicação e luta por reconhecimento no Brasil. **Animus** (Santa Maria. Online), v. 14, p. 38-55, 2015.

OLIVEIRA, Alicianne Gonçalves de; BARBALHO, Alexandre Almeida. Racial and political militancy in online communication: the relations between black movement, state, and political party in Brazil. Presented in **64th ICA Annual Conference**, Seattle, 22-26 May 2014.

OLIVEIRA, Vanessa Veiga de. **Direitos Humanos e suas Justificativas na Mídia: A controvérsia envolvendo o caso do PNDH-3**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

OLIVEIRA, Vanessa Veiga de; MAIA, Rousiley. C. M. **The Paradox of Publicity: an analysis of**

public justification of human right norms in the news media within a deliberative system. Trabalho apresentado na Conferência da International Communication Association, San Diego, 22-26 mai. 2017 (prelo).

PARKINSON, John Richard. **The legitimation of deliberative democracy**. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Research School of Social Sciences, Australian National University, Canberra, 2003. 265f. Disponível em: <
<https://digitalcollections.anu.edu.au/bitstream/1885/12470/1/Parkinson%20J%20R%20Thesis%202003.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

PEREIRA, Amilcar Araujo. O “Atlântico Negro” e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. **Perseu**. n. 1, Ano 1, 2007b, p. 235-263.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **O Mundo Negro**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

PETRARCA, Fernanda Rios; NEVES, Clarissa Eckert Baeta. "Direitos Humanos se conquistam na luta": igualdade racial, ativismo jurídico e defesa de causas coletivas no Rio Grande do Sul. **Soc. estado.**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 151-173, 2011.

PINTO, Regina P. **O movimento negro em São Paulo**: luta e identidade. São Paulo: UEPG, Fundação Carlos Chagas, 2013.

PITKIN, Hanna. **The concept of representation**. Berkeley, University of California Press, 1967.

PITKIN, Hanna. Representação: palavras, instituições e idéias. **Lua Nova**, 67: p. 15-47, 2006 [Original de 1989].

POLLETTA, Francesca; LEE, John. Is telling stories good for democracy? Rhetoric in public deliberation after 9/11. **American Sociological Review**, 71, p. 699-723, 2006.

Rosanvallon, P. **Counter-Democracy**: Policy in an age of distrust. New York: Cambridge University Press, 2008.

ROQUE, Átila. Construção e desconstrução do silêncio: reflexões sobre o racismo e o antirracismo na sociedade brasileira. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Org.). **Caminhos convergentes**: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. p. 259-274.

SALOMÃO, Renê Santos. **Que imprensa é essa?** Os jornais negros de Salvador na década de 1980. 2013. 80f. Monografia (Graduação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SANTOS, Marcio André de O. dos. Política negra e democracia no Brasil contemporâneo: reflexões sobre os movimentos negros. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. **Caminhos convergentes**: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009, p. 227-258.

SANTOS, Sales Augusto. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. 2007. 554f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SANTOS BOTELHO, J. **Le débat public autour de la représentation ethnique et raciale dans la publicité brésilienne**: discours, stratégies et reconstructions identitaires. 2008. Tese (Doutorado em Comunicação). Montréal, Université du Québec à Montréal, UQAM, Canadá, 2008.

SANTOS BOTELHO, J. L'altérité à l'épreuve de la critique postcolonialiste : une analyse comparative du débat public autour des deux publicités du Groupe Benetton en France et au Brésil. In: GUY LOCHARD; Marie-Dominique Popelard. (Org.). **Images de l'étranger**. Paris: INA-L'Harmattan, 2012, v. 1, p. 173-190.

SAWARD, M. The representative claim. **Contemporary Political Theory** 5, 2006, p. 297-318.

SAWARD, M. Authorization and authenticity: representation and the unelected. **The Journal of Political Philosophy** 17(1), 2009, p. 1-22.

SAWARD, M. **The Representative Claim**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. **Memória, Imaginário e Poder**: práticas comunicativas e de ressignificação das organizações de mulheres negras. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura, Mídia e Mediações Sócio-Culturais. Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 190p. Rio de Janeiro, 2007.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ações Afirmativas e Diversidade Étnico-Racial. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005. p. 141-164.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: educação, desigualdade e reconhecimento. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Org.). **Caminhos convergentes**: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; ActionAid, 2009, p. 13-38.

SOUSA, Cecília Bizerra. **Comunicação e igualdade racial**: atuação de movimentos negros na 1ª Conferência Nacional de Comunicação. 2014. 211 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

STEENBERGEN, Marco R.; BÄCHTIGER, André; SPÖRNDLI, Markus; STEINER, Jürg. Measuring Political Deliberation: A Discourse Quality Index. **Comparative European Politics**, 1, p. 21-48, 2003.

STEINER, J. **The Foundations of Deliberative Democracy**. Empirical Research and Normative Implications. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

STEINER, J.; BÄCHTIGER, A.; SPÖRNDLI, M.; STEENBERGEN, M. **Deliberative Politics in Action**: Analysing Parliamentary Discourse. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário et al (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008, p. 15-44.

TRAPP, Rafael Petry. Memória Discursiva e Antirracismo: Discursos Sobre "Movimento Negro" No Jornal Afro-Latino-América. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.3, n.8, Jan./Jun, 2013. p. 1-11.

URBINATI, Nadia. Representation as advocacy: a study of democratic deliberation. **Political Theory**, v. 28, n. 6, p. 758-86, 2000.

URBINATI, Nadia. **Representative Democracy**. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

URBINATI, Nadia; WARREN, Mark E. The concept representation in contemporary democratic theory. **The Annual Review Political Science** 11, p.387-412, 2008.

VELOSO, Marina. **Ética do Discurso**. Apel ou Habermas? Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2001. 2.ed.: Mauad, 2011.

WARREN, Mark. **Democracy and association**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

WELDON, Lauren S. **When Protest Makes Policy**: How Social Movements Represent Disadvantaged Groups. Ann Arbor, MI: The University of Michigan Press, 2011.

WILDE, P. Representative claims analysis: theory meets method, **Journal of European Public Policy**, v. 20, n. 2, p. 278-294, 2013.

WINNER, Roger D.; DOMINICK, Joseph R. **Mass media research**: An introduction. Wadsworth Cengage Learning: Boston, 2011.

WOZNIAK, A., LÜCK, J.; WESSLER, H. Frames, stories, and images: The advantages of a multimodal approach in comparative media content research on climate change. **Environmental Communication**: 9, n. 4, p. 469-490, 2014.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

APÊNDICE A - LISTA DE ENTIDADES E EXPERIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO ONLINE

As listas a seguir foram feitas entre 2013 e 2016 e reúnem informações sobre 84 atores que desenvolvem experiências de comunicação na internet (total de 180). O levantamento foi desenvolvido a partir da literatura disponível e de documentos das Conferências Nacionais de Igualdade Racial e dos conselhos de órgãos como Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Fundação Cultural Palmares (FCP), além do contato direto com pesquisadores, militantes e representantes de organizações e coletivos. Esse contato se deu em dois momentos. Em setembro e outubro de 2013, na fase de aprimoramento do projeto de pesquisa, tive a valiosa ajuda de Prof. Amilcar Araujo Pereira, Profa. Juliana Santos Botelho, Prof. Petrônio Domingues, Prof. Marcus Vinícius P. Gomes, Flávio Jorge, Angélica Basthi e Edson Lopes Cardoso. As conversas presenciais ou via Skype e os e-mails trocados nesse período foram fundamentais para que eu entendesse melhor os movimentos sociais negros e sua comunicação. Ao compartilharem importantes documentos, experiências, contatos e referências bibliográficas, essas pessoas foram essenciais para a escolha do corpus e para a construção dessa tese. Também foram de fundamental importância as trocas de e-mails, em outubro de 2014, com os pesquisadores citados acima e com os seguintes pesquisadores, jornalistas e ativistas: Antonio Costa Neto, Carlos Medeiros, Dojival Vieira, Humberto Adami, Marcos Cardoso, Victor Tamm e Zilda Martins. Essas trocas de e-mails em outubro de 2014 proporcionaram dicas valiosas sobre os movimentos sociais negros e sobre documentos, listas de e-mails e outros espaços de discussão usados pelos MSNs nos últimos anos. Faço um agradecimento especial ao jornalista Flávio Carrança, que, em inúmeros momentos dos quatro anos de pesquisa, compartilhou experiências e respondeu dúvidas por e-mail, Skype ou pessoalmente na cidade de São Paulo.

EMPREENDEDORES DA CAUSA NEGRA

NOME	OCUPAÇÃO	EXPERIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO	LOCALIDADE/SEDE
DOJIVAL VIEIRA	Jornalista e advogado	(agência de notícias) http://www.afropress.com/ https://www.facebook.com/afropress https://twitter.com/afropress	São Paulo (SP)
WASHIGTON LÚCIO ANDRADE	Jornalista	(portal de notícias) http://www.afropress.com/ https://www.facebook.com/africasportal https://twitter.com/portalafricas https://plus.google.com/101618334737509860524/posts?hl=pt-br	São Paulo (SP) com escritório em Araraquara (SP)
CAMILA DE MORAES	Jornalista	http://palavrasenegrecidas.blogspot.com.br/	- (BA)
JÉSSICA IPÓLITO	Servidora pública	http://gordaesapatao.com.br/ https://www.facebook.com/jesxx https://twitter.com/jeszz__ (Perfil sapatão 42)	São Paulo (SP)
EVELYN QUEIRÓZ	Artista	http://www.negahamburguer.com/ https://www.facebook.com/olanegahamburguer https://twitter.com/negahamburguer http://instagram.com/negahamburguer	São Paulo (SP)
HUMBERTO ADAMI	Advogado	http://humbertoadami.blogspot.com/ https://www.facebook.com/humbertoadami https://twitter.com/HUMBERTOADAMI https://www.youtube.com/user/humbertoadami	Rio de Janeiro (RJ)
Alessandra de Mattos da Silva	Mulheres negras	https://www.facebook.com/PretaeGorda https://twitter.com/pretaegorda	-
SANDRO MATIAS	-	(webrádio) http://www.raizesdeumbanda.com/ http://radioraizesdeumbanda.blogspot.com.br/	São Paulo (SP)
CARMEM DE OXALÁ	Yalorixá	(revista online) https://conexaoafro.wordpress.com/	São Paulo (SP)

		http://jornalconexaoafro.blogspot.com.br/	
--	--	---	--

COLETIVOS

ATOR	ÁREA	EXPERIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO	LOCALIDADE/SEDE
REDE KULTAFRO	Cultura e Arte	(portal) http://www.kultafro.com.br/ https://www.facebook.com/kultafro https://twitter.com/kultafro	São Paulo (SP)
COMISSÃO DE JORNALISTAS PELA IGUALDADE RACIAL - COJIRA SP	Comunicação e Arte	http://cojira.wordpress.com/ https://www.facebook.com/cojirasp https://twitter.com/cojira	São Paulo (SP)
COJIRA RJ	Comunicação	https://www.facebook.com/cojira.rio?ref=ts&fref=ts	Rio de Janeiro (RJ)
COJIRA DF	Comunicação	https://cojiradf.wordpress.com https://www.facebook.com/cojira.DF?fref=ts https://twitter.com/cojiradf	Distrito Federal
COJIRA AL	Comunicação	http://cojira-al.blogspot.com.br/ https://twitter.com/cojiraal	Maceió (AL)
NOSSO COLETIVO NEGRO	Educação	http://nossocoletivonegro.blogspot.com/	Distrito Federal
BLOGUEIRAS NEGRAS	Mulher negra	http://blogueirasnegras.org/ https://www.facebook.com/blogueirasnegras https://twitter.com/blognegras https://www.youtube.com/user/blogueirasnegras/feed https://plus.google.com/113493973803158616758/about	-

AGENTES DE PASTORAL NEGROS	Religião	https://sites.google.com/site/agentesdepastoralnegros https://twitter.com/APNs_Brasil	-
AGENTES DE PASTORAL NEGROS MG	Religião	http://apnsquilombobh.blogspot.com/	Belo Horizonte (MG)
AGENTES DE PASTORAL NEGROS ES	Religião	https://www.facebook.com/apns.es	Vitória (ES)
PASTORAL AFROBRASILEIRA – CNBB	Religião	http://www.cnbb.org.br/afro-brasileira https://www.facebook.com/juventudepabrij/info/ https://twitter.com/cenpah https://www.youtube.com/channel/UCQ66kTjZoKRDR9d96Rn08Q	Brasília (DF)
PASTORAL AFRO-BRASILEIRA SANTA ROSA DE LIMA	Religião	https://www.facebook.com/pafrosantarosadelima/?ref=br_rs https://www.facebook.com/groups/pastoralafrosantarosarj/?ref=br_rs https://www.youtube.com/channel/Ucbtu-lk7NhMqLipEFvai7QA	Rio de Janeiro (RJ)
PASTORAL AFRO-BRASILEIRA DA PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO DE LUCAS	Religião	https://www.facebook.com/pastoralafrolucasrj/?ref=br_rs	Rio de Janeiro (RJ)
CÍRCULO PALMARINO ES	Movimento ⁷⁴	http://www.circulopalmarino.org.br/ https://www.facebook.com/circulo.palmarino.1?fref=ts https://twitter.com/circpalmarino https://plus.google.com/114609528100874233396/posts	Vitória (ES)

⁷⁴ Quando o coletivo não trabalha especificamente com uma área.

FÓRUM NACIONAL DE JUVENTUDE NEGRA – FONAJUNE	Juventude	http://fonajune.blogspot.com/ http://forumnacionaldejuventudenegra.blogspot.com/ https://www.facebook.com/pages/F%C3%B3rum-Nacional-de-Juventude-Negra/139340486092205?ref=ts&fref=ts https://twitter.com/Fonajune https://www.youtube.com/channel/UCGsfLeI45U30BolnmgWJRbA/feed	-
FONAJUNE BAHIA	Juventude	http://fojuneba.blogspot.com/ https://www.facebook.com/pages/F%C3%B3rum-Baiano-de-Juventude-Negra/161392910555640?ref=ts&fref=ts	(BA)
FONAJUNE DISTRITO FEDERAL	Juventude	http://forumdajuventudenegradf.blogspot.com/	Distrito Federal
FONAJUNE PARANÁ	Juventude	https://www.facebook.com/ForumParanaenseDeJuventudeNegra/timeline	(PR)
REDE NACIONAL BANTU (MONABANTU)	Religião e Cultura	http://monabantunacional.blogspot.com/ https://www.facebook.com/monabantu?ref=ts&fref=ts	-
MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES RS	Mulheres negras	http://mmm-rs.blogspot.com.br/	Porto Alegre (RS)
O MENELICK 2º ATO	Cultura e Arte	www.omenelick2ato.com omenelicksegundoato.blogspot.com https://www.facebook.com/O-Menelick-2%C2%BA-Ato-390733891014733/timeline https://twitter.com/omenelick2ato https://www.youtube.com/channel/Uca-uSoMevanFPJbSjgrfMKw https://vimeo.com/user4534265 www.issuu.com/omenelick2ato	São Caetano do Sul (SP)
QUILOMBOHOJE LITERATURA	Cultura e Arte	http://www.quilombhoje.com.br/	São Paulo (SP)
PORTAL DO CANDOMBLÉ	Religião	http://www.portaldocandomble.pro.br/	São Paulo (SP)

ENTIDADES

ATOR	ÁREA	EXPERIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO	LOCALIDADE/SEDE
COLETIVO DE ENTIDADES NEGRAS – CEN	Movimento	http://cenbrasil.blogspot.com/	Salvador (BA)
CEN DISTRITO FEDERAL	Movimento	https://www.facebook.com/coletivo.deentidades?fref=ts	Distrito Federal
CEN PERNAMBUCO	Movimento	http://cenpernambuco.blogspot.com/	Recife (PE)
CEN GOIÁS	Movimento	https://www.facebook.com/groups/281362172052466/?ref=ts&fref=ts	Goiânia (GO)
GELEDÉS - INSTITUTO DA MULHER NEGRA	Mulher negra	(portal) http://www.geledes.org.br/ https://www.facebook.com/geledes https://twitter.com/geledes https://plus.google.com/110591917933025882083/posts	São Paulo (SP)
CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES – CEERT	Trabalho	http://www.ceert.org.br/ https://www.facebook.com/ceert.comunic https://twitter.com/ceert_comunic?lang=p http://www.youtube.com/user/CanaldoCeert/videos	São Paulo (SP)
AFROBRAS	Educação e Cultura	www.afrobras.org.br https://www.facebook.com/negrosemfocojovem?ref=ts&fref=ts https://www.facebook.com/pages/AfrobrasNews/261402583214?fref=ts https://twitter.com/afrobrasnews http://www.youtube.com/afrobrascom	São Paulo (SP)
INSTITUTO DE MÍDIA ÉTNICA	Comunicação e Juventude	(website) http://midiaetnica.ning.com/ (rede Social) http://correionago.ning.com/ https://www.facebook.com/groups/11874368759/?ref=ts&fref=ts https://www.facebook.com/pages/Instituto-M%C3%ADdia-%C3%89tnica/212962412068271?fref=ts	Salvador (BA)

		https://twitter.com/midiaetnica https://www.youtube.com/user/MidiaEtnicaVideos/featured	
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS - ABPN	Educação	http://www.abpn.org.br/ https://twitter.com/siteabpn https://www.facebook.com/abpn.org.br	Florianópolis (SC)
ASSOCIAÇÃO DE PESQUISADORES NEGROS DA BAHIA	Educação	http://apnbbahia.blogspot.com/ https://twitter.com/apnbbahia	Salvador (BA)
EDUCAFRO	Educação	http://www.educafro.org.br/site/ https://www.facebook.com/Educafros?ref=ts&fref=ts https://www.facebook.com/educafrobrasil https://www.youtube.com/channel/UCNrO7o7OqrfxPL110jUXxmg	São Paulo
EDUCAFRO DF	Educação	http://educafrodf.blogspot.com.br/ https://www.facebook.com/educafro.brasilia?ref=ts&fref=ts	Brasília (DF)
EDUCAFRO RIO	Educação	http://educafrorio.blogspot.com.br/	Rio de Janeiro (RJ)
EDUCAFRO MINAS	Educação	http://www.educafrominas.org.br/ https://www.facebook.com/educafrominas https://www.youtube.com/user/educafrominas https://plus.google.com/u/0/105932929782266322254/posts	Belo Horizonte (MG)
AGANJU - AFROGABINETE DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E JURÍDICA	Direito	https://www.facebook.com/Aganju-Afrogabinete-de-Articula%C3%A7%C3%A3o-Institucional-e-Jur%C3%ADdica-549124458446333/	Salvador (BA)
ALAI - AGÊNCIA AFRO LATINO EURO AMERICANA DE INFORMAÇÃO	Comunicação	Site - http://www.alaionline.org.br/	Salvador (BA)

IPEAFRO	Educação	http://www.ipeafro.org.br/ https://www.facebook.com/lpeafro1 https://twitter.com/ipeafro https://www.youtube.com/user/lpeafro https://plus.google.com/110711715613432832267	Rio de Janeiro (RJ)
ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS	Mulheres negras	http://www.amnb.org.br/site/index.php http://amnbnasconferencias.wordpress.com/ http://www.2015marchamulheresnegras.com.br/ https://www.facebook.com/Marchamnegra https://twitter.com/mulhernegrabr	Porto Alegre (RS)
CENTRO NACIONAL DE AFRICANIDADES E RESISTÊNCIA AFRO-BRASILEIRA – CENARAB	Religião e Cultura	http://www.cenarab.com.br/ https://www.facebook.com/Cenarab/timeline	Belo Horizonte (MG)
CONGRESSO NACIONAL AFRO-BRASILEIRO - CNAB	Movimento	http://www.cnab.org.br/ https://pt-br.facebook.com/pages/CNAB-Congresso-Nacional-Afrobrasileiro/565656623528358 https://twitter.com/conaqbrasil	São Paulo (SP)
COORDENAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS – CONEN	Movimento	Site - http://www.conen.org.br/	-
CONEN BAHIA	Movimento	Blog - http://conenbabr.blogspot.com/	Salvador (BA)
COORDENAÇÃO NACIONAL ADE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBLAS – CONAQ	Quilombolas	Blog - http://quilombosconaq.blogspot.com/	Brasília (DF)

INSTITUTO NACIONAL DE TRADIÇÃO E CULTURA FRO-BRASILEIRA (INTECAB) – SÃO PAULO	Religião e Cultura	http://intecabsp.wordpress.com/intecab-sp/ https://www.facebook.com/groups/285651034832517/?ref=ts&fref=ts https://www.facebook.com/SiwajuIntecabsp?ref=ts&fref=ts	São Paulo (SP)
INTECAB RIO DE JANEIRO	Religião e Cultura	http://intecabrj.blogspot.com/	Rio de Janeiro (RJ)
INTECAB MINAS	Religião e Cultura	http://intecabmg.blogspot.com/	(MG)
INTECAB BAIXADA	Religião e Cultura	http://intecab-nucleobaixadasantista.blogspot.com/	São Vicente (RJ)
INTECAP PARÁ	Religião e Cultura	http://intecab.blogspot.com/	(PA)
INTECAP PARAÍBA	Religião e Cultura	http://coordenacaodointecabpb.blogspot.com/	(PB)
MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU)	Movimento	http://mnu.blogspot.com/ https://www.facebook.com/pages/Movimento-Negro-Unificado-Brasil-MNU/200904580057528 https://www.facebook.com/MNUMovimentoNegroUnificado/timeline https://www.facebook.com/movimentonegrounificado.mnu?ref=br_rs https://www.facebook.com/groups/431461313607046/?ref=br_rs	-
MNU BAHIA	Movimento	http://movimentonegrounificadoba.wordpress.com/	Salvador (BA)
MNU RIO	Movimento	http://mnurio.blogspot.com/ https://www.facebook.com/pages/Movimento-Negro-Unificado-Rio-de-Janeiro/418374524894038?ref=ts&fref=ts https://www.facebook.com/pages/MNU-Movimento-Negro-Unificado-RJ/319218564862420?ref=br_rs	Rio de Janeiro (RJ)
MNU PERNAMBUCO	Movimento	http://mnupenambuco.blogspot.com/	Recife (PE)

MNU MARANHÃO	Movimento	http://movimentonegrounificadomnu.blogspot.com/	São Luís (MA)
MNU RIO GRANDE DO SUL	Movimento	http://movimentonegrounificadors.blogspot.com/	Porto Alegre (RS)
MNU DISTRITO FEDERAL	Movimento	http://mnudf.blogspot.com/	Brasília (DF)
MNU SANTA CATARINA	Movimento	https://www.facebook.com/mnusantacatarina?ref=ts&fref=ts	(SC)
MNU OSASCO	Movimento	https://www.facebook.com/groups/movimentonegro/?ref=br_rs	Osasco (SP)
UNIÃO DE NEGROS PELA IGUALDADE - UNEGRO	Movimento	https://www.youtube.com/user/unegro	-
UNEGRO RIO DE JANEIRO	Movimento	http://unegroriodejaneiro.blogspot.com/	Rio de Janeiro (RJ)
REDE AMAZÔNIA NEGRA	Movimento	http://negraamazonia.blogspot.com/ https://www.facebook.com/groups/351885361527658/?ref=ts&fref=ts	-
NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA	Educação	http://www.ncn.org.br/	São Paulo (SP)
ILÊ AIYÊ	Cultura	http://www.ileaiyeoficial.com/	Salvador (BA)
CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO	Cultura	http://ccnma.org.br/	São Luís (MA)
UNIÃO DE NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO POPULAR PARA NEGRAS/OS E CLASSE	Educação	http://uneafrobrasil.org/ https://www.facebook.com/uneafrobrasil https://twitter.com/UNEafroBrasil	-

TRABALHADORA - UNEAFRO BRASIL			
JORNAL A GAXÉTA	Religião	http://www.jornalagaxeta.com.br/ https://www.facebook.com/JornalAGaxeta https://twitter.com/agaxeta https://www.instagram.com/agaxeta/	Mogi das Cruzes (SP)
MAIS UMBANDA VINHA DE LUZ	Religião	(rádio online) http://www.radiovinhadeliz.com/	São Paulo (SP)

APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

ENTREVISTA COM DOJIVAL VIEIRA/AFROPRESS

1. A Afropress nasceu ligada à ONG ABC Sem Racismo. Hoje ela é uma empresa. Quando houve a separação? Na época, você era diretor da ONG? E qual a sua ligação com a ONG hoje?
2. Na pesquisa da Leslie Chaves, fala-se que em 2004 foi criada a Agência de Informação Multiétnica Afropress. A versão online começou mesmo só a partir de 2007?
3. A Agência desenvolve outras ações que não online?
4. A Afropress ainda tem newsletter?
5. Quem compõe hoje a equipe da Afropress? Quem escreve a maior parte dos textos?
6. Você é editor e diretor?
7. Você me disse que tinha saído de São Paulo. Onde a Afropress é escrita agora?
8. A redação ainda é na sua casa?
9. Há perfis não atualizados no Twitter, no Youtube. Isso se deve à equipe reduzida?
10. Como é o financiamento da agência?
11. Há planos de tornar o site mais interativo? Ou isso é pensado para os perfis nas redes sociais?
12. Um dos objetivos Afropress é pautar a grande mídia. Você acha que agência consegue isso?
13. Você acha que ela também tem um papel importante dentro dos movimentos sociais negros? Se sim, qual?
14. Na matéria sobre os 12 anos, fala-se que um plano para 2017 é tornar o site mais interativo e dinâmico. Como?
15. Há dados atualizados de acesso?
16. A Afropress conta com uma rede de colaboradores. Quantos são hoje?
17. Essa rede participa, de algum modo, da política editorial da Afropress?
18. Quem realmente decide o que vai ao ar?
19. Você também é advogado. Exerce a profissão? Algum caso ligado às temáticas da Afropress?

20. No período que eu analisei, a Afropress abordou frequentemente o debate sobre as cotas nas universidades estaduais de São Paulo. Por que desse foco? É uma questão geográfica mesmo?
21. No material analisado, a população negra é o principal grupo presente nos argumentos dados nos textos. Há, claro, a presença de outros grupos nesses argumentos, mas em menor número. Você acha que essa é uma questão muito da população negra?
22. Você participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), foi vereador pelo partido ainda na década de 1980. Também coordenou o Programa Diversidade na Universidade do Ministério da Educação (MEC) em 2002 e presidiu, entre 2006 e 2008, a Comissão Intersecretarial de Monitoramento e Gestão da Diversidade da Secretaria do Trabalho do Município de São Paulo. Qual sua relação hoje com o PT e outros partidos políticos?
23. Qual a sua relação e da Afropress com o Governo Federal e o Governo Estadual de São Paulo?
24. Isso interfere no trabalho da Afropress?
25. A Afropress não se exime de fazer críticas a atores dos MSNs. Qual sua relação com os movimentos sociais negros? Há uma boa interlocução entre a Afropress e atores dos MSNs?
26. Que papel você acha que a comunicação, e a internet têm para os movimentos negros e para a luta pela igualdade?
27. Quais outros meios de luta também devem ser priorizados?

ENTREVISTA COM HUMBERTO ADAMI/BLOG DO HUMBERTO ADAMI

1. Como surgiu a ideia do Blog?
2. Por que ele não é atualizado agora?
3. Você é a única pessoa que escreve e faz postagens no Blog? No blog diz que há outros três colaboradores (Antonio, IARA e Jornal Guapi Magé). Eles realmente publicam?
4. Você ainda atua como colunista do Portal Áfricas?
5. Como as listas de discussão começaram? Você ainda é o administrador? De quais?
6. Na pesquisa, eu vi que no Blog você usa muitas matérias retiradas de outras fontes, como o site do STF, jornais, etc. Você não tem vontade de escrever mais textos? Quanto tempo você dedica ao Blog?
7. Há dados atualizados de acesso ao Blog?
8. Hoje você é sócio e dirige o IARA e o Adami Advogados?
9. Como a questão racial entrou na sua atuação profissional?

10. Quais ações você considera que foram marcantes em sua carreira?
11. Você acha que hoje os MSNs encaram o meio legal como espaço de luta importante?
12. Quando você trabalha com causa ligadas à luta pela igualdade, você costuma consultar, dialogar com outros atores dos MSNs? O que eles falam tem importância nas ações que você vai tomar? A decisão final é sua?
13. No período que eu analisei, em todas as experiências de comunicação, as ações do STF foram citadas ao longo de todos os anos, 2011 a 2013, e mesmo naqueles textos que não tratavam diretamente do julgamento de 2012. Por que você acha que isso aconteceu?
14. No material analisado, a população negra é o principal grupo presente nos argumentos dados nos textos. Há, claro, a presença de outros grupos nesses argumentos, mas em menor número. Você acha que essa é uma questão muito da população negra?
15. Em seus textos já li que você denomina seu trabalho de advocacia de combate. Por que esse tipo de advocacia é tão importante para a luta pela igualdade?
16. Você acha que os MSNs conhecem essa importância?
17. Você atua fortemente no debate sobre a Lei de Cotas, inclusive no STF. Como você avalia o papel do Judiciário brasileiro no avanço dos direitos da população negra?
18. Você já foi ouvidor da Seppir, embora tenha sido um crítico a esse órgão. Como é sua relação com os partidos políticos e o Governo Federal?
19. Você encontra apoio dentro dos movimentos sociais negros?
20. Agora sobre a comunicação como estratégia. Que papel você acha que a comunicação, e a internet têm para os movimentos negros e para a luta pela igualdade?
21. Quais outros meios de luta também devem ser priorizados?

ENTREVISTA COM ANTONIO CARLOS KK SANTOS FILHO/GELEDÉS

1. Quais as ações de comunicação do Geledés hoje?
2. Vocês têm uma equipe específica de comunicação? Quantos e quem a compõem?
3. Ainda há o boletim online?
4. Agora especificamente sobre o Portal Geledés. Há uma equipe específica para ele? Quantas pessoas e quais funções? São voluntárias ou contratadas?
5. Boa parte das notícias que o Geledés publica são originalmente de outras fontes. Por quê? É uma política de vocês? Tem algo a ver com o número de profissionais do Geledés?

6. O instituto Geledés conta com parceiros para desenvolver suas ações? Quais?
7. Como o instituto é financiado?
8. A equipe do Geledés é contratada ou conta com voluntários?
9. Como a equipe do instituto é organizada? Em comissões por exemplo? Elas têm autonomia ou as decisões sempre passam pela diretoria do instituto?
10. Há uma diretoria ou liderança em cada equipe? Qual o nível de hierarquia na organização do instituto?
11. Como são deliberadas as decisões do Geledés. Há assembleias gerais ou cada equipe decide o que concerne a elas?
12. Você diria que o nível de participação dos membros nas decisões da entidade é alto ou baixo?
13. Se as decisões são tomadas por grupos ou pelo conjunto da entidade, elas são deliberadas pela maioria ou até chegar a um consenso?
14. Como é feita a escolha dos textos que o Geledés compartilha no site?
15. Como o portal é financiado?
16. Com o Guest Post, vocês se abrem para a interação com outros comunicadores. Vocês pretendem ampliar essa interação criando outros canais no portal?
17. Há dados atualizados de acesso ao Portal?
18. Posição do Geledés sobre cotas. No material analisado, a população negra é o principal grupo presente nos argumentos dados nos textos. Há, claro, a presença de outros grupos nesses argumentos, mas em menor número. Você acha que essa é uma questão muito da população negra?
19. Sobre a comunicação como estratégia. Que papel você acha que a comunicação, e a internet têm para os movimentos negros e para a luta pela igualdade?
20. Quais outros meios de luta também devem ser priorizados?

ENTREVISTA COM NILZA IRACI/GELEDÉS

1. Como são tomadas as decisões mais gerais no Instituto (assembleias, reuniões gerais)? No caso de coordenações e/ou projetos, esses têm autonomia para tomar decisões específicas?
2. Você diria que o nível de participação dos membros que não são diretoras ou coordenadoras é alto ou baixo nas decisões?

3. O Instituto Geledés tem uma posição definida sobre cotas na educação? Há algo no estatuto, por exemplo?
4. Qual a posição do Geledés em relação a partidos políticos e a governos?
5. Qual é a relação do instituto com outros atores dos movimentos negros?
6. Que papel o instituto atribui à comunicação (e à internet) para os movimentos negros e para a luta pela igualdade?
7. Quais outros meios de luta também devem ser priorizados segundo o instituto?

ENTREVISTA COM ANDRÉ SANTANA/INSTITUTO DE MÍDIA ÉTNICA

1. Quais as ações de comunicação do IME hoje?
2. Vocês têm uma equipe específica de comunicação? Quantos e quem a compõem?
3. Vocês ainda contam com o boletim enviado por e-mail?
4. Há algumas ações de vocês na internet que não estão atualizadas. O site do instituto (<http://www.midiaetnica.com.br/>) não abre e há um perfil não atualizado no Twitter. Por que isso acontece? Tem algo a ver com carência de pessoal?
5. Eu tive dificuldade de pegar as datas de criação do Portal Correio Nagô e da rede social Correio Nagô. Quando os dois foram criados? E qual a relação entre eles?
6. A proposta colaborativa do Correio Nagô chega ao Instituto de Mídia Étnica? As discussões nos fóruns e grupos reverberam de alguma forma nas decisões e ações que o IME toma?
7. Vocês notam que outros atores dos movimentos sociais negros também utilizam o Correio Nagô?
8. Vocês fazem algum tipo de moderação nas páginas da rede Correio Nagô?
9. Quem compõe hoje o Instituto de Mídia Étnica?
10. A entidade tem um organograma definido? Há equipes definidas para cada área?
11. A equipe é contratada ou voluntária?
12. Quais os parceiros do IME hoje?
13. Como é feito o financiamento do instituto?
14. Há uma diretoria ou liderança em cada equipe? Qual o nível de hierarquia na organização do instituto?
15. Como são deliberadas as decisões do IME? Há assembleias gerais ou cada equipe decide o que concerne a elas?

16. Você diria que o nível de participação dos membros nas decisões da entidade é alto ou baixo?
17. Se as decisões são tomadas por grupos ou pelo conjunto da entidade, elas são deliberadas pela maioria ou até chegar a um consenso?
18. Posição do IME sobre cotas. No material analisado, a população negra é o principal grupo presente nos argumentos dados nos textos. Há, claro, a presença de outros grupos nesses argumentos, mas em menor número. Você acha que essa é uma questão muito da população negra?
19. Qual a posição do IME em relação a partidos políticos e ao Governo Federal?
20. Especificamente na Bahia e em Salvador, qual a relação de vocês com os governos estaduais e municipais?
21. No material que coletei, há alguns textos de perfis ligados a outros atores dos MSNs. Vocês têm levantamento de quantos são?
22. Qual é a relação do instituto com atores dos MSNs?
23. Sobre a comunicação como estratégia. Que papel você acha que a comunicação e a internet têm para os movimentos negros e para a luta pela igualdade?
24. Quais outros meios de luta também devem ser priorizados?

ENTREVISTA COM PAULO ROGÉRIO NUNES/INSTITUTO DE MÍDIA ÉTNICA

1. O Mídia Étnica nasceu a partir do pensar a importância da comunicação para os MSNs. Explica como exatamente surgiu o Instituto Mídia Étnica?
2. Sobre as ações do instituto: eu tive uma certa dificuldade para pegar as datas da criação do portal, do site do Correio Nagô, e da rede. Eles nasceram juntos? Quando cada um foi criado?
3. Vocês têm dados atualizados do acesso à rede?
4. Há algum levantamento do perfil dos participantes da rede?
5. Sobre a comunicação como estratégia. Que papel você acha que a comunicação e a internet têm para os movimentos negros e para a luta pela igualdade?
6. Quais outros meios de luta também devem ser priorizados?

APÊNDICE C – LIVRO DE CÓDIGOS

Etapas 2 e 3 da análise

I - IDENTIFICAÇÃO DO ATOR/TEXTO

V01 Ator e experiência de comunicação online

- 1) Dojival Vieira – Portal Afropress
- 2) Humberto Adami – Blog Humberto Adami
- 3) Instituto de Mídia Étnica - Correio Nagô
- 4) Instituto Geledés - Portal Geledés

V02 Ano de publicação

- 1) 2011
- 2) 2012
- 3) 2013

V03 Autor da postagem

Quem posta, quem publica o texto na experiência de comunicação online. Na grande maioria, é o próprio ator. A grande exceção é o Correio Nagô, onde vários perfis postam os textos. No começo de cada texto, há a indicação de quem posta.

- 1) Ator da experiência de comunicação analisada
- 2) Outro(s) ator(es) dos movimentos sociais negros
- 3) Cidadãos
- 4) Governos

V04 Fonte do texto

Aplica-se quando o texto compartilha material de outros atores. A fonte é quem escreve e/ou de foram tiradas as publicações. Exemplo: um texto pode ser “postado” pelo ator da experiência, mas pode ter sido tirado do site de um jornal ou pode ter sido escrito por um militante ou um pesquisador. Atenção! A fonte pode ser informada no começo ou no final do texto.

- 1) Ator da experiência de comunicação analisada
- 2) Outros atores dos movimentos sociais negros e suas mídias (Incluindo Mídia dos movimentos sociais negros, ex: Lista Racial)
- 3) Especialistas/intelectuais/Publicações acadêmicas
- 4) Cidadãos
- 5) Mídia tradicional
- 6) Mídias independentes/Jornalistas/ Sociedade civil (movimentos sociais, ONGs, entidades de classe, etc.)
- 7) Judiciário, governos, parlamentos e suas mídias
- 8) Mídia de universidades
- 9) Mídia de partidos políticos

V05 Centralidade das cotas como tema

Aqui se codifica se a discussão sobre as cotas em universidades a nível federal (em qualquer um dos seus momentos) é tema central ou secundário do texto. Na opção “secundário”, especificar o tema.

- 1) Tema central
- 2) Tema secundário

II – IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS DO PROCESSO REPRESENTATIVO**V06 Momento da discussão citado**

Aqui codifica-se qual momento da discussão sobre as cotas federais é citado. Isso nada tem a ver com ordem cronológica. Uma matéria de 2013, por exemplo, pode citar o julgamento no STF. Se houver dois ou mais momentos, temos de escolher o predominante, o tema que é a base da argumentação. Se não for houver um predominante, codificar os dois.

- 1) Tramitação/Discussão no Congresso Nacional
- 2) Discussão no Judiciário
- 3) Sansão/Implementação da Lei

V07 Demanda (claim)

Se houver duas ou mais demandas, temos de escolher a predominante.

- 1) Legalidade das cotas em universidades
- 2) Discussão e aprovação da Lei de Cotas no Congresso Nacional
- 3) Sanção e regulamentação da Lei de Cotas
- 4) Implementação das cotas em universidades (apoio, reforço, etc.)
- 5) Mobilização a favor das cotas em universidades e ou ações afirmativas em geral (seja social, seja do movimento negro)
- 6) Criação e implementação de cotas em universidades estaduais
- 7) Implementação de ações afirmativas em geral (apoio, reforço, etc. a ações afirmativas, não somente cotas e não somente na educação)
- 8) Combate ao racismo e luta pela igualdade
- 9) Ilegalidade/inconstitucionalidade das cotas em universidades
- 10) Não implementação do modelo de cotas do Governo de São Paulo
- 11) NA

V08 Reivindicante (claimant)

Aquele que vocaliza a demanda. Podem-se ser codificados vários reivindicantes. Atenção! Deve-se distinguir bem reivindicantes de apoiadores. Quem reivindica é quem vocaliza a demanda de forma principal. Os apoiadores são aqueles que têm visões semelhantes e que servem de “suporte” para quem reivindica.

- 1) Ator da experiência de comunicação

- 2) Outros atores dos movimentos sociais negros
- 3) Movimentos sociais negros em geral
- 4) Sociedade em geral
- 5) Cidadão(s)
- 6) População negra
- 7) Congresso Nacional (instituição ou membros)
- 8) Judiciário brasileiro (instituição ou membros)
- 9) Governo Federal (instituição ou membros)
- 10) Partidos políticos (instituição ou membros sem mandatos)
- 11) Governos/Parlamentos municipais e estaduais (instituição ou membros)
- 12) Universidades
- 13) Alunos cotistas / Alunos de escolas públicas
- 14) Especialistas/intelectuais
- 15) Sociedade civil (ONGs, outros movimentos sociais, etc.)
- 16) Entidades de classe
- 17) Jornalistas/Mídia independente
- 18) Ministério Público e Defensoria Pública
- 19) Mídia tradicional
- 20) Artistas/Personalidades públicas (ex: ex-presidentes)
- 21) Profissionais da educação
- 22) Estado (aqui geral, englobando todos os poderes, como na concepção política do termo)
- 23) Não cotistas/ Alunos de escolas privadas
- 24) NA

V09 Destinatário (addressee)

Ator que é responsável pela implementação da demanda ou a quem o pedido é diretamente feito. Podem ser vários os destinatários. Também há casos, por exemplo, que o texto distingue os destinatários – no caso de ações na Justiça contra o Governo Federal, por exemplo, um pode ser responsável pela implementação da demanda (ex: Governo Federal) e outro ator recebe o pedido (ex: STF). Há caso de demandas gerais, onde o autor não cita explicitamente nenhum destinatário, mas destina-se à “população brasileira em geral”.

- 1) Ator da experiência de comunicação
- 2) Outros atores dos movimentos sociais negros
- 3) Movimentos sociais negros em geral
- 4) Sociedade em geral
- 5) Cidadão(s)
- 6) População negra
- 7) Congresso Nacional (instituição ou membros)
- 8) Judiciário brasileiro (instituição ou membros)
- 9) Governo Federal (instituição ou membros)
- 10) Partidos políticos
- 11) Governos/Parlamentos municipais e estaduais (instituição ou membros)
- 12) Universidades
- 13) Alunos cotistas / Alunos de escolas públicas

- 14) Especialistas/intelectuais
- 15) Sociedade civil (ONGs, outros movimentos sociais etc.)
- 16) Entidades de classe
- 17) Ministério Público e Defensoria Pública
- 18) Mídia em geral
- 19) Igrejas e fiéis
- 20) Estado (aqui geral, englobando todos os poderes, como na concepção política do termo)
- 21) NA

V10 Ator apoiador (supported actor)

Ator visto como apoiador, que contribui com a realização da demanda ou que defende uma posição congruente a do reivindicante. Podem ser vários os apoiadores. Atenção! Deve-se distinguir bem reivindicantes de apoiadores. Quem reivindica é quem vocaliza a demanda de forma principal. Os apoiadores são aqueles que têm visões semelhantes e que servem de “suporte” para quem reivindica.

- 1) Ator da experiência de comunicação
- 2) Outros atores dos movimentos sociais negros
- 3) Movimentos sociais negros em geral
- 4) Sociedade em geral
- 5) Cidadão(s)
- 6) População negra
- 7) Congresso Nacional (instituição ou membros)
- 8) Judiciário brasileiro (instituição ou membros)
- 9) Governo Federal (instituição ou membros)
- 10) Partidos políticos
- 11) Governos/Parlamentos municipais e estaduais (instituição ou membros)
- 12) Universidades
- 13) Alunos cotistas / Alunos de escolas públicas
- 14) Especialistas/intelectuais
- 15) Sociedade civil (ONGs, outros movimentos sociais, etc.)
- 16) Entidades de classe
- 17) Ministério Público e Defensoria Pública
- 18) Mídia tradicional
- 19) Jornalistas ou mídia independente
- 20) Alunos de universidades públicas
- 21) Artistas/Personalidades públicas (ex: ex-presidentes)
- 22) Estado (aqui geral, englobando todos os poderes, como na concepção política do termo)
- 23) NA

V11 Oponente / ator criticado (opponent/criticized actor)

Ator que é prejudica ou dificulta a realização da demanda ou tem uma posição contrária à do reivindicante. Podem ser vários os oponentes ou atores criticados. Há caso de demandas gerais, onde o autor não cita explicitamente nenhum objeto direto, mas destina-se à “população brasileira em geral”.

- 1) Ator da experiência de comunicação
- 2) Outros atores dos movimentos sociais negros
- 3) Movimentos sociais negros em geral
- 4) Sociedade em geral
- 5) Cidadão(s)
- 6) População negra
- 7) Congresso Nacional (instituição ou membros)
- 8) Judiciário brasileiro (instituição ou membros)
- 9) Governo Federal (instituição ou membros)
- 10) Partidos políticos
- 11) Governos/Parlamentos municipais e estaduais (instituição ou membros)
- 12) Universidades
- 13) Alunos cotistas / Alunos de escolas públicas
- 14) Especialistas/intelectuais
- 15) Sociedade civil (ONGs, outros movimentos sociais, etc.)
- 16) Entidades de classe
- 17) Mídia tradicional
- 18) Mídia em geral
- 19) Artistas
- 20) Personalidades públicas (ex: ex-presidentes)
- 21) Direita ou elite brasileira
- 22) Classes média e ou alta
- 23) Igrejas e fiéis
- 24) Esquerda brasileira
- 25) Não cotistas ou alunos de escolas privadas
- 26) Estado (aqui geral, englobando todos os poderes, como na concepção política do termo)
- 27) NA

V12 Objeto direto (direct object)

Atores cujos interesses são afetados positivamente pela implementação da demanda, a quem a demanda beneficia. Podem ser vários os atores diretos. Eles estão presentes não apenas nas justificações, mas também nas informações factuais. Exatamente por isso o número de “objetos diretos” tende a ser bem maior que o de grupos citados na justificção.

- 1) População brasileira
- 2) População negra
- 3) População pobre
- 4) População indígena
- 5) Outras minorias ou grupos vulneráveis
(ciganos, imigrantes, população LGBT, mulheres, crianças, portadores de necessidades especiais, minorias étnicas de forma genérica, comunidades tradicionais)
- 6) Alunos cotistas / Alunos de escolas públicas
- 7) Não cotistas ou alunos de escolas privadas
- 8) Universidades
- 9) Movimentos sociais negros em geral

- 10) Atores específicos dos movimentos sociais negros
- 11) Estados brasileiros específicos
- 12) Partidos políticos
- 13) Escolas e alunos em geral
- 14) População branca
- 15) NA

III – ANÁLISE DO DISCURSO DO PROCESSO REPRESENTATIVO

V13 Nível de justificação

Nos casos dos textos sem demanda, não se codifica justificação. O contrário não é verdadeiro. Ou seja, pode haver demanda sem justificação.

- 1) Nenhuma justificação
O autor só diz que X deve ou não ser feito. Nenhuma razão é dada;
- 2) Justificação única
O autor apresenta uma única razão para que X deva ou não ser feito;
- 3) Justificação múltipla
O autor apresenta duas ou mais razões para que X deva ou não ser feito.
- 4) NA
Não há demanda e, portanto, não há justificação para ser codificada

Observação importante sobre V14, V15, V16, V17:

Conteúdo da justificação é diferente de objeto direto. Uma coisa é demanda, outra é justificação. Nas categorias a seguir, consideram-se apenas as justificações. Isso faz, por exemplo, com que os grupos citados no conteúdo das justificações sejam geralmente menos do que os objetos diretos. Para identificar o conteúdo da justificação, consideram-se também as justificações contrárias, de atores oponentes.

V14 Conteúdo da justificação - próprio grupo (população negra)

- 1) A justificação se refere a benefícios e custos para a população negra;
- 2) A justificação não se refere a benefícios e custos para a população negra;
- 3) (NA) Não se aplica quando não há argumentos a serem analisados. Isso não significa que não há demanda.

V15 Conteúdo da justificação - outros grupos (populacionais e minoritários)

- 1) A justificação faz referência a benefícios e custos para outro grupo;
 - 1.1 População pobre
 - 1.2 População branca
 - 1.3 População indígena
 - 1.4 População amarela (asiática)
 - 1.5 População “não negra”

- 1.6 Outras minorias ou grupos vulneráveis (ciganos, imigrantes, população LGBT, mulheres, crianças, jovens)
- 1.7 Alunos cotistas/ Alunos de escolas públicas
- 1.8 Não cotistas /Alunos de escolas particulares
- 1.9 Escolas e alunos em geral
- 1.10 Classes média e alta, direita e elite

- 2) A justificação não faz referência a benefícios e custos para outro grupo;
- 3) (NA) Não se aplica quando não há argumentos a serem analisados. Isso não significa que não há demanda.

V16 Conteúdo da justificção - bem comum (sociedade como um todo)

- 1) A justificção faz referncia a benefícios e custos para a sociedade como um todo. São usados na justificção termos como *sociedade, País, Brasil, brasileiros*;
- 2) A justificção não faz referncia a custos e benefícios para a sociedade como um todo;
- 3) (NA) Não se aplica quando não há argumentos a serem analisados. Isso não significa que não há demanda.

V17 Conteúdo da justificção - princípios abstratos

- 1) A justificção faz referncia explícita a princípios abstratos
 - 1.1 Justiça social (quando há referncia a inclusão/inserção e reparação);
 - 1.2 Igualdade (quando se refere a igualdade ou desigualdade de direitos e condições);
- 2) A justificção não faz referncia a princípios abstratos;
- (NA) Não se aplica quando não há argumentos a serem analisados. Isso não significa que não há demanda.

V18 Uso de histórias/testemunhos

Aqui se codifica história de vida ou testemunhos do ator (ou de autor do texto) ou de outros atores. Não se codifica literatura.

- 1) Nenhuma história;
- 2) História sem relação com o argumento;
- 3) História relacionada ao argumento, única justificção;
- 4) História relacionada ao argumento, reforçando justificção;
- (NA) Não se aplica quando não há argumentos a serem analisados. Isso não significa que não há demanda.

V19 Responsividade

Como a tese analisa textos, os atores não falam diretamente com outros representantes. Portanto, a minha sugestão é não trabalhar com categorias como a interatividade ou a reciprocidade. Os textos falam sobre outros representantes e seus argumentos. Assim, uma alternativa é trabalhar

com responsividade como categoria de análise, o que ajudaria a qualidade das interações entre argumentos. Não se codifica essa variável apenas quando não há demanda. Quando o texto tem “1) Nenhuma justificação”, ela é codificável.

- 1) Contra-argumentos ignorados
Há argumentos de outros representantes na discussão, mas o texto não traz nenhum;
 - 2) Contra-argumentos apenas incluídos
Há argumentos de outros representantes, mas o texto não traz considerações explicitamente positivas nem negativas sobre eles;
 - 3) Contra-argumentos incluídos e respondidos de forma neutra
Há argumentos de outros representantes, mas o texto nem degrada nem valoriza;
 - 4) Contra-argumentos degradados
Há argumentos de outros representantes, mas o texto degrada pelo menos um deles;
 - 5) Contra-argumentos valorizados
Há argumentos de outros representantes e pelo menos um deles é explicitamente valorizado. Este código deve ser atribuído mesmo se há também declarações negativas sobre um ou mais contra-argumentos;
- (NA) Não se aplica quando não há argumentos (nem favoráveis, nem contrários) a serem analisados. Isso não significa que não há demanda ou que não há argumentos contrários

V20 Respeito

Mesmo quando o texto é codificado com “nenhuma demanda” ou “nenhuma justificação”, continuamos a codificar a variável respeito. Entende-se que as afirmações de nenhum respeito, respeito neutro e respeito explícito podem ser feitas através apenas de informações factuais. Atenção! Expressão de desrespeito são diferentes de ironia.

- 1) Neutro
Não há declarações explicitamente positivas/negativas ou uso de linguagem explicitamente respeitosa/ linguagem chula em relação a outros atores/representantes, seus argumentos ou suas ações;
- 2) Respeito explícito
Há pelo menos uma declaração explicitamente positiva ou uso de linguagem respeitosa em relação a outros atores/representantes, seus argumentos ou suas ações;
- 3) Não respeito
Há declarações negativas explícitas ou linguagem chula que desvalorizam outros atores/representantes, seus argumentos ou suas ações.